



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Presidente Prudente

EDERVAL EVERSON BATISTA



**A IMPORTÂNCIA DA CAFEICULTURA PARA A PERMANÊNCIA
DOS SITIANTES NA TERRA: UMA ANÁLISE NOS BAIROS
RURAIS DA LARANJA AZEDA E DA LIMEIRA EM LERROVILLE,
LONDRINA – PR**

PRESIDENTE PRUDENTE - SP
2010

EDERVAL EVERSON BATISTA

**A IMPORTÂNCIA DA CAFEICULTURA PARA A PERMANÊNCIA DOS
SITIANTES NA TERRA: UMA ANÁLISE DOS BAIROS RURAIS DA
LARANJA AZEDA E DA LIMEIRA EM LERROVILLE, LONDRINA - PR**

Tese de Doutorado elaborada junto ao Curso de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente, para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Rosângela A. de Medeiros Hespanhol

**Presidente Prudente - SP
2010**

Batista, Ederval Everson.

B336i A importância da cafeicultura para a permanência dos sítiantes na terra: uma análise dos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira em Lerroville, Londrina – PR / Ederval Everson Batista. – Presidente Prudente: [s.n], 2010
351f.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Orientadora: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

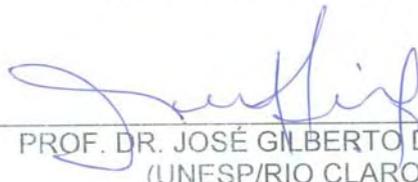
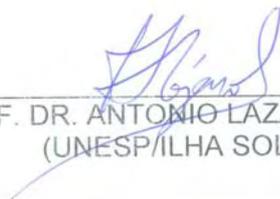
Banca: Antonio Lazaro Sant’ana, Elpídio Serra, José Gilberto de Souza, Ruth Youko Tsukamoto

Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Geografia Humana. 3. Geografia Agrária. I. Autor. II Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP, Campus de Presidente Prudente.

BANCA EXAMINADORAPROFA. DRA. ROSÂNGELA APARECIDA DE M. HESPANHOL
ORIENTADORA (UNESP/FCT)PROF. DR. JOSÉ GILBERTO DE SOUZA
(UNESP/RIO CLARO)PROF. DR. ANTONIO LAZARO SANT'ANA
(UNESP/ILHA SOLTEIRA)PROF. DR. ELPIDIO SERRA
(JEM)PROFA. DRA. RUTH YOUKO TSUKAMOTO
(UEL)
EDERVAL EVERSON BATISTA

Presidente Prudente (SP), 16 de julho de 2010.

Resultado: APROVADO

A todos aqueles que em algum lugar no tempo ou no espaço se identificaram com a ciência geográfica, um saber tão antigo quanto a própria história dos homens. Àqueles que dela souberam extrair e gerar conhecimento, visando não apenas narrar e descrever os fatos ocorridos no espaço geográfico, mas interpretá-los, não visando a supremacia do homem sobre o espaço, mas a harmonia entre ambos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto da contribuição de diversas pessoas e instituições que durante nossa jornada como estudante e, depois, como pesquisador, contribuíram de alguma forma para sua realização.

Sem pretender hierarquizar as ações de cada um que nos ajudou, deixamos aqui registrados nossos sinceros agradecimentos, manifestando nossa gratidão às pessoas que contribuíram para sua realização. Somos profundamente gratos a todos e, especialmente:

À Deus pela nossa existência.

A João e Irene, meus pais, que durante suas sofridas vidas como trabalhadores rurais, nunca pouparam esforços para que seus três filhos sempre buscassem o estudo acima de tudo, pois apesar do pouco que freqüentaram a escola, perceberam que o conhecimento seria a única riqueza que poderiam nos deixar.

Aos meus irmãos Mariza e Edimar e meu cunhado Claudinei, que nunca se furtaram em nos prestar ajuda.

À minha esposa Rosângela, companheira de todos os momentos, principalmente na tarefa de educar nossos filhos Emanuel e Eloá, que desempenhou com todo amor e carinho.

Ao meu filho Emanuel, tenho que externar minhas desculpas por muitas vezes não ter compartilhado de um período tão importante de sua vida, por estar envolvido com o desenvolvimento da tese. Para a pequena Eloá manifesto o desejo de poder desfrutar ao seu lado de tempos menos atribulados.

Aos amigos de profissão Jeferson e Brito, que acompanharam desde o início o nosso trabalho, fazendo a correção ortográfica ou contribuindo com idéias e questionamentos.

A todos os professores da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, onde cumprimos os créditos necessários ao doutorado, e que nos ajudaram abrindo novos horizontes.

A todos os novos amigos que entraram no curso de Pós-Graduação da UNESP no ano de 2006 e, também os que lá conhecemos, em especial a José Mattos de Sampaio Junior, Adriano Rodrigues de Oliveira e Carlos de Castro Neto Sulian, companheiros de algumas reflexões acadêmicas e também de alguns poucos momentos de descontração, principalmente em decorrência de alguns trabalhos de campo que realizamos juntos ou durante as reuniões do GEDRA.

A todas as pessoas que entrevistamos ou mesmo conversamos para a obtenção de dados e informações, fossem elas funcionários de órgãos públicos ou antigos moradores da região que, de uma forma não sistematizada, muito contribuíram para a elucidação de nossas dúvidas e apreensões a respeito da área e do objeto de pesquisa.

A todas as famílias dos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira, os sujeitos de nossa pesquisa, cujo conhecimento pessoal no trabalho com o café e disposição de partilhar suas experiências, contribuíram com preciosas informações e depoimentos, subsidiando este trabalho.

Especial agradecimento à professora Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, que durante o caminhar, ministrando disciplinas ou exercendo a orientação, o fez de maneira segura e paciente, com esforço, compreensão, dedicação e incentivo nos momentos difíceis, nossa eterna gratidão. Ao terminar esta tese ficamos felizes, pois mais que uma orientadora, ganhamos uma grande amiga.

A todos o nosso muito obrigado!

Antes do século XVIII o tipo mais comum de crise era provocado pelo fracasso das colheitas, pela guerra, ou por algum acontecimento anormal; era caracterizada pela escassez de alimento e outros artigos necessários, cujos preços se elevavam. Mas a crise que conhecemos, a crise que começou a existir com o advento do sistema capitalista, não é devida a fatos anormais – parece parte e parcela de nosso sistema econômico; é caracterizada não pela escassez, mas pela superabundância. Nela, os preços, ao invés de subirem, caem.

LÉO HUBERMAN, 1974

RESUMO

Este trabalho visa compreender as condições de vida e de trabalho de um grupo de sitiantes, pequenos proprietários de terra ou parceiros, que ainda se mantêm na terra tendo como produto principal o café. Esses cafeicultores ocupam parte de uma das últimas áreas em que a cafeicultura ainda existe no município de Londrina: os bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira, no distrito de Lerroville. A permanência na terra só foi possível devido ao fato da lavoura cafeeira propiciar trabalho e renda para as famílias dos sitiantes durante mais de três décadas. No entanto, a partir do final da década de 1990, devido à implantação do modelo de políticas neoliberais na economia do país, o Estado brasileiro, que até então sempre havia estabelecido as regras para o funcionamento do complexo agroindustrial do café saiu de cena, deixando a cargo do mercado a regulamentação dos preços do produto. A partir desse momento uma forte crise se abateu sobre a cafeicultura brasileira, sendo os produtores os mais prejudicados. Para tentar superar a crise e o momento difícil pelo qual estavam passando, os cafeicultores dos bairros rurais pesquisados buscaram alternativas para permanecerem na terra produzindo café, mesmo que para isso tivessem que abrir mão da autonomia adquirida durante décadas de trabalho na atividade, tentando converter suas lavouras convencionais em orgânicas, num projeto desenvolvido por representantes de instituições públicas que não respeitaram a tradição e o conhecimento dos cafeicultores. Com a falácia do projeto e a continuação da crise, os cafeicultores precisam trabalhar fora da propriedade para permanecerem na terra, uma vez que o resultado obtido com a venda do café não está cobrindo o custo da produção. O prolongamento da crise também está fazendo com que os filhos não sintam mais interesse em permanecer na propriedade e busquem outras formas de emprego, principalmente urbanos, deixando, em muitos casos, os pais sozinhos nas propriedades, colocando em risco uma tradição familiar que norteia os moradores dos referidos bairros rurais, pelo fato de serem cafeicultores.

Palavras-chaves: cafeicultura, bairros rurais, sitiantes, parceiros, geração de trabalho e renda.

ABSTRACT

This work aims to understand the work and life conditions of a group of ranchers, small land owners or partners, which still remain on the farm having as main product the coffee. These growers occupy part of one of the last areas in which coffee still exists in Londrina: the rural neighbourhoods of Laranja Azeda and Limeira and the District of Lerroville. The permanence on the land was only possible due to the fact that the coffee plantations have provided jobs and income for the families of the ranchers for more than three decades. However, since the late 1990s, due to the implementation of the model of neoliberal policies in the economy of the country, the Brazilian state, which so far had always set the rules for the functioning of the agroindustrial complex of coffee, left the picture, leaving the market in charge of the regulation of the prices of the products. From this moment, a severe crisis hit the Brazilian coffee crop, and the producers were the most affected. To try to overcome the crisis and difficult moment which they were going through, the farmers from rural districts surveyed searched for alternatives to stay in the land producing coffee, even if that meant giving up the autonomy gained during decades of work in that activity, trying to convert their conventional organic crops, a project developed by representatives of public institutions that did not respect the tradition and knowledge of coffee growers. With the fallacy of the project and the ongoing crisis, growers need to work outside the property to remain on the land, since the result from the sale of coffee is not covering the cost of production. The prolongation of the crisis is also causing the children to not have more interest in staying in the property and seeking for other forms of employment, specially urban, leaving, in many cases, parents themselves in the properties, jeopardizing a family tradition that guides residents of those rural neighborhoods, because they are growers.

Keywords: coffee, rural districts, farmers, partners, jobs and income.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ACAL	Associação de Cafeicultores da Água da Limeira
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
APRALA	Associação de Produtores da Água da Laranja Azeda
ARPROCLAN	Associação dos Representantes dos Produtores e Colhedores de Laranja do Noroeste do Paraná
CECAFÉ	Conselho dos Exportadores de Café do Brasil
CLAC	Coordenadoria Latino-americana e do Caribe de Pequenos Produtores de Comércio Justo
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COASOL	Cooperativa Agroindustrial Solidária de Lerroville
COCAMAR	Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá
COROL	Cooperativa Agroindustrial de Rolândia
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DGTC	Departamento de Geografia Terras e Colonização
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FETAEP	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBC	Instituto Brasileiro do Café.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OIC	Organização Internacional do Café
OMC	Organização Mundial do Comércio
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAB	Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento

LISTA DE FIGURAS

Número	Título	Pg.
FIGURA 1	Modelo de distribuição dos lotes na área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná.....	83
FIGURA 2	Forma de ocupação do solo nos sítios produtores de café.....	192
FIGURA 3	Formas utilizadas para aumentar o número de pés de café por área, mantendo os velhos cafeeiros, visando aumentar a produtividade.....	207
FIGURA 4	Modelo de embalagem na qual seria comercializado o café da COASOL.....	291

LISTA DE FOTOS

Número	Título	Pg.
FOTO 1	Foto que retrata como era a Colônia Sede da Fazenda Santa Tereza.....	113
FOTO 2	Terreiro usado para secagem de café na Fazenda Santa Tereza.....	114
FOTO 3	Ruínas do barracão onde ficavam os equipamentos para secagem e beneficiamento do café.....	115
FOTO 4	Antigas casas na Colônia Sede da fazenda Santa Tereza.....	122
FOTO 5	Capela católica construída no bairro Limeira.....	184
FOTO 6	A produção de outros alimentos no mesmo espaço ocupado pelo cafezal.....	191
FOTO 7	Construção de moradias em madeira muito utilizadas nos sítios pesquisados.....	196
FOTO 8	Moradia também construída em madeira, mas que já apresenta um melhor padrão.....	196
FOTO 9	O café no terreiro sendo mexido para acelerar sua secagem.....	198
FOTO 10	Terreiro suspenso construído para ajudar na secagem e na tentativa de obter um produto de melhor qualidade.....	198
FOTO 11	Construção que servia de tulha e também para secagem do café.....	199
FOTO 12	A tulha, importante construção das propriedades produtoras de café.....	200
FOTO 13	Forma como se processa a colheita do café no pano.....	211
FOTO 14	Família de parceiro na lavoura na época da colheita.....	212
FOTO 15	Sacas de café no carreador, prontas para o transporte até o terreiro.....	213
FOTO 16	Família amontoando o café com a ajuda de uma ferramenta por eles construída, a “vaca”.....	218
FOTO 17	Parceiro utilizando a derriçadeira automática para colher o café.....	228
FOTO 18	Barracão inacabado que serviria para os cafeicultores processarem seu produto.....	294
FOTO 19	Modelo das armadilhas espalhadas nos cafezais visando fazer o monitoramento de pragas, principalmente a broca.....	301
FOTO 20	Lavoura cultivada no sistema orgânico até o ano de 2008.....	305
FOTO 21	Lavoura cafeeira cultivada no sistema convencional.....	305

FOTO 22	Os reflexos da crise denotada pela substituição de culturas.....	318
FOTO 23	O solo antes ocupado pela cafeicultura sendo preparado para receber as sementes de soja.....	319

LISTA DE GRÁFICOS

Número	Título	Pg.
GRÁFICO 1	Condição dos produtores rurais em Londrina no período 1970/1996.....	146
GRÁFICO 2	Estrutura fundiária encontrada nos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira.....	164
GRÁFICO 3	Faixa etária da população dos bairros rurais no ano de 2008.....	169
GRÁFICO 4	Evolução da população residente no município de Londrina....	222
GRÁFICO 5	Outros produtos cultivados nas propriedades produtoras de café.....	242
GRÁFICO 6	Índice de reajuste dos insumos e da mão-de-obra no período de 1994 a 2009 (Plano Real).....	313
GRÁFICO 7	Índices de reajuste dos produtos agropecuários no período de 1994 a 2009.....	313

LISTA DE QUADROS

Número	Título	Pg.
QUADRO 1	Números de lotes vendidos pela CTNP entre 1930 e 1935 e a nacionalidade dos compradores.....	85
QUADRO 2	Calendário das tarefas durante o ano agrícola nos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira – 2008.....	202

LISTA DE MAPAS

Número	Título	Pg.
MAPA 1	A regionalização do Norte do Paraná.....	53
MAPA 2	Avanço da frente de expansão oriunda do Paraná Tradicional que atingiu as terras da Gleba Três Bocas.....	65
MAPA 3	Localização das terras colonizadas pela CTNP e pela CMNP no Paraná.....	81
MAPA 4	Mapas da evolução dos municípios do estado do Paraná.....	93
MAPA 5:	Localização das terras colonizadas pela CTNP e as pertencentes à Gleba Três Bocas no município de Londrina- PR.....	97
MAPA 6	Distribuição espacial dos lotes nos bairros rurais Laranja Azeda e Limeira, no distrito de Lerroville em Londrina – PR.....	160

LISTA DE TABELAS

Número	Título	Pg.
TABELA 1	Área e número dos estabelecimentos agropecuários no Norte Pioneiro, segundo classe de área – 1920.....	60
TABELA 2	Percentual de cafeeiros existentes no Brasil no ano de 1939.....	129
TABELA 3	Evolução da área com café, produção e produtividade no Brasil e no Estado do Paraná - 1942 – 2008.....	131
TABELA 4	Área em produção e números de cafeeiros dos principais estados produtores no Brasil no ano de 2002.....	134
TABELA 5	Distribuição percentual da área e do número de estabelecimentos agropecuários por categoria dimensional no município de Londrina – 1970/1996.....	141
TABELA 6	Condição do produtor rural no município de Londrina 1970/1996.....	145
TABELA 7	Condição e local de residência dos cafeicultores pesquisados nos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira.....	162
TABELA 8	Produção de café obtida no ano agrícola de 2007/2008 nas propriedades pesquisadas.....	163
TABELA 9	Uso do solo dos estabelecimentos produtores de café nos bairros rurais da Limeira e da Laranja Azeda no ano de 2008, em hectares.....	165
TABELA 10	População dos bairros rurais pesquisados, segundo o sexo e a faixa etária.....	168
TABELA 11	Nível de escolaridade dos moradores dos bairros rurais pesquisados...	170
TABELA 12	Estrutura fundiária encontrada nos bairros rurais durante a coleta de dados realizada em 2008.....	189
TABELA 13	Movimentação do café em duas camadas de espessura e o tempo de secagem.....	217
TABELA 14	Evolução da população urbana e rural residente no município de Londrina e no distrito de Lerroville no período de 1970 a 2000.....	224
TABELA 15	Relação entre a área das propriedades produtoras de café e o uso do PRONAF pelas mesmas.....	236
TABELA 16	Outras fontes de renda dos sitiantes pesquisados.....	248
TABELA 17	Exportação dos principais países produtores de café (em mil sacas de 60 Kg).....	254

TABELA 18	Exportações brasileiras de Café (Mil sacas de 60 kg) no período de 2004 a 2008.....	257
TABELA 19	Principais países importadores e reexportadores de café.....	259
TABELA 20	Produção obtida em sacas de café em coco por quatro cafeicultores que aceitaram fazer conversão do sistema convencional para o sistema do café orgânico.....	304
TABELA 21	Café – Oferta e Demanda Mundial (milhões de sacas de 60 kg).....	308
TABELA 22	Preços de insumos e de outros produtos em relação ao preço do café no período de 1994 a 2008.....	311
TABELA 23	Principais dificuldades declaradas pelos cafeicultores pesquisados.....	315

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
1 A CAFEICULTURA NO BRASIL E NO NORTE PARANAENSE.....	35
1.1 O Estado do Paraná antes da chegada da cafeicultura.....	44
1.2 O processo de regionalização do Norte do Paraná.....	48
1.3 A colonização influenciada pelo modelo paulista: o Norte Pioneiro	55
1.4 A colonização do Norte Novo e Novíssimo.....	62
1.5 A implantação de um novo modelo de colonização empresarial colocado em prática pela Companhia de Terras Norte do Paraná	69
2 O MUNICÍPIO DE LONDRINA NA DÉCADA DE 1930: O ESPAÇO TERRITORIAL FORA DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CTNP.....	89
2.1 O local da grande propriedade: a área não colonizado pela CTNP.....	96
2.2 Os safristas, e sua principal atividade econômica: a suinocultura.....	104
2.3 O exemplo de duas das principais fazendas produtoras de café: Santa Tereza e Guairacá.....	110
2.3.1 A fazenda Santa Tereza.....	110
2.3.2 A fazenda Guairacá.....	122
2.4 O espaço propício no tempo inadequado: auge e decadência da cultura cafeeira no norte paranaense.....	128
2.5 As dificuldades pós-geada de 1975 e as mudanças provocadas no uso do solo e nas relações de trabalho no município de Londrina.....	135
2.6 O fracionamento da fazenda em pequenas propriedades (sítios) e o surgimento dos Bairros Rurais.....	148
2.7 A organização sócio-espacial dos bairros rurais e o perfil econômico dos sitiantes produtores de café.....	161
3 DE COLONOS A PROPRIETÁRIOS DE UM PEQUENO LOTE?.....	172
3.1 A identificação cultural com a lavoura cafeeira.....	178
3.2 As festas e as rezas como elemento de união dos sitiantes.....	182

3.3	A organização interna dos sítios nos bairros rurais.....	186
3.4	A infra-estrutura existente nas propriedades cafeicultoras.....	193
3.5	O processo produtivo do café: o segredo para a obtenção de um produto de melhor qualidade.....	200
3.5.1	– A etapa mais emblemática durante o processo produtivo do café: a colheita.....	210
3.6	Da falta de mão-de-obra à mecanização da colheita.....	221
4	ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS CAFEICULTORES: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO FAMILIAR E DAS DEMAIS FONTES DE RENDA OBTIDAS NA PROPRIEDADE E TAMBÉM FORA DELA.....	230
4.1	A importância da mão-de-obra familiar.....	232
4.2	A importância das culturas de subsistência na economia familiar.....	240
4.3	A divisão do trabalho na unidade familiar: a propriedade já não é o limite.....	245
4.4	A importância das rendas e das atividades não agrícolas para a manutenção da unidade familiar.....	247
5	MUDAR FOI PRECISO, RETORNAR FEZ-SE NECESSÁRIO: AS ESTRATÉGIAS COLOCADAS EM PRÁTICA PELOS SITIANTES NA TENTATIVA DE SUPERAREM A CRISE COM O INTUITO DE PERMANECEREM CAFEICULTORES.....	252
5.1	A chegada do estranho como elemento articulador nos bairros rurais: o plano no conjunto das idéias.....	264
5.1.1	A chegada do estranho: o plano das realizações pessoais.....	269
5.2	A comercialização conjunta do café.....	272
5.3	A formação das associações de cafeicultores nos bairros rurais.....	277
5.4	Estratégias adotadas ou “impostas” com o intuito de obter um melhor preço na comercialização do café, produto base da reprodução dos sitiantes.....	281
5.5	A cooperativa como tentativa de inserção direta no mercado externo.....	288
5.6	A tentativa de agregar valor com a produção do café orgânico.....	297
5.7	Principais dificuldades enfrentadas para manterem-se como cafeicultores.....	307
5.8	Algumas tendências para o futuro da atividade.....	317

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	321
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	330
	APÊNDICE.....	339
	ANEXOS.....	343

INTRODUÇÃO

O estudo da cafeicultura, quer seja no Brasil ou em muitos outros países tropicais do mundo que têm na rubiácea sua principal fonte de recursos, não pode ser entendido como um assunto ultrapassado, requentado, pois ainda constitui importante fonte de renda para muitas famílias, principalmente nas pequenas propriedades rurais.

O café, até chegar ao consumidor, percorre um longo caminho, deixando de ser *commodity* (produto primário), para se transformar em um artigo sofisticado que combina sabores de várias regiões do mundo. Nessa caminhada, o café enriquece poucos e mantém muitos na pobreza. Os poucos que se beneficiam da cafeicultura se esquecem que para sua produção, a rubiácea tem que ser plantada e cuidada e que este trabalho demanda uma soma considerável de capital e de trabalho que nas últimas safras não deixava margem de lucro para os produtores, especialmente os pequenos.

À margem do processo excludente que vem ocorrendo com os cafeicultores, os consumidores pagam um alto preço pela xícara em sofisticadas casas que servem para a degustação variedades de cafés diversificadas e exóticas.

Durante o período em que a economia brasileira foi considerada como agrária-exportadora, nenhum dos produtos que representaram fonte de riqueza puderam emparelhar-se com o café, tanto no que diz respeito ao seu valor de produção, quanto nas conseqüências sócio-culturais produzidas.

A difusão dessa cultura encontra-se histórica e geograficamente associada à expansão das grandes potências marítimas. Em território brasileiro, pelo fato de sua entrada ter ocorrido pelo norte do país, a rubiácea foi sendo semeada na costa brasileira até que encontrou no Rio de Janeiro as condições mais favoráveis para seu desenvolvimento.

Podendo ser considerada uma cultura nômade, pois os fazendeiros deslocavam-se para novas regiões em busca de terras mais férteis, a expansão da cafeicultura por terras fluminenses foi rápida. Em seguida atingiu terras paulistas, contribuindo com o desenvolvimento deste estado como em nenhum outro lugar, dando origem a paisagens rurais e urbanas jamais criadas por ele em outras áreas. No caso da contribuição do café para esta província e depois para o estado, pode-se dizer que o café “civilizou” São Paulo.

Em sua trajetória pelo território brasileiro como cultura dominante, somente na última década do século XIX foi que o café passou a ser plantado em áreas do Norte

Pioneiro paranaense, tendo como modelo de expansão a forma utilizada em São Paulo, ou seja, com grandes propriedades rurais monocultoras.

Ao transpor o Rio Tibagi, nas terras que são conhecidas como Norte Novo e Novíssimo, a cultura cafeeira expandiu-se rapidamente devido a uma série de fatores, tais como: preços, política econômica governamental favorável, terras férteis, facilidade de aquisição dessas terras, clima adequado e escoamento da produção por meio das ferrovias que adentravam o sertão juntamente com a cafeicultura.

A fama de Londrina como “capital mundial do café” impulsionou o deslocamento de muitas pessoas que rapidamente ocuparam esta região, tornando-a economicamente, a principal do Estado do Paraná

Rápida como foi sua chegada também foi sua decadência. Em quatro décadas, motivada por fatores de ordem política, econômica e climática a cafeicultura entrou em declínio. No entanto, sua importância deixou marca registrada na paisagem urbana de Londrina, afinal, o estádio de futebol é do Café, o ginásio de esporte é o Moringão¹, o teatro é Ouro Verde, o maior *Shopping Center* é Catuaí, uma importante avenida da cidade – onde ainda existem os barracões do extinto IBC - é Avenida do Café e há, ainda, na zona sul da cidade, os conjuntos habitacionais populares Cafezal I, II, III e IV.

A produção de café no Brasil enfrenta os desafios próprios da agricultura familiar, tais como: a falta de assistência técnica constante, os fenômenos climáticos – geadas e secas – que afetam diretamente esta cultura e, mais recentemente, os impactos da crise mundial do café, que têm mantido o preço da *commodity* em baixa, não cobrindo os seus custos de produção. Isto tem resultado na descapitalização do pequeno produtor e na falta de investimentos e melhoria de sua condição de trabalho e de vida.

A terra e o café carregam um significado para os cafeicultores que transcende a lógica de reprodução baseada simplesmente na agricultura familiar e, representa, antes de tudo, um “sentido de vida”. Frases que compõem o discurso dos cafeicultores e que foram obtidas durante a realização do trabalho de campo sintetizam este fato, tais como: “O café existe aqui desde que o pai era vivo”; “Sou apaixonado por café”; “É a única coisa que sei fazer”, etc., corroboram que as representações sociais cumprem uma função que os identifica e, pode-se arriscar a dizer, que há uma tradição cafeeira familiar movendo e fazendo história ainda nos dias de hoje.

¹ Em referência à moringa, utensílio de barro que foi muito usado pelos cafeicultores, como também por muitos outros trabalhadores do campo brasileiro, e servia para levar água para a “roça”, mantendo-a fresca.

Neste estudo, como referência empírica de investigação, nos baseamos em dois bairros rurais do Distrito de Lerroville, localizados no município de Londrina no Paraná, denominados de Laranja Azeda e da Limeira. Esses dois bairros rurais são constituídos por pequenos sítiantes que ainda têm na cultura cafeeira sua principal atividade econômica. O objetivo do trabalho é identificar e analisar as condições de vida e de trabalho da população neles inserida, quer sejam proprietários da terra ou parceiros na produção de café.

Mesmo em uma conjuntura econômica globalizada, o capital no campo e, principalmente, na cafeicultura, ainda depende de formas não capitalistas de produção para sua reprodução, pois realizou parcialmente a transformação dos meios de produção no campo. Esse fato fica evidenciado na cafeicultura, um setor que, após a desregulamentação ocorrida no início da década de 1990, encontra-se em crise em virtude do baixo preço do café no mercado mundial.

No caso dos cafeicultores estudados, eles se constituem, em sua maioria, proprietários de pequenos lotes de terra, e incapacitados economicamente de modernizar suas atividades com capital próprio, têm no café uma das poucas atividades capazes de proporcionar trabalho e renda para suas famílias. Isso fica evidente na fala de um dos sítiantes entrevistados para a pesquisa, “Quem tem pouca terra não adianta querer outra cultura por que o prejuízo acaba sendo maior”. (Senhor L. C. B. 54 anos, proprietário no bairro da Limeira).

Os bairros rurais em que se encontram os sítiantes produtores de café são uma das poucas áreas em que a pequena propriedade ainda resiste aos avanços do grande capital, mantendo sua população no espaço rural.

Em outras áreas do município de Londrina com as mesmas características dos bairros rurais estudados, ou seja, que mantêm a pequena propriedade da terra, e que se encontram ocupadas com outras lavouras que não a cafeicultura, dificilmente seus proprietários conseguem se manter como residentes. A terra quase sempre está arrendada para o plantio de soja, tornando-as pouco povoadas.

Portanto, a tese que procuramos defender é que os sítiantes e os parceiros dos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira, ou seja, os cafeicultores, somente conseguem se manter vinculados à terra porque cultivam um produto – o café – que, apesar das crises desta atividade agrícola, é um dos poucos que ainda proporciona renda, por meio do trabalho familiar, para a reprodução social e econômica destes sujeitos sociais.

Esses cafeicultores que representam o principal núcleo produtor no município de Londrina contrariam a lógica política e econômica de expropriação que, a partir da geada de 1975, erradicou os cafezais do município. Argumentamos ser relevante, por meio da pesquisa, identificar os motivos que contribuem para que este fato ocorra.

As indagações que constituem a nossa problemática e que desde o início nortearam e ainda se fazem presentes na pesquisa, uma vez que o estudo de determinado grupo de pessoas na Geografia ou em qualquer outro ramo da ciência é dinâmico, são as seguintes:

- a) Como explicar a formação de latifúndios no município de Londrina durante o processo de ocupação das terras norte paranaense, que teve na pequena propriedade a base de sua estrutura fundiária?
- b) Quais os fatores que contribuíram para o fracionamento da grande propriedade na região sul do município de Londrina, que resultou na formação de pequenos sítios e, conseqüentemente, dos bairros rurais?
- c) Os primeiros proprietários teriam conseguido comprar uma pequena propriedade trabalhando na cafeicultura como formadores de café ou como colonos?
- d) Quais os motivos ou circunstâncias levaram os sitiantes a continuar o plantio de café, mesmo após a geada de 1975?
- e) Sendo a cafeicultura uma atividade que se encontra difundida em muitos países tropicais, o que contribui para que de tempos em tempos ocorra superprodução e, a conseqüente redução dos preços pagos ao produtor, quais são as estratégias adotadas pelos cafeicultores para se manterem na atividade quando este fato ocorre?
- f) A desregulamentação ocorrida, a partir da década de 1990, na economia nacional afetou a vida dos pequenos produtores de café, proprietários ou parceiros na produção?
- g) Até que ponto a falta de mão-de-obra está comprometendo a renda destes produtores, principalmente os proprietários de terras já idosos, uma vez que a carência de pessoal acarreta prejuízos na qualidade do grão pela não realização da colheita na época adequada ou a elevação do preço pago para a realização da colheita?
- h) A atual crise na cafeicultura que perdura a mais de uma década estaria provocando nas unidades familiares dos bairros rurais uma trajetória de

empobrecimento ou levando uma parcela das famílias a um processo de proletarização?

Partindo das indagações levantadas foram elaboradas as seguintes hipóteses de trabalho:

- a) A cafeicultura e, conseqüentemente, as pessoas que nela trabalham diretamente, representados pelos proprietários rurais, os parceiros e os trabalhadores temporários, sofreram as conseqüências políticas, econômicas e climáticas que acabaram resultando em sérios problemas sociais, que provocaram a migração da população em direção às cidades e, em particular, para Londrina, fazendo com que a população rural do município atinja índices de países europeus desenvolvidos, pois, apenas 3% da população de Londrina reside em seu espaço rural;
- b) Em se tratando de atividades agrícolas, a cafeicultura é uma das poucas lavouras em que os pequenos produtores, proprietários ou parceiros, conseguem permanecer na terra, produzindo e conseguindo se reproduzir socialmente, pois nas pequenas propriedades são capazes de gerar emprego e renda para toda a família;
- c) Assim como já ocorreu com outras culturas, estaria a cafeicultura, mesmo aquela desenvolvida em pequenas áreas, sujeita ao processo de modernização do processo produtivo pela falta de mão-de-obra; e
- d) Nas situações de crise que se abatem sobre a atividade, os cafeicultores buscam estratégias para minimizar seus reflexos. A crise atual fez com que, principalmente os pequenos sítiantes menos capitalizados, tivessem que adotar práticas dentro da propriedade relacionadas diretamente ao seu produto, como a venda coletiva do café, a compra conjunta de insumos, a busca de mercados no exterior e a obtenção de um produto de melhor qualidade. Também tiveram que buscar outras fontes de renda para garantir a manutenção e reprodução sócio-econômica enquanto cafeicultores, tendo destaque, principalmente, as atividades não agrícolas desempenhadas por algum membro familiar.

Consideramos ser pertinente a problemática proposta, por analisar as especificidades de um grupo de pequenas unidades de agricultores familiares, produtores de café, que, contrariando a lógica do modo capitalista de produção, até a presente data, não se tornaram proletários, no sentido de vender o lote e se mudarem para algum centro urbano, onde passarão a vender sua força de trabalho. Também

poderiam estar subordinados indiretamente ao capital, como no exemplo de estarem integrados a alguma agroindústria, mas nenhum caso como esse foi encontrado.

Estes cafeicultores optaram por permanecer na terra de trabalho cultivando um produto que faz parte de uma tradição familiar. Algumas famílias estão há três gerações trabalhando com o café, o que denota não se tratar de uma atividade estritamente comercial. Esta dedicação demonstra que existe uma vinculação emocional, uma paixão pelo café movendo e fazendo história ainda hoje, capaz de mover os sítiantes bem como os parceiros, na busca de dias melhores. Esse sentimento se renova a cada ano juntamente com a florada de uma nova safra.

Nossa preocupação sempre foi direcionada para o estudo das condições de vida e de trabalho dos sítiantes inseridos no meio rural. Por experiência própria, uma vez que vivemos em um pequeno distrito rural de Londrina, convivemos e acompanhamos quase que cotidianamente as dificuldades dos que persistem na permanência no meio rural, sejam os pequenos proprietários de um lote de terra, os que nela trabalham sob a condição de parceria, os que lutam para na “terra de trabalho” entrar ou, ainda, os que simplesmente vendem a sua força de trabalho.

O local escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, o distrito rural de Lerroville, teve seu principal momento econômico durante o auge da cultura cafeeira. Desde que ocorreu a erradicação dos cafezais, principalmente após a geada de 1975, com a conseqüente redução das oportunidades de trabalho para uma considerável parcela da população, os problemas sociais têm se agravado e contribuído para a gradativa diminuição do contingente populacional do distrito.

Um fator que condicionou a escolha do objeto desta tese, ou seja, os sítiantes cafeicultores que integram os bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira, foi o fato deles estarem organizados, num primeiro momento, por meio de associações de produtores e, depois, em cooperativa, a Cooperativa Agroindustrial Solidária de Lerroville (COASOL). Outro aspecto importante e que muito contribuiu para a coleta dos dados necessários foi a proximidade (variando entre cinco e sete quilômetros) de nossa moradia, bem como o estreito relacionamento que mantemos com os integrantes desses bairros rurais.

O nosso trabalho de campo se concentrou nos meses de julho e agosto de 2008, porém com a finalidade de esclarecermos algumas dúvidas surgidas e de documentarmos por meio de fotografias as diferentes etapas do processo produtivo do café, outras idas a campo se fizeram necessárias.

A temática que abordamos, apesar de já ter sido amplamente estudada no século XX, principalmente no Estado de São Paulo, retorna como objeto de investigação em outro espaço, agora em terras paranaenses. Também retorna em outro tempo, no qual o aprimoramento das técnicas e os novos equipamentos passaram a fazer parte da atividade cafeeira que sempre foi caracterizada pelo emprego de considerável quantidade de mão-de-obra em seu processo produtivo.

Dessa maneira, argumentamos estar contribuindo para uma visão de conjunto do espaço geográfico ao aprofundarmos os estudos em pequena escala sobre os sítiantes produtores de café, distribuídos em propriedades nas quais predomina a agricultura familiar.

Para que haja a reflexão e a discussão daqueles que escolhemos como sujeitos desta pesquisa – os sítiantes cafeicultores – elencamos alguns objetivos que nos propomos a verificar, sendo o objetivo principal: estudar as condições de vida e trabalho dos pequenos sítiantes (proprietários ou parceiros na produção), produtores de café nos Bairros Rurais da Laranja Azeda e da Limeira, localizados no Distrito de Lerroville em Londrina – PR,

Partindo do pressuposto de que pesquisar se aprende mediante o próprio fazer, escolhemos como método de investigação o estudo de caso, corroborando com o que nos ensina Chauí (1984) em que, o bom método é aquele que permite conhecer verdadeiramente o maior número de coisas com o menor número de regras.

Embora o estudo de caso pareça limitado para explicar a totalidade, como se fosse pequenas frações de um todo, ele contribui para que cada parte seja entendida como componente de um todo, que se constitui numa totalidade. Afinal Santos (2005) nos ensina que não há diferença entre escolher uma porção do espaço ou uma questão específica referente a todo o território. O objeto de estudo passa a ser uma categoria analítica da totalidade.

Se o método assinala um percurso escolhido entre outros possíveis, acreditamos ser o estudo de caso um caminho seguro, uma via de acesso que permite interpretar com a maior coerência e correção as questões propostas como referência empírica de investigação.

Na delimitação espacial em que se encontram inseridos estes produtores, adotamos o bairro rural como sendo a base territorial. Pretendemos estudar os dois bairros rurais não somente em sua composição interna, mas também nas relações que mantêm com todo o seu entorno, formado pela sede do município a que os bairros rurais

pertencem, bem como por outros municípios que estão, territorialmente, mais próximos a eles do que a sede do município de Londrina, local em que são tomadas as decisões administrativas que podem influir diretamente na vida das pessoas que habitam os bairros rurais.

A postura metodológica que norteará a construção do objeto dessa pesquisa pressupõe a primazia da teoria, para que seja possível a apreensão e o entendimento dos fatos empíricos. Finalmente, as técnicas empregadas foram sempre a observação direta, as entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, às quais acrescentamos a utilização de dados estatísticos, de documentos históricos, de mapas e gráficos.

Consideramos alguns fatores como fundamentais: o primeiro foi a necessária revisão bibliográfica sobre a temática referente à cafeicultura, a fim de que fundamentássemos a sua caracterização, bem como a sua importância e contribuição para a economia, tanto nos níveis mundial e nacional como, em especial, no âmbito da região norte paranaense.

A seguir, realizamos a busca de informações que se ativessem, histórica e geograficamente, às formas de ocupação e de colonização da região e os bairros rurais que definimos como nossa área de pesquisa, assim como sobre a disseminação da lavoura cafeeira e suas características.

Nesse sentido, para nossas consultas recorreremos aos acervos pertencentes às diversas instituições, dentre as quais merecem destaque: a Biblioteca Central e o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (UEL); a Biblioteca Pública do Município de Londrina; a Biblioteca do Museu Histórico Padre Carlos Weiss, também no município de Londrina; a Biblioteca do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), na qual está arquivado a maioria dos documentos do extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC) que funcionou em Londrina até 1990; os documentos do extinto Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná, arquivados no Arquivo Público do Paraná, em Curitiba; a Biblioteca do Museu do Município de Tibagi, assim como a Biblioteca Pública e ao Cartório de Registro de Imóveis do mesmo município, no qual foram efetuadas as primeiras escrituras das terras que atualmente fazem parte do município de Londrina.

A documentação reunida, além de artigos de jornais e revistas, constituiu-se nas fontes secundárias que utilizamos em nosso trabalho.

Para complementar ou para aprofundar as informações obtidas por meio desse material, inicialmente entrevistamos antigos moradores das duas maiores fazendas

produtoras de café da região: a Santa Tereza, que foi a precursora no plantio; e a Guairacá, da qual se originaram os bairros rurais pesquisados. Devido à importância destas propriedades rurais para a economia local, dedicamos-lhes parte do trabalho para sua análise.

As entrevistas realizadas com estes antigos moradores, os primeiros da região conhecida como Gleba Três Bocas, situada na parte sul do município de Londrina, demonstraram ser fundamentais para o entendimento das condições de vida na época da ocupação. O material coletado nas gravações, pela idade avançada em que se encontram nossos depoentes, se constitui em valiosa fonte de informação para pesquisas futuras.

Foram também coletados dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por meio de consulta aos Censos Agropecuários do Paraná, referentes aos anos de 1970, 1980, 1985 e 1995/1996, sobre a distribuição das terras, quanto à estrutura fundiária, o uso da terra, os principais cultivos, a produção e as condições dos produtores. Foram levantados, também, dados sobre a população rural e urbana do município de Londrina, por meio da consulta aos Censos Demográficos do IBGE nos anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 2000; Contagem da População de 1996.

A princípio, pelo fato de já conhecermos a área em estudo e, se não todos, pelo menos a grande maioria dos associados da cooperativa, iniciamos o contato com os produtores por meio da participação nas reuniões da Cooperativa Agroindustrial Solidária de Lerroville (COASOL), durante o ano de 2007 e no primeiro semestre de 2008, buscando uma aproximação, à priori, com o chefe de cada família.

Para a coleta de dados de fontes primárias utilizamos, basicamente, o método de entrevista que seguiu um roteiro semi-estruturado com questões abertas e fechadas. Algumas falas mais importantes foram incorporadas ao texto. Também foram tabuladas informações que aparecem na forma de gráficos e tabelas que ajudam a explicar a realidade das famílias dos sitiantes e dos parceiros pesquisados.

Para melhor compreendermos a organização interna dos bairros rurais, entrevistamos os dirigentes das já extintas Associações de Produtores dos Bairros da Laranja Azeda e da Limeira, pois foram estas as primeiras evidências de associativismo e união dos sitiantes na busca de superação de seus problemas.

Entrevistou-se também o presidente da COASOL, com o intuito de compreender a estrutura de funcionamento desta cooperativa.

Foi entrevistado o Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento, que também ocupava o cargo de presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento

Rural de Londrina, a fim de que pudéssemos entender o processo de desapropriação do terreno e a construção do barracão da COASOL, tendo em vista que esse processo foi moroso.

Finalmente, foram entrevistadas as famílias dos sítiantes proprietários e os parceiros na produção de café dos bairros rurais conhecidos como Laranja Azeda e Limeira, totalizando 87 entrevistas, realizadas entre julho e agosto de 2008. Do total de entrevistados, encontramos 45 proprietários e 42 parceiros.

No entanto, o número de propriedades visitadas nos dois bairros rurais somam-se 102, sendo que 78 produzem café.

Para efetuar as entrevistas e, mais que isso, poder participar de alguma forma do cotidiano dos cafeicultores, optamos por realizar a pesquisa de campo durante a época em que o trabalho é mais acentuado no ciclo produtivo da cafeicultura, ou seja, na fase da colheita.

O trabalho de campo, apreendido como uma forma de aproximação da teoria com a realidade, está intrinsecamente ligado aos estudos e à formação dos geógrafos por fundamentar o desenvolvimento da observação, da análise e da crítica à realidade, sendo que as contradições percebidas por meio deste precisam ser investigadas e compreendidas.

As entrevistas realizadas por meio de roteiro pré-estabelecido enfocaram questões relevantes na problemática de investigação, relacionadas às condições de vida e trabalho das famílias produtoras de café. Foram gravadas e transcritas as que acreditamos serem mais importantes, a fim de que não se percam dados referentes à espontaneidade dos depoentes.

Realizado o trabalho de constituição das partes que se mostraram relevantes para o estudo, foi do processo de interpretação do material colhido (descrições qualitativas e dados quantitativos) que surgiu a base para a elaboração do texto da tese.

Para a apresentação desta pesquisa, bem como os seus resultados, o trabalho está estruturado em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, procuramos ressaltar a importância que a cafeicultura representou para o país e também para o Estado do Paraná por meio de seu processo histórico e da representatividade desta cultura para a balança externa brasileira, destacando as diferentes formas de mão-de-obra utilizadas para que ocorresse um melhor aproveitamento da força de trabalho em suas diferentes épocas. Nesse capítulo, destaque maior foi dado à região norte paranaense, com ênfase às terras localizadas na

margem esquerda do Rio Tibagi, que pelo seu modelo de colonização, que teve na pequena propriedade a base de sua estrutura fundiária, viu surgir o principal município desta região, ou seja, Londrina.

No segundo capítulo, ainda embasados pela análise bibliográfica mais específica sobre a região norte paranaense, debruçamo-nos sobre a formação espacial do município de Londrina, procurando contrapor o mito que a Companhia de Terras Norte do Paraná “criou” para enaltecer seu processo de colonização. Procuramos demonstrar que a maioria das terras do município de Londrina não foi colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, mas teve na grande propriedade seu modelo de consolidação da posse de terras e, nos safristas, seus primeiros habitantes não indígenas. Procurando destacar a importância que a cafeicultura representou para o município, enfatizamos duas de suas maiores e principais fazendas produtoras de café. Foi o fracionamento da terra de uma destas, a fazenda Guairacá, que possibilitou o surgimento dos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira. Ainda neste capítulo, analisamos como foi rápida a passagem da cafeicultura como principal cultura em terras norte paranaense, durando apenas quatro décadas.

No terceiro capítulo, já tendo como recorte espacial os bairros rurais e contando com a contribuição e os depoimentos dos primeiros moradores da área de estudo, analisamos as dificuldades dos primeiros sítiantes em adquirir sua pequena propriedade, desmistificando a idéia de que o proprietário da terra procurou realizar uma “reforma agrária” em suas terras para acomodar muitos dos colonos que em sua fazenda havia trabalhado. Identificamos que além de sentirem-se agrupados num determinado espaço, no caso o bairro rural, o que mais os identifica é o fato de serem cafeicultores. Por isso procuramos demonstrar como é a organização interna das propriedades, sua infraestrutura e como ocorre o processo produtivo do café, sua principal fonte de renda.

No quarto capítulo, elaborado a partir da sistematização dos resultados obtidos com a aplicação dos questionários, discorreremos sobre as estratégias colocadas em prática por algumas famílias, quer seja de parceiros ou de proprietários, onde, por ser a propriedade pequena ou a família numerosa, outras fontes de renda têm que ser buscadas fora da propriedade. Ponderamos também sobre a necessidade e a contribuição que outras culturas ou a criação de aves, suínos e bovinos representa na autonomia alimentar dos sítiantes e como renda complementar à cafeicultura.

No quinto capítulo, utilizamos também dados do trabalho de campo, bem como informações obtidas em algumas entrevistas com as principais lideranças dos bairros

rurais com o intuito de averiguar as principais estratégias colocadas em prática pelos sitiantes para se manterem em uma atividade na qual a remuneração conseguida pela família não está sendo suficiente para permanecerem enquanto cafeicultores. O saber adquirido em anos de trabalho na cafeicultura não está sendo suficiente para superarem a crise que já dura mais de uma década. A crise econômica os levou a percorrer caminhos estranhos, inclusive a aceitar abrir mão do domínio e controle sobre a atividade, na busca de melhores rendimentos. Como não dominavam a técnica do novo sistema proposto, o orgânico, se viram obrigados a retornarem para o sistema convencional ainda mais descapitalizados, esperando dias melhores. Dias em que seja possível novamente venderem seu produto com o preço que os remunere satisfatoriamente.

Finalmente, uma das considerações possíveis de se reafirmar é que por pior que seja o momento pelo qual está passando a cafeicultura, esta é uma das poucas lavouras capaz de proporcionar renda um pouco melhor, principalmente para os pequenos proprietários e os parceiros que insistem em retirar da terra seu sustento e, por uma questão tradicional, manter seu modo de vida.

Pode parecer economicamente irracional que os cafeicultores estejam trabalhando ano após ano com receitas finais que mal conseguem cobrir os custos de produção, mas na verdade esta decisão é plenamente racional, pois se decidirem mudar o sistema produtivo por outras culturas, a maioria das famílias que vive da terra não tem qualquer poupança para fazer os investimentos necessários. Além disso, o retorno econômico gerado pelas demais culturas para aqueles que possuem pouca terra é tão baixo quanto o do café.

Dessa forma, a cafeicultura apesar do momento de crise, é a atividade que melhor remunera os pequenos sitiantes. Os cafeicultores, principalmente os mais idosos, sempre conviveram com as instabilidades na cafeicultura. O problema é que após dois ou três anos de preço em queda, o mercado reagia e com uma safra considerada boa, todos reequilibravam suas finanças. Isso é tudo que os cafeicultores esperam que aconteça nos próximos anos.

Como o objetivo deste trabalho é estudar as condições de vida e trabalho dos pequenos sítiantes cafeicultores – sejam eles proprietários da terra ou parceiros na produção - residentes em dois bairros rurais no Distrito de Lerroville, em Londrina – PR, acreditamos que se faz necessário, ainda que rapidamente, retomarmos a trajetória espacial desta lavoura no país. Afinal, este produto foi de fundamental importância para a economia, a sociedade e, sobretudo, para a configuração espacial de alguns estados, como São Paulo e Paraná, até que outros produtos o substituíssem como elemento carreador de divisas. A produção do café no Brasil imprimiu seu cunho particular à formação social e econômica do país, constituindo, podemos dizer de uma maneira análoga, a raiz, o tronco e os galhos da economia nacional (STEIN, 1957).

Por representar um elo que estabelece relações com os sítiantes ora pesquisados, com os demais sujeitos que outrora o cultivaram, achamos pertinente iniciarmos o texto lembrando a trajetória do café, para que os leitores possam se familiarizar com a história daquela que é a segunda bebida mais consumida no mundo, depois da indispensável água.

A difusão da cultura cafeeira encontra-se historicamente associada à expansão das grandes potências marítimas. Assim sendo, as primeiras xícaras do “licor arábico” foram servidas na Europa no final do século XVI, em Veneza. Foram os viajantes que voltavam do oriente que difundiram a bebida, sendo que até o século XVII, a produção de café era exclusividade dos árabes² (TAUNAY, 1945). Como o gosto pelo café já havia se disseminado pela Europa, começava entre as potências europeias uma verdadeira corrida para desenvolver o plantio em suas colônias. Mas, foram os holandeses que conseguiram as primeiras mudas e as cultivaram nas estufas do Jardim Botânico de Amsterdã, fato que tornou a bebida uma das mais consumidas no velho continente, passando a fazer parte definitiva dos hábitos europeus.

No Novo Mundo, o café foi plantado primeiro no Suriname, para depois ser plantado em outras áreas da América Central. “Consta que os primeiros cafeeiros da Guatemala foram plantados entre 1750 e 1760; em Porto Rico em 1755, no México em 1769; e, na Costa Rica em 1779” (TAUNAY, 1945, p. 24).

Na Guiana Francesa, no ano de 1726, já haviam numerosas lavouras. Por meio destas lavouras o café chegou ao norte do Brasil, introduzido em nosso país pela região Amazônica, no ano de 1727 (TAUNAY, 1945).

² Segundo Taunay (1945), parece absolutamente fora de dúvida que o café tem origem etíópica. Os mais velhos relatos de viajantes não autoriza a versão de que a Arábia tenha sido o berço da rubiácea.

Em busca de regiões com clima e solos mais adequados, a rubiácea foi sendo introduzida nas províncias do Nordeste até que no ano de 1760 chegou ao Rio de Janeiro, onde foi primeiramente plantada em uma horta pelos padres capuchinhos. A esse respeito, Stein (1957, p.14), relata o fato de que “o café aparece nos inventários dos fazendeiros falecidos sob designações diversas: primeiro como horta, depois como pomar. Mais tarde, como cafezal, começou a ser computado em centenas ou milhares de pés”.

O café disseminou-se por todo o território fluminense, mas foi nas terras da sesmária³ de Vassouras que encontrou condições favoráveis à cultura, altitude e clima excelentes para o cultivo do café, a ponto desta localidade ser considerada a primeira capital brasileira do café nas primeiras décadas do século XIX. Na época, estava no Rio de Janeiro o porto de escoamento do produto e também o centro financeiro.

Nesse período e espaço (o território fluminense), a produção de café estava baseada quase que totalmente na mão-de-obra escrava. Esse processo se iniciava com o plantio, passava pelo trato com a cultura até a colheita e, quando o número de escravos era suficiente, também era realizado o beneficiamento e, muitas vezes, o transporte até o porto.

Para melhor evidenciar a importância da mão-de-obra escrava para a cultura cafeeira no Brasil, segundo Taunay (1945, p. 166), “no ano de 1872, o recenseamento geral do império, acusara a existência de 1.510.806 escravos, dos quais quase 820.000 nas três grandes Províncias cafeeiras (Minas 370.479, Rio 292.637 e São Paulo 167.824), mais de 15% da população do país”. Já no ano de 1880, este número baixara para 1.368.097, devido à difusão dos ideais abolicionistas e também pelo fato das províncias do Norte-Nordeste do país emanciparem seus escravos um pouco antes da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888.

A situação em relação à mão-de-obra chegou a ser tão delicada que em muitas propriedades agrícolas, “era o valor dos escravos superior ao das terras, lavouras e benfeitorias” (TAUNAY, 1945, p.167). E esta mão-de-obra, apesar de defendida com todas as forças e convicções pelos fazendeiros que a dispunham, poderia ser perdida a qualquer momento, caso viesse a abolição, fato este ocorrido no ano de 1888.

Sendo o Brasil um país colonizado por portugueses, estes se adaptaram mal às exigências da lavoura, como trabalhadores do campo. A escravidão os afastava das

³ Não era o braço escravo indispensável somente ao trabalho da terra, mas também se fazia necessário para a obtenção das sesmarias da coroa de Portugal (STEIN, 1957).

culturas. “O elemento português não aportava no Brasil para trabalhar feito mouro e, menos ainda, como negro. Preferia o comércio, o negócio, principalmente mascatear pelas fazendas, persistente, até granjear posição” (MOTTA SOBRINHO, 1978, p. 77).

Para os fazendeiros de Vassouras, um dos maiores problemas era as péssimas condições das estradas, ou por que não dizer, os caminhos abertos na mata para transportar a produção de café até o Porto do Rio de Janeiro. Estes fazendeiros há tempos reivindicavam perante o governo imperial a construção de uma ferrovia para facilitar-lhes o transporte de café em direção ao porto e de suprimentos para as fazendas.

Stein (1957, p. 110-111) relata como era transportada a produção cafeeira antes da segunda metade do século XIX, de Vassouras até o Rio de Janeiro, assim dizendo:

No dia da partida para o litoral, as bestas eram reunidas em volta da tulha da fazenda. Sacos de couro, ou bruacas, eram cheios com quatro arrobas de café, e pesados na balança da fazenda. As cangalhas eram colocadas no lombo dos burros que carregavam oito arrobas igualmente distribuídas dos dois lados; quando a mula pinoteava, depois de carregada, mais uma arroba de café era colocada em cima “para acalmá-la”.

Tão precária tornou-se a situação que, em 1854 e início de 1855, o custo de transporte absorvia mais da terça parte do valor do café despachado das fazendas de serra acima até o Porto do Rio de Janeiro (STEIN, 1957).

O desenvolvimento da economia cafeeira não teria sido possível sem as estradas de ferro. A primeira estrada de ferro do café foi a Sociedade de Estradas de Ferro Pedro II, organizada pelo Governo Imperial. Suas primeiras linhas começaram a funcionar no fim de 1859. Progressivamente, o trem foi sendo utilizado para buscar o café em todo o Vale do Paraíba e estendeu-se até o Norte de São Paulo e o sudeste de Minas Gerais (SILVA, 1976). Naquela época, fazia-se urgente que os caminhos passassem, podemos dizer, das “trilhas aos trilhos”.

A cultura cafeeira, desde sua introdução na cidade do Rio de Janeiro, sempre buscou novas terras. À medida que Vassouras passou a ser uma região grande produtora de café, na cidade do Rio de Janeiro a cultura estava em decadência. Ao chegar ao Vale do Paraíba, estavam as cercanias de Vassouras já superadas, ficando somente as grandes casas das fazendas como herança de uma época, pois, as mesmas terras que, quando cobertas de matas, ofereciam tantas vantagens ao cafeicultor, uma vez desprovidas da sua cobertura natural e ocupada pelos cafezais, esgotavam suas reservas de húmus num curto período de exploração.

A passagem do café por terras mineiro-fluminenses do Vale do Paraíba foi rápida. O relevo acidentado, sob um clima tropical úmido e exploradas por uma monocultura extensiva com métodos atrasados, explicam a acelerada passagem do café por esta região. Como terra não era problema, o trecho paulista do Vale do Paraíba foi a continuação.

Nessa época, diante da total falta de meios de comunicação, principalmente de estradas, os rios foram as principais vias utilizadas pelos primeiros habitantes para adentrar e ocupar novas áreas. O Rio Paraíba indicou o caminho a ser seguido pelo café até atingir terras paulistas. A montante do rio, na direção oeste, o café ocupou a parte oriental da Província de São Paulo e também chegou à região limítrofe com Minas Gerais.

Já em terras paulistas, a lavoura cafeeira expandiu-se com mais facilidade, pois, as estradas de ferro, vencidas as dificuldades de transposição da serra, encontravam terrenos em que o quilômetro construído saia muito mais barato do que nas terras acidentadas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Com um relevo mais propício à construção das ferrovias, na medida em que os trilhos iam avançando, novas fazendas se abriam quilômetros à frente, como que numa atração para novas linhas. Café e ferrovias marcharam juntos na ocupação do interior paulista e, com eles, a imigração de estrangeiros e a crescente população.

Se no início de sua propagação pelo Rio de Janeiro fora a mão-de-obra escrava a base das atividades laborativas e da economia nacional, por conta de acontecimentos históricos, em São Paulo a presença dos escravos ficou renegada a um segundo plano, pois aí se deu a transição para o trabalho livre “assalariado” por meio dos imigrantes estrangeiros.

Este fato, no entanto, não ocorreu sem rupturas. Os fazendeiros, acostumados com a sociedade escravocrata da época, tiveram grandes dificuldades para se acostumarem com a condição dos imigrantes⁴. Estes agora eram trabalhadores, juridicamente não havia diferença entre o fazendeiro e seus empregados, seus iguais.

⁴ O senador Vergueiro é enaltecido como sendo o primeiro a buscar saídas para resolver os problemas referentes à mão-de-obra na cafeicultura, através da importação de imigrantes europeus, alojando-os em suas fazendas, principalmente a Ibicaba, localizada em Limeira, na Província de São Paulo. Não se pode deixar de concordar que fora uma alternativa arrojada para a época, mas, analisando o outro lado, o relato de um dos colonos (Thomas Davatz: Memórias de um colono no Brasil) que passou pelas fazendas do senador Vergueiro, não se pode deixar de entender como era difícil a vida de pessoas que eram tratadas como escravos, só que brancos.

Havia um confronto na concepção dos fazendeiros que os impedia de distinguir os diferentes modelos. Aliás, “o tratamento miserável dos colonos na província de São Paulo tem sua origem e sua base não apenas no modo de pensar e de agir próprio aos fazendeiros, donos das colônias, mas também no modo de pensar e de agir das altas autoridades públicas do Brasil” (DAVATZ, 1980, p. 239).

Essa imigração, que segundo Monbeig (1998, p.151), bem se pode chamar a imigração da miséria:

Fez deslocar somente para o Estado de São Paulo, entre os anos de 1827 a 1936, um total de 2.901.204 imigrantes, de várias nacionalidades. Os de maior número foram os italianos, espanhóis, portugueses, alemães, suíços, eslavos e os asiáticos. O ano recorde de entrada foi 1895, com 139.998 imigrantes.

Os grandes cafeicultores paulistas foram os que mais pressionaram para que fosse colocado em prática um programa bem-sucedido de imigração subsidiada pelo governo, o que consideravam como única solução para o problema da mão-de-obra.

Desta forma, os colonos que chegavam ao país, eram direcionados para as fazendas cafeeiras, onde passavam a trabalhar em um sistema misto de remuneração por tarefa e por produção, o colonato⁵. Esse sistema de exploração da mão-de-obra se constituiu numa forma extraordinariamente eficiente de apropriação do trabalho excedente das famílias e que lançou as bases para um efetivo mercado de trabalho capitalista. Segundo Stolcke (1986, p. 54),

Na virada do século, aproximadamente 80% da força de trabalho agrícola do Estado de São Paulo estava empregada na produção cafeeira, sob o sistema de colonato, que foi o resultado final de anos de experimentação dos fazendeiros, para achar uma forma apropriada de exploração do trabalho.

Esta nova relação de produção tinha no colono⁶ seu mais novo elemento chave como fornecedor de mão-de-obra para a lavoura cafeeira e, nos latifundiários paulistas do café, seus representantes, que com mais veemência exerceram pressão no sentido de impor uma política de “braços livres”, tão importante para suas necessidades.

⁵ Entendido como uma relação de produção que tinha na personificação do chefe de família o colono, trabalhadores que, organizados em famílias, constituíram a força de trabalho nos cafezais paulistas

⁶ Cabe aqui fazer uma diferenciação entre o que se entende por colono nos três estados do sul do Brasil e em São Paulo. Os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no sul do estado do Paraná receberam verdadeiros colonos, isto é, imigrantes que entravam imediatamente na posse da terra e passavam a viver como pequenos proprietários rurais. Não que os mesmos tivessem sido agraciados com um lote de terra pela benevolência dos Presidentes de tais Províncias na época das concessões, e sim vieram para resolver o problema da falta de alimentos. Já em São Paulo, a imigração processou-se de maneira inteiramente diferente, pois não houve colonização, mas importação de braços. Não se procurou, no princípio, colonizar, mas substituir o braço escravo pelo imigrante. Desta forma, os resultados obtidos foram bem diferentes: se no sul passou a existir o pequeno proprietário, em São Paulo um proletário rural ambulante, mudando continuamente de patrão (DAVATZ, 1980, p. 11).

Apesar de ser grande a massa de trabalhadores constituída de colonos, somente em certas circunstâncias é que estes podiam se dar bem e, talvez, até acumular algumas economias que permitissem a compra de um lote, tais como: “ter uma família grande e saudável; nenhuma multa; um empregador que o pagasse bem e fosse liberal quanto aos direitos de plantio de alimentos; um mercado próximo para os excedentes alimentares e nenhuma calamidade natural” (STOLCKE, 1986, p. 73). Desta forma, estava resolvido o problema referente à mão-de-obra para a cafeicultura brasileira.

Cabe ressaltar que as primeiras fazendas de café do oeste paulista, mais precisamente as que ficavam próximas à região de Campinas, tinham como modelo de organização as fazendas do Vale do Paraíba, quase auto-suficientes no que diz respeito aos alimentos, materiais de construção, animais de tração etc.

Resolvido o problema da mão-de-obra, os cafezais expandiram-se rapidamente pelo território paulista, atingindo as colinas suaves da Depressão na zona de Piracicaba, Tietê, Limeira e Rio Claro, onde as terras-roxas misturadas seriam os primeiros exemplos de um novo tipo de solo para a cultura do café (ARAÚJO FILHO, s.a.p).

Nesta busca por áreas novas, são alcançadas, assim, no ano de 1870, as primeiras grandes manchas de terra roxa, que se encontravam no Planalto Ocidental de São Paulo. As zonas de Ribeirão Preto e de Jaú, respectivamente nos vales dos Rios Pardo e Mogi - Guaçu e do Tietê, passam a ocupar, na última década do século XIX, o primeiro lugar na produção cafeeira paulista. Estes solos estavam entre os melhores até então encontrados para o cultivo desta riqueza. Amparados estavam os fazendeiros no tocante ao transporte da produção, já que as ferrovias Mogiana e Paulista alcançaram o vale do Rio Pardo e Mogi-Guaçu na década de 1880.

A excelente produção obtida nas terras-roxas, oriundas da decomposição de rochas basálticas, tornou Ribeirão Preto o mais próspero centro urbano do interior paulista no início do século XX. Somente o Estado de São Paulo, nesta época, produziu 15 milhões de sacas de café. Vale citar que o consumo mundial por esta época era de 16 milhões de sacas (ARAUJO FILHO, s.a.p).

A produção brasileira de café, com a qual o Estado de São Paulo respondia com cerca de dois terços, “elevou-se de 3.763.968 sacas de 60 quilos em 1870-71, para alcançar 5.547.000 no ano de 1890: e em 1900-1901 foi de 11.373. 371, para atingir a cifra de 16.270.678 sacas em 1901-1902” (MONBEIG, 1998, p. 109).

Em relação à produção mundial no período de 1829-1830, a safra brasileira representava 18% do total. No biênio 1859-1860 equivalia a 51%; e, no último

qüinqüênio monárquico chegou a 57%. Nos primeiros anos da República estes índices aumentaram ainda mais e, nos qüinqüênios de 1896-1900 e 1901-1906 chegaria a 66% e a 75% (TAUNAY, 1945).

Este aumento na produção de café que a cada ano batia recorde, fazia com que, desde 1893, os preços internacionais estivessem caindo sistematicamente como consequência da diminuição das exportações para os Estados Unidos, principal país importador do café brasileiro e da expansão mundial da produção da rubiácia.

Mas, durante alguns anos, a queda dos preços havia sido compensada pela desvalorização do mil-réis⁷, medida esta adotada para manter os preços do café.

Assim, nos primeiros anos do século XX, o Brasil possuía um estoque de 11.837.000 sacas, correspondendo a 70% do consumo mundial de um ano. Este estoque evidenciava o início de uma crise, pois estava ocorrendo o desequilíbrio entre a produção e o consumo (TAUNAY, 1945).

Em São Paulo, uma forte geada ocorreu em julho de 1918, atingindo centenas de milhões de cafeeiros. Se, por um lado, esta intempérie climática contribuiu para que ocorresse um aumento dos preços, por outro, possibilitou uma diminuição dos estoques brasileiros, ocorrendo uma verdadeira “fome de café” nos anos seguintes, “reduzindo os estoques mundiais a pouco mais de cinco milhões de sacas no ano de 1924. Esta falta de produto no mercado mundial fez com que a saca de café atingisse 206\$000 no ano de 1924, contra 147\$000 em 1923; 119\$000 em 1922; e 83\$000 em 1921” (TAUNAY, 1945, p. 385).

O aumento dos preços foi o principal termômetro para o plantio de novos cafezais. No ano de 1926, havia sido plantado no Brasil mais de dois bilhões de pés de café, sendo o Estado de São Paulo responsável por mais de 55% desse total. A média de produção mostrava-se elevada, com cem arrobas por mil pés, em geral. Desta forma, ia a produção nacional num crescente sem precedentes. No ano agrícola de 1921-1922

⁷ Isso acontecia da seguinte forma. Embora as vendas para o exterior fossem feitas em libras (moeda inglesa), os cafeicultores recebiam o pagamento de seu café em mil-réis (moeda brasileira). Assim, suponhamos que em 1893 um fazendeiro vendesse 10 mil sacas de café a 4 libras a saca, o que correspondia a 40 mil libras. Cada mil-réis valia 18 libras, e portanto o cafeicultor receberia aproximadamente 2.200 contos de réis (40.000:18). Alguns anos depois, o preço do café pago no exterior caiu de 4 para 1 libra. Assim, 10 mil sacas renderiam somente 10 mil libras, o que correspondia a apenas 555 mil-réis. Mas havia um modo de diminuir o prejuízo. Bastava interferir no valor da moeda brasileira, em relação à libra: se cada mil-réis passasse a valer apenas 7 libras e não mais 18, o fazendeiro receberia 1.428 contos de réis (10.000:7), e não somente 555. Como não havia mágica todos os produtos que o país precisa importar também ficariam mais caros, aumentando o custo de vida do restante da população (CARMO, S. I. S; COUTO, E. F. B, 1994).

foram 12.768.000 sacas; dois anos mais tarde estava em 16.210.000, para em 1927-1928 atingir a cifra de mais de 26.000.000 de sacas (TAUNAY,1945).

Se não bastassem os problemas internos com uma produção que a cada safra produzia enormes excedentes, no ano de 1929 ocorreu a quebra da bolsa de Nova York, conferindo um duro golpe para a estabilidade da economia cafeeira. O café não resistiu ao abalo sofrido no mundo financeiro e o seu preço caiu bruscamente.

Nesse processo, milhões de sacas de café estocadas foram queimadas e milhões de pés de café foram erradicados, na tentativa de se estancar a queda de preços provocada pelos excedentes de produção. De 1930 a 1933, a produção brasileira atingira 86.896.948 de sacas. Deste total foram incineradas 24.229.688 sacas. A plantação de novos cafezais não parava de crescer, atingindo mais de 4 bilhões nos países produtores; deste total aproximadamente 3 bilhões estavam em terras brasileiras (TAUNAY, 1945).

Já por esta época, nos momentos de crise, os pequenos cafeicultores resistiam melhor à depressão do que os grandes fazendeiros, pois sempre podiam retornar à produção alimentar para o mercado e para eles próprios.

Quando a economia mundial conseguiu se recuperar do golpe de 1929, o Sudeste do país voltou a crescer, desta vez com perspectivas lastreadas na cafeicultura e na indústria, que assumia parcelas maiores da economia. O café retomou sua importante posição nas exportações brasileiras⁸ e, mesmo perdendo mercado para outros países produtores, o país ainda se manteve como maior produtor de café do mundo.

Esta época foi considerada, no entanto, um divisor de águas na história do país, pois provocou alterações estruturais de longo alcance na economia. O país não podia continuar a ser refém dos cafeicultores que manipulavam a economia para se manterem, não se importando com os resultados que a população iria sofrer, como por exemplo, o aumento da inflação. Stolcke (1986, p. 95), assim se refere a este momento:

O desastre de 1929 foi de várias maneiras, interpretado como o início de um processo de lento, mas contínuo declínio econômico e político da burguesia cafeeira. Argumenta-se que a queda abrupta dos preços deu o golpe mortal nos latifúndios de café, e que nos anos 30 deu-se a vasta fragmentação de grandes propriedades cafeeiras, quando a economia se tornou mais diversificada e os cultivos se modificaram.

Apesar de o Brasil continuar a ser o principal exportador de café, nosso produto passou a ter a concorrência do café colombiano e de outros países africanos que embora produzissem um produto de qualidade inferior, era bem aceito pelos países

⁸ Affonso de E. Taunay (1945), em seu livro “Pequena História do café no Brasil”, apresenta no capítulo XLIV dados estatísticos sobre as exportações de café brasileiro nos anos de 1821 a 1941.

compradores. Isso porque eles misturavam este café de qualidade inferior com outros de melhor qualidade, importado do Brasil e comercializavam um produto bem aceito em seus mercados internos.

Se até o final da década de 1940 a abundância de terras, de mão-de-obra e o elevado custo para importar os insumos agrícolas se punham como obstáculos à mecanização da agricultura brasileira, a partir da década de 1950, começam a ser colocadas em prática pelo governo brasileiro políticas de incentivo para que ocorresse a modernização da agricultura.

Paralelamente a estas medidas, foi incentivado um programa de erradicação subsidiada do café, que tinha como objetivo eliminar os pés de baixo rendimento. Desta forma, a terra ficava liberada para outras culturas alimentares e matérias-primas para as indústrias. Os dados apresentados por Stolcke (1986, p. 202) são esclarecedores, ao afirmar que:

Entre 1962 e 1967, erradicou-se cerca de 1/3 de todos os pés de café que existiam no país. Calcula-se que mais de 721 milhões de cafeeiros foram erradicados, sendo São Paulo o estado que mais contribuiu com este número ao eliminar 465 milhões de cafeeiros, 58% do total.

Mesmo com o programa em prática, em 1960-1961, os estoques brasileiros de café haviam atingido o equivalente a mais de dois anos de exportação e as safras ainda aumentavam. A colheita de mais de 44 milhões de sacas de café no ano de 1959 foi a maior de toda a história do país, fazendo com que os preços caíssem constantemente.

O preço baixo serviu de desestímulo para os produtores que possuíam cafeeiros já velhos e pouco produtivos, principalmente entre os paulistas. Somente eram competitivos os produtores que estavam produzindo em terras recém incorporadas ao processo produtivo por proporcionarem grandes colheitas, como as do norte paranaense, onde a grande produtividade obtida permitia que os cafeicultores ainda auferissem lucros e, com isso, continuassem produzindo café, como destacaremos no item seguinte.

1.1 O Estado do Paraná antes da chegada da cafeicultura

Até meados do século XVII, o Paraná estava totalmente na periferia do sistema econômico brasileiro, pois não havia uma atividade produtiva que sustentasse sua economia, que ainda pertencia à Província de São Paulo. Somente no final da primeira metade do século XIX é que em terras paranaenses se desenvolveu uma atividade

econômica capaz de originar alguma divisa. Esta atividade baseou-se na extração da erva-mate⁹, que passou a ser processada num engenho instalado em Paranaguá no ano de 1815. Já no ano de 1854, existiam cerca de 90 engenhos instalados que contribuíram para que ocorresse uma melhora na economia da Província do Paraná, já que nesta época não era mais integrada à de São Paulo¹⁰.

Esta atividade econômica proporcionou o primeiro produto paranaense a ser exportado e com isso gerou divisas. Também foi responsável pelo aumento da renda de muitas famílias que se encontravam no interior, pois, sendo a erva-mate nativa, estas famílias passaram a fazer a extração da mesma. A esse respeito, Dénis (1951, p. 354), que no ano de 1905 percorreu as colônias de imigrantes paranaenses, relata a importância do mate para os colonos isolados na mata e também para a economia paranaense, assim afirmando:

O Paraná é o centro da produção de mate. A exploração representa aí o mesmo papel que a do café em São Paulo. É a base de toda a economia local. Com exceção das colônias, todo o Paraná, direta e indiretamente vive do transporte, da preparação e do comércio do mate, e as próprias colônias tiram do mate grandes proveitos. (...) O mate não é cultivado: cresce livremente na floresta e é na floresta que se colhem suas folhas. (...) Alguns colonos, mais felizes que outros, encontram em seus lotes um número grande de pés de erva-mate, o que constitui para eles uma verdadeira fortuna, adquirida sem trabalho.

A erva-mate paranaense era exportada principalmente para a Argentina e o Uruguai. Entre 1897 e 1902 foi tão considerável o aumento nas exportações, que o mate sozinho contribuiu com 98% do valor das exportações paranaenses. No ano de 1902, o mate participou com cerca de 3% do valor das exportações brasileiras (PADIS, 1981).

Ainda que constituísse a atividade mais importante do Estado do Paraná, a partir de 1914 o mate vai perdendo a sua condição de atividade condutora da economia, dando lugar a uma participação cada vez maior do café.

Ao contrário do que muitos imaginam, ou seja, que as primeiras plantações de café no Paraná tenham ocorrido na região norte do estado, como uma expansão da lavoura paulista, os primeiros pés desta rubiácea em território paranaense foram cultivados na região de Curitiba. Este fato pode ser explicado pelo caminho que os exploradores faziam percorrendo o litoral brasileiro e, assim, disseminando sementes ou até mesmo mudas em regiões meridionais do país.

⁹ Erva-mate – *Ilex paraguaiensis* – é uma planta nativa, que era encontrada em quase todo o território paranaense (STECA; FLORES, 2002).

¹⁰ Em 02 de agosto de 1853 foi aprovado o projeto de emancipação política, tornando o Paraná a mais jovem Província do Império.

Durante as primeiras décadas do século XIX, quase todo o café produzido no Estado do Paraná estava em regiões próximas à Curitiba, quer a caminho do litoral, quer na região dos campos de Curitiba, de Ponta Grossa ou de Castro, embora essas áreas não fossem favoráveis à atividade cafeeira, em razão de solos não adequados e do clima nada propício (PADIS, 1981).

Cabe destacar que a Província de São Paulo no último quartel do século XIX era o verdadeiro paraíso dos cafeicultores, pois não havia solo em que o café viesse a prosperar como no paulista, até então. Como a lavoura cafeeira sempre fora cultivada sem o mínimo de cuidado com os solos, sem um sistema de adubação, pois havia terra em abundância para ser ocupada com novos cafezais, o avanço para novas regiões, com solos virgens, sempre foi uma praxe.

Desta forma, em meados da década de sessenta do século XIX, a cafeicultura paulista já estava próxima dos limites do Estado do Paraná, que procurava atrair o café, porque, apesar das dificuldades conjunturais e das crises nos momentos em que ocorria uma superprodução, afetando as exportações e reduzindo os preços para o produtor, era o produto que mais representava em divisas para o Brasil.

Por esse período a região conhecida como Norte do Paraná era visitada mais por mineiros e paulistas do que pelos paranaenses, principalmente os políticos, que eram em sua maioria originários da região de Curitiba.

Sobre os motivos que levavam estas pessoas a se deslocarem para essa região despovoada, Wachowicz (1995) aponta a decadência econômica e política de muitos fazendeiros mineiros, sobretudo a partir de 1840, que passaram a vender suas terras, além do fracasso da Revolução Liberal de 1842, em que muitos por apoiarem o lado que saiu derrotado, passaram a sofrer perseguições políticas e, por este motivo, também decidiram migrar. Monbeig (1998, p. 133), aponta também a Guerra do Paraguai, (1864-1870), como um elemento que contribuiu para esta migração de mineiros para as terras do Norte Paranaense, pois “preferiu bom número deles correr os riscos da vida no sertão a sujeitar-se ao alistamento militar”.

A respeito de um desses mineiros que resolveu no ano de 1867 deixar a região montanhosa e pouco fértil da pequena Vila de Itajubá em Minas Gerais e, na busca de gleba em que pudesse estabelecer lavouras mais produtivas e criar seu gado, destacou-se a figura do Major Thomaz Pereira da Silva que, acompanhado de alguns parentes e amigos, partiu rumo às terras do Norte do Paraná. No livro em comemoração ao

Cinqüentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975, p. 36), é relatado como se deu a viagem que demorou um mês e meio, assim dizendo:

O acampamento escolhido pelo Major Thomaz Pereira da Silva, à margem direita do rio das Cinzas, transforma-se em pequena vila pioneira, com uma ruela de terra e algumas casas feitas de barro e pau-a-pique, onde se abastecem os colonos mineiros e paulistas que chegam em número cada vez maior, atraídos pela fertilidade das terras. **Eles produzem milho, arroz e feijão. Plantam cana-de-açúcar e criam porcos.** E vendem seus produtos para os comerciantes que passam a caminho de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, isso já no ano de 1882. (grifos nossos).

Percebe-se neste relato que há referências apenas aos produtos de primeira necessidade, como o arroz, o milho e o feijão, não havendo informação nenhuma sobre o cultivo do café já quase no final do século XIX. A criação de suínos também já aparece com destaque.

O fato que estimulou o plantio de café na região do Norte Pioneiro foi a chegada dos trilhos da ferrovia em Ourinhos, delineando com isso um futuro para os produtores em solo paranaense.

Com a possibilidade de venda da produção de café, pois já era possível o transporte até o Porto de Santos, as terras da região norte paranaense passaram a ser ambicionadas cada vez mais por mineiros e paulistas. Outro grande fazendeiro e um dos primeiros plantadores de café foi o Major Antonio Barbosa Ferraz Junior. “Em 1910, vende sua extensa propriedade no Estado de São Paulo e adquire extensa gleba situada na fronteira com o Paraná, entre Ourinhos e Cambará, onde derruba a mata e planta nada menos que um milhão de pés de café” (CMNP, 1975, p. 37).

Estamos procurando esclarecer que a região Norte do Estado do Paraná não pode ser entendida como uma totalidade ou, ainda, como sendo homogênea ou como uma expansão do Estado de São Paulo, como já demonstrou Padis (1981)¹¹. Um dos fatores importantes para se compreender o Norte do Paraná é que o processo não foi uma simples continuidade da expansão da cultura cafeeira oriunda de São Paulo. Pelas especificidades, podemos considerar que apenas o Norte Pioneiro foi ocupado na época em que se expandia o cultivo de café no Estado de São Paulo, ou seja, em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Já o Norte Novo e o Norte Novíssimo têm um caráter peculiar e que difere, em muito, da forma de ocupação que vinha sendo colocada em prática até então.

¹¹ Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.

Mas afinal o que se entende por região¹² norte do Paraná? Mediante esta dúvida, buscamos nos basear em alguns autores que enfocaram a região norte paranaense para que possamos identificar as diferentes concepções existentes em regionalizar este espaço que, economicamente, contribuiu com muitos dividendos para a economia deste estado, principalmente nos tempos de expansão da cafeicultura por suas terras.

1.2 O processo de regionalização do Norte do Paraná

Partindo do pressuposto de que o conceito de região deve ser analisado dentro do contexto histórico em que foi compreendido, vamos analisar o que alguns autores consideram como a “região norte do Paraná”.

Quando nos referimos à região norte paranaense, há uma preocupação em delimitá-la, quer seja no contexto da unidade da Federação ou sob o ponto de vista de variados trabalhos científicos que, cada um a seu modo, utilizam-se de diferentes conjunturas e critérios para expressar suas opiniões a respeito desta importante área do território paranaense.

O que pretendemos demonstrar é que, embora a região em estudo tenha uma extensão territorial e limites razoavelmente identificáveis, a paisagem geográfica possui muitas especificidades capazes de dar identidade a sua expressão espacial.

Assim, nas primeiras tentativas de se caracterizar o norte do Paraná como uma região, encontram-se descrições dos aspectos naturais: relevo, clima, vegetação e solo.

O Norte do Paraná localiza-se no Terceiro Planalto – Planalto de Guarapuava¹³ - sendo formado predominantemente pelo planalto arenítico-basáltico, cujas formas topográficas possuem certa uniformidade. Entre os Rios Itararé e Tibagi, o planalto acha-se fortemente dissecado pelos afluentes do Rio Paranapanema, apresentando grande movimentação do relevo. Já a partir do Rio Tibagi para o oeste, até a região de Maringá, o relevo é suave, quase plano em grandes extensões. Resumindo, o terceiro

¹² Citamos aqui, para quem tiver interesse no tema, três autores que já fizeram um minucioso estudo sobre o conceito de região, fazendo inclusive um importante resgate histórico: Corrêa (2000), Bezzi (1996) e Lecioni (1999).

¹³ Para um melhor entendimento, o relevo do Paraná encontra-se dividido em cinco linhas orográficas, assim distribuídas: Zona Litorânea; Serra do Mar; Primeiro Planalto (Planalto de Curitiba); Segundo Planalto (Planalto de Ponta Grossa) e Terceiro Planalto (Planalto de Guarapuava). A designação de Planalto de Guarapuava refere-se a uma zona em que ainda não existiam as grandes cidades novas do Norte do Paraná, como Londrina, Apucarana e Maringá (MAACK, 1981).

planalto representa a região dos grandes derrames de lavas basálticas do vulcanismo Gongwânico do Pós-Triássico até o Eo-Cretáceo (MAACK, 1981).

Quanto ao clima, o Norte do Paraná possui temperaturas entre 22,5° C e 17° C. Seu regime pluviométrico é caracterizado por duas estações, sendo uma chuvosa no verão e outra seca no inverno. Uma das grandes preocupações para a cafeicultura no inverno diz respeito às geadas. A ocorrência de fortes geadas noturnas no Norte do Paraná, que prejudicam os cafezais, se dá em geral após a passagem das frentes frias provocadas pela penetração das massas polares. A respeito das principais e mais devastadoras geadas que atingiram os cafezais no Norte do Paraná, Maack (1981, p. 101) assim se manifesta:

Quanto às geadas periódicas, é importante mencionar a entrada destruidora da frente polar na região cafeeira em 1918. Exatamente 35 anos mais tarde, outra geada devastadora atingiu até além do trópico de Capricórnio, destruindo 220.858.339 cafeeiros em plena produção no Estado do Paraná. Tal entrada de ar frio repetiu-se em 1955, destruindo 100% das plantações novas e 240.000.000 pés mais velhos que estavam em produção. Na noite de 30 para 31 de julho de 1955 registravam-se temperaturas de -5° C e -9° C na área de Araçongas e Maringá.

O Norte do Paraná constitui-se uma zona de transição em que as geadas, que para o sul são anuais e apresentam um rigor maior, tornam-se mais suaves e raras. Somente os vales estão sujeitos a estas intempéries, enquanto nos espigões a ocorrência de geadas é esporádica e branda. Por este motivo, o café em terras norte-paranaenses é plantado nas partes altas das propriedades, ficando as partes próximas aos rios, destinadas para a pastagem.

Em relação à vegetação, de uma forma bem sucinta podemos dizer que o terceiro planalto se apresenta com as seguintes características: ao norte, em sua quase totalidade, é recoberto pela mata latifoliada, onde se encontram as espécies consideradas vulgarmente padrões de terras boas para o café, como o palmito (*Euterpe edulis*), a figueira branca (*Ficus Gomelleira*), a peroba (*Aspidosperma*), etc.; no oeste predomina a mata de araucárias (*Araucaria angustifolia*) a qual se constitui também na fisionomia característica da zona central.

No tocante aos solos, o tipo predominante no Norte do Paraná é a “terra roxa”, oriunda da decomposição química das rochas efusivas básicas do Brasil meridional, muito afamadas por sua grande fertilidade, sendo um marco característico da região. Para Bernardes (1953), ao contrário do que acontece no vizinho Estado de São Paulo,

onde as eruptivas basálticas, em grande extensão, desaparecem sob sedimentos mais recentes, no Paraná pode-se falar, realmente, em um planalto basáltico cuja área corresponde a cerca de metade da área deste estado, sendo isto o que mais favorece a região. Lembra ainda a autora que no extremo noroeste o solo é arenoso, devido ao fato do basalto estar recoberto pelo Arenito Caiuá.

De fato, as primeiras tentativas de caracterizar o norte do Paraná enquanto região teve como base os dados fisiográficos do clima, da vegetação e o aspecto geológico – o derrame de *trapp*, as terras roxas. Como a ocupação de uma região se faz com homens e capitais, somente a partir do momento em que uma atividade econômica, no caso a cafeicultura se expande para esta região, inserindo-a na dinâmica econômica, é que a mesma passou a despertar o interesse do capital.

Uma das primeiras autoras que em seu trabalho, intitulado “Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná”, procurou uma nova caracterização do norte do Paraná foi a geógrafa Nice L. Müller (1956). Em seu trabalho, que parece ser o primeiro de síntese regional, a autora procurou definir a região a partir de critérios econômicos, sendo que o norte do Paraná é pela primeira vez explicitamente definido com base na área de expansão da cultura cafeeira. Este trabalho pioneiro foi um marco. A partir dele os estudos referentes a essa região passaram a adotá-lo como referência.

O norte do Paraná, para a referida geógrafa, era sinônimo de café. A região é criada, portanto, pelo movimento geral da marcha paulista do café para o oeste de seu estado, que não respeitou os limites geográficos e adentrou por terras paranaenses. Assim, a delimitação da região – a primeira questão colocada pela autora – é dada por uma mistura de elementos naturais, político-administrativos e econômicos. Seu trabalho mostrou que o chamado Norte paranaense tem seus contornos perfeitamente delimitados ao norte, a leste e a oeste, pelos Rios Paranapanema, Itararé e Paraná, respectivamente, o mesmo não acontecendo em relação ao limite sul.

A definição do limite sul é mais problemática, pois não há ali um marco geográfico marcante e nem uma fronteira política. É exatamente essa dificuldade que revela o critério adotado pela autora: a produção cafeeira. Não era, no entanto, o solo o limite a esta produção, já que o café era plantando em solos arenosos e não apenas na terra roxa. O clima foi o fator relevante.

O fator clima ainda é preponderante em relação ao limite máximo ao sul onde é plantado o café. Com isso é necessário delimitar até qual município pode ser considerada a região Norte. Aliás, este fator pode ser observado *in loco* por qualquer

pessoa que faça o percurso de Londrina a Guarapuava por rodovia. Fizemos tal percurso¹⁴ e percebemos que até o município de Manoel Ribas, localizado a 24° 31'44" S pode ser notada a presença de lavouras cafeeiras. Além deste município, em direção a Guarapuava aparece a erva mate, planta característica de terras altas e de temperaturas baixas, principalmente no inverno, definindo desta forma os limites meridionais dessa região.

Para Bernardes, (1952, p. 438) o “norte do Paraná limita-se na sua face sul aproximadamente pelo paralelo 24° S”. Esta é uma delimitação que se convencionou por haver muitos autores que concordam com este limite máximo da caminhada do café, isso porque mais ao sul deste limite, as lavouras de café estavam mais sujeitas ao risco de geadas. É sabido, no entanto que, devido às vantagens econômicas que esse produto oferecia, a área cultivada ultrapassou e muito esse limite geo-climático, chegando o café a ser plantado além do paralelo 25° S.

Como os resultados econômicos foram pouco expressivos devido ao clima nada favorável no inverno, em que as temperaturas muito baixas dizimavam os pés ou mesmo diminuía muito a produção, pode-se afirmar com tranquilidade que essas áreas não são tipicamente cafeeiras e, portanto, não devem ser consideradas integrantes do norte do Paraná (PADIS, 1981).

Já a Companhia Melhoramento Norte do Paraná (CMNP), em sua publicação de 1975, intitulada “Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná”, apresentou a seguinte configuração desta vasta área:

A região comumente chamada Norte do Paraná pode ser definida como a soma territorial dos vales muito **férteis** formados pelos afluentes da margem esquerda dos rios Paraná e Paranapanema, no arco que esses dois cursos d'água traçam entre as cidades de Cambará e Guaíra. O relevo é pouco movimentado, e a distribuição dos rios é muito regular. As altitudes variam de 400 a 700 metros e apresentam colinas suaves, vales não muito aprofundados, espigões abaulados e de **fácil acesso**. A orientação predominante dos afluentes do Paranapanema é Sudoeste-Noroeste e todos eles integram a rede hidrográfica característica do planalto definida pela Serra do Mar, cujos rios se afastam do litoral no rumo da extensa depressão existente no centro do continente sul-americano: a Bacia Paraná-Uruguaí (CMNP, 1975, p. 53) grifos nossos.

Percebe-se que já nas definições do norte paranaense, a Companhia responsável pela colonização de grande parte das terras desta região, teve o cuidado de enaltecer algumas de suas características: terras férteis e de fácil acesso. Não que as afirmações

¹⁴ Em virtude de alguns autores concordarem em delimitar o sul da região Norte paranaense como o paralelo 24° S, fizemos o trajeto Londrina a Guarapuava (dia 01/06/08) por rodovia a fim de constatarmos até onde se podia encontrar lavouras de café.

não sejam verdadeiras, mas percebe-se também o cuidado de passar informações que viabilizassem seu projeto de colonização.

Ainda segundo a publicação da CMNP, a região Norte é definida da seguinte forma: pelos Rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri, abrangendo cerca de 100.000 Km², dividida em três áreas, conforme a época e a origem de sua colonização, conforme pode ser observado no mapa 1:

- a) O Norte Velho ou Pioneiro, que se estende do Rio Itararé até a margem direita do Rio Tibagi;
- b) O Norte Novo, que vai até as barrancas do Rio Ivaí e tem como limite, a oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa. É nessa área que encontra-se a cidade de Londrina e, conseqüentemente, os bairros Rurais da Laranja Azeda e da Limeira, nosso objeto de análise;
- c) O Norte Novíssimo, que se desdobra dessa linha até o curso do Rio Paraná, ultrapassa o Rio Ivaí e abarca toda a margem direita do Rio Piquiri.

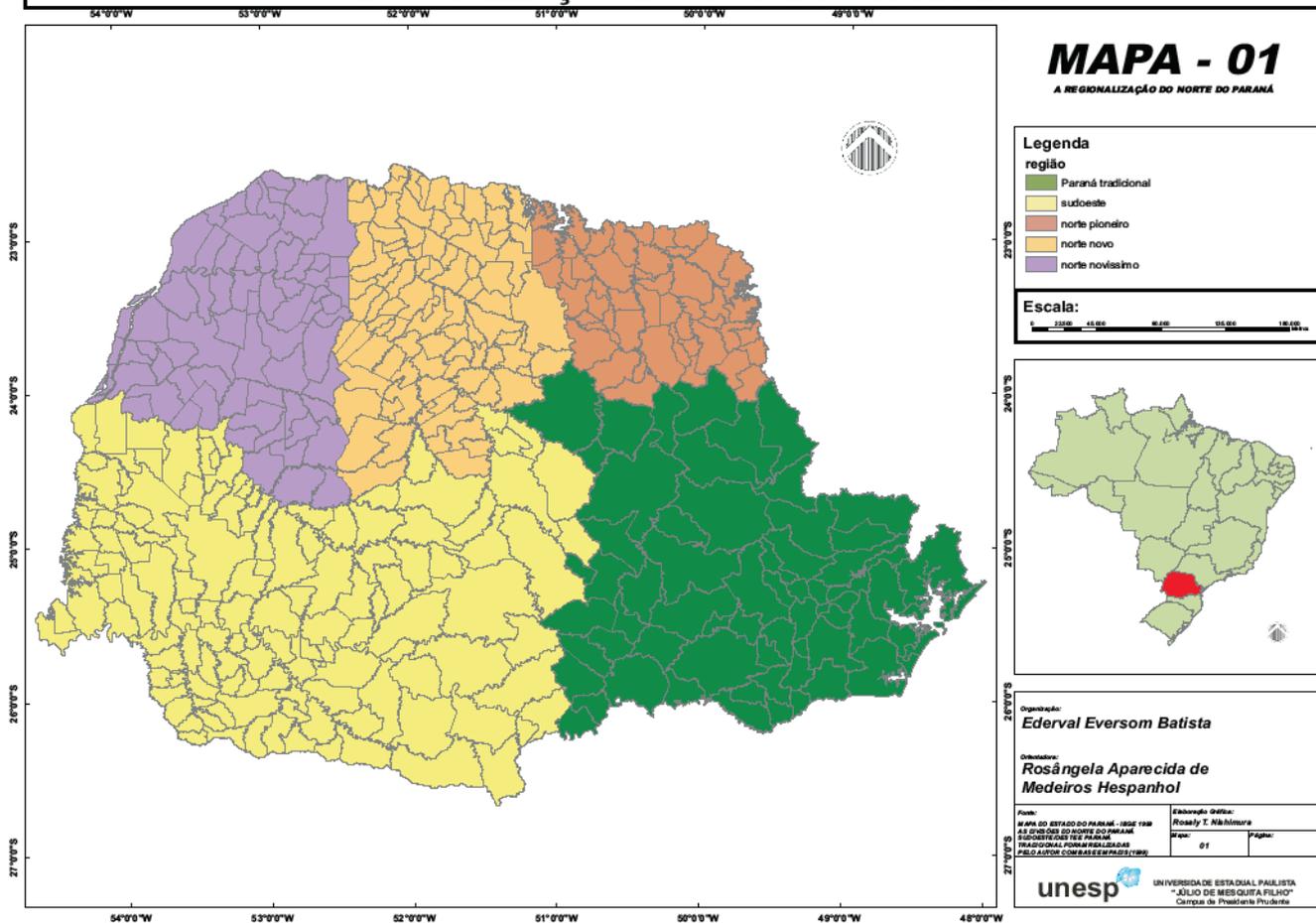
Outra autora que deu uma importante contribuição para entendermos o processo de expansão da produção cafeeira paranaense foi Cancian (1981). Para essa autora, a região cafeeira é conhecida geograficamente como o Planalto Ocidental Paranaense, compreendido entre os vales dos Rios Ivaí ao sul, e Paranapanema ao norte, sendo delimitado, a leste, pela Serra da Esperança (Serra Geral) e a oeste pelo Rio Paraná, sendo seu limite climático o paralelo de 24°.

Embora sejam as delimitações muito parecidas com as já adotadas por Müller (1956), Cancian (1981, p. 50) relata que “a região cafeeira nem sempre esteve associada à terra roxa pura e, sim, muito mais, às terras ainda virgens, recobertas de matas”. Este, aliás, sempre foi um item muito valorizado na expansão da cultura cafeeira, pois as terras cobertas de matas tinham condições de proporcionar grandes produções por alguns anos sem precisar necessariamente de complementos, como adubos, para aumentar a produção.

Os autores analisados consideram a região geográfica como sendo aquela definida por Vidal de La Blache e seus discípulos, ou seja:

Que tem seus limites determinados por diversos componentes: uma fronteira pode ser o clima, outra o solo, outra ainda a vegetação. O que importa é que na região haja uma combinação específica da diversidade, uma paisagem que acabe conferindo singularidade àquela região (CORRÊA, 2000, p. 29).

A REGIONALIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ



Esta paisagem do Norte Paranaense que confere singularidade pela sua vegetação e também pelos seus solos produtivos, após o período em que a mesma passou a existir para o capital, poderia ser identificada da seguinte forma: uma região portadora de uma exuberante cobertura vegetal, intrínseca desta área e que apresentou algumas espécies nativas tais como: o Pau-d'alho (*Gallesia Integrifolia*), a Figueira Branca (*Ficus Sp*), a Peroba (*Aspidosperma*) e os Pinheiros Araucárias (*Araucária Angustilolia*), espécie esta que já colocava em destaque o contato com o Brasil Meridional, com seu clima mais ameno.

Estas características naturais ajudaram a atrair os compradores de terras por serem consideradas como sinal de solo fértil e produtivo. Em seguida, a característica do solo (terra roxa) foi outro elemento que ajudou e ainda ajuda a caracterizar a região. Sinônimo de terra produtiva, a região ficou conhecida além das fronteiras brasileiras como a “Nova Canaã” ou mesmo a “Terra Prometida”, isso graças ao modelo baseado na pequena propriedade que possibilitou uma rápida colonização das terras localizadas a oeste do Rio Tibagi.

A paisagem foi modificada e os elementos naturais deram lugar a um produto que, por muitos anos, representou o país no exterior. A junção dos componentes solo, clima e vegetação fizeram a região ganhar uma nova identidade e ficar conhecida como a região do café, assim como já o foram regiões do Estado do Rio de Janeiro (Vassouras) e de São Paulo (Ribeirão Preto).

Se no passado o café representou economicamente a região, no período atual não há um produto que a identifique. O café, apesar do curto ciclo na região, apresentou resultados econômicos muito significantes para o Estado do Paraná. No entanto, seus rendimentos não ficaram na região, foram drenados para a capital paranaense, para o Estado de São Paulo e, porque não dizer, também para outros países. O capital gerado foi investido em outras finalidades, afinal, o processo de industrialização centrado em São Paulo com maior vulto a partir da década de 1940, só pode ser compreendido à luz do dinamismo criado pela lavoura cafeeira em tais regiões.

A região norte paranaense, a última zona por onde se espalhou a cafeicultura, aquela que havia começado no Rio de Janeiro, não foi contemplada com a mesma primazia de outras épocas.

O Estado de São Paulo foi eficiente em promover a integração de mercados, quer seja pelas ferrovias ou pelas rodovias, muitas delas construídas com recursos provenientes do café. A indústria paulista tinha maiores condições de abastecer a

demanda de diversas regiões do país, em especial a norte paranaense, pela pouca distância que as separam.

Caracterizada a Região Norte do Estado do Paraná como tendo na cultura cafeeira o seu fio condutor, passaremos a destacar como ocorreu a sua ocupação, a fim de entendermos a importância que a cafeicultura paranaense passou a ter no cenário nacional. Para isso, procuraremos fazer uma análise histórica da cafeicultura no Estado do Paraná.

1.3 A colonização influenciada pelo modelo paulista: o Norte Pioneiro

A história registra que já foram várias as denominações dadas à região situada entre os Rios Paranapanema, Itararé e Tibagi. Wachowicz (1995) afirma que ela já foi chamada de Região do Valuto¹⁵ pelos sertanejos paulistas, que também usaram o termo Panema derivado do nome do Rio Paranapanema. O usual foi por algum tempo a expressão Norte Velho, que acabou não se sustentando, pois os não conhecedores poderiam imaginar que a ocupação do território paranaense teria se iniciado por esta região. Assim, estabeleceu-se o Norte Pioneiro, que não contradiz o fato da ocupação do Norte como um todo ter se iniciado a partir dessa região.

O início da ocupação desta região retrocede à década de 1840, quando duas iniciativas independentes, uma com a ajuda do governo Imperial e outra de cunho particular, possibilitaram que as primeiras incursões fossem realizadas nessas terras. A primeira iniciativa deveu-se a necessidade estratégica de ligar o litoral à Província de Mato Grosso e, a segunda, pela passagem de tropeiros e de fazendeiros mineiros pelo registro do Itararé que, conduziram-nos a organização de posses de terras na região (WACHOWICZ, 1995).

As duas iniciativas conduziram à constituição de latifúndios. Pelo lado da iniciativa Imperial, coube ao Sr. João da Silva Machado, o Barão de Antonina, o serviço de apontar um caminho terrestre-fluvial para o Mato Grosso. Este personagem ficou conhecido como o primeiro “papa-terras” do Paraná, devido aos interesses latifundiários que o mesmo detinha para criar seu rebanho bovino (STECA; FLORES, 2002).

¹⁵ Denominação que as populações sertanejas de São Paulo davam às terras desabitadas da margem esquerda do Rio Paranapanema. (WACHOWICZ, 1995).

A busca de um caminho para o Mato Grosso era uma tarefa difícil de ser realizada devido à grande distância. Por esta razão, uma das ações do Barão de Antonina foi a fundação da colônia agro-militar Jataí para dar apoio às expedições. Cabe ressaltar que este caminho entrou em ostracismo quando um novo caminho para o Mato Grosso surgiu em terras paulistas, o caminho Santos-Rio Tietê.

Para resolver a questão referente à mão-de-obra, foi utilizado o sistema de aldeamento indígena. Apesar de despovoadas, as terras do Norte do Paraná eram ocupadas pelos índios Kaingang que no ano de 1858 apareceram em uma das fazendas que o Barão de Antonina possuía. Steca & Flores (2002, p.121) assim descrevem como ocorreu um desses embates, tendo o latifundiário tirado vantagem em aceitar que os indígenas permanecessem em suas terras:

Devido à impossibilidade de retirar à força os índios da fazenda, o Barão teria sido aconselhado a aceitar o aldeamento em uma de suas fazendas, localizada em plena Serra dos Agudos, com uma topografia acidentada, imprópria, no entanto, para a criação de animais. Além do que, com a presença dos índios em aldeamento, haveria disponibilidade de mão-de-obra, o que poderia valorizar muito mais rapidamente outras *propriedades*¹⁶ do Barão próximas a região.

De acordo com Wachowicz (1995, p. 244) que pesquisou esta região paranaense, “no ano de 1859, o barão passou para o governo imperial a fazenda São Jerônimo, com o exclusivo fim de servir de refúgio e abrigo aos índios Kaingang. Era a propriedade superior a 33.000 ha”. Este é outro exemplo que serve de parâmetro para que se possa ter noção do tamanho que cada latifúndio tinha quando de sua posse em terras no Norte Pioneiro.

Sendo os indígenas desprovidos do senso de limites de suas terras, os mesmos continuavam a freqüentar as terras do Norte do Paraná, sempre retornando ao aldeamento São Jerônimo no inverno, para comer pinhão, abundante que era na região. Suas terras começaram a ser ambicionadas e ocupadas por posseiros¹⁷ que, com o passar dos anos, foram conseguindo a permanência na terra. Segundo informações¹⁸ obtidas na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no escritório de Londrina, dessas terras, hoje, somente 5.090 ha encontram-se em mãos dos indígenas, divididas em duas reservas: Barão de Antonina e São Jerônimo, com aproximadamente 950 indígenas.

¹⁶ Grifo nosso por entender que a palavra proprietário não pode ser utilizada para tal representação, pois a aquisição não se realizou pela compra. O termo mais apropriado nos parece ser dono, que origina-se do donatário.

¹⁷ Como não é objeto de estudo desta pesquisa, não se dará muita atenção ao assunto, mas maiores informações podem ser obtidas em (BATISTA, 1996).

¹⁸ Informações obtidas por meio de entrevista realizada em agosto de 2008.

Apesar da fundação da colônia militar Jataí, permaneceu o Norte do Paraná, até o último quartel do século XIX, como sertão desconhecido e desabitado. Percebe-se que como “não houve povoamento”, não havia nenhuma organização quanto à forma de colonização no Norte Paranaense até a segunda metade do século XIX, pois, até o ano de 1866, depois de vinte anos de existência da Colônia Jataí, apenas 36 lotes haviam sido demarcados.

Já a segunda iniciativa que possibilitou o povoamento das terras no Norte Paranaense está associada à condução de tropas do Rio Grande do Sul a São Paulo e que, naturalmente, teria que passar por território paranaense. Nestas andanças, tropeando principalmente mulas que muito ajudaram no transporte do café das fazendas até os Portos do Rio de Janeiro e de Santos, é que tomaram conhecimento de que havia vastas extensões de terras férteis e devolutas.

Nesta tarefa destacaram-se, primeiramente, alguns decadentes fazendeiros mineiros que buscavam novas áreas no Norte do Paraná, isto é, no valuto. Este fluxo inicial de migração mineira ocupou praticamente as terras localizadas entre os Rios Itararé e Cinzas. Esta ocupação também se fez na forma de grandes propriedades. Os fazendeiros conseguiam terras mediante concessão junto ao governo Imperial ou se apossavam delas, como era de costume na época. A terra possuída, os mineiros chamavam de água. Quem fazia uma posse procurava a cabeceira de um riacho, pois se instalando nesta área era dono da água, isto é, do terreno que margeava o riacho. Agindo desta forma, as posses caracterizavam-se por terem grande extensão territorial.

Segundo Wachowicz (1995, p. 246), “um desses grandes posseiros era Joaquim José de Azevedo, que ao morrer possuía 42.000 alqueires (101.640 ha) entre os vales do rio das Cinzas e Laranjinha”. Em virtude da total falta de meios de comunicação e de transporte, as terras possuíam pouco valor, sendo que, “em 1843, do divisor de águas entre os rios Itararé e Cinzas, surgiu a posse de Joaquim José de Sene, que a vendeu cinco anos após por uma espingarda de carregar pela boca” WACHOWICZ (1995, p. 246).

Pelos exemplos citados nota-se como se originavam os latifúndios e o pouco valor que os mesmos possuíam. Era comum também, depois de registrada a posse, a doação de um terreno para que fosse iniciado um patrimônio, ou seja, um núcleo urbano. Foi desta forma que no ano de 1843 surgiu o núcleo denominado São José do Cristianismo que, mais tarde, em 1867, passou a chamar-se São José da Boa Vista.

Também outras cidades do Norte Pioneiro, como Siqueira Campos (1862) e Venceslau Brás (1867) tiveram nesta forma seu início como núcleo urbano.

Esta, que podemos chamar de primeira frente pioneira¹⁹, mesmo com todos os percalços, chegou até o Rio Cinzas e, como os mineiros tinham maior poder aquisitivo, se tornaram os proprietários de terras, enquanto que a mão-de-obra agrícola era predominantemente paranaense, recrutada principalmente nos Campos Gerais, Castro e Ponta Grossa. Wachowicz (1995, p. 246) cita o exemplo de São José da Boa Vista dizendo que no ano de 1884, “sua população era constituída de 47,6% de paranaenses, 33,4% de mineiros e apenas 14,3% de paulistas”.

O grande problema desses núcleos era a comunicação com o mundo exterior, pois não havia ao menos estradas em condições de uso que dessem acesso ao Estado de São Paulo. O que havia eram os chamados “picadões”, pequenas aberturas na mata que, com o uso, deram origem às primeiras estradas de rodagem.

Este motivo dificultava o plantio de um grande número de cafeeiros na região. A economia era baseada na policultura. O arroz, o feijão e o milho eram plantados para servir como alimentação, o algodão para o vestiário e o fumo, sendo difícil a comercialização dos produtos com outras zonas, pois “a deficiência no sistema viário, não se limitava apenas às ligações entre o planalto e o litoral. Na verdade, todo o Estado era precariamente servido pela rede de comunicação” (PADIS, 1981, p. 77).

Era a deficiência em relação ao transporte que fazia com que os primeiros ocupantes de terras no Norte Paranaense não objetivassem a lavoura cafeeira. A esse respeito Cancian, (1981, p. 53) assim se manifesta:

Longe dos portos e sem caminhos que ligassem satisfatoriamente o Sul e o Norte do Estado, as exportações eram proibitivas. Não bastava a presença da terra roxa, nem preços favoráveis. Faltavam meios para atingir os mercados externos e por isto essa produção se manteve a níveis irrisórios até que se completasse um quadro satisfatório capaz de motivar a extensão do plantio.

O sentido de proibitiva diz respeito aos prejuízos que certamente acarretariam o transporte do café até o Porto de Santos. Cancian (1981, p. 54), retrata uma tentativa frustrada no ano de 1897 de produzir e transportar café na região Norte Paranaense, relatando os prejuízos, dizendo que “depois de conduzida em lombo de burro a

¹⁹ Cabe aqui lembrar que a simples penetração de indivíduos isolados adiante das zonas regularmente povoadas não pode ser considerada como o avanço pioneiro. A existência de uma zona ou faixa pioneira pressupõe uma intensificação no povoamento e na ocupação agrícola de uma zona, uma aceleração da área derrubada, um afluxo regular de população proveniente de outras zonas mais velhas, a abertura de estradas, o aparecimento de vilas e cidades (BERNARDES, 1953).

Cerqueira Cesar, ponta dos trilhos da Sorocabana, dera como resultado, na conta de venda, um prejuízo de 154\$000, incluídas todas as despesas fora as de produção”.

Como já dito anteriormente, somente no ano de 1910 é que foi realizada a plantação de uma grande lavoura cafeeira em terras do Norte Paranaense, na divisa com São Paulo, que favorecia o escoamento da produção, pois os trilhos da Ferrovia Sorocabana já haviam chegado a Ourinhos (SP). Este fato explica a peculiaridade da cafeicultura paranaense, principalmente nas primeiras décadas em que entrou em franca produção, de se manter ligada muito mais ao Estado de São Paulo que ao Paraná, aproveitando-se da infra-estrutura pré-existente.

A ligação com São Paulo se fez devido à própria ocupação. Se a princípio foram os mineiros os primeiros a se estabelecerem, nas últimas décadas do século XIX coube aos paulistas buscar em solo paranaense a expansão para suas lavouras de café.

Assim como já relatado, um dos mais importantes fazendeiros paulistas a se instalar na região Norte foi Antonio Barbosa Ferraz, que se fixou entre Ourinhos (SP) e Cambará (PR), plantando mais de um milhão de pés de café. Segundo Cancian (1981, p. 55), “um grupo de paulistas logo o seguiu, adquirindo também grandes extensões de terras no Norte Pioneiro”.

Partiu deste fazendeiro, juntamente com os demais que o seguiram, a iniciativa de construir uma ferrovia que ligasse Cambará à Estrada de Ferro Sorocabana, em Ourinhos, pois ele acreditava que não bastava produzir, era preciso escoar a produção. Os governantes paranaenses não viam muitas vantagens na construção de tal obra, pois estaria contribuindo ainda mais para que o café fosse escoado para o porto paulista de Santos.

Preocupado com as exportações crescentes de café pelo Porto de Santos, sem que deixassem divisas para o estado, somente em 1912 o Governo do Paraná começou a construir um ramal ferroviário ligando Jaguariaíva a Jacarezinho para que o café produzido em território paranaense pudesse ter como destino portos paranaenses. Porém, a construção deste ramal foi muito lenta. Em 1924 chegavam seus trilhos a atual Joaquim Távora e, apenas em 1930, em Jacarezinho. Essa lentidão levou a população a apelidar o ramal de “ferrovia dos desmaios” (WACHOWICZ 1995).

As terras do Norte Pioneiro eram pouco exploradas. Segundo Cancian (1981, p. 61) “apenas 4,2% do total da área dos estabelecimentos era cultivada em todo o estado. No Norte, embora fosse essa a região agrícola mais nova, essa mesma relação chegava a

13,3%, sendo que os cafezais ocupavam 5,7%”. Daí se deduz que grande parte das terras paranaenses durante a década de 1920 ainda achavam-se recobertas de mata.

Apesar de o Norte Pioneiro ter sido historicamente caracterizado como uma região em que havia a predominância de grandes estabelecimentos, os dados apresentados pela tabela 1 para o ano de 1920, segundo informações compiladas de Tomazi, (1997) deixam claro que os estabelecimentos com até 100 ha representavam quase 2/3 dos mesmos. O que havia, assim como nos dias atuais, era uma brutal concentração da terra, já que apenas 2,52% dos estabelecimentos ocupavam mais de 1/3 de toda a área.

Outros fatores podem explicar o aparecimento das pequenas propriedades, como por exemplo, a diminuição dos lucros com a superprodução brasileira ou mundial de café, gerando desinteresse no grande produtor pela expansão cafeeira. Na busca por novas terras, as antigas grandes propriedades eram fragmentadas e vendidas em pequenos lotes, assim como aconteceu em terras paulistas.

Tabela 1 – Área e número dos estabelecimentos agropecuários no Norte Pioneiro segundo classe de área – 1920

Classe de área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área total	%
Até 41 ha	723	32,14	16.888	4,3
De 41 a 100 ha	742	33,00	50.221	12,5
De 100 a 400 ha	598	26,59	108.037	26,9
De 400 a 1000 ha	129	5,75	78.210	19,5
+ de 1000 ha	57	2,52	147.826	36,8
Total	2.249	100,00	401.182	100,00

Fonte: Censo Agrícola de 1920 – IBGE (*apud* TOMAZI, 1997, p. 174)

Enquanto as velhas fazendas iam se fragmentando, permitindo que a pequena propriedade também existisse, se bem que à margem daquelas grandes fazendas, a frente pioneira ia avançando em direção a oeste e, com isso, realizou-se a colonização da área entre o Rio Laranjinha e o Rio Tibagi. Este processo que se tornou contínuo, determinou o aparecimento de outros importantes núcleos urbanos como: Cambará (1904), Bandeirantes (1921), Cornélio Procópio (1924) e Andirá (1926).

As terras localizadas na margem direita do Rio Tibagi, portanto no Norte Pioneiro, tiveram apenas dois modelos de colonização dirigida, também chamados de movimentos ocupacionais organizados.

No ano de 1922, uma missão japonesa visitou a região e adquiriu de Antonio Barbosa Ferraz, que tinha organizado a Sociedade Agrícola Barboza, parte de uma de suas fazendas. A área permaneceu desocupada na retaguarda da frente pioneira por um determinado tempo, até que no ano de 1931, foi fundada a colônia Assaí. No ano de 1936 estavam divididos os 575 lotes, com uma média de cerca de 10 alqueires cada (24,2 ha), abrangendo um total de 5.561 alqueires (13.457 ha). Outra colônia fundada por japoneses foi Uraí. À semelhança das colônias japonesas em São Paulo, a vinda de imigrantes foi cuidadosamente preparada e o colono, assistido pelo agrônomo e pelo médico e amparado pela administração da colônia, logo pode se dedicar à lavoura (BERNARDES, 1953).

A base econômica nas duas colônias não era o café, mas especialmente o algodão. No entanto, conforme destacam Steca & Flores (2002), na década de 1930, um dos imigrantes japoneses, o senhor Yoshimi Kazahaya acabou transformando-se no principal fornecedor de mudas de café da região Norte Pioneira.

Podemos afirmar, então, que a ocupação iniciou-se tendo como base as grandes fazendas dos mineiros que primeiramente lá chegaram e que tomaram posse das terras. Já quando se pensa em colonização, ou seja, os desdobramentos ocasionados pela cafeicultura na Região Norte, percebe-se que houve a necessidade de parcelamento da terra para garantir a mão-de-obra necessária para o cultivo do café.

Sendo o café uma cultura que sempre procurou solos mais produtivos, a busca por novos espaços sempre foi uma constante em seu processo de penetração por terras ainda cobertas de matas. É neste íterim que a cultura cafeeira alcança, na década de 1930, as terras localizadas na margem esquerda do Rio Tibagi, região esta que ficou conhecida como Norte Novo e Novíssimo e que será analisada com maior ênfase, por ser o modelo clássico que serviu de padrão para as terras aí localizadas, inclusive, apesar das suas especificidades, para os bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira.

1.4 A colonização do Norte Novo e Novíssimo

Para podermos explicar como ocorreu a ocupação das terras situadas na Região do Norte paranaense, faz-se necessário esclarecermos, ainda que rapidamente, como se processava a questão da terra no Brasil. Salientamos ainda que, devido às especificidades do modelo de colonização implantado pela CTNP, embora esteja compreendido dentro dos limites do Norte Novo, trataremos em um item a parte.

No Paraná Tradicional, ou seja, na área dos Campos Gerais, a ocupação e a propriedade da terra, como de resto em todo o Brasil, estabeleceram-se pela posse e pela concessão de sesmarias.

As posses iniciais nessa região foram feitas pelos ricos e poderosos habitantes de São Paulo, Santos e Paranaguá. Westphalen *et al* (1968, p. 8) descreve como era o procedimento de quem queria fundar uma fazenda:

Para fundar uma fazenda, o empreendedor mandava um seu preposto, com alguns escravos tomar posse da terra, para onde conduziam algumas cabeças de gado. Depois, alegando essa posse, requeria a sesmaria. (...) Entre 1725 e 1744, mais de noventa sesmarias foram requeridas, alegando-se a ocupação anterior, por pessoas de São Paulo, Santos e Paranaguá. O número, porém, de requerimentos dessas sesmarias, que variavam de tamanho entre 4 mil e 8 mil alqueires paulistas, era muito menor que o número de sesmarias, o que significava que a mesma pessoa requeria mais de uma.

O regime de sesmaria ou mesmo as doações feitas pela Coroa Imperial fez-se presente principalmente em terras situadas no chamado Paraná Tradicional, aí implantando grandes fazendas. Com isso, a maioria das terras do estado passou a ser considerada terra devoluta com a Lei de Terras de 1850²⁰.

Em relação às questões envolvendo a posse da terra no Brasil, o país passou por um período de 28 anos sem nenhuma lei que regulamentasse a questão da terra. Criada a Lei de Terras, a regularização fundiária esbarrava, no entanto, em um problema maior, que extrapolava os limites de poder do governo provincial paranaense. Ocorre que a Lei de Terras, o instrumento jurídico que regulamentava a questão fundiária no Brasil, estabelecia que as terras devolutas constituíam-se propriedade da União e que, em vista

²⁰ A lei N^o 601, de 09/01/1850 determinava que somente a compra legalizava a propriedade das terras. Se até 1822 vigorava o regime das sesmarias, herança da Colônia, nas primeiras décadas do Império coexistiam duas formas de acesso à terra: as doações realizadas pela coroa, sempre para quem detivesse algum prestígio, e a posse pela simples ocupação. Esta Lei foi criada pela pressão de fazendeiros para que o Império criasse uma alternativa de manutenção da mão-de-obra. Era importante dificultar o acesso à propriedade da terra a fim de que os imigrantes, assim que chegassem ao Brasil, não tivessem outra alternativa a não ser trabalhar nas lavouras de café, vendendo sua força de trabalho. Isto também ocorreu com os negros após a Abolição, demonstrando que a Lei serviu ao capital agrário exportador, representado pelos grandes fazendeiros, principalmente de café.

disso, competia ao Governo Imperial e não aos governos provinciais, criar qualquer tipo de legislação ou tomar qualquer tipo de decisão envolvendo estas terras. (SERRA, 1991).

Isto explica as posses que surgiam em terras paranaenses sem que nenhuma medida pudesse ser colocada em prática para impedi-las. Este imbróglio permaneceu até o ano de 1891, quando a primeira Constituição Republicana atribuiu aos recém criados estados, em substituição às províncias, a competência de legislar sobre terras devolutas existentes em seus respectivos territórios. Somente a partir daí é que o Paraná passou a ter condições de controlar a apropriação de suas terras.

E o governo do Paraná procurou agir, pois, tão rápido e desordenado era então o movimento ocupacional no Norte do Estado, que o dirigente do estado, já em 1892, se preocupava em estabelecer algumas normas reguladoras dessa ocupação. Tanto é que:

Nesse ano, em uma mensagem ao legislativo, enfatizava a necessidade de legislar sobre terras devolutas (...) autorizando a venda de terras do Estado sitas (...) no vale do Paranapanema, que são tão ambicionadas pelos mineiros e paulistas e que, por estes últimos são consideradas, para a cultura do café, como prolongamento do território de seu Estado. (PADIS 1981, p. 88).

Diante disso, visando eliminar a ocupação ilegal e predatória do solo e de suas matas e, mais que isso, torná-las produtivas para o capital, o governo do estado deu início a uma ocupação planejada da região via concessões governamentais, que tendia a acabar com a forma como grandes extensões do território estavam sendo apropriadas irregularmente, sem o mínimo controle do poder público.

Já o início da ocupação das terras localizadas na margem esquerda do Rio Tibagi, na parte denominada de Norte Novo, é controversa. Tomazi (1997, p. 174) relata que:

A (re)ocupação se deu por diferentes caminhos e em vários pontos do território situado ao norte do estado do Paraná. O primeiro caminho foi o dos tropeiros, que sempre deixavam grupos no caminho. O segundo foi a passagem de mineiros e paulistas pelo rio Itararé, mais tarde pelo rio Paranapanema. (...) e depois na altura de Presidente Prudente, que permitiram a fundação de dois pólos depois designados Sertanópolis e Primeiro de Maio, e também a área da “Fazenda Brasileira”, não esquecendo-se da região nucleada por Campo Mourão.

O autor afirma que a área foi (re)ocupada, pois o mesmo considera que as terras já estavam ocupadas pelos indígenas, citando diferentes caminhos por onde ocorreu a ocupação de terras no norte do estado, mas não faz menção alguma aos povoadores que, originários do sul do estado, foram penetrando e se instalando na região.

Este, que foi para Westphalen *et al* (1968, p 10), “o último movimento de expansão das populações dos Campos Gerais, já no século presente, realizado na direção de Tibagi. Tibagi foi o centro dessa pequena frente pioneira que alcançou Queimadas e Faxinal de São Sebastião”.

Bernardes (1953, p. 361) corrobora também esta hipótese e assim se manifesta:

A primeira penetração no 3º. Planalto a oeste do Tibagi foi feita pelo sul, tendo como ponto de apoio a vila de Queimadas, atual Ortigueira. Suas terras férteis, ocupadas por vastos pinheirais facilmente penetráveis atraíram caboclos e ex-colonos que, partindo da vila de Ortigueira, galgaram a escarpa e, no alto do planalto, estabeleceram suas roças, espontânea e desordenadamente. Muitos destes elementos eram provenientes da colônia Assunguí e de outros núcleos decadentes. Em regra geral, eram indivíduos despejados de terras ocupadas indevidamente ou foragidos da lei.

Concordamos com Bernardes quando aponta que a penetração começou pelo sul, com o avanço de uma frente de expansão oriunda dos Campos Gerais, ou seja, do Paraná Tradicional, conforme pode ser observado no mapa 2.

Faz-se necessário esclarecer que estes povoadores eram constituídos de caboclos que se embrenhavam na mata e passavam a viver uma vida com o mínimo necessário, sem ilusão de prosperarem ou de obterem uma vida melhor. Portanto, eram pessoas que praticamente inexistiam para o capital. Esta situação era o contrário do que o governo do estado pensava para as terras do norte paranaense com as concessões, com a formação de uma ampla camada de produtores agrícolas mercantis.

No Paraná, o período compreendido entre 1840, data da chegada dos primeiros ocupantes mineiros na região, e 1916, ano da criação da lei estadual nº 1642²¹, marca o início e o fim, respectivamente, da forma de ocupação de terras sem nenhuma regulamentação. Segundo Serra (1991, p. 30), “adquirir terras no Norte do Paraná não significava comprar, transacionar terras devolutas, mas simplesmente tomar posse e depois requerer como nos tempos das sesmarias, o direito de propriedade junto ao Estado”. A intenção do governo era acabar com esta fase de “ocupação espontânea” e assumir ele próprio os projetos e, em seguida, transferi-los para a iniciativa privada.

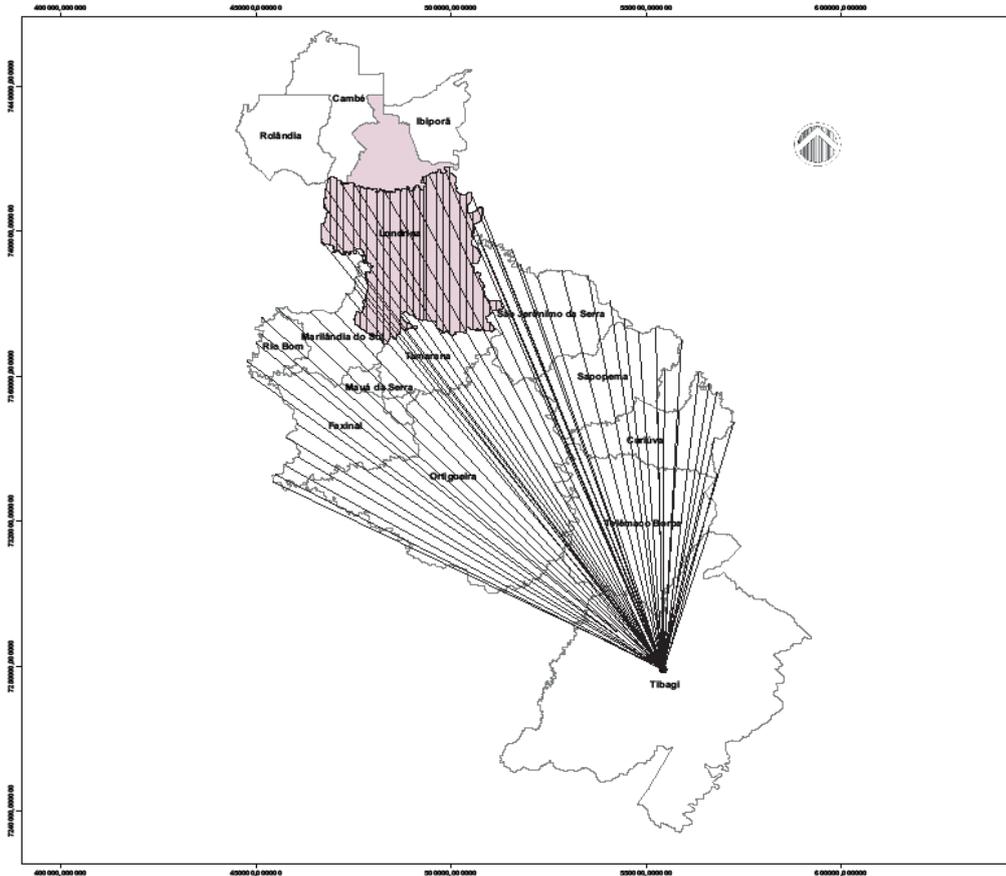
Desta forma, o governo do estado promoveu, especialmente durante o segundo decênio do século XX, a divisão em lotes e a venda a preços bastante baixos da extensa área de terras no norte paranaense. Essa ocupação se deu por concessão do governo do estado a companhias particulares.

²¹ A lei 1.642 de 1916 estabelecia uma interferência direta do poder público, fazendo com que as terras devolutas pudessem ser ocupadas de modo mais rápido, através de concessões governamentais a empresas particulares (TOMAZI, 1997).

AVANÇO DA FRENTE DE EXPANSÃO ORIUNDO DO PARANÁ TRADICIONAL QUE ATINGIU AS TERRAS DA GLEBA TRÊS BOCAS

MAPA - 02

AVANÇO DA FRENTE DE EXPANSÃO ORIUNDO DO PARANÁ TRADICIONAL QUE ATINGIU AS TERRAS DA GLEBA TRÊS BOCAS



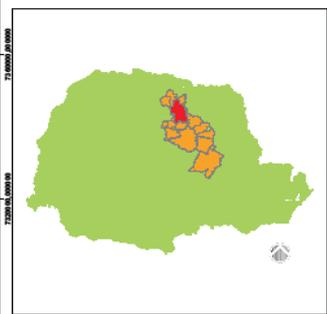
Legenda

- Londrina
- Três Bocas

Escala:

0 950.000 1.900.000 3.800.000 5.700.000 7.600.000

Kilômetros



Operação:
Ederval Eversom Batista

Orionador:
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol

Fuê: ALVES, in MAPA DO ESTADO DO PARANÁ 1958	Elaborou Gráfico: Rosely T. Marins
Mapa: 02	Página: 02

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

Vários contratos de concessões foram assinados entre o governo estadual e concessionários a partir do ano de 1916. Lopes (1982, p. 69/70) relata quais eram as obrigações do governo e dos concessionários que se dispuseram a colonizar as terras por eles recebidas, assim dizendo:

De parte do concessionário, este deveria parcelar a gleba em lotes de 5 a 50 ha, com a finalidade de fixar agricultores nacionais e estrangeiros; vender os lotes aos preços que julgasse mais conveniente, pagando ao Estado 5\$000 por hectare “colonizado”; cada colono adquirente, ou simplesmente colono, como era chamado, poderia comprar no máximo 2 lotes; construir redes de estradas que possibilitassem o acesso e comunicação aos mercados; às vezes construir inclusive portos. Por parte do Governo Estadual, este cederia terras devolutas na área máxima de 50.000 ha, pelo prazo inicial de 8 anos, ao fim do qual as terras não colonizadas reverteriam a seu domínio; expediria os títulos de propriedade em nome dos adquirentes, depois de constatada a cultura efetiva e morada habitual.

Das concessões cedidas, apenas as colônias Primeiro de Maio e Sertanópolis prosperaram. Por encontrarem-se próximas à divisa com o Estado de São Paulo, tão logo terminaram os trabalhos de demarcação dos lotes, no ano de 1923, começaram a chegar os primeiros povoadores. Em sua quase totalidade eram paulistas que, rapidamente, povoaram estas glebas e plantaram lavouras cafeeiras. Para Bernardes (1953, p 363), “o êxito desses dois empreendimentos tem grande importância na história do povoamento do Norte do Paraná, pois foram essas as primeiras tentativas de colonização a oeste do Tibagi”.

No final da década de 1920 muitas concessões tiveram esgotados seus prazos para terminar a colonização, porém muito pouco daquilo que havia sido previsto fora realizado. Como o direito de vender os lotes ficou a cargo dos concessionários para, em seguida repassar os valores correspondentes dos lotes comercializados ao governo do estado, muito pouco capital conseguiu angariar o governo.

Como esse modelo não surtiu o efeito esperado, devido, principalmente, às fraudes praticadas pelos concessionários, o governo do estado mudou a estratégia, passando a exigir uma parte do pagamento à vista pelas terras devolutas que eram vendidas a um preço muito baixo. Ainda assim eram feitos parcelamentos.

Lopes (1982, p. 89-90) descreve como era o procedimento para se requerer um lote de terra devoluta no Norte do estado, a oeste do Rio Tibagi, antes do governo estadual intervir:

Inicialmente o interessado enviava um requerimento ao governo, indicando a área e, na medida do possível, a sua exata localização. O Departamento de Terras remeteria o requerimento ao Comissário de Terras e este deveria afixar os editais pelo prazo de 30 dias na sede do imóvel, no município e do distrito

onde se localizava o lote, com a finalidade de receber protestos e reclamações das pessoas interessadas. (...) No caso de deferimento do pedido, era marcado, a partir dessa data, o prazo de 4 meses para o requerente efetuar o pagamento da terça parte do preço total da área. Na falta de pagamento, o despacho era considerado sem efeito. (...) Sendo efetuado o pagamento, o requerente recebia um título provisório, seguindo a medição. Depois de sentenciado pelo governo o processo respectivo, o interessado podia obter o título definitivo de domínio.

Devido à burocracia é fácil deduzir que somente os ocupantes de grandes áreas é que conseguiam legalizar suas posses. Já os ocupantes de pequenas posses, com pouco ou nenhum conhecimento das normas das repartições públicas, até mesmo pelo fato de serem em sua grande maioria desprovidos da linguagem escrita, acabavam não legitimando sua posse e sendo expulsos pelos grileiros, que sabiam como ninguém, como burlar as normas para tornarem-se proprietários de terras. Estes grileiros, geralmente, nunca consumavam aquela que era a principal forma de identificar quem realmente tirava da terra sua sobrevivência: a ocupação com vistas a torná-la produtiva.

Com a revolução de 1930, uma das primeiras medidas referentes à política de terras e colonização tomadas pelo interventor²² foi a suspensão de quase todas as antigas concessões, ficando de fora apenas duas grandes glebas, sendo uma delas as terras da CTNP. Com isso, “retornaram ao patrimônio do Paraná grandes extensões de terras – mais de 2.300.000 ha” (LOPES, 1982, p. 84).

No período pós-1930, o governo estadual assumiu mais diretamente, tanto a responsabilidade como o próprio negócio da colonização. “Pela Portaria n.º. 8.568 de 1939, o governo estadual iniciava ao norte e a oeste das terras da Companhia de Terras Norte do Paraná, nova fase de colonização oficial, fundando varias colônias: Içara, Jaguapitã, Centenário, Pagú e Paranaíba” (WESTPHALEN *et al*, 1968, p.15).

Nos loteamentos que patrocinou, o governo do estado utilizou as mesmas estratégias adotadas pelas empresas privadas no tocante à repartição da terra e às condições para sua comercialização. Via de regra os lotes obedeciam a tamanho variado em torno de 20 ha e eram vendidos mediante pagamento que venciam ano a ano. Em suma, o governo do estado passou a ser concorrente da principal companhia colonizadora no Estado do Paraná, a CTNP.

De todas as colônias oficiais, Paranaíba foi a maior, indo desde os limites ocidentais das terras da CTNP até as barrancas do Rio Paraná, ocupando as terras do

²² O interventor Mario Tourinho assumiu o governo do Estado do Paraná em 1930, com a deposição do governador Affonso Alves de Camargo, tendo sido afastado pelo presidente Getúlio Vargas dois anos depois. Em seu lugar assumiu Manoel Ribas, que se manteve no cargo até o final do período revolucionário, em 1945 (SERRA, 1991)

chamado Norte Novíssimo. Devido a pouca incidência de terras roxas e a maior quantidade de terras arenosas, os lotes desta colônia eram maiores.

A última área a ser colonizada no Estado do Paraná ficou conhecida como Norte Novíssimo (mapa 01, página 53), correspondendo à região do Vale do Rio Ivaí e os municípios de Paranaíba, Umuarama, Cianorte e Campo Mourão. Apesar de ter sido a última região colonizada no Estado do Paraná, estas terras eram visitadas desde o século XVII, tanto por portugueses como por espanhóis, sendo disputada por ambos.

O povoamento desta região, a partir do ano de 1880, ocorreu pelo sul, com a criação de Guarapuava. Para lá dirigiram-se moradores do sul do Estado do Paraná à procura de campos para a criação de gado, mas a atividade principal dos primeiros ocupantes era a suinocultura, pois os porcos se transportavam para serem comercializados. “A criação de porcos e o plantio de milho era forte na microrregião, chegando mesmo a 150 mil suínos para 5 mil bovinos, isso já a partir de 1950” (STECA; FLORES, 2002, p. 165).

Como a suinocultura por esta época era desenvolvida principalmente por caboclos, presume-se que a região já se encontrava ocupada pelos mesmos. A esse respeito, Hespanhol (1993, p. 21) relata como ocorreu o processo de colonização destas terras:

O poder público, objetivando intensificar o processo de ocupação da área, bem como definir a situação legal de suas terras, procedeu da seguinte forma: nas áreas anteriormente ocupadas, o então Departamento de Geografia Terras e Colonização do Estado (D. G. T. C) realizou diretamente a colonização, vendendo lotes e, principalmente, legalizando posses. Nas Glebas livres ou com pequena ocupação, o poder público concedeu o loteamento e a venda das terras às empresas privadas de colonização.

Percebe-se, desta forma, que a questão fundiária no Norte Novo e Novíssimo do Paraná desenvolveu-se mediante os requerimentos de legitimação de posse; as concessões de vastas áreas de terra para colonização, que como podemos perceber não surtiu o efeito esperado; a anulação de concessões; a grilagem que também foi comum e com ela a conseqüente venda de lotes, sem o título de propriedade da terra; e, finalmente, a colonização efetuada pelo próprio governo estadual. Cada maneira adotada, excetuando a oficial, levou à posse de pelo menos uma fração do território quer seja por colonos ou caboclos que, iludidos ou agindo de má fé, tornaram-se no máximo posseiros, pois não ocorreu a titulação das terras.

Na década de 1960 estava o Estado do Paraná com seu território ocupado, com as terras possuindo proprietários. A região norte, que em 1940 possuía 340.449

habitantes, 27,5% do total do estado, chegou à década seguinte (1950) com 1.029.025 habitantes, com um aumento de 202,2%, passando a significar praticamente metade de toda a população do estado, com 48,6% (PADIS, 1981). Em poucos anos, segundo Cancian (1981, p.122), “150.000 propriedades entraram na produção dando trabalho a milhões de pessoas”.

Já o Censo Demográfico realizado em 1960 apontava como residentes nesta região um total de 1.843.679 habitantes, ou seja, 43,1% do total paranaense (PADIS, 1981). Este rápido incremento populacional deve-se única e exclusivamente à cultura cafeeira, que encontrou na região as condições naturais para seu mais pleno desenvolvimento.

Analisaremos no próximo item o modelo de colonização posto em prática pela Companhia de Terras Norte do Paraná que foi responsável pela colonização de mais de 16% do território paranaense.

1.5 A implantação de um novo modelo de colonização empresarial colocado em prática pela Companhia de Terras Norte do Paraná

O rápido avanço da frente pioneira a oeste do Rio Tibagi teve início a partir de 1929 e foi obra da CTNP. Muito mais do que os loteamentos oficiais, a Companhia efetivamente desenhou a estrutura fundiária do norte do Paraná, tendo como base pequenos lotes vendidos a imigrantes que em Londrina chegaram em busca do “novo eldorado” ou da “terra prometida, a nova Canaã”.

Estes adjetivos eram facilmente encontrados em textos que tiveram origem a partir de propaganda utilizada pela Companhia. Não só no Brasil, mas principalmente no exterior, o intuito era vender as terras o mais rápido possível, recuperando desta forma o capital investido na “compra” das terras junto ao governo do estado.

O governo do estado mudara a forma de ceder suas terras devolutas para serem colonizadas. Trocou-se a concessão de grandes áreas a particulares pela cessão mediante o pagamento aos cofres públicos, pois a situação financeira não lhe permitia gerir sozinho os projetos de colonização. Desta forma, o governo obteve das empresas particulares a aplicação de seu capital e de sua experiência na estruturação do espaço urbano e rural no norte paranaense, estabelecendo para a época uma perfeita sintonia

entre os interesses políticos do governo do estado e os interesses econômicos dos grupos empresariais. Nas palavras de Serra (1991, p. 89),

O Estado abre mão do lucro na venda da terra aos pequenos, médios e grandes compradores individuais, que fica com os empresários, mas em compensação recebe sem ônus para os cofres públicos, o espaço organizado e dotado de toda a infra-estrutura que vai viabilizar a meta maior, qual seja o estágio desenvolvimentista.

O governo do estado, por conta própria, já havia demonstrado que não dispunha de recursos financeiros e humanos para reverter em capital aquilo que tinha em grande quantidade, ou seja, terras.

Este processo colocado em prática pelo governo do estado e denominado por Serra (1991) de estágio desenvolvimentista viabilizou-se, primeiramente, pela mercantilização das terras. Em seguida, pela incorporação das mesmas ao processo produtivo, via incremento da produção agropecuária para o mercado, que tinha na cultura cafeeira a base de seu suporte econômico. Sintetizando, pode-se dizer que o norte do Paraná foi o palco de interesses do capital financeiro inglês de se expandir pelo mundo e do governo do estado paranaense que utilizou-se deste capital para, num primeiro momento, tornar suas terras atrativas para o capital financeiro e, posteriormente, incorporar a prática agrícola para gerar impostos sobre os produtos que passaram a ser produzidos.

Para entendermos o jogo de interesses que predominou no fracionamento da terra agrícola colocado em prática pela CTNP, faz-se necessário recorrer a um resgate histórico dos fatos e seus desdobramentos que levaram a Companhia de origem inglesa a fracionar o solo e vendê-lo na forma de pequenas propriedades a muitos migrantes que para o norte paranaense se dirigiram.

O retrospecto histórico se justifica por dois motivos: primeiro, para que possamos descrever como foi “vendida” a falsa impressão de que em terras norte paranaenses todos poderiam prosperar rapidamente e logo adquirir seu lote. Na verdade, percebe-se que isso não passou de retórica, um discurso bem planejado colocado em prática e que teve como principais favorecidos os ingleses que, rapidamente, conseguiram recuperar o capital investido e repatriá-lo para a Inglaterra. O modelo de colonização baseado na pequena propriedade foi adotado após as outras tentativas fracassarem por problemas de ordem político-econômicas; segundo, por ser esse modelo a base que, mais tarde, seria usado no fracionamento das terras da maior fazenda

londrinense e que iria possibilitar o surgimento dos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira.

Procuraremos, então, analisar como se desenrolou a fundação da Companhia e suas atividades em terras paranaenses.

Com a independência do Brasil, no ano de 1822, uma grande dívida portuguesa teve que ser assumida pelo país que, com o passar do tempo, sem condições para o pagamento, também ficou dependente de empréstimos junto à Inglaterra sempre que surgiam problemas internos, muitas vezes relacionados à manutenção em alta do preço do café.

Enquanto crescia a taxa de inflação internamente, também aumentava a dívida externa do Brasil perante os banqueiros ingleses. A dívida, “no ano de 1924, chegava a 102.623.294 libras esterlinas, estando os pagamentos de juros e amortização da dívida em atraso” (STECA; FLORES, 2002, p. 135).

Encontrava-se o governo brasileiro afundado em dívidas e necessitando cada vez mais de empréstimos externos. Joffily (1985, p. 50/51) retrata bem o momento difícil pelo qual passava a economia brasileira e como era dependente dos ingleses, assim dizendo:

Estávamos implorando um empréstimo suplementar de 25 milhões de libras sem que tivéssemos pagado nem ao menos os juros dos débitos acumulados. Nada obstante, dava o Brasil um show de esbanjamento com obras supérfluas, adiáveis ou mesmo simulado. (...) os déficits orçamentários atingiam cifras astronômicas. Alarmados, os banqueiros ingleses tomariam a mais elementar das providências – rumo ao Brasil – a fim de preservarem seus créditos dilapidados pelos perdulários subdesenvolvidos.

Embora alguns autores (PADIS, 1981; WACHOWCZ, 1995; e BONI, 2004) sejam categóricos em dizer que o governo brasileiro convidou uma missão de ingleses para vir ao Brasil em busca de informações sobre a nossa agricultura e de terras adequadas para o plantio de algodão, outros que pesquisaram e escreveram sobre a CTNP (JOFFILY, 1985; TOMAZI, 1997; ARIAS NETO, 1998 e OBERDIEK, 2007) afirmam que o convite para que a delegação inglesa viesse ao Brasil nunca existiu, sendo apenas imaginário.

Portanto, o principal objetivo da “visita” dos ingleses ao Brasil, quer tenha sido a convite ou não, num evento que ficou conhecido como “Missão Montagu”, foi solucionar a questão da dívida externa, pois os representantes da Missão eram todos emissários dos banqueiros que sentiam seus créditos ameaçados. Joffily (1985, p. 63) aponta como mérito da Missão a “sugestão da criação do Imposto de Renda (posto em

prática a 6/09/1924), mas não como algo que tenha sido encomendado ou solicitado à Missão Inglesa”.

Os verdadeiros motivos da vinda ao Brasil de uma comissão de ingleses podem ser extraídos do livro em comemoração aos cinquenta anos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), quando assim retrata o cargo exercido por cada integrante, deixando claro que não possuíam ligação direta com a Coroa Inglesa, mas que eram todos emissários dos banqueiros que sentiam seus créditos ameaçados:

A missão inglesa era chefiada por Lord Montagu, ex-secretário de Estado para as Índias e ex-secretário financeiro do Tesouro da Inglaterra, que vinha acompanhado de vários assessores, entre os quais sobressaíam Sir Charles Addis diretor do Banco da Inglaterra e presidente da Hong-Kong and Shanghai Banking (**instituição financeira conhecida nos dias atuais no Brasil como HSBC²³**); Lord Lovat, diretor da *Sudan Cotton Plantations Syndicate*, assessor para assuntos de agricultura e reflorestamento; Sir Hartley Withers, comentarista de assuntos financeiros e ex-diretor do *The Economist*, de Londres (CMNP, 1975, p. 42).

Já nesta época, as terras roxas do norte do Paraná eram mundialmente conhecidas. Certamente não foi por acaso que os ingleses, em particular Lord Lovat, membro da Missão Montagu, teve a incumbência de buscar informações sobre nossa agricultura e de terras adequadas para o plantio do algodão, em especial na região norte paranaense, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial. É sobre este aspecto que tem que ser compreendido o imperialismo inglês no norte paranaense, pois seus representantes buscavam outros lugares mundo afora para substituir ou complementar a cotonicultura desenvolvida nas colônias inglesas na África, em atendimento às necessidades de matéria-prima da indústria têxtil britânica.

Com o objetivo de garantir matéria-prima – algodão para suas indústrias – Lord Lovat já havia visitado outras regiões do mundo. Durante a visita ao Brasil, enquanto os demais membros da Missão Montagu participavam de reuniões no Rio de Janeiro para tratar da questão da crise econômica do país, Lord Lovat aproveitava para viajar na busca por terras de melhor qualidade. Desta forma passou por várias regiões paulistas até que chegou ao norte paranaense, onde “se extasiou diante da fertilidade das terras e dos resultados obtidos nas lavouras de algodão” (CMNP 1975, p. 49).

Em terras paranaenses, Lord Lovat propôs a compra da fazenda de Barbosa Ferraz, aquela que como já visto chegou a ter um milhão de pés de café plantados na região. Segundo Steca & Flores (2002, p. 136) “Antonio Barbosa Ferraz, dono da

²³ Grifos nossos

fazenda, recusou as propostas e o engenheiro que o acompanhava alertou Lovat de que poderia adquirir terras roxas, com preços baixos, do próprio estado do Paraná”.

Estando o Brasil em débito com os ingleses, a aquisição de terras no norte paranaense foi facilitada ao máximo, pois esta foi uma forma de agraciá-los e, com isso, conseguir futuros empréstimos. Assim, não fica difícil dissociar a colonização do norte do Paraná sem passar pelo endividamento externo do Brasil naquele período.

O entusiasmo com que Lord Lovat retratou as terras paranaenses para seus companheiros de investimentos os levou a fundarem na Inglaterra uma empresa para atuar no Brasil: a *Brazil Plantations Syndicate*, com um capital de 200.000 libras esterlinas. Transformada na *Paraná Plantations Ltda* no ano de 1924, passou a atuar como uma subsidiária brasileira, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

No ano de 1925, os ingleses entraram em contato com o governador do estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, que concordou com a venda de terras aos ingleses no norte do estado. Desta forma, escolheram uma região “desocupada”, mas promissora. Padis (1981, p. 91) relata a forma como foram adquiridas as parcelas de terras que constituíram o total das terras da CTNP, assim se manifestando:

Em 1925 foram adquiridas duas glebas de terras: uma de 250 mil e outra de 100 mil alqueires. Nos três anos seguintes mais outras três foram adquiridas, cujas dimensões eram de 15.017, 30.000 e 20.000 alqueires. Portanto, desde a sua fundação até 1928, a companhia adquiriu uma área contínua de nada menos de 515.017 alqueires, o que corresponde à décima – sexta parte da área total do Estado, mas que é sua melhor porção em termos de solo. Mais tarde, em 1944, outra gleba, separada da primeira, foi adquirida e com área de 29 mil alqueires, perfazendo, então, um total de 544.017 alqueires.

Após adquirirem as terras, sabiam os ingleses que teriam que organizar o sistema de transporte. Outro fator que atraiu a atenção dos ingleses foi a existência de um ramal ferroviário que já se encontrava em Cambará. Em 1928 adquiriram do grupo liderado por Antonio Ferraz Barbosa, a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná e comprometeram-se com o governo paranaense a levar seus trilhos, até fins de 1931, às margens do Rio Tibagi, visualizando a possibilidade de muitos outros empreendimentos. Dentre os muitos privilégios adquiridos para garantir a construção da ferrovia, Joffily (1985, p. 89), tendo como fonte o Diário Oficial de 23/11/1934, cita o direito de “receber por Km de linha construída e em tráfego, contado desde o ponto inicial no meio da ponte metálica sobre o rio Paranapanema, o valor de 28:800\$000, correspondente a 3.600 hectares de terras calculados na base do preço de 8\$000 por hectare”.

Sabiam os ingleses que a ferrovia era fundamental para conseguirem seus objetivos. Aliás, a ferrovia sempre foi a principal obra de infra-estrutura dos ingleses em todas as partes do mundo que colonizaram. Mais que isso, assim como toda ação empreendida pelos ingleses, a colonização foi organizada para que gerasse lucros e se auto-financiasse antes mesmo de produzir com o cultivo de lavouras e ou extração de bens naturais. Ou seja, o capital financeiro inglês criou condições para que o próprio processo de colonização fosse financiador de si mesmo.

Outra benevolência concedida pelo governo do estado à Companhia inglesa diz respeito ao preço das terras. “A Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu a maior parte de suas terras – 450.000 alqueires – pela quantia de 8.712 contos de réis, diretamente do governo do Estado” (CTNP, 1975, p. 58).

Joffily (1985) faz uma interessante analogia ao que representava o preço de um hectare de terras na época e o prazo para que a Companhia realizasse os pagamentos, assim dizendo:

O preço estipulado pelo governo paranaense foi de 8 mil réis o hectare, quantia esta que representa a diária de um carpinteiro ou o custo de 5 Kg de feijão. (...) Convém frisar que foi pago à vista apenas um mil contos de réis e o restante, 5.776:000\$000 (cinco mil, setecentos e setenta e seis contos de réis) seria recolhido aos cofres do Estado à medida que a companhia vendesse as terras, com o prazo de doze anos. (...) Nove anos depois, o Governo continuaria recebendo da subsidiária da *Paraná Plantations* os mesmos 8 mil réis por hectare (JOFFILY, 1985, p. 81)

Em relação ao aviltamento do preço das terras no norte paranaense que, mais que vendidas, parecem ter sido cedidas pelo governo do estado à companhia inglesa, Joffily (1985, p. 90) faz uma comparação que, ainda que atemporal, pois a referência ao preço da terra em Ourinhos é datada de 1918, ajuda a dar uma noção da diferença dos valores da terra. O autor relata que:

O preço da terra em Ourinhos nesse ano era de 300\$ a 600\$ o alqueire. Reduzindo-se a hectare, essas quantias equivalem no mínimo a 123\$000 e no máximo 246\$000. Ainda que superestime ao máximo as terras de Ourinhos, já então beneficiadas por transporte, como ponta de linha, jamais se justificará a espantosa diferença de preços que chega a 30 (trinta) vezes mais, precisamente na mesma ocasião.

Antes de darmos prosseguimento ao relato das ações desencadeadas pela CTNP após a aquisição de grandes domínios de terras e ter seu primeiro plano frustrado, ou seja, transformar as terras em grandes propriedades produtores de algodão, abordaremos outra possibilidade que foi cogitada para o aproveitamento das terras adquiridas pelos ingleses, antes de resolverem colonizá-las.

Neste exemplo fica claro que o objetivo dos ingleses era de apenas investir capital, visando um retorno rápido. Achamos pertinente citá-lo, pois tal fato é desconhecido da grande maioria das pessoas que tem interesse em conhecer a história da principal companhia que colonizou grande parte das terras norte paranaenses. Apesar de não ter sido colocado em prática, muito pouco se sabe a respeito desse objetivo dos ingleses acordado com o governo brasileiro, que não podia negar-lhes mais um “favor”.

Vamos aos fatos. Quando da Primeira Guerra Mundial, os ingleses haviam sido ajudados no Oriente Médio por tribos de beduínos denominados “Curdos” que, após o conflito, tornaram-se protegidos dos ingleses, que os instalaram em terras iraquianas, então possessão inglesa. Na mesma época em que o grupo de Lord Lovat adquiria as terras no norte paranaense, companhias inglesas encontravam petróleo no norte do Iraque, onde estavam assentados os curdos.

Os ingleses estavam sendo obrigados a despender enormes quantias para manter essas tribos calmas, para melhor poder extrair o petróleo. Como os grupos econômicos que tinham interesse petrolífero eram os mesmos a que pertencia Lord Lovat, surgiu a idéia de remover os curdos daquele local e trazê-los para “assentá-los” no Norte do Paraná.

Como na época o Brasil estava endividado com os ingleses, não foi difícil obter a permissão do governo brasileiro. Para Steca & Flores (2002, p. 149), “a idéia era estabelecer cerca de cem mil Curdos, numa espécie de arrendamento, o que na prática traduzir-se-ia numa ocupação britânica no Norte do Paraná”. Essas negociações ocorreram no ano de 1933, de forma sigilosa, mas no ano seguinte “vazou” e foi parar na imprensa.

Com o vazamento desta notícia, diversas manifestações contrárias à vinda dos curdos desencadearam-se no Brasil, principalmente no Paraná e na capital, o Rio de Janeiro. Um dos mais importantes historiadores paranaenses, Wachowicz (1995, p. 257), retratou como se deram essas manifestações:

Uma forte campanha contrária a essa imigração foi desencadeada pela imprensa curitibana e do Rio de Janeiro. Aos advogados de Curitiba coube a maior parte da mobilização. (...) Sindicatos, Associações de Operários, entidades de profissionais liberais, centros cívicos etc., foram mobilizados. Comícios foram realizados nas praças públicas. Na capital da República, outras entidades apoiavam o movimento e pressionavam o governo de Getúlio Vargas, para que voltasse atrás.

Pressionado pela opinião pública que era contrária a vinda dos curdos, o governo brasileiro foi obrigado a voltar atrás em sua decisão.

Concomitantemente, os ingleses abandonaram os dois primeiros projetos e resolveram ganhar dinheiro com negócios imobiliários, dividindo a terra em lotes para serem vendidos a brasileiros e também imigrantes estrangeiros, colocando em prática “um dos mais vantajosos negócios do mundo: o gigantesco loteamento das terras do norte do Paraná” (JOFFILY, 1985, p. 99).

Num primeiro momento, os dirigentes da CTNP pensaram em repartir a terra em fazendas, mas, baseado num modelo holandês colocado em prática na Sumatra, optou-se por dividi-la em pequenos lotes.

O método utilizado anteriormente pelo governo paranaense de fazer concessões de terras a particulares, para que estes pudessem vendê-las causou transtornos para a CTNP, pois fazia-se necessário assegurar o direito à propriedade, para que não houvesse dúvida sobre a lisura do processo, garantindo a segurança e a confiança daqueles que estavam dispostos a investir na compra dos lotes.

O primeiro grande problema enfrentado pelos colonizadores ingleses foi a disputa pela terra que os mesmos haviam adquirido do governo do Paraná. Naquela época a terra era disputada por grupos antagônicos de posseiros e por possuidores de concessões outorgadas pelo governo do estado. Visando o apaziguamento, segundo publicação da própria CMNP (1975, p. 59), a saída encontrada foi:

Com aprovação prévia do governo do estado, a Companhia adquiriu títulos de concessões inseguras e posses. (...). Em seguida propôs às autoridades o seguinte: se o governo nos vender essas mesmas terras pelos preços estabelecidos em Lei, rasgaremos estes papéis discutíveis e acabaremos com o litígio que está retardando o desenvolvimento do Estado.

Embora alguns autores afirmem que as glebas compradas pela CTNP foram pagas até três vezes: primeiro ao estado, depois aos que possuíam títulos de posse verdadeiros ou duvidosos e, por fim, aos posseiros, para dar credibilidade aos títulos de propriedade ofertados pela Companhia, fica claro no relatado pela Companhia que, antes de adquirir as terras do governo do estado, representantes da Companhia inglesa percorreram o sertão, convencendo os moradores que existiam na área, que havia um novo proprietário.

No entanto, não há relato bibliográfico sobre o que ocorreu com aqueles que não quiseram vender seu título ou sua posse e também a respeito dos indígenas que

vagavam por estas terras, pairando ainda muitas dúvidas a respeito dos primeiros ocupantes desta região.

A existência de posseiros e antigos concessionários de títulos discutíveis e posses contestadas é confirmada por Joffily (1985, p. 97), quando afirma que “os mesmos são anteriores ou posteriores à Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio. É das primeiras pessoas jurídicas a se estabelecerem no norte do Paraná, sendo em 1925 absorvida pela *Paraná Plantations*”.

Outro autor, Arias Neto (1998, p. 50) também confirma tais informações, afirmando que:

Na área adquirida pela CTNP existiam muitos posseiros, grileiros e safristas, portadores de títulos inválidos, que de uma hora para outra viram-se transformados em invasores. Para garantir o absoluto direito de propriedade, a Companhia teria comprado novamente estes títulos, tendo pago assim, duas vezes pela mesma terra. É claro que este processo, provavelmente não se desenrolou de maneira tão idílica assim, uma vez que os ocupantes da terra teriam de enfrentar a força policial particular, mantida pela CTNP, caso esboçassem alguma resistência. Na verdade, há relatos indicadores de que várias foram às vezes em que a CTNP armou homens para defender suas terras, bem como se utilizou de ameaças explícitas para intimidar invasores.

Se, nos dias atuais, a violência, seja ela institucionalizada ou não, é o caminho mais utilizado para retirar da terra aqueles que lutam para lá entrar ou os que desejam dela não sair, imagine-se o tempo em que não havia controle nem instituições que dessem o mínimo de apoio para os primeiros ocupantes, que foram rechaçados e espoliados das terras que eram cobiçadas pelos estrangeiros. Para Joffily (1985, p. 98) “certamente contavam com a truculência de jagunços fardados ou não, porém, habituados ao genocídio. É claro que as constantes violações aos direitos humanos não constam de atas ou relatórios oficiais. Não se passa escritura de violências”.

Tomazi (1997) é outro autor que faz referência ao uso da violência nas terras da CTNP para tirar as populações sertanejas desenraizadas que existiam. Diz o mesmo:

O que se sabe é que a CTNP/CMNP, como outras companhias colonizadoras, possuíam uma guarda particular, bem como utilizavam-se de jagunços, também chamados de ‘limpa trilhos’ ou ‘quebra milho’ para remover e sanear as terras compradas (TOMAZI, 1997, p. 225).

Ainda sobre a existência de uma força armada, ora agindo como polícia, ora como jagunços em terras da CTNP para expulsar os que não aceitavam sair pacificamente, Oberdiek (2007, p. 94) relata que, “para enfrentar estes problemas e dificuldades e para impor a sua ordem, a CTNP criou seu corpo policial que agiu tão bem que não deixou rastros de sua ação e existência”.

Estas citações confirmam a presença de posseiros no norte paranaense muito antes da CTNP adquirir terras na região. Já em relação aos indígenas, embora a Companhia nunca os tenha admitido, merece destaque o depoimento de um antigo funcionário da *Paraná Plantations*, Gordon Fox Rule, chefe do escritório central em São Paulo, que no livro comemorativo da CMNP relata uma experiência vivida pelo mesmo a caminho de Londrina no ano de 1930 com os indígenas:

Certa vez paramos na estrada para encher de água o radiador do nosso fordeco e de repente ouvimos de todos os lados, vindo da mata, o som de paus batendo nas árvores. Eram os índios que então existiam nos arredores do que viria a ser nossa progressista Londrina de hoje. Isso foi em 1930. Lembro-me bem de que todos queriam correr, mas eu os acalmei e disse que fizessem tudo com naturalidade. Ouvíamos os índios, mas não podíamos vê-los. Pouco a pouco nos aproximamos do automóvel sempre ao som das batidas nas árvores, enchendo de água o radiador e zarpamos a toda velocidade. (CMNP, 1975, p.85)

O fato é que, criadas as condições “legais”, a Companhia pode começar a fracionar sua gleba em pequenos lotes para a venda nas terras localizadas a oeste do Rio Tibagi, fazendo avançar a frente pioneira a partir do ano de 1929. Mais que apenas comercializar frações do território adquirido, a CTNP iria “plantar a civilização” (CMNP, 1975, p. 61).

Os ingleses tinham pressa, pois, em menos de quatro anos, toda a vasta aquisição de terras, mais de 500 mil alqueires (1.210.000 ha) já encontrava-se demarcada à espera dos compradores. Iniciou-se, assim, uma infra-estrutura urbana no local chamado primeiramente de Patrimônio Três Bocas²⁴. A ocupação ocorreu rapidamente, pois, segundo Boni (2004, p. 58), “guardadas as devidas proporções, o Patrimônio Três Bocas se transformou num verdadeiro canteiro de obras: homens com serras, serrotes, foices, machados e enxadas derrubavam árvores, abriam clareiras, construíam estradas, erguiam novos ranchos”.

Por sugestão de capitalistas paulistas que desejavam agradar aos ingleses, no ano de 1932, foi sugerido o nome de Londrina – Pequena Londres – a esse núcleo inicial. Em 1934 ocorreu a criação do município e, conseqüentemente, a primeira cidade fundada pela Companhia, que na época abrangia uma área de 23.169 Km², superposta às terras da Companhia.

²⁴ A origem do primeiro nome de Londrina, Patrimônio Três Bocas, nos leva a crer que esta região já era conhecida por este nome, fato que abordaremos com mais detalhes no segundo capítulo.

A cidade de Londrina, além de sede jurídica-política da CTNP, tornou-se também o principal ponto de intermediação de mercadorias entre a área que se ocupava e o resto do país, especialmente as cidades de São Paulo e Santos, bem como com o exterior, além é claro de local de passagem obrigatória para todos os que buscavam adquirir terras. A implantação da ferrovia foi fundamental neste processo, pois sabiam muito bem que sem comunicação fácil e segura o empreendimento seria uma aventura fadada ao insucesso.

Para tal, segundo Boni (2004, p. 129), de “1929 a 1932, com recursos próprios, a CTNP construiu os exatos 154 quilômetros e 865 metros, de estação a estação, que ligam Cambará a Jataizinho”. Quando o autor diz que a construção foi efetivada com recursos próprios, esquece que houve por parte do estado um pesado subsídio, pago com terra, para que os trilhos da ferrovia adentrassem-se o território paranaense em direção às terras adquiridas pela CTNP.

O historiador Tomazi (1997, p. 190) ao comentar a respeito desta concessão de terras à Companhia, diz que “o volume de terras que passaram às mãos da Companhia Ferroviária São Paulo/Paraná atinge o total de 250.000 alqueires e não há nenhuma pesquisa sobre o que foi feito com elas”.

Os trilhos chegaram a Londrina no ano de 1935; no ano de 1943 chegaram a Apucarana; em 1954 em Maringá; e, em 1973, atingiram Cianorte, ligando esta região ao resto do Brasil e acelerando o crescimento, pois facilitou a chegada da maioria dos imigrantes que para esta região se deslocaram.

Segundo afirmações da própria CMNP (1975, p. 99), “a ferrovia era rendosa, (...) em 1944 seu balanço registrou um lucro de 52 mil contos”. São nestes dados disponibilizados pelas citações que encontramos mais uma explicação dos verdadeiros motivos do bem sucedido projeto de colonização colocado em prática pelos ingleses, pois como já dissemos, os investimentos realizados pelos ingleses eram sempre direcionados para produzirem lucros também na circulação (comércio e transporte) e não apenas na produção e na venda de lotes.

Com a chegada da ferrovia em terras do Norte Novo e Novíssimo, a Companhia, nestes tempos já sob administração de brasileiros²⁵, viu seu projeto de colonização

²⁵ Com a deflagração da 2ª Guerra Mundial, a Inglaterra passou a necessitar de recursos face as suas imensas despesas, por isso passou a adotar uma política de repatriação dos capitais ingleses aplicados no exterior. Isso levou a CTNP ser colocada a venda, fato que concretizou-se no ano de 1944, passando para mãos de um grupo de investidores brasileiros, tendo como maior acionista o fundador do banco Mercantil

deslanchar, pois havia certeza que os produtos colhidos poderiam ser vendidos. O modelo baseado na pequena propriedade propiciou grandes volumes de produtos para serem transportados. No ano de 1941, a ferrovia “apresentou ‘recorde mundial’ de renda por quilômetro com total de 10,4 mil contos de réis em 251 Km” (STECA; FLORES, 2002, p. 148).

A forma como a CTNP organizou a colonização de suas terras²⁶ foi denominada colonização dirigida ou planejada, isto é, realizada por empresas ou pelo poder público. O planejamento atendia a vinda de colonos, com a divisão das terras e a organização de meios eficientes de comunicação e transporte, pois seu objetivo era a venda das terras, de caráter capitalista e, como consequência, o povoamento.

Podemos notar uma diferença marcante entre as terras colonizadas no norte paranaense, deixando bem claro que estamos falando das terras a oeste do Rio Tibagi, ou seja, situadas na margem esquerda, colonizadas pela CTNP e também pelo próprio estado e que difere das situadas e colonizadas a leste do Rio Tibagi, e que podem ser consideradas, pelas suas especificidades, uma extensão do território paulista, a parte não moderna de colonização segundo a CTNP.

Em São Paulo houve a atração de imigrantes, com a função de servir como mão-de-obra, ou seja, o imigrante era considerado como força de trabalho. Depois de muito trabalho, ele poderia conseguir comprar um pequeno lote. Nas terras colonizadas pela CTNP, os imigrantes foram atraídos mediante muita propaganda no Brasil e também em outros países, para já chegarem na situação de proprietários, porque a Companhia precisava vender as terras adquiridas.

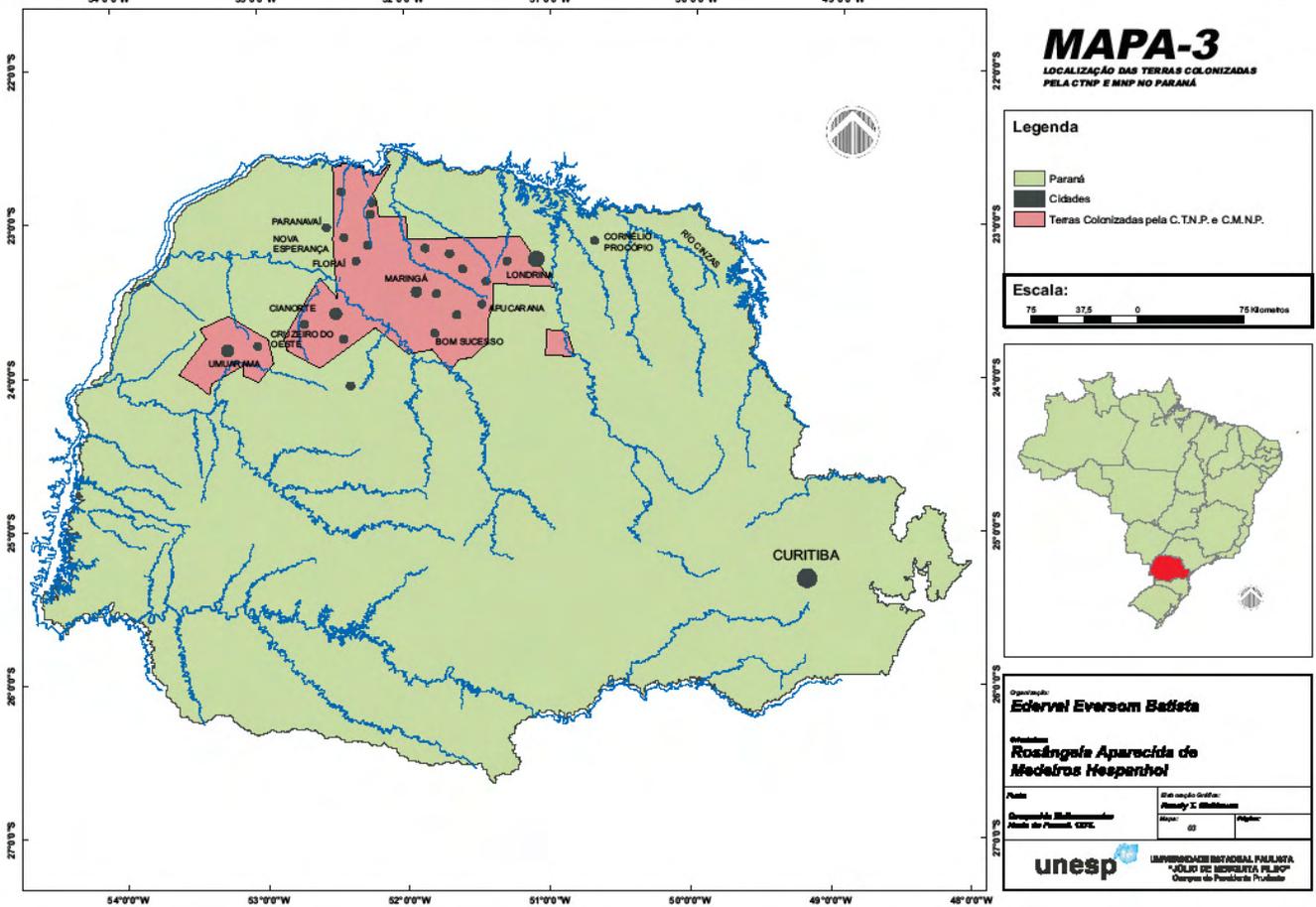
Desse modo, Londrina se tornou a porta de entrada e, posteriormente, a sede comercial da região. A companhia responsável pela colonização instalou-se neste município e se comprometeu em implantar a infra-estrutura de apoio para os compradores dos lotes, tanto rurais como urbanos. A quantidade de terras adquiridas era muito grande, pois somava 544.017 alqueires paulista²⁷ (1.316.480 hectares), ou ainda 13.165 Km² das terras paranaenses, representando 16% de seu território (CMNP, 1975), conforme demonstra o mapa 3.

de São Paulo. A Companhia mudou de nome, passando a chamar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

²⁶ Monbeig (1998), em seu livro “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo”, estabelece uma vinculação entre projeto imobiliário e obra de colonização e dá um novo sentido à expressão “colonização”, que passa a ser identificada com um projeto imobiliário planejado em áreas de expansão capitalista. Para ele, uma empresa de loteamento deve dispor de grande capital para fazer face às enormes despesas de publicidade e à organização das glebas.

²⁷ Um alqueire paulista equivale a 24.200m² de terras.

LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS COLONIZADAS PELA CTNP E CMNP NO PARANÁ



O planejamento idealizado pelos ingleses não tinha o objetivo de desenvolver apenas uma cidade pólo, mas de criar condições para o crescimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento de toda a região. Para que isso ocorresse era interessante estender tão longe quanto possível a rede de transporte ferroviário e rodoviário, pois sabiam que isso promoveria a venda dos lotes rurais de forma mais ou menos homogênea em todas as zonas e, conseqüentemente, geraria o crescimento de não apenas um, mas de vários centros urbanos.

A questão urbana foi pensada de tal modo que, as cidades destinadas a se tornarem núcleos de maior importância, foram localizadas de cem a cem quilômetros, aproximadamente, umas das outras. Desta forma, foram fundadas Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama, conforme também pode ser observado no mapa 3. Entre estas, de 10 a 15 quilômetros foram fundados centros urbanos e comerciais de menor importância que serviriam de abastecedores intermediários, tanto para a compra como para a venda de produtos. Tanto nas cidades como nos patrimônios, a área urbana apresentaria uma divisão em terrenos residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas foram criados cinturões verdes, isto é, faixas de terras divididas em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes (CMNP, 1975).

Mas, foi sem dúvida a forma de parcelamento dos lotes rurais em pequenas propriedades que dinamizou os centros urbanos na região. A esse respeito, Monbeig (1957, p. 119) relata um exemplo ocorrido no Estado de São Paulo de como as pequenas propriedades dinamizam os centros urbanos ao seu redor, assim dizendo:

Eloqüente exemplo da influência exercida pelos sítios no desenvolvimento das cidades é fornecido por Lins, uma cidade do Noroeste: situada no coração de uma zona de pequenas propriedades, depois de ensaios hesitantes, tornou-se um dos principais centros comerciais ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no trecho entre Bauru e Mato Grosso. Ao contrário, sua vizinha Cafelândia, apesar do surto promissor inicial, ficou como paralisada no seu desenvolvimento, por estar rodeada de grandes fazendas.

Já na área rural, impôs uma solução fácil para que os lotes fossem servidos de água: dividir cada uma das pequenas bacias hidrográficas em lotes compridos e estreitos, cujas extremidades atingissem, de um lado, o rio e, de outro, a linha no cume do relevo. Desta forma, a estrada sempre passava nas regiões mais elevadas e todos os lotes eram inclinados, ficando a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de

10 (24,2 ha), 15 (36,3 ha) ou 20 alqueires (48,4 ha) com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão (CMNP, 1975), conforme demonstra a figura 1.

A imagem ajuda a entender que a colonização colocada em prática pela CTNP não vislumbrava que uma parte da propriedade permanecesse como reserva florestal, quer fosse na parte alta ou baixa das propriedades.

FIGURA 1- Modelo de distribuição dos lotes na área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná.



Fonte: Livro comemorativo à Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná (1975).

A forma de parcelar a terra colocada em prática pelas grandes companhias tem para Monbeig (1957, p. 117) um significado, pois “a semelhança entre os lotes dá ao sitiante o sentimento de igualdade e promete a satisfação das mesmas aspirações, elemento psicológico cujos efeitos não devem ser subestimados”. Além disso, a figura 01 representa uma paisagem rural mais democrática.

Sabia a CTNP que o estabelecimento de um regime baseado em pequenas propriedades era menos susceptível ao advento de crises, principalmente com a lavoura cafeeira, o principal produto que passou a ser plantado nas terras colonizadas. Porém, além do café, outros produtos também eram plantados, o que complementava a renda das famílias. Afinal, em pequenas propriedades, dificilmente seus proprietários praticam

uma agricultura especializada somente com uma lavoura, já que a diversificação acaba se tornando uma prática necessária para seu desenvolvimento.

No caso das terras da CTNP e depois de 1944 pela CMNP a venda para os compradores era parcelada da seguinte forma, conforme expresso em livro comemorativo aos cinquenta anos da Companhia, por um de seus diretores:

Os compradores visitavam as glebas e escolhiam seu lote, regressando logo para fechar negócio e pagar os dez por cento exigidos para assegurar a posse da propriedade. Dentro de sessenta dias deveriam completar a entrada com mais vinte por cento do preço total e assinar o respectivo contrato de compromisso. O restante era pago em quatro anos, a saber: dez por cento ao fim do primeiro ano, quantia essa módica por ser o ano de abertura da propriedade, e vinte por cento no final de cada um dos três anos seguintes. Os juros não ultrapassavam oito por cento ao ano (CMNP, 1975, p. 124).

Nos primeiros seis anos de venda de lotes (1930 – 1935), apesar das facilidades em termos de pagamento, foram poucos os lotes vendidos. Fato interessante é que famílias de outras nacionalidades, que no país já estivessem ou que para cá se dirigiram após comprarem seu lote, adquiriram mais lotes do que os brasileiros. Isto se deve à propaganda que era feita no exterior a respeito da qualidade das terras que a Companhia estava comercializando no norte do Paraná. O quadro 01 demonstra a quantidade de lotes rurais vendidos, bem como as muitas nacionalidades que se instalaram no loteamento.

Apesar de terem sido os japoneses os primeiros a adquirirem lotes, estes só vieram a se estabelecer no ano de 1933, sendo que os alemães foram os primeiros a se instalarem nos lotes. Os primeiros japoneses a tomarem posse de seus lotes eram oriundos do Estado de São Paulo, onde chegaram a partir de 1908 (BONI, 2004). Estes, assim como a maioria dos imigrantes, tinham um sonho em comum: fazer fortuna e voltar para seu país de origem.

Após perceberem que o sonho de retornar ao seu país de origem era praticamente impossível, muitos vislumbraram que a única alternativa para buscarem uma melhor condição de vida – o que na época podia ser entendido como ser proprietário de um pequeno lote – era a migração para o sertão paranaense, que ainda era praticamente desabitado e a terra podia ser adquirida a prazo.

Como se percebe no quadro 1, dos 3.428 lotes vendidos na região nos primeiros seis anos, a maioria foi para os estrangeiros que compraram 2.162 lotes, sendo os alemães, italianos e japoneses os que se dirigiram em maior número. Outro fato interessante e que merece atenção diz respeito aos imigrantes provenientes de países do

Leste Europeu. Estes, muito provavelmente, migraram em razão das transformações pelas quais a Europa passava.

Quadro 1: Números de lotes vendidos pela CTNP, entre 1930 e 1935, e a nacionalidade dos compradores.

Nacionalidade dos compradores	Números de lotes adquiridos	%
Brasileiros	1266	36.93
Alemã	479	13.97
Italiana	476	13.89
Japonesa	434	12.66
Espanhola	216	6.30
Portuguesa	156	4.55
Polonesa	98	2.86
Húngara	75	2.19
Ucraniana	60	1.75
Tchecoslováquia	41	1.20
Russa	32	0.93
Austríaca	20	0.58
Suíça	19	0.55
Lituana	15	0.44
Romena	08	0.23
Iugoslávia	06	0.18
Inglesa	06	0.18
Outras nacionalidades	21	0.61
Total de lotes vendidos a brasileiros	1.266	36.93
Total de lotes vendidos a estrangeiros	2.162	63.07
Total geral de lotes vendidos	3.428	100%

Fonte: Relatório de 1935 da CTNP, publicado no jornal “Folha de Londrina”, de 29 de abril de 1975, em artigo assinado por Antonio Vilela Magalhães (*apud* BONI, 2004, p. 63)

Curioso notar que, apesar do empreendimento ser inglês, apenas seis lotes foram comprados por ingleses, demonstrando que os mesmos não tinham a mínima intenção de permanecer em terras brasileiras. Seu objetivo era vender os lotes, extrair o máximo possível de lucros e voltar para seu país de origem.

Dentre os imigrantes que adquiriram terras no norte paranaense, havia os que vieram diretamente da Europa, como os judeus-alemães²⁸, que tinham razões mais políticas do que sociais para saírem da Alemanha nazista, e os que já haviam chegado anos antes ao Brasil, trabalhado nas fazendas de café do Estado de São Paulo e juntado economias para (re)começar a vida em outro lugar, onde seriam proprietários e não mais colonos ou parceiros.

A história registra que o projeto de colonização teve êxito. O livro comemorativo da CMNP (1975, p. 143) aponta algumas razões para esse sucesso:

(...) Primeiro, as famílias compravam a terra muito barata e pagavam a prazo; segundo, instalavam-se em região onde já era possível comercializar produtos como milho, feijão, arroz, galinhas, frutas, legumes, leite, queijo etc.; terceiro, os colonos praticamente não tinham despesas, produziam quase tudo que necessitavam. A safra de café dava um lucro praticamente líquido, sendo usado para ampliar a propriedade ou comprar outra gleba.

Além dessas razões, apontamos outras que também desempenharam papel fundamental no sucesso do projeto de colonização, a ponto de se caracterizar uma verdadeira legitimação social. A infra-estrutura criada, isto é, a chegada da ferrovia em Londrina em 1934, facilitando o acesso dos compradores e o deslocamento dos produtos; a forma como foram localizadas as cidades, não muito distante umas das outras, permitindo o deslocamento fácil e rápido entre as mesmas; a garantia de propriedade, que dava segurança aos colonizadores; a fertilidade do solo de terra roxa; e, também, a abundância de madeiras nobres existentes na região.

Já no tocante à venda de lotes, apesar de ser um empreendimento altamente lucrativo para a empresa colonizadora, não foram comercializados muitos lotes no período compreendido entre 1930 a 1943. Tomando como exemplo os dados utilizados por Tomazi (1997), constata-se que foram vendidas apenas 10.061 propriedades rurais, totalizando 110.491 alqueires (267.388 ha), o que correspondia a 19,70% da área total adquirida do Governo do Estado do Paraná. Ainda, segundo dados do mesmo autor, o valor das terras dobrou nesse mesmo período. Se em 1930, os primeiros lotes foram vendidos a 400\$000 (quatrocentos mil réis) o alqueire; em 1942 este valor chegou a 800\$000 (oitocentos mil réis).

²⁸ Maiores informações sobre esse tema podem ser buscadas em Oberdiek (2007).

Esta forma de ir vendendo os lotes em partes deve ser entendida como uma forma de não inflacionar o mercado e com isso permitir que o projeto de colonização colocado em prática pela CTNP seguir sempre lucrativo.

Não podemos deixar de relatar que este foi um período de dificuldades econômicas e políticas não só para o Brasil, mas para todo o mundo, pois tivemos a ocorrência de alguns episódios que marcaram profundamente o século XX e que certamente atrapalharam os planos imobiliários da CTNP.

O primeiro episódio foi a crise de 1929, que derrubou as bolsas de valores e acarretou um longo período de crise financeira mundial. A década de 1930 foi um marco de mudança da economia brasileira, que passou de agrária exportadora para urbana- industrial.

Outro episódio que também contribuiu negativamente foi a Segunda Guerra Mundial. Com a guerra, o comércio do principal produto de exportação brasileira, o café, ficou estagnado. Se, por um lado, não permitia que os colonos ganhassem dinheiro para poderem adquirir terras, por outro, fazia com que a Companhia tivesse que repatriar seus investimentos para a Inglaterra.

Diante dos resultados conseguidos com a venda de lotes, que não eram muito animadores, pois, “até o ano de 1943, a CTNP tinha vendido apenas 30% dos lotes” (STECA; FLORES, 2002, p.153), os ingleses decidiram colocar a empresa a venda por 1.520.000 libras esterlinas, pois o governo britânico havia fixado como limite de prazo para a repatriação de capitais o dia 31 de dezembro de 1943. Se pensarmos que todo o investimento da CTNP foi de 750.000 libras esterlinas, o investimento lucrou o dobro, sem contar os dividendos conseguidos com a venda de 30% dos lotes.

No ano de 1944, a Companhia foi adquirida por um grupo paulista e passou a chamar-se Companhia Melhoramento Norte do Paraná (CMNP). Esta empresa deu prosseguimento ao projeto de colonização, pois ainda havia 70% das terras para serem colonizadas. Se Londrina foi um marco na atividade dos ingleses, Maringá, fundada em 1947, veio simbolizar a atividade da CMNP

A partir da constituição da CMNP, as terras passaram também a ser vendidas em grandes glebas para outras companhias. Cancian (1981, p. 81) retrata duas dessas Companhias que adquiriram grandes extensões de terras. A “G. Lunardelli S.A, que entre 1945 e 1946 havia adquirido 9.860 alqueires de terras” e a “Companhia Almeida Prado, que em 1949 constituiu a Colonizadora Vale do Ivaí Ltda., para loteamento de terras das glebas Pombal e Kaloré”.

Efetivada a colonização, as terras passaram a contribuir com uma sempre crescente quantidade de café no mercado brasileiro. No entanto, a expansão da cultura cafeeira sempre foi acompanhada de um movimento dinâmico que compreendia uma área em que o café estava penetrando; uma em que se encontrava em produção; e outra, decadente, em que a cultura se achava em declínio. Cancian (1981) descreve que no Paraná, até atingir nova fase de superprodução na década de 1960, o centro dinâmico da produção deslocou-se por três vezes, em curtos períodos de tempo.

Em 1951, quando o Norte Novo superou o Norte Pioneiro; onze anos depois, quando o Norte Novíssimo ultrapassou o Norte Novo, e em 1965 com programas de erradicação de cafeeiros e fomento da pecuária no Norte Novíssimo, desviando-se novamente para o Norte Novo, de terras mais próprias ao cafeeiro (CANCIAN 1981, p. 92).

A entrada da produção de café norte paranaense foi um fator de desequilíbrio entre a oferta e a demanda, quer seja em termos nacional ou mundial, pois, segundo Cancian (1981, p. 122) no início da década de 1960 “o Paraná foi responsável por quase um terço da produção mundial ou metade da produção brasileira”, graças ao modelo de colonização baseado na pequena propriedade colocado em prática nas terras a oeste do Rio Tibagi, região conhecida como Norte Novo e Novíssimo do Estado do Paraná.

Analisada como ocorreu a disseminação da cultura cafeeira até a chegada ao território paranaense, bem como seu processo de ocupação e colonização, no capítulo seguinte analisaremos como se processou a ocupação e o loteamento da Gleba Três Bocas, uma zona de transição entre duas frentes pioneiras onde se encontram os bairros rurais, local de moradia dos sitiantes sujeitos desta pesquisa.

2 – O MUNICÍPIO DE LONDRINA NA DÉCADA DE 1930: O
ESPAÇO TERRITORIAL FORA DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CTNP

Primeiramente, caracterizou-se o processo de introdução da cultura cafeeira no Brasil e no norte do Paraná, onde despontou como sua principal atividade econômica. O recorte espacial a ser analisado será, especificamente, o município de Londrina. Para isso não poderemos restringir o recorte temporal apenas ao ano de 1929, data em que os primeiros funcionários da CTNP chegaram para tomar posse das terras que adquiriram para implantar o projeto de colonização.

Discutiremos o processo de ocupação das terras localizadas ao sul do Ribeirão Três Bocas, na região conhecida como “Três Bocas”. Esta região foi constituída por grandes propriedades que não fizeram parte do processo de colonização colocado em prática pela CTNP. Suas terras, num primeiro momento, foram visitadas por caboclos considerados posseiros para, em seguida, serem adquiridas nos primeiros anos do século XX por grandes fazendeiros oriundos de Ponta Grossa, Castro e Tibagi. Se estas terras longínquas foram adquiridas, significa que já tinham sido regularizadas perante o governo do estado, levando-nos a entender que as mesmas fizeram parte de antigas concessões conseguidas por pessoas influentes e que depois foram vendendo-as na forma de grandes propriedades.

A área denominada “Três Bocas²⁹”, situada ao sul da sede do município de Londrina, abrangendo uma área de aproximadamente 50 mil alqueires (121.000 ha), pode ser considerada como de transição entre as duas frentes pioneiras: a) a do Norte, muito mais importante por ter na pequena propriedade e na cultura cafeeira seu principal produto, gerando com isso a integração da região; b) a frente pioneira advinda do Sul do estado, em que os “ocupantes definitivos das terras, os que vão possuí-las e explorá-las, são precedidos por batedores anônimos que salpicam a mata em largas áreas, indivíduos geralmente semi-nômades, que são os primeiros a explorar ou a fazer grandes roças em terrenos devolutos” (BERNARDES, 1952, p 429).

Analisaremos como ocorreu o processo de ocupação e o povoamento da área ao sul do paralelo 24° para, a partir de então, ponderarmos as especificidades que levaram à ocupação e também ao povoamento da “Gleba Três Bocas”, local em que se localizam os bairros rurais pesquisados e, conseqüentemente, os sítios e seus respectivos proprietários que tomamos como objeto desta pesquisa.

²⁹ Essa área foi, segundo Corrêa (1991), impropriamente chamada primeiramente, de “Fazenda Três Bocas”. Mas não era uma fazenda e sim uma Gleba de matas virgens. Acreditamos ser o termo gleba (porção de terras que ainda não tenha sido objeto de parcelamento) mais apropriado para nossa análise.

Para Bernardes (1953, p. 336), “a existência de uma zona ou faixa pioneira pressupõe uma intensificação no povoamento e na ocupação agrícola de uma zona, uma aceleração da área derrubada, um afluxo regular de população proveniente de outras zonas mais velhas, a abertura de estradas, o aparecimento de vilas e cidades”. Desta forma, a ocupação e o povoamento em direção ao norte do estado por pessoas oriundas do chamado Paraná Tradicional, ou seja, pessoas da região de Curitiba e adjacências, criaram no ano de 1872 o município de Tibagi. A noroeste deste município, o povoamento³⁰ se constituiu, na sua maioria, segundo Bernardes (1952), pela figura do “intruso nômade”. Cabe lembrar que a simples penetração de indivíduos isolados adiante das zonas regularmente povoadas não pode ser considerada como avanço pioneiro.

Bernardes (1953, p. 361), em suas excursões realizadas a fim de estudar as frentes pioneiras de ocupação do Paraná, corrobora as informações que dão conta que os primeiros a penetrarem nestas terras eram oriundos do sul do Paraná, quando assim se manifesta:

Suas terras férteis, ocupadas por vastos pinheirais facilmente penetráveis atraíram caboclos e ex-colonos que, partindo da vila de Urtigueira, galgaram a escarpa e, no alto do planalto estabeleceram suas roças espontânea e desordenadamente. Muitos destes elementos eram provenientes da colônia Açungui e de outros núcleos decadentes.

Bernardes (1952, p. 69) ao analisar a ocupação desta região, tece os seguintes comentários:

O povoado de Queimadas era o centro de onde se irradiavam as trilhas de tropas que nos anos pouco anteriores a 1920 davam margem à expansão dos caboclos e dos descendentes de europeus que demandavam a região. Muitos chegavam a galgar a “serra” e sobre o terceiro planalto, na zona do Faxinal de São Sebastião, estabeleceram uma frente pioneira de duração efêmera na década de 1920.

Para Alves (2003, p. 82), que realizou estudos a respeito do município de Ortigueira, “a frente de expansão formada pelos caboclos, constituía-se principalmente de safristas que tinham em Queimadas um ponto de apoio, inclusive para se chegar ao Terceiro Planalto Paranaense”. Na década de 1920, devido ao tipo de povoamento da área, se esboçava uma lenta organização econômica, estruturada principalmente com a cidade de Tibagi, considerada centro de referência.

³⁰ Uma área é considerada “povoada” quando já esboça uma organização econômica e há, apesar da precariedade das comunicações, um regime de trocas com a retaguarda, isto é, com os centros mais civilizados (BERNARDES, 1952).

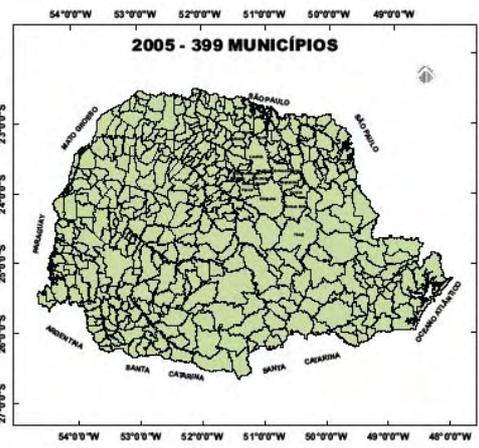
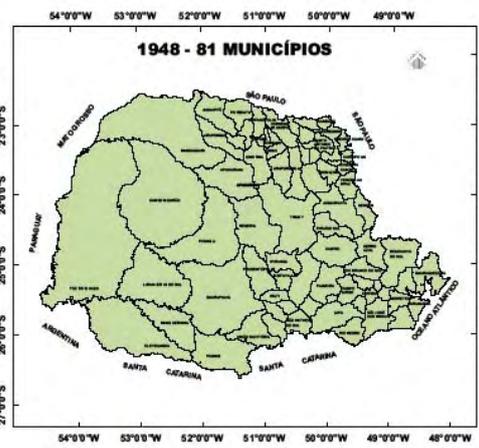
Embora fosse considerada uma frente de expansão de menor importância, assim como o fez em terras do Norte Pioneiro, o governo do estado adotou medidas com o objetivo de fixar a população flutuante e sustar a ocupação das terras virgens em Faxinal de São Sebastião (atual Faxinal). Isso se fez após relatório enviado pelo comissário de terras de Tibagi, apresentado à Secretaria Geral do Estado no ano de 1925. Reproduziremos na íntegra a Portaria n.º. 433 para, em seguida, analisarmos os fatores que levaram a Secretaria a editar o referido relatório, que descreve a existência de muitas famílias instaladas na região anteriormente a 1925. Segue o teor da Portaria n.º 433, que visava à regularização de terras devolutas em Faxinal de São Sebastião:

O Secretário Geral d'Estado, no intuito de normalizar a situação dos nacionaes que ocupam, sem documentos que os habilitam, as terras devolutas existentes no Faxinal de São Sebastião do município de Tibagy, determina ao Sr. Comissário de Terras desse município que convide a todos os ocupantes dessas terras a requererem por compra, dentro do prazo de noventa (90) dias, as glebas que ocupam sob pena de serem considerados invasores de terras do Estado e como tal sujeitos ao disposto nos arts. 81 e 224 do regulamento de 8 de abril de 1893. A esses requerentes serão as terras vendidas ao preço de 8\$000 o hectare e o pagamento feito em 6 prestações annuaes, como é facultado pelo Art. 4º da Lei n.º. 820, de 7 de maio de 1908, não devendo, entretanto, a área vendida, exceder a 200 hectares para cada um dos interessados, que ficam sujeitos ao pagamento das medições, o qual será feito directamente ao respectivo Commissario de Terras. Secretaria Geral d'Estado, em 6 de abril de 1925. Portaria N.º. 433, da Secretaria Geral do Estado (MERCER, 1978, p. 172), (respeitada a grafia do documento oficial).

O Comissário de Terras era a pessoa encarregada pelo Estado de conduzir e acompanhar a legalização de terras devolutas. No caso do município de Tibagi, de grande extensão territorial no ano de 1925 - conforme pode ser observado no mapa 4 - para o ano de 1930, fica difícil entender como apenas uma pessoa era responsável por resolver uma questão tão emblemática como a ligada à posse da terra. Por outro lado, fica fácil imaginar o porquê da morosidade do Estado em apresentar soluções para os problemas relacionados à questão da terra.

O Comissário de Terras do Município de Tibagi apresentou à Secretaria Geral do Estado no ano de 1925 um relatório que indicava a presença de muitos posseiros (sertanejos, caboclos) instalados em Faxinal de São Sebastião. Em seu relatório, o mesmo dizia que:

MAPAS DA EVOLUÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ



MAPA - 04

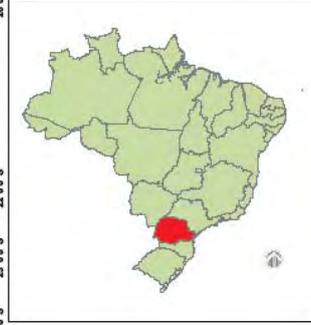
MAPAS DA EVOLUÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

Legenda

Municípios

Escala:

0 40.000 80.000 120.000 160.000 200.000



Organização:
Ederval Eversom Batista

Orçamentação:
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol

Faixa:	PARA O ANO DE 1930, 1948 E 1963 - PADIS 1981	Revisão cartográfica:	Rosângela T. Hespagnol
Mapa:	2005 - PARANÁ CIDADE	Folha:	04

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO" Campus de Presidente Prudente

Compreendendo os nossos patrícios sertanejos a necessidade de por um termo à sua vida errante, de eterno intruso, receberam eles os favores contidos naquela portaria como uma dádiva do céu e, todos ou quase todos, vieram solícitos a este Comissário entregar os seus requerimentos para serem encaminhados à Secretaria Geral. Assim é que já estão em andamento cento e noventa e dois requerimentos além de mais setenta e dois que estão sendo encaminhados. (...) Pelo que pode ser observado, a zona de São Sebastião ocupada pelos nacionais abrange uma área de cinquenta mil hectares, suficientes, portanto, para atender os lotes requeridos (MERCER, 1978, p. 173).

O relatório aponta ainda que não mais haviam terras devolutas disponíveis nos municípios de jurisdição deste Comissário. No entanto, aponta a existência de muitos outros moradores que para estas terras se dirigiam e afirmava que:

O nacional caboclo fugindo em massa das terras cansadas de toda parte do Estado e até de Estados vizinhos, como uma avalanche humana, invadiu tudo. A Fazenda Apucarana Grande tem cerca de quinhentos fogões³¹; **Três Bocas para mais de quinhentos**³²; e do Ribeirão Bonito, à margem do Ivaí, com cerca de dois mil fogões e assim aquelas reservas também, da mesma forma, estão cheia de moradores. (...) É claro que, em curto espaço de tempo, dada a valorização crescente das terras, os proprietários hão de desintrusa-las (MERCER, 1978, p. 174).

Bernardes (1953) comenta como se deu a intervenção do estado no ano de 1925 com a cessão de lotes aos “intrusos”, a fim de conter o processo de ocupação:

Os lotes foram vendidos ao preço de Cr\$ 8,00 o hectare, sendo sua área, em média de 50 a 200 ha. A divisão foi feita, no entanto, sem nenhum plano diretor e sim de acordo com a posse. Muitos desses posseiros, depois de requererem as terras por eles ocupadas retiravam-se antes de efetuar o pagamento estipulado, abandonando-as ou vendendo-as a outros intrusos recém chegados. Deste povoamento que, ao norte se estendeu até a zona de São Roque e Marilândia do Sul resultou a destruição de enormes áreas de pinheirais substituídos depois de alguns anos de roças descuidadas, por extensos samambaiais que revelam a criminosa devastação aí realizada (BERNARDES, 1953, p. 362).

Alguns pontos interessantes da citação merecem ser destacados. Primeiramente, o fato de muitos ocupantes se recusarem a ter que pagar pela terra, mesmo que isso os tornasse proprietários, denotando o caráter do relacionamento que os habitantes mantinham com a terra, pois sua principal atividade, a safra, precisava de novas áreas constantemente, e sem divisas para criarem seus suínos com a exploração de solos sempre novos. Explica-se, então, a devastação realizada. Também aparece alusão a São Roque, atual Tamarana e que situa-se nas terras da Gleba Três Bocas, demonstrando

³¹ Quando o autor faz referência a fogões, isso leva-nos a crer que cada fogão representava uma moradia e, conseqüentemente, uma família.

³² Está é uma das poucas referências que encontramos em relação à Gleba Três Bocas e, nota-se, que no ano de 1925, já eram quinhentas famílias que habitavam suas terras (grifos nossos).

que a região, assim como já afirmado, foi uma zona de transição entre as duas frentes pioneiras.

Este movimento característico da frente de expansão que, partindo de Tibagi, alcançou Queimadas e Faxinal de São Sebastião, perdurou até o final da década de 1920 e início da de 1930. A partir deste ano, ela encontrou uma frente pioneira muito mais importante que, com a instalação da Companhia de Terras Norte do Paraná, passou a atrair um número grande de pessoas dispostas a não mais entrar na terra pela posse e sim por meio da compra, instituindo a propriedade privada da terra.

Diante do exposto, verifica-se o acesso à terra realizado pelos caboclos que, tendo como ponto de apoio a cidade de Tibagi, se apossaram de terras no município de Ortigueira (antiga Queimadas), Faxinal (antiga Faxinal de São Sebastião) e Tamarana³³ (antiga São Roque). As condições que propiciaram a ocupação desta vasta área do território paranaense são explicadas pelo fato de que, “nestes municípios predominavam grandes latifúndios e terras devolutas onde penetraram intrusos, constituindo um povoamento espontâneo, desordenado e mal fixado” (BERNARDES, 1952, p. 69).

Resta salientar que o norte paranaense era considerado como terra pertencente ao município de Tibagi até o ano de 1930. Com Londrina sendo elevada à categoria de município no ano de 1934, sua extensão territorial chegou até às margens dos Rios Paranapanema e Paraná, no sentido norte do estado, conforme pode ser observado no mapa 04 (pagina 93) para o ano de 1938. No entanto, seus limites na parte sul são as terras da Companhia, ou seja, o Ribeirão Três Bocas.

A grande extensão territorial do município de Londrina deve-se ao fato da existência de poucos municípios no estado àquela época. Na década de 1930, no Estado do Paraná existiam apenas 43. No ano de 1948, o Paraná possuía 81 municípios, cerca de 20% do número atual³⁴.

De acordo com a evolução dos limites territoriais de Londrina, conforme pode ser observado no mapa 04, no ano de 1948, o limite ao sul se estende até as terras do município de Tibagi, mas já estando sob a jurisdição do município de Londrina, as terras da Gleba Três Bocas. Devido à distância, a população que habitava estas terras, com a criação do município de Londrina, passou a freqüentar e a manter relações

³³ Até o ano de 1996, data de sua emancipação política, era o distrito mais meridional de Londrina.

³⁴ O ano de 1997 foi o último em que ocorreu emancipações políticas de distritos que passaram a ser considerados municípios, num total de 28.

comerciais com Londrina, principalmente as pessoas que moravam na localidade de São Roque, atual Tamarana.

Desta forma, ao contrário do que muitos pensam, não só de pequenas propriedades foi constituída a estrutura fundiária do município de Londrina. Apenas uma pequena parte das terras, aproximadamente 20% do que atualmente constitui o território londrinense, foi colonizada pela CTNP, conforme pode ser observado no mapa 5, tendo vindo do sul do Estado do Paraná os primeiros proprietários de terras da área conhecida como Gleba Três Bocas.

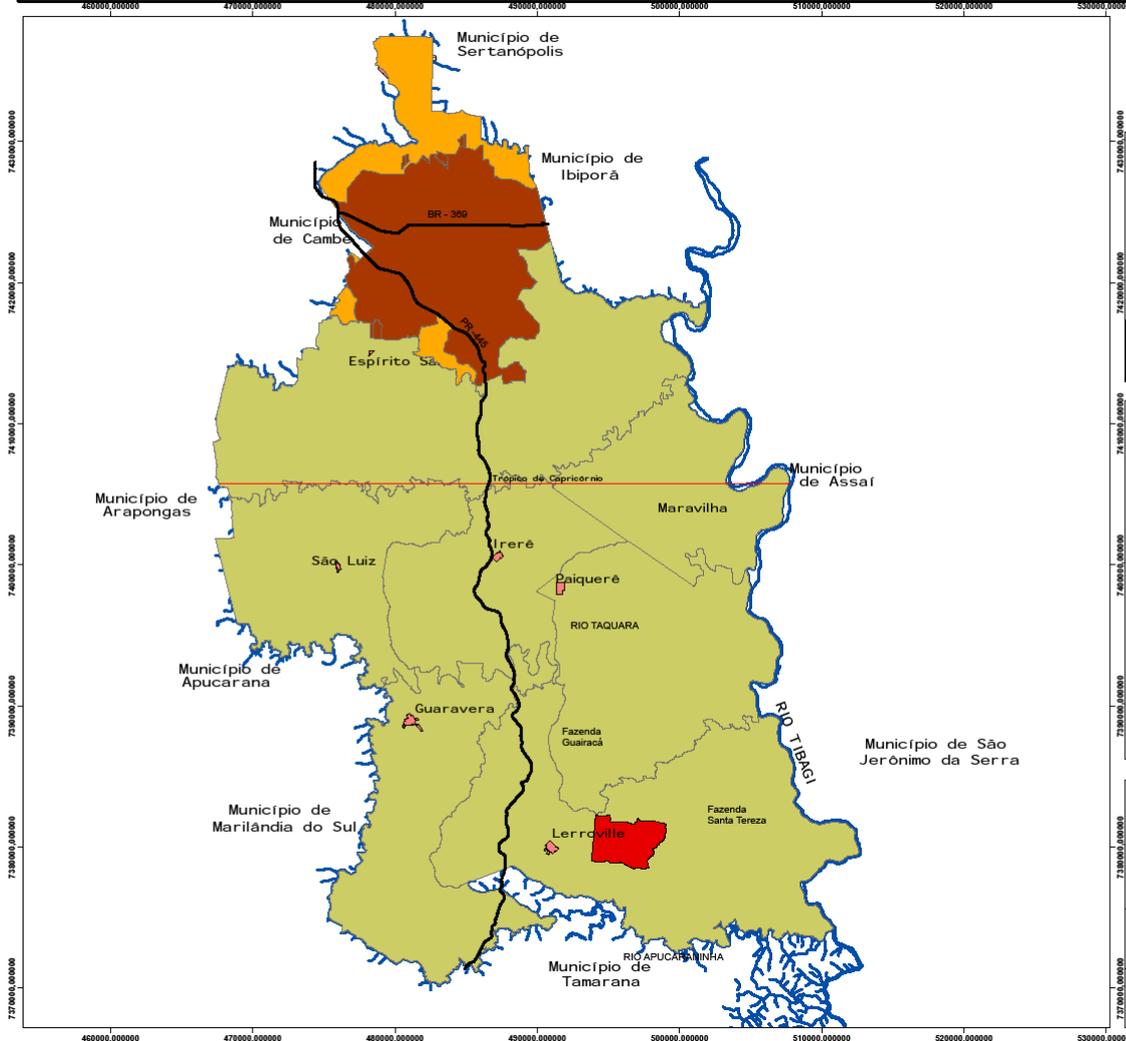
2.1 O local da grande propriedade: a área não colonizada pela CTNP

Muito embora o perímetro urbano tenha se expandido e avançado por terras até pouco tempo consideradas rurais, tornando-as urbanas, um estudante ou viajante que chegar a Londrina pela região norte conseguirá identificar os limites territoriais da cada propriedade. Apenas com um simples olhar é possível perceber que as pequenas propriedades rurais, os chamados sítios, predominam na paisagem.

Algumas características ajudam a identificar as particularidades deixadas na paisagem, principalmente próximo ao Distrito da Warta, área mais setentrional do município. Há nas propriedades rurais uma diversificação de culturas; os carreadores conduzem às casas, quase sempre nas partes mais baixas do terreno, próximas à água; a moradia e as demais construções, tais como currais, chiqueiros e, em alguns casos, as velhas tulhas, que simbolizam uma época em que a cultura cafeeira predominava na região; uma pequena parte do sítio dedicada ao pasto para algumas poucas cabeças de gado etc.

Saindo de Londrina em direção à Curitiba, tomando-se a direção Sul, se constata também que o perímetro urbano já está muito próximo ao Ribeirão Três Bocas, limite das terras adquiridas e colonizadas pela CTNP. A partir deste ponto, salvo algumas pequenas propriedades rurais beneficiadas pela construção da PR 445 e que acabou valorizando as terras a sua margem, percebe-se que a paisagem muda, passando a predominar as pastagens. Os carreadores que conduzem à sede das propriedades tornam-se mais espaçados uns dos outros. Sem contar o fato de que, de distância em distância, avista-se uma placa informando o nome da fazenda e de seu proprietário, geralmente na porteira, característica marcante da grande propriedade.

**LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS COLONIZADAS PELA CTNP
E AS PERTENCENTES A GLEBA TRÊS BOCAS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR.**



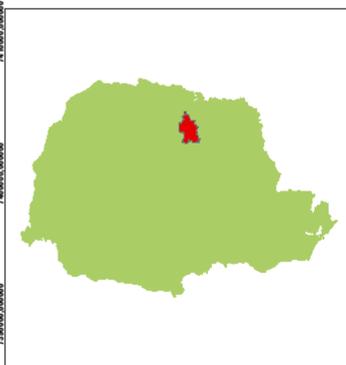
MAPA - 05

LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS COLONIZADAS PELA CTNP E AS PERTENCENTES A GLEBA TRÊS BOCAS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR.

Legenda

- BAIRROS RURAIS DA LARANJA AZEDA E DA LIMEIRA
- COLONIZAÇÃO - CTNP
- PERIMETRO URBANO
- PERIMETRO URBANO DOS DISTRITOS
- COLONIZAÇÃO - GLEBA TRÊS BOCAS

Escala:



Organização:
Ederval Eversom Batista

Orientadora:
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol

Elaborado por Ederval Erson Batista	Elaboração Gráfica: Rosaly T. Nishimura
Mapa: 05	Página:

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

Na parte sul do município de Londrina encontra-se a chamada Gleba Três Bocas. Não resta dúvida de que essas terras eram conhecidas, mesmo antes da chegada dos primeiros habitantes não indígenas que tomaram posse da área adquirida pela CTNP.

Pela sua localização, as terras da Gleba Três Bocas podem ser caracterizadas como uma zona de transição entre o sul do Paraná, também conhecido como Paraná Tradicional, constituído por campinas, já povoadas desde o Brasil Império e situadas, em geral, abaixo do paralelo 24°, e o norte do Paraná, zona caracterizada pelas terras roxas e cobertas de mata, somente desbravada e colonizada em época mais recente.

As terras da Gleba se estendiam de leste para oeste desde o Rio Tibagi até alcançar o espigão geral em que atualmente se situam Apucarana e outros municípios. Do norte para o sul, se estendiam desde o Ribeirão Três Bocas, já próximo ao sítio urbano de Londrina, e avançavam até o vilarejo São Roque, atual Tamarana, chegando até o Rio Apucarantina, conforme pode ser observado no mapa 5.

A bibliografia a respeito desta área, de aproximadamente 50.000 alqueires, (121.000 ha) é difícil de ser encontrada, pois foram poucos os autores que fizeram menção a ela. A única fonte que encontramos foi Corrêa (1991)³⁵. Este autor afirma que, quanto à origem e à sucessão da propriedade das terras, a região denominada de Gleba Três Bocas se diferencia completamente das demais áreas do norte paranaense, pois:

(...) os proprietários nas Três Bocas tiveram, todos eles, seus títulos de domínio sempre havido por sucessão de **antiquíssimos outros títulos** de propriedade particular, enquanto que na quase totalidade dos demais proprietários do Norte do Paraná tem sua origem nas grandes colonizações. (...) os antiquíssimos títulos de propriedade e suas respectivas posses, tanto de glebas maiores como de porções menores, foram sucessivamente sendo alienados ou fracionados no decorrer do seu desbravamento. (...) e que a primeira divisão judicial ficara conhecida como “Divisão de 1908” por ter sido homologada ainda nesse ano de 1908; seus condôminos foram cidadãos residentes no antigo sul, nas cidades de Tibagy, Castro e São Jerônimo etc., mas proprietários dessas terras longínquas situadas no centro oeste do Estado (CORRÊA, 1991, p. 03), grifos nossos.

Percebe-se que o autor faz questão de frisar que os títulos de propriedades são provenientes de **antiquíssimos outros títulos**, isso, com certeza, com a intenção de legitimar o direito de propriedade das terras “adquiridas”, (grifos nossos).

³⁵ Seu livro intitulado “História da região Três Bocas no norte do Paraná” foi o único encontrado. No entanto, pelo fato de ser o autor filho do maior fazendeiro da Gleba, sua visão, em muitas passagens, acaba sendo romantizada. No entanto, utilizaremos as informações do livro sempre procurando fazer uma desconstrução das partes que acharmos necessárias.

Outra parte da citação que causa estranheza é a que diz que a homologação das terras ocorreu ainda no ano de 1908. Se, conforme visto anteriormente, segundo Bernardes (1953), somente no ano de 1925 foi que o estado se preocupou em regularizar a situação dos “intrusos” estabelecidos em Faxinal de São Sebastião, estes seriam os caboclos situados mais ao norte alcançados pela expansão da frente pioneira que se iniciou em Tibagi.

Como explicar que as terras da Gleba Três Bocas já possuíssem documentação que comprovava os títulos de domínio? Outra dúvida é que, o que levou o estado a documentar e, com isso, legalizar a propriedade da terra em zonas anteriormente ocupadas, como o ocorrido em Faxinal de São Sebastião, foi a ocupação num primeiro momento por “intrusos”. Já no caso da Gleba Três Bocas, a legitimação da propriedade da terra aconteceu antes que os “intrusos” nestas terras chegassem. Aconteceu antes mesmo do projeto de colonização colocado em prática pela CTNP, sendo as terras adquiridas no ano de 1925, fato este que propiciou o desenvolvimento e uma maior ocupação do Norte Novo paranaense.

Havia na região, segundo Corrêa (1991, p. 03), “muitos proprietários em comum, sendo a maioria já detentora de suas posses perfeitamente radicadas e definidas, mas também havia os retardatários, ainda sem localização definida por apossamento direto”. Nas décadas de 1920 e 1930 adveio a necessidade de localizá-los, cada qual em seu respectivo lote, o que se fez por meio de duas grandes e sucessivas divisões judiciais.

Os adquirentes residiam no sul do estado, e “compravam” essas terras sem ao menos conhecerem a área ou mesmo a localização exata de sua “propriedade”, pois não havia a demarcação dos lotes adquiridos. Quando mais tarde “venderam” estas terras para outras pessoas que, realmente vieram tomar posse, estas se defrontaram com posseiros (safristas) que já estavam em suas pseudo-propriedades, havendo a necessidade de alocar a todos e legalizar as posses.

Um fato que comprova que as terras apenas existiam virtualmente é que a primeira divisão judicial ocorreu ainda no ano de 1908, não havendo ocupação na área. No entanto desde a metade do século XIX, quando foi colocada em prática a busca de um caminho que ligasse a capital do Império, o Rio de Janeiro com a Província de Mato Grosso, o Rio Tibagi foi utilizado para tal propósito corroborando a hipótese de que estas terras já eram conhecidas.

Wachowicz (1995) explica como pessoas oriundas da vila de Tibagi apossaram-se de terras no norte do Paraná. Para isso cita o exemplo de terras do aldeamento São Jerônimo, localizado na mesma latitude das terras da Gleba Três Bocas, separadas apenas pelo Rio Tibagi, estando cada porção em margens opostas. Para o autor, assim ocorreu a posse destas terras:

(...) os políticos e proprietários da vila de Tibagi e os próprios moradores de São Jerônimo ambicionavam apoderar-se dessas terras indígenas. Para alcançar tal intento, conseguiram primeiramente o afastamento do Frei Cemitile da direção do aldeamento. Em seguida, tentaram transferir os índios para a outra margem do rio Tibagi. Não conseguindo, começaram a invadir a fazenda e a se fixarem como posseiros. Em 1920, esses já chegavam a mais de 400 famílias (WACHOWICZ, 1995, p. 244)

Se, tal fato estava acontecendo em terras situadas na margem direita do Rio Tibagi, fica fácil saber por que os primitivos proprietários aquinhoados com a primeira divisão judicial ocorrida no ano de 1908 eram paranaenses de cidades do sul do estado, Tibagi, Castro e São Jerônimo e por isso abrangeu a faixa de terra mais próxima ao rio Tibagi no lado leste da grande gleba.

Estes primeiros “pseudo-proprietários” foram, a bem da verdade, grileiros de terras que, por serem pessoas influentes (políticos, segundo Wachowicz, 1995) na vila de Tibagi, conseguiram regularizar ou “esquentar” suas posses, tornando-as propriedades “legalizadas” sem ao menos conhecê-las. Anos depois, passaram a vender seus quinhões para os que ousaram iniciar a ocupação das terras.

Dentre os maiores fazendeiros que adquiriram terras na Gleba Três Bocas na primeira divisão judicial de 1908, Corrêa (1991) destaca três: Ivo Leão, antigo proprietário da fazenda Santa Tereza; o Barão de Pritselwitz; e Gustavo Avelino Corrêa, proprietário da maior fazenda da região (7.100 alqueires, equivalente a 17.182 ha), a Guairacá. Aliás, a origem do Sr. Gustavo não foge à regra dos grandes proprietários de terras do Norte Pioneiro, pois era médico, mineiro de origem, mas plantador de café em fazendas paulistas e também adquiriu propriedade nas terras da Gleba Três Bocas.

Como a divisão judicial de 1908 apenas regularizou as terras próximas ao Rio Tibagi, na parte leste da Gleba, ainda existia no ano de 1941 muita terra somente com ocupantes, porém sem a titulação que caracteriza a propriedade privada.

Para regularizar a situação, no ano de 1941, ocorreu, segundo Corrêa (1991), a segunda divisão judicial que ficou conhecida como “Divisão Judicial de Londrina”, que começou a tramitar também na Comarca de Tibagi, passando no ano de 1947, a ocorrer em Londrina, logo após esta cidade ter alcançado foro de Comarca.

Mais uma vez recorremos a Corrêa (1991) que enumerou os problemas enfrentados para que fosse regularizada a situação de todos os “condôminos”:

- a) Havia um grande número de condôminos: entre grandes, médios e pequenos eram quase duzentos;
- b) Enormidade dos trabalhos geodésicos morosamente executados na mata virgem, com acesso distante, só possível em lombo de burro, quando não a pé, por picadas escorregadias, característica da terra roxa propiciada pelas contínuas e intermináveis chuvas;
- c) Com dificuldades quase intransponíveis e para um mínimo de entrosamento entre os condôminos;
- d) Devido aos interesses divergentes de alguns, seja por dificuldades de comunicação, pois havia interessados residentes em diversos estados;
- e) Seja até por falta de dinheiro da maioria para o custeio dos serviços.

Segundo as razões expostas e, deixando de lado as dificuldades impostas pela natureza, fica evidente que a localização das terras de cada condômino se deu mediante conflitos, citados como “interesses divergentes”. Outra peculiaridade diz respeito à quantidade de pessoas que se dizia “proprietária”. Se havia algumas, que poderemos classificar como posseiros e que habitavam a Gleba em sua posse, havia alguns “interessados residentes até mesmo em outros Estados” que, antes mesmo de acontecer a regularização, não tinham a posse e pleiteavam a propriedade de algum lote.

Porém, o mais interessante foi notar a liderança e a dedicação exercida pelo Sr. Gustavo Avelino Corrêa para que se finalizasse a divisão judicial. Corrêa (1991, p. 12) faz menção a estes esforços, contudo, em seu livro, como não poderia deixar de ser, não retrata os verdadeiros motivos. Ele assim diz: “Modéstia à parte, mas se não fosse pela incansável e tenaz liderança do Dr. Gustavo que, pode-se dizer – quase que sozinho – “carregou” nos ombros o penoso fardo, dificilmente ter-se-ia chegado ao fim do processo”.

O verdadeiro motivo se deve ao fato de que a maioria das terras por ele “adquiridas” na primeira divisão judicial situava-se nas terras abrangidas pela segunda divisão, sem contar as que também “adquiriu” durante a segunda divisão. Daí o seu primordial interesse em promover a consolidação absoluta de sua propriedade, mediante a conclusão final do processo judicial.

O maior latifundiário chegou a possuir na região da Gleba Três Bocas, segundo Corrêa (1991), uma só grande gleba de matas virgens que se destinava à futura

colonização por loteamentos agrícolas. Apesar de não dizer qual era o tamanho da propriedade, algumas pessoas inquiridas durante a pesquisa de campo disseram que “as terras somavam mais de 14 mil alqueires”, o que equivale a 33.880 ha.

Assim sendo, terminada a divisão judicial, numa área de 50 mil alqueires (121.000 ha), havia menos de duzentos condôminos que se transformaram em proprietários, denotando a Gleba Três Bocas possuir uma área em que predominava a grande propriedade. Mesmo sendo o objetivo do Sr. Gustavo Avelino Corrêa lotear e vender pequenas propriedades rurais, assim como o fez com grande parte de suas terras, essa região não deixou de ter grandes fazendas.

Além dos cerca de duzentos condôminos que tiveram a situação de suas terras regularizadas após 1941, data que foi dada por terminada a segunda divisão judicial, havia na região também os safristas.

Trataremos de forma específica as particularidades dos safristas, tendo em vista que os mesmos foram os primeiros³⁶ a povoarem a área e nela exercerem uma atividade econômica: a engorda de suínos.

Apesar de não estarem localizadas em terras da Gleba Três Bocas, mas por fazerem divisa com elas na sua porção sul, merece ser mencionada uma grande área destinada aos índios Kaingangues (Reserva Apucarantina). Estes, sim, os primeiros a perambularem por estas terras. Nessa reserva havia extensos pinheirais de araucárias que vinham sendo gradativamente destruídos pelo fogo predatório, prática utilizada pelos caboclos ou pelos próprios índios. A conquista das terras kaingangues, segundo Tomazi (1997, p. 87), “iniciou-se no século XVIII, com a expedição de Afonso Botello, em 1768, e terminou em torno de 1930 quando os últimos representantes deste povo foram ‘pacificados’ e alojados em postos” (reservas indígenas).

A área desta reserva de terras destinada aos índios, na margem esquerda do Rio Tibagi, bem como outra na margem direita do mesmo rio, foi citada no ano de 1925, pelo Comissário de Terras de Tibagi, Edmundo Alberto Mercer, que propôs a transferência dos índios de uma reserva para outra a fim de poder o Estado disponibilizar terras para os moradores (safristas) que habitavam as terras no entorno das reservas. Ele assim se manifesta:

(...) Há, convém notar, dois grandes e magníficos blocos de terras de domínio do Estado, reservados para os índios caingangues, com área superior a vinte mil hectares cada um, nos lugares denominados Faxinal de Cambará e Apucarantina, o primeiro junto ao povoado de Queimadas e o segundo à

³⁶ Deixando bem claro que estamos considerando os primeiros não indígenas.

margem esquerda do Tibagi. No primeiro desses terrenos, de mais de oito mil alqueires, não residem mais que cinquenta índios e no segundo, de tamanho mais ou menos igual, talvez cem cabeças de caingangues (MERCER, 1978, p. 173/174)

O Comissário de Terras refere-se aos indígenas com uma visão de que os mesmos representavam um empecilho para o “desenvolvimento” da região. Seu ponto de vista fica claro na seguinte passagem de seu relatório, em que aponta os motivos favoráveis aos próprios indígenas, caso se realizasse a transferência dos mesmos para uma só aldeia:

Deslocados os 50 índios do Faxinal do Cambará, para a grande reserva de Apucarantina, que fica nas proximidades de São Jerônimo, e, portanto, junto ao Posto de Proteção aos Índios ali mantidos pelo Governo Federal, muito mais fácil se torna a obra humanitária de civilização dos indígenas patrioticamente patrocinada pelo egrégio brasileiro General Rondon, porque, aí, em um só núcleo, ao seu alcance, muito mais eficiente será a ação do serviço de proteção. (...) E de fato, afastados como estão os índios do Cambará, lá raramente chega alguém para atendê-los e por isso vivem eles em constantes rixas com os nacionais, de que sempre resultam conflitos de lamentáveis conseqüências (MERCER, 1978, p. 174)

Outro motivo que, segundo Mercer (1978, p. 174/75), justificaria a remoção dos indígenas para constituir apenas uma aldeia era que, “o povoado de Queimadas é hoje um dos mais importantes centros agrícolas de Tibagi e o seu desenvolvimento está sendo perturbado pela vizinhança do elemento indígena, sempre hostil ao civilizado”.

Embora a sugestão do Comissário de Terras de suprimir uma das áreas destinadas aos indígenas em favor dos moradores que se encontravam na região e que não dispunham de terras próprias, não tenha sido colocada em prática pelo governo do estado naquele momento, também não foram colocadas em prática políticas no sentido de impedir a ocupação de suas terras.

Segundo Mercer (1978), cada um dos blocos de terras possuía aproximadamente vinte mil hectares no ano de 1925. Atualmente, segundo dados obtidos no escritório regional da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) em Londrina, a aldeia Apucarantina possui uma área de 5.574 hectares e uma população de 1.394 indígenas, enquanto que a aldeia de Queimadas possui uma área de 3.081 hectares e 355 indígenas. Embora suas áreas tenham sido reduzidas drasticamente, a população das duas aldeias aumentou consideravelmente, principalmente a de Apucarantina.

A expulsão dos indígenas de suas terras e a violação de seus direitos se aprofundou na década de 1950, no governo de Moisés Lupion³⁷. O período em que este governador esteve à frente do governo do Paraná é reconhecido por historiadores paranaenses como um dos mais violentos da história deste estado. Neste período a corrupção, a grilagem e a venda irregular de terras foram a base da política fundiária do estado.

Cabe ressaltar que o Relatório apresentado no ano de 1925 à Secretaria Geral do Estado do Paraná trás contribuições importantes para entendermos como se processou a posse e a legalização das terras da Gleba Três Bocas. Em determinado trecho do relatório, o Comissário relata que, “não existem, afora a gleba de São Sebastião, mais terras devolutas disponíveis nos municípios da jurisdição deste Comissário a não ser pequenos terrenos dispersos, já ocupados e talvez requeridos” (MERCER, 1978. p. 173), grifos nossos.

Observa-se que o próprio Comissário suscita a dúvida quando diz que talvez já sejam requeridos, pois, como já dissemos, apenas um Comissário não conseguia percorrer toda a vasta extensão do território que constituía o município de Tibagi, num tempo em que os meios de comunicação, principalmente as estradas, se é que existiam, eram precárias, sendo o “lombo de burro” o principal e mais eficiente meio de transporte.

Em outra parte do Relatório que faz menção à Gleba Três Bocas, relata-se o fato de que o caboclo nacional estava invadindo todas as terras da região, sendo que só na Três Bocas já haviam para mais de “quinhentos fogões”. O Comissário, porém, não esclarece se estes moradores haviam requerido a posse da terra, que assim como já analisado foi regularizada na Segunda Divisão Judicial, ocorrida no ano de 1941, ou se eram caboclos, que na região ficaram conhecidos como safristas.

2.2 Os safristas e sua principal atividade econômica: a suinocultura.

A partir do momento em que o estado passou a vender ou fazer concessões de grandes extensões de terra para que companhias privadas loteassem e as vendessem na forma de pequenos lotes, a terra tornou-se propriedade privada e não mais devoluta. Isto

³⁷ O senhor Moisés foi governador do Estado do Paraná por dois mandatos. O primeiro de 1947 a 1951 e o segundo de 1956 a 1961.

conferiu valor de mercadoria às terras norte paranaense, denotando o fim do regime de trabalho dos safristas.

Estes ajudaram a constituir a fronteira demográfica que avançava sertão adentro. Buscavam terras em que pudessem viver e reproduzir seu modo de vida baseado na posse e na venda da única mercadoria disponível de ser comercializada por eles: os suínos.

Com a legalização da propriedade privada, por serem ótimos derrubadores das matas que existiam, os safristas foram úteis para o começo da atividade cafeeira, ainda que não tenham sido e nem tão pouco se tornado plantadores de café, devido as suas especificidades temporais e espaciais.

Esta forma não representava uma dinamização das atividades econômicas, pois a terra era ocupada e não comprada e, guardadas as devidas proporções no tempo e no espaço, os safristas desenvolviam um sistema fechado em que, raramente, iam ao mercado adquirir as mercadorias que não conseguiam produzir ou até mesmo confeccionar. Desta forma não contribuía com o crescimento da fronteira econômica, geralmente representada pela vila ou município para onde conduziam, uma ou duas vezes por ano, os animais para a venda. Se não havia movimentação de dinheiro e, conseqüentemente a lógica de acumulação, isso não era bom, pois não ocorria a relação de troca fundamental para o capital representado na lógica M-D-M.

Em terras do Paraná Tradicional, foi Pierre Dénis (1951) que relatou como se processou esta atividade, considerada por ele como muito atrasada e que somente poderia ser desenvolvida por um tipo de morador que preferisse viver no mais total isolamento, o caboclo³⁸. Eis a forma que o referido autor encontrou quando visitou algumas áreas no Paraná, no ano de 1907:

O agricultor, aquele a quem chamam caboclo, de um nome de raça que acabou designando mais uma maneira de viver do que propriamente uma raça, era o único senhor das florestas antes da chegada dos colonos e, de fato, ignora os princípios modernos da economia rural e da cultura intensiva. No local por ele escolhido para fazer sua lavoura, começa por abater a floresta, com emprego de machado. (...) Feita a derrubada das árvores, estas são deixadas como caíram e, tendo chegado o momento favorável, faz-se a queimada. A madeira não queima, mas a queimada deixa limpo o terreno, reduzindo a cinzas as folhas e lianas que darão o adubo necessário para a cultura. Terminado o fogo, passa um homem com uma enxada, fazendo a cada passo um buraco no chão, sendo seguido por um menino que em cada um lança alguns grãos, recobrando-os com um pouco de terra que empurra com o pé. O milho irá amadurecer entre os troncos e galhos, e o caboclo só visitará sua roça para colher as espigas, a menos que prefira livrar-se deste trabalho, soltando no milharal um bando de porcos magros que ali permanecerão enquanto encontrarem alimento. O

³⁸ Estamos considerando o caboclo citado por Pierre Dénis como sinônimo de safrista.

caboclo reúne então a porcada e vai vendê-la na cidade. (...) Seus instrumentos de trabalho são a enxada e o machado e ignora totalmente o arado, que, por esta época, não havia um só em todo o Paraná (PIERRE DÉNIS, (1951, p. 35).

No início do século XX, a acelerada urbanização de São Paulo e o avanço da Estrada de Ferro Sorocabana em direção ao oeste provocaram mudanças no norte paranaense. Nesta época, o milho não tinha mercado, mas a banha sim e a suinocultura passou a ser atividade dominante a fim de se conseguir a banha, muito utilizada na alimentação humana.

Tal qual em outras áreas de ocupação pioneira do estado, o sistema empregado era o da “safra”. Mas, no que consistia tal sistema?

Segundo Wachowicz (1995, p. 248), a safra consistia no seguinte:

O interessado derrubava 20, 30 ou até 50 alqueires de matas. Após a queimada, plantava-se milho, abóbora, batata doce. Quando o milho já estava crescendo, o safrista percorria o sertão e comprava porcos dos sitiantes. Comprava oito, dez, quinze de cada um. Esses animais eram então soltos no milharal. Passavam ali de cem a cento e vinte dias, após o que eram recolhidos e tropeados em direção aos mercados e locais de industrialização.

A comercialização dos porcos era realizada de maneira direta pelos caboclos ou pelos “safristas”. Os safristas eram pessoas que possuíam certo capital e, por isso, saíam pelas picadas do sertão comprando porcos dos caboclos. Wachowicz (1995, p. 90) relata como isso ocorria:

Não compravam por quilo e sim por centímetro, por metro, na vara ou ainda no barbante. Estas eram as expressões utilizadas para determinar a altura do animal. Na saída do mangueirão era feito um buraco. Neste local eram fixadas duas estacas, uma de cada lado. Media-se nas estacas a altura desejada pelo comprador (safrista) geralmente 50 centímetros. O travessão entre as duas partes era a vara, barbante ou arame. Se o porco ao passar não alcançasse com seu dorso a vara colocada a 50 centímetros, era refugado.

Alves (2003, p. 87) em sua pesquisa também detectou a presença de criadores nos primórdios da ocupação, próximo às terras da Gleba Três Bocas, na parte sul em Ortigueira, no tempo em que era conhecida como Queimadas. A esse respeito, o autor diz que:

A criação de porcos – o porco caipira -,foi realizada em quase todo o município de Ortigueira. Neste sistema, o safrista desenvolvia a exploração mista da terra posseada, cultivando o solo para a produção de milho, concomitante com o cultivo de produtos para subsistência, como o arroz e feijão, sendo que quando estivesse próximo da colheita, os porcos (corte magro) eram soltos na roça, lá ficando até engordarem e se obter o porco tipo banha.

Especificamente nas terras da Gleba Três Bocas, em sua porção sul, chegou-se a formar um núcleo aglutinador, o de São Roque, constituído basicamente de caboclos conhecidos pela denominação de safristas. Estes safristas eram criadores de porcos, seminômades que, vindos do Sul, começavam a penetrar nas florestas do Norte em busca de regiões novas e mais férteis. Iniciavam por abrir uma clareira, em geral em torno das nascentes das águas que encontravam, plantando milho para a engorda de animais e, no final da safra, partiam com a criação para o comércio, tocando os animais a pé, conforme depoimentos de antigos safristas.

Cabe ressaltar que nem todos os moradores exerciam a atividade da safra, daí a denominação safristas para quem a exercia. Também se verificava a ocupação de pequenas áreas por produtores de subsistência.

Os safristas da Gleba Três Bocas, no início do século XX, conduziam seus suínos para serem vendidos em Tibagi ou Jaguariaíva. A grande produção de porcos no norte paranaense atraiu a atenção de um dos maiores frigoríficos brasileiros na época, a firma paulista Matarazzo. Desta forma, Jaguariaíva tornou-se o principal mercado de suínos com a instalação do frigorífico em 1924. Após a industrialização, a carne e a banha eram escoadas para São Paulo, aproveitando-se dos trilhos da Ferrovia São Paulo – Rio Grande.

Para exemplificar as muitas dificuldades pelas quais os safristas passavam durante o transporte da porcada, realizada a pé, utilizaremos o depoimento de ex-safristas por nós entrevistados. Cabe ressaltar que essas passagens datam do início de década de 1930, quando os suínos já eram tropeados para Jatay³⁹.

O primeiro é o Senhor P. I. N⁴⁰. (84 anos e um dos primeiros moradores do bairro Laranja Azeda) que nos relata como era trabalhosa a tarefa de tocar os porcos até o local em que os mesmos iriam ser comercializados:

Ói, precisava bastante gente. Sabe porque? Pra toca os trezentos capados. (...) Já em 1933, era tudo sertão aqui. (...) Nós vendia os porcos quando não tinha estrada pra cruza pra Londrina, levava prá Jatay, era tudo picadão. O duro era cruzar o rio Tibagi, quando chegava lá, pegava duas ou três canoas, aí se leva uns na canoa, e pega ele pras oreias derruba n'água assim, e lá do outro lado tem outra ronda⁴¹, isso vai dia rapaiz pra passar duzentos porcos, não é

³⁹ Atualmente denominado Jataizinho, o município está localizado na margem direita do Rio Tibagi e serviu como primeira forma de ocupação destas terras no último quartel do século XIX.

⁴⁰ Salientamos que este senhor foi um dos pioneiros da região e que faleceu no ano de 2004. A entrevista que reproduzimos foi realizada quando elaboramos o mestrado, mas, pela sua importância, resolvemos reproduzi-la novamente.

⁴¹ Ronda era o nome que se dava aos cercados existentes ao longo do trajeto a ser percorrido em que os porcos ficavam presos a noite.

brincadeira não. (...) Gastava dez dias de viagem até Jatay, chegava lá o turco que comprava lograva. (...) Quando faltava uma marcha⁴² pra chegar, comprava açúcar e trazia pra eles beber bastante água pra chegar lá pra pesar, porque é muito custoso. (...) Eu passei mais debaixo de barraquinha tocando porco.

Interessantes eram as artimanhas descritas a fim de se conseguir um melhor peso e, conseqüentemente, um melhor preço pelos suínos. Para que os animais suportassem a viagem, não poderiam estar muito gordos, pois, caso isso acontecesse, era grande a possibilidade dos porcos morrerem. Durante o percurso, os porcos perdiam peso e, para compensar, era dada água doce para os porcos beberem pouco antes de chegar ao mercado. Esta estratégia era colocada em prática devido ao fato do comprador também usar de artimanhas para reduzir o peso pago aos safristas pelos porcos.

Em outro depoimento ficam claras as dificuldades enfrentadas pelos moradores da Gleba Três Bocas devido ao isolamento em que se encontravam, desenvolvendo uma agricultura de subsistência e tendo na suinocultura a única fonte de renda para adquirir os poucos produtos que a terra não lhes proporcionava. Ele relata que:

Plantava de tudo, arroz, feijão, amendoim, batatinha, batata doce, mandioca, tudo tinha. Plantava cana. No lugar do açúcar, moía cana e fazia açúcar vermelha. Se você apurar a garapa ela não dá um açúcar branco. (...) Roupa comprava saco de açúcar e a mãe fazia as roupas para nós usá. (...) Remédio era tudo do mato, não tinha dinheiro para ir ao médico, também era longe não conseguia chegar. (A. F. C, 74 anos e morador no distrito de Lerroville)

Até o início da década de 1940, a criação de porcos por meio das safras nas terras da Gleba Três Bocas foi uma importante atividade econômica. Com a segunda divisão judicial ocorrida no ano de 1941, a maioria das terras que era utilizada pelos safristas passou a ser propriedade privada, impossibilitando tal atividade.

Corrêa (1991) relata como se processou o encontro que certa vez aconteceu do Sr Gustavo, o maior proprietário de terras na região, com alguns safristas em suas terras, assim dizendo:

(...) Certa vez, tendo o Sr. Gustavo permanecido por um tempo mais longo em suas matas, atarefado como estava a abrir seus “picadões” de circulação, encontrou nada menos que uns trinta safristas, adentrando-se na floresta e abrindo cada um deles uma clareira na mata, mas cada um deles situando-se em locais bem afastados uns dos outros. Por incrível que pareça, (...) para descobrir o rancho do safrista era necessário caminhar por estreita “picada” como se fora por uma trilha de caça, vencer a antecipação dos cães que a distância vinham assustar os visitantes, até encontrar a clareira do rancho de safrista o que denominava a clara intenção de não serem encontrados, invasores que eram na realidade (CORRÊA, 1991, p. 24)

⁴² Uma marcha correspondia aproximadamente a 6 km, que era o percurso realizado durante um dia pelos suínos.

No entanto, enquanto os safristas tiveram utilidade, os proprietários deixaram que eles habitassem suas terras, fazendo o serviço de “abrir a propriedade”. Lopes (1982, p. 137) retrata bem esta passagem ao dizer que: “de imediato, nenhum grileiro iria se preocupar com a existência de sertanejos ou posseiros nas terras que queriam. Do ponto de vista do grileiro, eram até benéficos, pois as valorizavam com a presença e com o trabalho morto nas derrubadas e plantações”.

Assim como ocorreu em outras regiões do país, em que o posseiro chegou antes do proprietário e “limpou” a terra, sendo em seguida expropriado ou retirado por meio da violência, no caso específico da Gleba Três Bocas, a retirada dos safristas ocorreu da seguinte forma, conforme destaca Corrêa, (1991, p. 12), quando relata como o maior proprietário de terras agiu para retirar os safristas que se encontravam em suas terras:

O Dr. Gustavo conversava com o safrista fazendo-lhe ver que estava derrubando matas em lugar errado, isto é, no caso, em terras que tinham seus legítimos proprietários. (...) Porém, estaria até mesmo disposto a permitir que o safrista aí permanecesse como comodatário até colher o seu milho, para engordar os porcos para então sair do imóvel, dispondo-se mesmo o proprietário a firmar contrato de comodato para vencimento em data certa e avançada. Para tanto era mister que ambos, proprietário e safristas, comparecessem ao Notário mais próximo isto é, ao da Vila de São Roque em data apazada.

Outra forma encontrada pelo fazendeiro para convencer os safristas a deixarem a posse era oferecer-lhes emprego na derrubada da mata, pois os mesmos eram especialistas em derrubadas e o fazendeiro precisava derrubar a mata para formar seus pastos e também suas lavouras de café.

A importância da suinocultura no Norte do Paraná pode ser observada quando Monbeig (1998, p. 253) registrou que, na “região de Londrina, o número de porcos eleva-se a 280.000 em 1943”.

O sistema de safras em terras paranaenses começou a declinar a partir de 1944. Wachowicz (1995, p. 249) aponta os motivos que levaram ao declínio de tal atividade: “Em 1944, uma grande seca prejudicou os milharais dos safristas. No ano seguinte, deu a temida peste suína. Um safrista aproveitou apenas 34 porcos de um total de 2.000. Em 1947, o Frigorífico Matarazzo fechou as portas em Jaguariaíva”.

Porém, nesta época, o café já havia se disseminado por vastas extensões de terras no norte paranaense, sendo também iniciada sua plantação em terras da Gleba Três Bocas, principalmente em duas de suas maiores fazendas, a Santa Tereza e a Guairacá que, devido a sua importância para o desenvolvimento econômico e social da região, serão analisadas especificamente.

2.3 O exemplo de duas das principais fazendas produtoras de café: Santa Tereza e Guairacá.

Neste item trataremos de duas das principais fazendas produtoras de café existentes na Gleba Três Bocas a fim de demonstrarmos como se processou a abertura das mesmas, seu apogeu e sua influência nas demais fazendas e vilas que surgiram em seu entorno.

Após o momento em que o maior de seus condôminos, o Sr. Gustavo Avelino Corrêa iniciou a venda de parte de sua fazenda por meio de projetos imobiliários, foi que a Gleba passou a contar com um maior número de pequenas propriedades.

Estas fazendas foram grandes produtoras de café. Sua desestruturação ocorreu após 1975 com a geada que arrasou a cafeicultura paranaense e, conseqüentemente, as plantações existentes nas fazendas. A partir deste momento, as mesmas abandonaram a cafeicultura e passaram a dedicar-se somente à pecuária.

O parcelamento da terra em pequenas propriedades, ainda durante a década de 1950 pelo fazendeiro proprietário da fazenda Guairacá, justificava-se pelo fato de que era um negócio lucrativo. Nesta época, estavam sendo plantados os primeiros cafezais na fazenda, sendo necessária muita mão-de-obra para cuidar do processo produtivo. Além disso, existia uma diferença muito grande entre a quantidade de terra “adquirida”, 17.182 ha (7.100 alqueires) e a quantidade de terras que, segundo os safristas mais antigos, a fazenda chegou a possuir: 33.380 ha (14.000 alqueires).

2.3.1 – A fazenda Santa Tereza

Se há uma característica que identifica os grandes proprietários de terras na Gleba Três Bocas, originados da Primeira Divisão Judicial, é o fato de serem donos de grande capital, quer seja na forma de terras ou de indústrias.

Um destes proprietários rurais foi o Sr. Ivo Leão: próspero industrial de beneficiamento de erva-mate em Curitiba e também proprietário de outras grandes fazendas produtoras, tanto de erva-mate no sul do estado, como de café no Norte Pioneiro. A importância de sua indústria tornou seu produto conhecido nacionalmente, o famoso “Mate Leão”.

A produção da erva-mate, quer fosse para chás ou chimarrão num primeiro momento e, mais recentemente, para a fabricação de outras bebidas, ganhou grande notoriedade e destaque⁴³. Este industrial curitibano adquiriu, em 1928, uma propriedade de 7.260 hectares, na margem esquerda do Rio Tibagi. Esta fazenda foi uma das primeiras a plantar café na Gleba Três Bocas, tendo suas plantações começado ainda na década de 1940.

Igualmente como nas fazendas paulistas, se bem que quase meio século depois, o fazendeiro fazia uso de formas não-capitalistas a fim de tornar suas terras produtivas. Formar uma fazenda somente com trabalhadores assalariados poderia inviabilizar o empreendimento, por isso a necessidade de formas não-capitalistas, quer dizer, que não recebiam necessariamente um salário mensal, mas tinham a permissão de uso das terras do fazendeiro.

Assim foi com os safristas que derrubaram a vegetação e com os formadores de café, responsáveis por entregar os pés de café já produzindo para o fazendeiro. Nestas fases, não era o fazendeiro quem pagava aos trabalhadores. Eram os trabalhadores que pagavam ao fazendeiro o direito de utilizar suas terras nos diferentes momentos. Em seguida, eram substituídos pelos colonos, mão-de-obra necessária para o processo produtivo nos cafezais.

Somente a partir do quinto ano é que o fazendeiro conseguia extrair renda da terra de sua propriedade, pois, segundo Sallun Jr. (1982, p. 71), “na qualidade de proprietário territorial, auferia renda não-capitalista das famílias e formadores que o produziam, reduzindo, assim, os gastos que teria se obtivesse o cafezal mediante uma simples transação de compra e venda, se atuasse apenas como capitalista em potencial”. Em outras palavras, foi utilizado para a abertura das terras da fazenda um modelo não capitalista que ajudou a reduzir os investimentos de capital do fazendeiro.

Para a abertura e formação de sua fazenda, a Santa Tereza, estes também foram os procedimentos colocados em prática.

Para a abertura, foi utilizada a mão-de-obra dos safristas que habitavam essas terras e criavam seus suínos. Ao tomar posse de suas terras, ao invés de expulsar estes habitantes que lá foram encontrados, utilizando para isso o poder do convencimento ou da violência, foi lhes oferecido o direito de fazerem uso das terras para continuarem a criar seus porcos. Porém, a partir daquele momento teriam que obedecer a um contrato

⁴³ O setor industrial acabou sendo vendido no ano de 2008 para o grupo “Coca Cola”, numa demonstração da capacidade produtiva e econômica da família.

de dois anos e, no final do mesmo, teriam de entregar a área já desmatada e plantada com capim.

Desta forma, as terras que iam sendo abertas, iam sendo cercadas. A cerca naquele momento tinha duas funções. Primeira: denotar que já havia proprietários naquelas terras, ou seja, era uma propriedade particular. Segunda: para que o gado do fazendeiro fosse solto, passando os safristas a ocuparem outras áreas. Na fazenda Santa Tereza, as partes mais baixas e que ficavam próximas ao Rio Tibagi foram ocupadas pela pecuária, ficando as áreas de relevo ondulado e plano, nas maiores altitudes, destinadas à cafeicultura.

Nas áreas destinadas à cafeicultura, após a mata ser derrubada, o fazendeiro tinha que fazer uma pequena inversão de capital para abrir as covas em que seria semeado o café. Esse trabalho podia ser realizado tanto pelo safrista, que havia derrubado a mata e colocado fogo, como pelo próprio formador. Tanto um como o outro recebia por esta tarefa. A forma mais utilizada, segundo informações obtidas principalmente em depoimentos não sistematizados com alguns antigos safristas e formadores de café, era eles receberem por empreitada, ou seja, pelo número de covas abertas. As covas tinham uma medida padrão: 40-40-30, ou seja, 40 centímetros de largura, 40 de comprimento e 30 centímetros de profundidade.

Os formadores de café que atuaram na fazenda Santa Tereza eram contratados por um período de cinco anos. Todas as despesas com a formação corriam por conta dos trabalhadores contratados para formarem determinado número de pés de café. Cada formador tinha que providenciar, por conta própria, a moradia para si e sua família ou ainda para os peões contratados pelo mesmo. Não recebiam quantia alguma em moeda. Era lhes dado o direito de utilizar a terra para produzir cereais, principalmente milho, arroz e feijão, consorciado ao café, conforme informações obtidas com antigos moradores da fazenda.

No sistema adotado, os cafeeiros eram formados a partir do plantio de suas sementes. Eram semeadas de oito a dez sementes por cova. Depois de nascidas e quando já estavam com determinado tamanho (de 10 a 15 cm), em um dia de chuva, eram retiradas as mudas de pior qualidade, ficando apenas quatro mudas por cova, trabalho este denominado de “raleação”. Segundo um antigo morador da Fazenda (C. A. D. 65 anos), era exigido pelo fazendeiro que todas as covas fossem cobertas com lascas de pau para proteger os pequenos pés de café da geada. Esse procedimento também era adotado até que as mudas atingissem uns 30 centímetros acima do nível do solo.

Todos os produtos conseguidos eram de propriedade dos formadores. Mas, o que lhes propiciava um melhor rendimento era a produção de café que, a partir do quarto ano, já obtinham, com destaque para a safra do quinto e último ano. Formado o cafezal, o formador entregava a área para o fazendeiro e, se houvesse novas áreas para formar em café, partia para executá-las. Neste ponto o fazendeiro repassava o café já em plena produção para outra modalidade de mão-de-obra de sua fazenda: o colono. Este era responsável por dar continuidade à produção dos cafezais.

Interessante era a estrutura interna que uma fazenda grande produtora de café tinha que possuir. Na fazenda em questão, foi montada uma serraria e uma olaria. Tais “empreendimentos” eram necessários para manter a organização interna da própria fazenda, afinal, conforme nos relatou um de nossos informantes, (Senhora D. R. B. 53 anos, moradora da fazenda Santa Tereza) “havia sete colônias na fazenda, sendo que somente na colônia Sede havia mais de cinquenta casas”, conforme pode ser observado na foto 1 da sede da fazenda

FOTO 1 – Foto que retrata como era a sede da Fazenda Santa Tereza



Esta foto, que faz parte do acervo da sede da fazenda Santa Tereza retrata uma grande fazenda produtora de café na década de 1960 no distrito de Lerroville. Percebe-se ao centro da fotografia uma construção maior que era a parte de benefício e armazenamento do café e a principal colônia em que os trabalhadores moravam. Ao todo, havia sete colônias.

Fonte: Arquivo da Fazenda Santa Tereza.

Este fato demonstra como foi importante a presença da serraria não apenas para as construções da fazenda. A serraria, depois de construídas as casas e todas as outras benfeitorias, quer fosse para a cafeicultura ou para a atividade pecuária, passou a beneficiar madeira que era vendida na cidade de Londrina. A olaria foi desativada tão logo acabaram as construções que a fazenda necessitava.

A olaria fabricava as telhas necessárias para cobrir as casas da colônia e também tijolos comuns ou maciços⁴⁴, que eram utilizados na construção dos barracões, onde ficavam as máquinas de secagem e beneficiamento do café e, principalmente, os terreiros.

O terreiro ainda existente dá uma dimensão da grandeza que o café representou na fazenda Santa Tereza. Sua área atinge mais de dois hectares, sendo todo construído de tijolos. Apenas para fazer a base foram utilizados quase um milhão de tijolos (Foto 2).

FOTO 2 – Terreiro usado para secagem de café na fazenda Santa Tereza.



Embora já em ruínas, o terreiro que ainda existe na fazenda Santa Tereza, e que possui mais de vinte mil m² de área construída, é o registro de uma época em que o café predominava na região. Embora a fazenda na atualidade tenha diversificado sua produção agropecuária, há ainda sinais bem claros da grandiosidade que teve a cultura cafeeira nessa propriedade.

Fonte: Registro fotográfico realizado em 21/08/2008 por Ederval Everson Batista.

Um interessante sistema de lavagem e escoamento do café foi criado visando separar os diferentes tipos de grãos (verdes, maduros e secos). Para isso, foram construídas na vertente acima do nível do terreiro (as ruínas ainda existem), duas caixas em que os grãos eram depositados, assim que chegavam dos cafezais. Outra caixa d'água foi construída mais acima destas que recebiam o café. Um sistema de escoamento de água foi construído de tal forma que, pela declividade natural, a água passava por baixo das duas caixas d'água, transportando o café até o terreiro. Durante o percurso que o café fazia, como o peso dos diferentes tipos de grãos é diferente, acontecia a separação dos mesmos, que chegavam ao terreiro em que ocorria a secagem já separados. Isso ajudava na obtenção de um café de melhor qualidade.

⁴⁴ Tijolos com 25 cm de comprimento, 10 cm de largura e 06 cm de altura.

Pela descrição do engenhoso sistema, percebe-se que o local escolhido tinha que ser em uma encosta, necessitando o terreno apresentar-se em declive. Desta forma, logo abaixo do terreiro, foi construído o barracão em que foram instalados os secadores (que eram em número de quatro) e a máquina de beneficiamento. O barracão servia de local para armazenar o café já beneficiado, que ficava à espera de ser transportado diretamente para o Porto de Paranaguá, local em que se encontravam os principais escritórios de exportação do produto.

Atualmente o que resta destas construções são ruínas, mas é perfeitamente possível entender a grandeza que o café representou pelo tamanho das construções abandonadas (Foto 3).

A fazenda chegou a ter 470.000 pés de café, que necessitavam de muita mão-de-obra. Ligadas diretamente à cafeicultura eram mais de 150 famílias de colonos. Existiam ainda as famílias que se dedicavam à pecuária, aos serviços da serraria, da olaria, do escritório e também barracões para alocar os peões que eram contratados no período da colheita.

FOTO 3 – Ruínas do barracão onde ficavam os equipamentos para secagem e beneficiamento do café.



Localizado do lado de baixo do terreiro, estas ruínas são do barracão onde ficavam instalados os equipamentos para beneficiar o café e também para armazená-lo até que o mesmo fosse embarcado diretamente para o Porto de Paranaguá, no litoral paranaense. Embora já desfigurado pelo tempo, este barracão era muito grande, a ponto de alocar caminhões em seu interior.

Fonte: registro fotográfico realizado em 21/08/2008 por Ederval Everson Batista.

Um antigo fiscal da fazenda, o senhor B. D. C. (82 anos, morador na cidade de Tamarana), nos relatou que em um ano a fazenda chegou a produzir 66.000 sacas de café. Devido a sua idade já avançada este não soube nos precisar o ano, mas disse que foi nos primeiros anos da década de 1950. Este mesmo informante nos relatou que presenciou os colonos da fazenda jogando café já beneficiado nos pés de café para

servir de adubo, pois o mesmo não tinha preço. Esta informação também nos foi repetida por outras pessoas com as quais tivemos a oportunidade de conversar.

A grande maioria das famílias era constituída de colonos. Os colonos eram trabalhadores organizados em famílias, contratados por um ano agrícola para tratarem dos cafezais.

Obrigava-se a família, por meio de seu chefe, conforme nos informado por um morador da fazenda (senhor C. A. D. 65 anos), a cultivar certo número de pés de café e a participar da colheita. Durante o ano, os colonos eram responsáveis: a) por realizarem determinado números de carpas (capinas), de quatro a seis vezes; b) pela retirada dos brotos do café (desbrotamento); c) replantar, com mudas, os pés que morressem na parte do cafezal de que eram responsáveis; d) fazer a coroação ou arruação, necessária para a realização da colheita. Na época da colheita, recebiam por sacas de café colhido. Realizada a colheita, a última operação que os colonos tinham obrigação de fazer era esparramar os ciscos amontoados quando da ruação. Terminado o ciclo produtivo era realizado o acerto e o colono se quisesse poderia deixar a fazenda em busca de outra que melhor o remunerasse, ou continuar na mesma propriedade.

Era no final do ano agrícola que muitos colonos aproveitavam para mudar de tabela⁴⁵ ou talhão pelo qual ficavam responsáveis. Quem melhor cuidasse de sua parte, poderia obter certas vantagens. Entre estas vantagens destacam-se o fato de ser colocado em tabelas mais próximas de sua casa na colônia, em áreas com café localizados em terras de melhor qualidade – fato este que propiciava uma maior produção dos gêneros alimentícios plantados entre as fileiras do café – e/ou trabalhar em tabelas em que o solo não se encontrava com muito mato, o que diminuiria a quantidade de dias necessários para manter o cafezal limpo.

O deslocamento de colonos de uma fazenda para outra era constante, conforme pode ser evidenciado no depoimento de um antigo trabalhador: “Viemos pro Ivo Leão. Do Ivo Leão voltamos pro Guairacá. Do Guairacá voltamos pro Ivo Leão, daí em 61 mudamos pra Americana. Moramos pouco tempo, um ano e pouco, depois voltamos pro Ivo Leão. Em 1973 mudei pro distrito para trabalhar com táxi” (Senhor C. A. D. 65 anos, morador no distrito de Lerroville).

A grande rotatividade dos colonos era motivada pela busca por áreas cultivadas com cafés novos, em que podiam ser plantadas culturas consorciadas como arroz, milho

⁴⁵ Nome que os entrevistados usaram para designar a parte do café que ficava sobre sua responsabilidade.

e, principalmente, feijão. Nos cafés velhos, pela espécie plantada (Mundo Novo), a sombra dos cafeeiros inviabilizava o plantio de cereais. Por isso a busca de locais em que o café possibilitava que fossem plantados os produtos para o auto-consumo e para a comercialização.

Nos locais em que haviam pés de cafés novos, a capina do cafezal era realizada juntamente com a dos cereais plantados como culturas consorciadas, poupando trabalho ao colono. No caso de pés de cafés já velhos, como os fazendeiros não permitam o plantio, em certos casos eram concedidas parcelas de terra fora do cafezal. Nelas os colonos teriam que realizar dois trabalhos: um de limpeza do cafezal e outro de limpeza dos produtos plantados nestas áreas fora do cafezal.

Outra possibilidade que a fazenda oferecia era um cercado no fundo das casas de todas as colônias em que os colonos podiam possuir algumas cabeças de suínos com o objetivo de obter a banha e a carne, uma importante fonte de proteínas necessária aos trabalhadores que exerciam o trabalho pesado (senhor C. A. D. 65 anos).

A quantidade de pés de café que cada família se encarregava de tratar variava muito, dependendo principalmente do número de pessoas que cada grupo possuía. Era dada preferência às famílias numerosas, que possuíam um grande número de “*enxadas*”⁴⁶.

Se sobrasse tempo livre, os adultos poderiam trabalhar em outras atividades para a própria fazenda, sendo que somente receberiam no final do ano agrícola, quando acontecia o acerto.

Ao analisar o regime de trabalho surgido com o colonato, Martins (2004) o considerou como sendo singular. O autor não considera o colonato como um regime de trabalho assalariado, por ocorrerem três elementos em sua reprodução, quais sejam: um pagamento fixo pelo trato do cafezal; um pagamento proporcional à quantidade de café que a família colhia; e, a produção direta de alimentos como meio de vida e também como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador.

Outro elemento importante era o fato de ser o colono não um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar. Todos os membros da família trabalhavam para o fazendeiro, garantindo com isso as condições de sua própria reprodução. Isto fica evidenciado, pois, “quanto mais o colono trabalhava para si mesmo – duplicando a jornada de trabalho, subtraindo os filhos da escola, antecipando a exploração do

⁴⁶ Por *enxada* entendia-se um trabalhador adulto, com plena capacidade física, trabalhando em tempo integral. As mulheres e os jovens com até 16 anos eram considerados *meia-enxada*.

trabalho infantil, intensificando o trabalho da mulher pela sua absorção no cafezal – mais trabalhava para o fazendeiro” (MARTINS, 2004, p. 86).

Além dos muitos colonos existentes na fazenda, havia também dois barracões que eram ocupados na época da colheita pelos peões. Estes eram contratados pelos “gatos” que prestavam serviço para a fazenda, sendo em sua maioria de nordestinos, segundo informações obtidas junto aos nossos informantes. Estes barracões chegavam a abrigar trezentos peões na época da colheita.

Para evitar o deslocamento dos trabalhadores da fazenda para as cidades ou patrimônios próximos a fim de comprarem o que necessitassem ou, como forma de atrair os colonos para sua fazenda, o fazendeiro propiciou, por conta própria ou incentivando outras pessoas, a instalação na sede da fazenda de alguns serviços essenciais. Desta forma, a fazenda Santa Tereza tinha em sua sede um armazém de secos e molhados, que também vendia roupas, calçados e ferramentas necessárias no dia-a-dia, farmácia, dentista, um clube que também funcionava como cinema nos finais de semana, um campo de bocha e um campo de futebol para onde todos se dirigiam nos domingos à tarde.

Embora a instalação de armazéns tenha sido prática comum nas grandes fazendas de café como forma de explorar os colonos⁴⁷, no caso da fazenda Santa Tereza, não podemos fazer esta afirmação por não ter sido mencionada em nenhum momento pelos nossos informantes.

Para manter o cinema e o time de futebol era descontado um valor determinado de todas as pessoas que moravam na fazenda. Segundo depoimento de um antigo morador, “era menos que o valor de uma diária da época” (Senhor C. A. D. 65 anos, morador de Lerroville). O valor descontado de toda família, pelo menos nesse caso, era convertido em forma de lazer e diversão para todos os moradores da fazenda, embora possa ser entendida também como uma maneira velada de fazer com que as famílias não

⁴⁷ Maiores informações a respeito da exploração que os fazendeiros impunham aos colonos mediante a compra de alimentos na venda ou armazém em suas propriedades podem ser obtidas em DAVATZ, 1980. O autor revela as discrepâncias dos preços dos alimentos básicos aos quais os colonos estavam sujeitos. Outro autor que retrata a dificuldade a que os colonos estavam submetidos é Sallum Jr., 1982. Para o autor, a explicação da dependência dos colonos em relação ao capital comercial dos fazendeiros não residia apenas na distância das fazendas em relação às vilas, mas, fundamentalmente, na falta, por parte dos colonos de dinheiro, uma vez que somente no final do ano agrícola é que ocorria o acerto. Pelo fato dos colonos disporem apenas de créditos para comprarem os alimentos no armazém da própria fazenda, eram totalmente dependentes dos valores estipulados pelos fazendeiros. “Normalmente, as mercadorias vendidas aos trabalhadores, quer fossem de produção própria dos fazendeiros, quer fossem revendidas por eles (ou prepostos) ou por pequenos negociantes que se estabeleciam nas propriedades, eram bem mais caras do que as compradas nas cidades” (SALLUM JR 1982, p. 208).

se ausentassem da fazenda, principalmente na época da colheita, e também “financiassem” o seu lazer.

Era, no entanto, um pouco melhor que as condições impostas aos colonos que trabalhavam em fazendas no Estado de São Paulo, no auge de sua cafeicultura, onde exigia-se por contrato dos colonos que trabalhassem gratuitamente:

[...] na extinção dos eventuais incêndios que ocorressem em matas, cercas e prédios da fazenda, que trabalhassem um ou mais dias por ano na conservação do caminho que ligasse a fazenda à estação ferroviária mais próxima, que consertassem as cercas e que limpassem o pasto. (SALLUN JR, 1982, p. 103).

Como durante os meses da colheita haviam muitas tarefas a serem realizadas, eram estabelecidas certas medidas restritivas que deveriam ser cumpridas por todos os trabalhadores.

A chegada da energia elétrica ocorreu nos primeiros anos da década de 1950, somente na colônia Sede, porém esta era desligada às dez horas da noite e, apenas era religada às cinco horas da manhã. Outra forma de também disciplinar as pessoas ao trabalho era o controle exercido por um fiscal, contratado exclusivamente para essa finalidade. Após as dez horas da noite, nos dias de semana, não era permitido barulho, pois todos tinham que dormir cedo para acordarem dispostos ao trabalho no dia seguinte.

Esta orientação pode ser exemplificada no depoimento de um informante que foi fiscal da fazenda e era o responsável por fazer cumprir a ordem. Ele assim se manifestou:

Ah, havia ordem, ali na fazenda havia ordem, e a ordem era executada. Quatro horas eu levantava, batia o sino, então as mulheres levantavam tudo, faziam o café e arrumavam as coisas. As seis horas tinha que estar todos no pátio do escritório pra receberem ordem de serviço (Senhor. B. D. C. 82 anos morador em Tamarana).

Esta passagem narrada retrata o período da colheita do café. O fato de terem que se reunir perto do escritório é sinal de que ali era realizada a divisão do pessoal que seguiria para cada talhão a ser colhido.

O fato de serem as pessoas, na época, muito pouco instruídas, levou o fazendeiro a construir uma escola na sede da fazenda, ficando responsável pelo salário da professora e pela construção do prédio escolar.

Mas, nesta época, a escola era algo que não fazia parte da vida de muitas crianças. A maioria estava compromissada com a colheita do café. Martins (2004, p. 82), explica como ocorria a divisão familiar para a realização da colheita do café, assim

dizendo: “o homem, sobre uma escada de tripé, colhia nas partes altas do cafeeiro, a mulher nas partes médias e as crianças nas partes baixas, na saia da planta”.

Além de colher o café nas partes próximas ao chão, era obrigação das crianças realizar a limpeza dos troncos dos cafeeiros para facilitar o rastelamento dos frutos a serem abanados e acondicionados em sacas.

Ao entrevistarmos um antigo morador da fazenda Santa Tereza, ele nos narrou um episódio que retrata o trabalho que era desenvolvido pelas crianças, bem como as precárias condições a que todos estavam sujeitos devido à distância de centros médicos e as soluções do senso comum que eram tomadas a fim de prevenir o pior, pois “naquela época não havia médico de graça” (Senhor C. A. D. 65 anos, morador de Lerroville).

Uma vez, uma cobra mordeu no pé um primo meu. Ele falou assim: vamos ver quem vara a rua primeiro. Aquele tempo punha uma vara assim e um gancho pra clarear, pra limpar. Daí nós larguemos aquelas varas e pegava um facão de pau assim e limpava e tirava tudo fora da barra. Teve uma hora que eu escutei meu primo falar: Oh pai, uma cobra me mordeu. Uma caninana tava batendo o rabo nas folhas secas de brava que ela tinha mordido ele. Rapaiz, mais que sufoco. Hoje eles recomendam prá não passar nada, só lavar com sabão. O véio pegou um fumo, mascou e chupou o lugar da mordida e amarrou pra não passar o sangue pra cima. (...) Chegou na casa deu um gole de querosene pra ele, por que dizia que era bom. Aí levou pra Tamarana e ele sarou. (Senhor C. A. D. 65 anos, morador de Lerroville).

Havendo algum colono que não conseguisse manter limpa a sua cota de cafezal, solicitava-se a outra família, que possuísse mais “enxadas” e que tivesse acabado a sua capina, para que desse “encontro” ao colono atrasado. Na caderneta de ambos era anotado o ocorrido para, no final do contrato, descontarem-se os dias de um e acrescentarem-se os dias de trabalho para aquele que havia ajudado na empreitada.

Assim como no restante do território brasileiro, no início da década de 1960, o colonato se extinguiu na fazenda Santa Tereza. Com a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) no ano de 1963, os colonos foram substituídos por trabalhadores assalariados, temporários ou permanentes.

No caso da fazenda Santa Tereza, também no ano de 1963, os colonos se revoltaram por melhores condições de trabalho, uma vez que o baixo preço pago pelo fazendeiro na colheita levou os colonos a se recusarem a trabalhar se o valor pago pela saca de café colhido não aumentasse. Eles queriam que o valor pago por saca de café na colheita subisse de Cr\$ 300,00 para Cr\$ 400,00 cruzeiros. Com o impasse e o café precisando ser colhido, o fazendeiro decidiu pagar o valor pedido, só que a partir daquele momento, passou a cobrar o aluguel da moradia ocupada pelos colonos,

segundo nos relatou um antigo morador da fazenda, o senhor C. A. D (65 anos, morador de Lerroville).

Como os colonos não obtiveram aumento nenhum, foram apoiados e assessorados por um advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Londrina e deflagraram uma greve. Como o momento histórico no país era propício e os sindicatos incentivavam, por um lado, a realização de greves pelos trabalhadores e, por outro, exigiam que os patrões cumprissem o estabelecido no ETR, o fazendeiro resolveu acabar com o sistema de colonato na propriedade. Dessa forma, o fazendeiro passou a contratar apenas o pai de família, com carteira assinada, como queria o sindicato e legislava o ETR, estendendo, os direitos trabalhistas ao homem do campo.

O Estatuto do Trabalhador Rural, segundo Moro (1991, p. 106) “muito pouco contribuiu para a fixação do trabalhador rural no campo. Ao contrário, foi uma das molas que levou ao processo de modernização, por conseguinte, à mecanização do campo”.

Com a mudança no regime de trabalho, as mulheres e os filhos passaram a não mais prestar serviço para a fazenda, isto é, a não mais poder ajudar o chefe da família. Somente na colheita é que os mesmos eram contratados em caráter temporário. Além disso, os trabalhadores (ex-colonos) passaram a pagar aluguel pela casa ocupada na fazenda e não mais tinham direito a um pedaço de terra para que pudessem cultivar os produtos que, enquanto colonos, podiam plantar. Este foi um dos motivos que levou os colonos a abandonarem a fazenda por conta própria.

Como somente o pai de família e, em momentos de muito trabalho, os filhos maiores de 16 anos, é que conseguiam trabalho, a família que, com o colonato estava acostumada a participar ativamente para a manutenção de todos, se viu sem ter o que fazer nas fazendas por um bom período do ano. Como não mais tinham o direito de plantar em terras da fazenda e ainda deveriam pagar o aluguel pela casa ocupada, muitos deixaram a propriedade e procuraram outras, onde passaram a trabalhar não mais como colonos, mas como parceiros, no caso do café, ou arrendatários no caso de terras em que eram plantadas lavouras “brancas”, como arroz, feijão e milho.

A partir de 1963, o proprietário da fazenda passou a diminuir a quantidade de pés de café plantados, devido às exigências trabalhistas, culminando com a sua total erradicação em 1975, com a geada ocorrida naquele ano. Com a decisão de erradicar os cafezais, muitas famílias que trabalhavam na fazenda ficaram sem emprego. No entanto, o fazendeiro permitiu que muitas famílias continuassem trabalhando em terras da

fazenda, como arrendatários, plantando culturas como o milho e o feijão. Esta também foi uma forma de se evitar a descapitalização da fazenda de uma única vez, caso o proprietário tivesse que pagar as indenizações trabalhistas.

A fazenda, com o passar dos tempos, foi se especializando na pecuária de corte. Com a morte do proprietário, ocorrida no ano de 1963, o espólio dividiu-se entre quatro herdeiros. Atualmente 20 famílias moram nas quatro fazendas que se originaram da divisão. As poucas casas que sobraram da antiga colônia Sede, depois de serem reformadas, servem de moradia para as pessoas que trabalham na propriedade, conforme pode ser observado na foto 4.

FOTO 4 – Antigas casas da Colônia Sede da fazenda Santa Tereza.



A fazenda chegou a ter sete colônias, das quais a colônia Sede era a maior. As casas, apesar de já terem passado por reformas, mantém os mesmos padrões que possuíam quando da sua construção, possuindo todas um terreno cercado. As casas possuem a mesma repartição interna, com três quartos, sala, cozinha e banheiro, além de dois alpendres (um na porta da sala e outro na porta da cozinha).

Fonte: registro fotográfico realizado em 21/08/2008 por Ederval Everson Batista.

A partir do ano de 2003, com o aumento do valor das matérias-primas no mercado externo, principalmente o milho e a soja, as terras mais planas das fazendas foram mecanizadas.

2.3.2 – A fazenda Guairacá

Esta foi e ainda é a maior fazenda, em termos de extensão, do município de Londrina. Seu proprietário após tomar posse de parte de suas terras, adquiridas no ano de 1928, não mediu esforços para ver as terras da Gleba Três Bocas demarcadas, com cada condômino ocupando seu respectivo lote e não havendo disputa entre os mesmos,

fato este que viria a ocorrer com a Segunda Divisão Judicial, ocorrida no ano de 1941, conforme já analisado.

No ano de 1954 ocorreu o falecimento do fazendeiro, passando suas terras para seu filho e sua esposa. Antes de sua morte, o fazendeiro estava empenhado no loteamento de duas áreas, designadas de Loteamento da Gleba Guairacá e Loteamento da Gleba Guairavera. Realizado o loteamento, surgiram nestas duas glebas dois patrimônios, denominados Guairacá e Guaravera, para dar suporte aos compradores destas terras.

Dentre os planos traçados pelo fazendeiro e que tiveram continuidade pelos seus herdeiros, destacam-se: a formação de pastagens e de cafezais e os projetos de loteamento.

A formação das pastagens foi a primeira atividade a ser colocada em prática pelo fazendeiro paulista e, em seguida, pelos seus herdeiros. Como o mesmo descendia de uma família pioneira de plantadores de café no estado de São Paulo, com fazendas situadas uma na região do Alto Pimenta, próxima à atual cidade de Araçatuba, e outra no município de Pirajú, na Sorocabana, ele já havia sofrido os dissabores que a cultura cafeeira impõe em certos momentos de crise, por isso, talvez, tenha resolvido diversificar as atividades em suas terras no Paraná (CORRÊA, 1991).

Ao contrário de muitos fazendeiros paulistas que, após os momentos de crise, não tendo condições financeiras para se reestruturarem, punham em prática o parcelamento de suas propriedades e as colocava à venda, a família do fazendeiro começou a criar gado de corte em suas fazendas. Isso permitiu que a família não se desfizesse de suas terras.

O primeiro passo necessário para tornar a fazenda produtiva foi a derrubada da mata existente. Esta empreitada foi colocada em prática pelo fazendeiro utilizando a mão-de-obra que já se encontrava em suas terras, os safristas.

A abertura das terras da fazenda se interrompe, num primeiro momento, para se plantar o capim. Isto explica-se pelo fato de o fazendeiro poder contar com a mão-de-obra especializada dos safristas que ele havia encontrado em suas terras. Ao invés de retirá-los utilizando a força, ele estabeleceu com os safristas um contrato para que ficassem trabalhando na derrubada da mata.

Conforme o depoimento de um antigo safrista da região, “um bom machadeiro gastava oito dias de serviço para derrubar um alqueire de mato, usando apenas o machado” (Senhor D . F. 88 anos, morador de Lerroville). Outra vantagem de utilizar o

serviço dos safristas era que, segundo Corrêa (1991, p. 23) eles eram “minuciosos conhecedores de todos os cantos e recantos da Gleba do Dr. Gustavo”.

Quando da abertura das terras na região em estudo e, devido a época, os instrumentos utilizados eram todos manuais (machados, foices e traçadores). A mata não era toda derrubada, pois as árvores de grande porte permaneciam para serem retiradas numa segunda etapa. O objetivo era retirar as espécies menores a tal ponto que, após a queimada, a luz solar incidisse sob o solo e, assim, propiciasse o crescimento do capim para o gado.

Realizada a derrubada, nos meses de estiagem, o procedimento utilizado para limpar o terreno era a queimada, ocorrida entre a segunda quinzena de agosto e a primeira de setembro. O procedimento utilizado pela agricultura indígena foi copiado pelo “civilizado” com perfeição, por ser mais rápido, mais barato e mais útil para desvencilhar o solo da sua cobertura vegetal primitiva.

O fazendeiro aproveitou a presença dos safristas em suas terras e, sem promover desavença entre as partes, soube fazer uso desta mão-de-obra para que os mesmos continuassem a exercer sua atividade, a criação de suínos, ao mesmo tempo em que entregavam o pasto formado para o fazendeiro. Assim, o grande proprietário atribuía um lote de terra ainda coberto com mata para o safrista durante o prazo de um ou dois anos, conforme o acordo entre as partes. No final deste período o safrista tinha que entregar o terreno com o capim plantado, ou seja, o pasto formado. Um representante do fazendeiro conferia o resultado e, caso estivesse tudo certo, uma nova área era atribuída ao safrista.

Dessa forma, o fazendeiro reduzia seus gastos e toda a força de trabalho empregada na formação de pastos era obtida por uma “renda trabalho”. Assim, o safrista era quem pagava ao proprietário, e não o inverso, pois, no final do período, o resultado era que o safrista tinha seus porcos para vendê-los e o proprietário seu pasto formado sem investir capital.

Derrubada a mata, ficava mais fácil para o fazendeiro plantar café em terras ocupadas pelas pastagens. A formação dos cafezais na fazenda Guairacá teve início durante o ano de 1954, quando foi iniciada a plantação em torno da sede. Tão logo se iniciou a abertura da fazenda, seu proprietário plantou aproximadamente quinhentos pés de café no pomar para ver como o mesmo se desenvolvia. Desta ocasião em diante, ano após ano, prosseguiu a plantação de novos cafeeiros nos lotes que iam sendo abertos.

Desta forma, em termos de uso da terra, o café e os pastos eram complementares, sendo que o café ocupava as terras altas, menos expostas à geada, e os pastos eram formados nas áreas baixas e também nas mais acidentadas.

Segundo informações obtidas com antigos moradores da fazenda⁴⁸, a mesma chegou a ter 1.200.000 pés de café que ocupavam aproximadamente 2.400 hectares.

No ano de 1963 uma catástrofe atingiu o norte paranaense, pois incêndios generalizados saltavam de uma fazenda à outra se alastrando em face da seca prolongada. A destruição que estes incêndios causaram foi tanta que, segundo Corrêa (1991, p. 34) “também a fazenda Guairacá não conseguiu safar-se desta imensa destruição, pois nesse evento teve ela caucionado e irremediavelmente destruídos por esse incêndio quase trezentos mil pés de café, a maioria já em franca produção”.

Após este episódio, passou a fazenda a contar com cerca de 900.000 mil pés. Para dar conta de todo o processo produtivo, moravam na fazenda 300 famílias, a maioria de colonos. Na colheita eram contratadas muitas outras pessoas, os chamados peões que, por intermédio de outras pessoas – localmente conhecidas como “gatos” – tinham garantido emprego na fazenda por um período de três a quatro meses. Corrêa (1991) afirma que, apesar dessa calamidade (secas e incêndios) e também as geadas que freqüentemente atingiam as terras do norte paranaense, no ano de 1975 a fazenda Guairacá ainda possuía cerca de quinhentos mil pés de café em plena produção.

Após o ano de 1975 ocorreu a erradicação dos cafeeiros atingidos pela geada. Em seu lugar, foi plantado “capim colonião”, incorporando essas áreas com pastagens, completando-se quase a totalidade da área da fazenda com plantação de capim a fim de servir de alimento para o gado. A única exceção ficou com uma área de aproximadamente 217 ha de mata virgem, conservada como reserva florestal.

A geada de 1975 deixou um grande prejuízo para os produtores de café que, da noite para o dia, ou simplesmente numa só madrugada, perderam todos os seus cafezais.

⁴⁸ Tivemos que recorrer a pessoas que moraram na fazenda devido ao fato de não conseguirmos entrevistar o Sr. Gilberto, gerente da fazenda Guairacá e também parente (primo) de seu proprietário. Depois de vários telefonemas e de três tentativas frustradas, desistimos da entrevista. Na última tentativa, no horário marcado, lá estávamos. Como o mesmo se atrasou, começamos a conversar com um funcionário que trabalha no escritório e que o acompanha desde 1956, e fazer algumas anotações em nossa caderneta de campo. Quando o Sr. Gilberto chegou, pediu para ver o que estava anotado na caderneta. Em seguida arrancou as duas páginas com as anotações e pediu para que uma nova entrevista fosse agendada com ele próprio. Pelo ocorrido, passamos a acreditar que o mesmo não estava disposto a nos fornecer informações que poderiam esclarecer muitas dúvidas a respeito da fazenda Guairacá. Depois disso, mudamos nosso foco e passamos a contar com informações de antigos moradores da fazenda.

Se, para o fazendeiro o prejuízo foi grande, maior ainda foi o prejuízo social causado pela erradicação dos cafeeiros na fazenda Guairacá, com a geada de 1975. As famílias que lá moravam tiveram que deixar a fazenda e o meio rural em que estavam acostumadas a viver e buscar nos centros urbanos, principalmente Londrina, o emprego perdido no campo. No ano de 2008, somente dezoito famílias ainda moravam na propriedade cujas terras foram convertidas em pastagens para a pecuária de corte. Essas 18 famílias eram responsáveis pelas 7.500 cabeças de gado de corte, alojados em seus 7.260 hectares.

Em relação à venda de terras, assim como ocorreu com outros grandes empreendimentos que visavam o loteamento da principal mercadoria que o Norte do Paraná dispunha e podia oferecer em grande quantidade a seus primeiros colonizadores, ou seja, a terra, o proprietário da fazenda Guairacá loteou algumas glebas de sua enorme propriedade, possibilitando o surgimento de pequenos lotes às suas margens.

Os loteamentos que ocorreram em terras da fazenda Guairacá, proporcionaram o fracionamento da terra em pequenas propriedades rurais que variavam de 12,1 a 24,2 ha, seguindo o modelo que havia dado certo, adotado pela CTNP.

A maioria dos loteamentos ocorreu em terras da fazenda Guairacá, mas devido ao sucesso de seu empreendimento outros antigos condôminos da Gleba Três Bocas também realizaram o fracionamento de suas terras. Outro fato importante é que, em muitas glebas, o fracionamento da terra possibilitou o surgimento de núcleos urbanos (distritos e patrimônios) para dar suporte aos proprietários dos lotes.

Em terras do maior proprietário da Gleba Três Bocas, dono da fazenda Guairacá, foram seis os loteamentos ocorridos, assim denominados por Corrêa (1991):

- A) Loteamento da Gleba Guairavera: originou o surgimento de centenas de lotes nas terras próximas à divisa mais a oeste da Gleba Três Bocas, limitando-se com os municípios de Arapongas e Apucarana. Deste loteamento surgiu o núcleo urbano denominado Guaravera, um distrito administrativo de Londrina;
- B) Loteamento da Gleba Guairacá: situado em terras próximas ao Rio Tibagi, sua divisa a leste, também vendida em pequenos lotes. Este loteamento propiciou a formação de um pequeno patrimônio denominado Guairacá. Ainda hoje assim é considerado pela administração, um patrimônio rural (no sentido de pequeno vilarejo), de Londrina;
- C) Loteamento da 1ª Gleba: iniciado no final da década de 1950, situado próximo ao Ribeirão Barra Funda;

- D) Loteamento da 2ª Gleba: iniciado no começo da década de 1960, situado na área denominada de Pininga. Deste loteamento originaram-se os bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira, onde se encontram os cafeicultores objeto desta pesquisa;
- E) Loteamento da 3ª Gleba: também iniciado na década de 1960 e denominado Pariparó;
- F) Loteamento Mundo Novo: este tem a especificidade de se localizar às margens da represa formada pelo Rio Apucarantina, quando da construção da Usina Hidrelétrica Apucarantina, que teve início no final da década de 1940, na divisa mais ao sul das terras do fazendeiro, bem como as terras da 1ª, 2ª e 3ª Glebas. Este loteamento, embora tenha sido iniciado ainda na década de 1960, foi dividido em chácaras de lazer.

Segundo Corrêa (1991), todos os loteamentos realizados em terras da fazenda Guairacá tinham seu pagamento alienado em prestações, sendo o prazo não menor do que três anos. Uma das grandes vantagens era que os lotes eram entregues com suas matas virgens e com madeiras de lei ainda intactas, de tal modo que os adquirentes, somente com a comercialização dessas madeiras, podiam custear com folga sua derrubada, o preparo da terra e, sobretudo, as plantações de seus cafezais.

Nas entrevistas que realizamos com os moradores dos bairros rurais, encontramos apenas cinco famílias que adquiriram seus lotes diretamente no escritório da fazenda, localizado na cidade de Londrina. Os moradores que participaram da entrevista já estão com idade bem avançada, geralmente superior a 70 anos

Uma constatação interessante é que, segundo os sitiantes entrevistados, apesar de encontrarem em seus lotes algumas árvores de grande porte, a maioria já havia sido retirada por pessoas que trabalhavam na fazenda Guairacá. O que não se sabe, ou não se pode comprovar, é se foram removidas a mando de alguém da fazenda ou se, pelo fato de saberem que as terras estavam sendo vendidas, funcionários da fazenda, sem o consentimento de seu proprietário, percorriam os lotes, retirando as árvores para venderem.

Podemos perceber que os loteamentos ocorreram em terras situadas sempre nas extremidades da propriedade do fazendeiro, com exceção da parte norte, por ser a terra de melhor qualidade e também pela facilidade de acesso, por estar mais próxima à cidade de Londrina.

O loteamento denominado “Mil Alqueires”, localizado ao sul das terras da fazenda Guairacá, porém sem pertencer à mesma, deu origem ao povoado denominado Lerroville, atualmente o maior distrito de Londrina e que compreendeu os loteamentos C, D, E, e F, anteriormente citados. Outros núcleos urbanos que se formaram nas terras da Gleba Três Bocas, mas que estavam situados ao norte do Rio Taquara, limite das terras do maior fazendeiro, foram: Paiquerê, Irerê e São Luiz, sendo considerados distritos de Londrina.

O surgimento de todos estes pequenos patrimônios e distritos foi possível graças ao fracionamento das fazendas em pequenas propriedades rurais e a plantação do café.

No próximo item procuraremos analisar os desdobramentos ocorridos no período em que o café representou a principal atividade econômica para o município de Londrina.

2.4 O espaço propício no tempo inadequado: auge e decadência da cultura cafeeira no norte paranaense.

O café desde que foi introduzido em terras fluminenses, tornou-se um produto de exportação e teve como baluarte a ascensão de um centro, que geralmente despontava como “capital do café”. Foi assim com a cidade de Vassouras, no Rio de Janeiro, Ribeirão Preto em São Paulo – se bem que neste estado outras cidades também podem ser assim consideradas – e Londrina, no norte paranaense.

Em terras paranaenses, até que a cafeicultura atingisse o Norte Novo, sua produção desenvolveu-se baseada no modelo paulista, ou seja, num primeiro momento se deu a constituição de grandes fazendas que, posteriormente, passaram a sofrer o desmembramento em pequenas propriedades. Até a década de 1920, a produção paranaense ainda era incipiente. “De um total de 39 municípios existentes em 1920, o censo federal registrava apenas em 18 a presença da cultura da rubiácea, e desses, somente em cinco havia mais de 1.000 hectares em cafezais” (TAUNAY, 1945, p. 396).

No ano de 1939, já com uma década de colonização colocada em prática pela CTNP, a cafeicultura paranaense contava com pouco mais de 1% do total de pés de café existentes no Brasil, conforme pode ser observado na tabela 2.

Os números não deixam dúvida de que a cafeicultura paulista representava praticamente metade dos pés de café plantados no Brasil e, aproximadamente, 28% do

mundial, pois, de um total de 4,9 bilhões de pés de café que existiam no mundo no ano de 1939, encontravam-se 1,4 bilhão no Estado de São Paulo (TAUNAY, 1945).

Até a Segunda Guerra Mundial, a trajetória dos fazendeiros paulistas de café foi uma história de êxito notável e de resistência às adversidades do mercado, devido tanto aos programas de sustentação de preços quanto ao sistema singular de exploração da mão-de-obra que se desenvolveu no final do século XIX. Após a Revolução Constitucionalista de 1932, Getúlio Vargas rompeu com a tradição política do “café com leite” que vigorava até então, tornando-se presidente. A alternância no poder entre paulistas e mineiros garantia a condução da política de gerenciamento da cafeicultura no país, pois o café continuava a ser o baluarte e a sustentação da economia do país.

Tabela 2 – Percentual de cafeeiros existentes no Brasil no ano de 1939

Estados	Porcentagem (%)
São Paulo	49,46
Minas Gerais	26,31
Rio de Janeiro	9,85
Espírito Santo	8,37
Bahia	2,50
Pernambuco	2,34
Paraná	1,17
Percentual	100%

Fonte: Taunay (1945)

Na década de 1930 foram colocadas em prática algumas medidas visando equalizar a produção de café no Brasil, tais como: a proibição do plantio de novos cafeeiros e a queima de grandes quantidades de sacas de café. Se, por um lado se pretendia diminuir a produção interna, por outro, o Estado brasileiro buscava diminuir os empréstimos, principalmente os contraídos junto aos banqueiros ingleses, para manter o preço da sacas de café num patamar que não empobrecesse tanto os produtores, como também a grande parte da população que era dependente da cultura cafeeira.

Este momento coincidiu com o período em que o governo do Estado do Paraná conseguiu que uma grande companhia colonizadora adquirisse uma grande parte de suas

terras devolutas para realizar um importante projeto de colonização na região norte do estado. Também coincidiu com a colocação em prática da proibição do plantio de novos cafeeiros pelo governo federal, a fim de equilibrar a oferta com a demanda.

Pelo fato de o Brasil ser um país subdesenvolvido, dependente econômica e tecnologicamente do exterior, a sua balança comercial sempre se apresentou extremamente vulnerável. Esta vulnerabilidade se assentou, por muitos anos, basicamente em um único produto: o café. As divisas conseguidas com sua exportação eram consumidas na amortização da dívida para manter a cafeicultura competitiva. O “*superavits*”, quando ocorria, eram insuficientes para gerar o desenvolvimento interno do país.

Após a década de 1930, com a intensificação do plantio de novos cafezais no norte paranaense, região em que esta lavoura – apesar das constantes geadas que atingiam as plantações – encontrou condições ideais para atingir uma maior produtividade, resultando em sucessivos recordes de produção.

Estes recordes devem-se à somatória de alguns fatores encontrados na região. Monbeig (1998, p. 76) destaca a importância dos solos e da vegetação, ressaltando que:

Na faixa pioneira do norte do Paraná, os basaltos e a terra roxa apresentam a sua extensão máxima. [...] e que, os fazendeiros buscam uma terra profunda para seus cafezais, onde as raízes afundam até 5 metros na terra roxa de Londrina. [...] Destaca ainda o autor as qualidades físicas, onde a terra roxa pura acrescenta vantagens de ordem química, que provêm de seu alto teor em matéria orgânica.

Os resultados apresentados, somados às incorporações de novas plantações no Paraná, fizeram com que no ano de 1941, somente em Londrina, já houvesse 12 milhões de pés de café plantados (CANCIAN, 1981).

No entanto, a maioria ainda não estava em produção e a plantação de novos pés era crescente dia após dia, na medida em que a venda de novos lotes de terras se intensificava pela CTNP e, posteriormente, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), que deu continuidade as suas atividades.

De 1959 a 1968, conforme se observa na tabela 3, somente o Estado do Paraná passou a ser responsável por mais de 40% da produção nacional de café, chegando no ano de 1962 a produzir 62,28% do total. Estes dados corroboram a afirmação de Moro (1991, p. 102), quando o mesmo afirma que “só o Norte do Paraná chegou a produzir próximo de um terço da produção mundial e metade da produção nacional”.

Tabela 3 – Evolução da área com café, produção e produtividade no Brasil e no Estado do Paraná – 1942 – 2008

ANO	BRASIL			PARANÁ				
	Área(1)	Produção(2)	Produtividade(3)	Área	%	Produção	%	Produt.
1942	2.565.969	13,60	5,30	84.790	3,30%	0.50	3,67%	5,89
1950	2.672.464	16,80	6,28	418.390	15,65%	3.80	22,61%	9,08
1953	3.710.510	15,10	4,06	966.050	26,03%	3.20	21,19%	3,31
1959	4.700.000	44,10	9,38	1.610.000	34,25%	20.6	46,71%	12,79
1960	4.908.179	29,80	6,07	1.794.638	36,56%	14.3	47,98%	7,96
1961	4.908.042	39,60	8,06	1.786.700	36,40%	21.4	54,04%	11,97
1962	4.582.525	28,90	6,30	1.806.861	39,42%	18.0	62,28%	9,96
1963	4.219.575	23,20	5,49	1.863.085	44,15%	9.5	40,94%	5,09
1966	3.033.305	18,80	6,19	1.301.310	42,90%	7.7	40,95%	5,91
1968	2.764.247	17,00	6,14	1.249.298	45,19%	8.3	48,82%	6,64
1970	2.565.141	11,00	4,28	1.109.000	43,23%	1.6	14,54%	1,44
1971	2.592.805	24,60	9,48	1.110.343	42,82%	12.8	52,03%	11,52
1975	2.700.270	22,20	8,22	1.050.033	38,88%	11.7	52,70%	11,14
1976	2.340.139	6,00	2,56	749.709	32,03%	0	0%	0
1977	2.741.876	16,00	5,83	800.971	29,21%	1.8	11,25%	2,24
1980	2.928.272	16,40	5,60	720.663	24,61%	3.0	18,29%	4,16
1981	2.980.203	35,50	11,84	677.299	22,72%	8.2	23,22	12,10
1983	2.576.702	30,40	11,79	487.823	18,93%	5.9	19,40%	12,09
1985	2.373.190	32,60	13,18	444.164	17,85%	5.4	16,56%	12,15
1987	2.795.537	42,90	15,34	466.026	16,67%	10.0	23,31%	21,45
1989	2.706.375	23,60	8,72	437.447	16,16%	3.6	15,25%	8,22
1991	2.343.600	26,80	11,43	310.800	13,26%	3.3	12,31%	10,61
1993	2.030.000	24,20	11,92	205.000	10,09%	2.4	9,91%	11,70
1994	1.980.000	22,60	11,41	189.000	9,54%	1.9	8,40%	10,05
1995	1.880.139	13,80	7,33	141.139	7,50%	0.15	1,08%	1,06
1996	1.912.548	26,00	13,59	137.548	7,19%	1.2	4,61%	8,72
1997	1.963.400	18,90	9,62	142.400	7,25%	1.8	9,52%	12,64
1999	2.216.413	27,17	12,25	148.613	6,70%	2.37	8,72%	15,74
2000	2.276.900	31,10	13,65	164.900	7,24%	1.9	6,10%	11,52
2001	2.510.660	28,13	11,20	139.900	5,57%	0.54	1,91%	3,85
2002	2.597.770	48,48	18,66	137.800	5,30%	2.34	4,82%	16,98
2003	2.406.650	28,46	11,82	133.600	5,55%	1.97	6,92%	14,74
2004	2.416.589	38,66	16,00	124.374	5,14%	2.52	6,51%	20,26
2005	2.437.332	32,94	13,51	113.315	4,64%	1.42	4,31%	12,53
2006	2.321.846	42,50	18,30	105.650	4,55%	2.24	5,27%	21,20
2007	2.265.652	33,70	14,87	105.600	4,66%	1.62	4,80%	15,34
2008	2.290.158	45,50	19,86	105.300	4,59%	2.30	5,05%	21,84

Fontes: IBC, MICT/EMBRAPA – MAPA/CONAB

OBS: 1 – Área em hectares. 2 – A produção foi calculada em milhões de sacas de 60 Kg. 3 – A produtividade foi calculada dividindo-se a área pela produção obtida no ano. Desta forma, apenas como exemplo, podemos citar o ano de 1942 em que a produtividade foi de 5,30 sacas, ou seja, o equivalente a 318 quilogramas de café limpo por hectare.

Segundo os dados da tabela 3, um fato importante ocorrido na safra de 1959 foi a produtividade obtida no Paraná, de quase 13 sacas por hectare, ficando bem acima da média brasileira, que por aquela época foi pouco superior a 9 sacas. Aliás, somente durante dois anos da década de 1980 (1985 e 1987) e, mais recentemente, durante a primeira década do século XXI, a média nacional conseguiu superar os valores obtidos no Paraná na safra de 1959.

Nesta época, não só o Brasil produzia uma grande quantidade de café, mas também os países africanos. Outros concorrentes, como os países centro-americanos, com destaque para a Colômbia, colocavam no mercado, principalmente no europeu, um produto de melhor qualidade que o produzido no Brasil, tomando o mercado que até então era do produto brasileiro.

Assim, diante da grande oferta de café, o preço caiu significativamente no mercado mundial. A redução do preço fez com que o país encontrasse dificuldades para saldar seus compromissos financeiros internacionais, pois o mercado de seu principal produto de exportação encontrava-se em profunda crise. As medidas a serem tomadas certamente teriam que ser amargas para a cafeicultura, pois seria necessário reformular a política econômica e, por conseguinte, o setor agropecuário, responsável pela maior parte das divisas obtidas para saldar nossas dívidas.

Foi a partir deste momento que a cafeicultura no norte paranaense, assim como no restante do país, começou a diminuir sua participação na economia brasileira.

A partir do ano de 1975, a cafeicultura paranaense passou a declinar vertiginosamente, tanto em termos de área como de produção, conforme pode ser observado na tabela 3. Os únicos anos em que a produção foi superior a 20% do total nacional foram os de 1978, 1981 e 1987. Para os anos de 1978 e 1981, a permanência de muitos pequenos produtores rurais, mesmo após a geada, pode explicar estes percentuais, pois estes aproveitaram a brota originada da geada de 1975 que produzia alguns anos depois sua primeira grande colheita. Também no ano de 1981, o Estado do Paraná foi responsável por 23,22% da produção nacional. Esta produção ainda pode ser entendida como reflexo da brota pós-geada de 1975, por ser ainda recente.

Outro ano em que a produção paranaense se destacou foi em 1987, quando atingiu 23,31% do total nacional, atingindo um total de dez milhões de sacas produzidas.

Percebe-se que a cafeicultura no Norte Novo e Novíssimo do Paraná, quando a sua produção e a sua área plantada estavam em franca expansão, contribuiu para que a

produção brasileira batesse todos os seus recordes, colocando no mercado uma grande quantidade de café, sem que houvesse consumidores para adquiri-lo.

A partir do final da década de 1990, esta atividade passou a ser novamente objeto de pesquisas para o desenvolvimento de espécies mais resistentes às doenças, principalmente a ferrugem (*Hemileia coffecolla*) e o bicho mineiro (*Lecoptera coffeella*). Além disso, foram desenvolvidas novas técnicas de plantio, como o café adensado, que resultou em uma maior produtividade. Isto pode ser facilmente constatado na tabela 3, em que somente a partir da década de 1980 a produtividade brasileira não ultrapassava 10 sacas por hectare. A partir desta década, a produtividade brasileira cresceu, chegando, no Paraná, a ultrapassar as vinte sacas por hectare, pois “a densidade dos pés de café tornou-se muito maior, passando dos tradicionais 900 a 1200 pés por hectare para 5.000 a 8.000 pés” (GRESSER; TICKELL 2002, p. 30).

Atualmente muitos produtores, em diversos países, adotam essa técnica para produzir volumes maiores a custos mais baixos. Essa técnica intensiva tem gerado uma produtividade sem precedentes, mas que, no entanto, devido aos resultados recordes das safras, podem não ser “sustentáveis” para os produtores, uma vez que os preços obtidos pela sacas do produto não reagem no mercado.

No caso paranaense, as mudanças na agricultura nacional contribuíram para que a diferença entre o auge e a decadência da cafeicultura ocorresse num curto espaço de tempo, obtendo êxito a vontade política do Estado brasileiro em diversificar de vez os produtos que a agricultura podia gerar, deixando de ser refém de um único produto que, por mais de um século, se manteve como a principal fonte de receitas para o país.

Com tantos problemas, o perfil da produção brasileira tem se alterado nos últimos anos, com tendência para a concentração. O deslocamento geográfico de áreas sujeitas à geadas para locais onde este fenômeno não ocorre aumentaram a produtividade dos cafezais. Seguindo a lógica do mercado e do capital, os cafeicultores pouco produtivos estão deixando a atividade por não conseguirem se manter. Ao mesmo tempo, grandes produtores têm feito altos investimentos em mecanização e irrigação, especialmente em novas fronteiras agrícolas, como nas áreas de cerrado dos Estados da Bahia e de Minas Gerais, utilizando a mecanização. Esta mecanização tem tirado muitos postos de trabalho, pois apenas uma máquina tem capacidade de colher 80 sacas de café por hora, ao passo que uma pessoa colhe cinco sacas por dia. Isto tem provocado efeitos negativos na renda dos trabalhadores, pois os pequenos produtores rurais e os assalariados rurais formam o elo mais vulnerável da cadeia produtiva do café.

Estes desestímulos fizeram com que a produção de café no Paraná fosse sendo reduzida ano após ano, conforme pode ser observado na tabela 4, chegando no ano de 2003 a representar algo em torno de 5% da produção brasileira.

Outros estados que também se destacam na produção de café são Espírito Santo e Rondônia. Porém, estes dois estados produzem em maior quantidade o café robusta⁴⁹, que é o mais utilizado na fabricação de café solúvel, tendo sua cotação mais baixa do que o Arábica, produzido nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Na tabela 4 podemos observar a área cultivada dos principais estados produtores, bem como o total de cafeeiros existentes nestas unidades da federação no ano de 2003, em que desponta Minas Gerais como principal produtor.

Tabela 4 – Área em produção e números de cafeeiros dos principais estados produtores no Brasil no ano de 2002.

Estados	Área em Produção (ha)	%	Nº de cafeeiros (1.000 covas)
Minas Gerais	1.062.000	45,25	2.295.300
Espírito Santo	538.960	22,96	1.130.920
São Paulo	228.520	9,75	418.120
Rondônia	208.000	8,86	302.500
Paraná	120.000	5,11	284.000
Bahia	101.440	4,33	276.378
Outros	87.860	3,74	177.860
Total	2.346.780	100	4.885.078

Fonte: Revista Observatório Social, 2002.

O Estado de Minas Gerais, principal produtor do país no ano de 2003, possui em seu território as duas principais formas de cultivo do café. Se no sul deste estado há a predominância da pequena produção, tendo a produção familiar maior peso, nas regiões

⁴⁹ Existem muitas espécies e variedades de café. As espécies de importância econômica são o *Coffea Arábica* e o *Coffea Canepifora* (conhecida como robusta). A primeira é a mais conhecida e cultivada, principalmente na América do Sul e Central, Quênia e Tanzânia, na África, fornecendo cerca de 70% do produto comercializado. A segunda é cultivada em maior escala na Costa do Marfim, Angola, Uganda, Índia e vários outros países da África, Ásia e Oceania. O Brasil produz dois cultivares de café: o arábica e o robusta, conhecido também como *conillon*. O primeiro, e de melhor qualidade, é tipicamente cultivado em regiões de maior altitude nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná; o segundo, como seu nome indica, vem de uma planta mais resistente, e é plantado principalmente, no Estado do Espírito Santo. Na produção do café solúvel utiliza-se o robusta, uma vez que a taxa de extração de sólidos no processo de fabricação deste café é superior à do arábica (REVISTA OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004, p. 21).

próximas ao Rio São Francisco está havendo um processo de reconcentração fundiária em que a produção de café ocorre em grandes plantações. Nelas emprega-se tecnologia de ponta, utilizada por produtores capitalizados que passaram a investir em terras e equipamentos visando modernizar a produção.

Está ocorrendo com o café uma volta a sua origem, pois o mesmo está tomando o “caminho de volta” para regiões mais quentes e de solos não mais tão férteis como o que encontrou em São Paulo e no Paraná, fatores superados com a utilização de moderna tecnologia. Estes modelos de produção são poupadores de mão-de-obra. Outro fator que contribui para o deslocamento para estas regiões de Cerrado é a existência de terras a baixo preço e não sujeitas às geadas.

2.5 As dificuldades pós-geada de 1975 e as mudanças provocadas no uso do solo e nas relações de trabalho no município de Londrina.

Se socialmente a cultura cafeeira tinha cumprido seu papel, empregando grande quantidade de mão-de-obra no país durante mais de um século, o ciclo da cafeicultura dava sinais que estava chegando ao fim. Isso ficou evidente principalmente com as medidas que passaram a ser adotadas a partir da década de 1930 e que foram efetivadas com maior empenho durante o período em que o país esteve sob o domínio das forças armadas, representado pela troca de militares no poder.

Com a implantação destas medidas, a cultura cafeeira passou a ser preterida, sendo substituída por novas lavouras que encontravam mercado no comércio exterior, principalmente a soja.

Estas mudanças favoreceram o domínio de um amplo e mais diversificado mercado de trabalho e uma nova estrutura técnica do capital, com o emprego crescente da mecanização nas atividades produtivas e o uso de trabalhadores temporários.

Essas mudanças foram acontecendo no território brasileiro de maneira lenta e gradual, no tempo e no espaço.

Em estados como o de São Paulo, a cultura cafeeira já tinha adentrado por todo seu território, tendo permanecido em algumas poucas regiões e, totalmente erradicado na quase totalidade deste. A cultura cafeeira tinha contribuído para o maior estágio do desenvolvimento capitalista, representado pela alocação de capitais obtidos com o café no setor industrial da nossa economia.

O solo da região norte paranaense continuava ocupado com a cultura cafeeira, mesmo com as mudanças políticas e econômicas colocadas em prática para controlar o plantio de novos cafeeiros. Ainda assim os cafeicultores continuavam a produzir cada vez mais café, contribuindo com isso para que os preços obtidos fossem cada vez mais baixos. No entanto, especificamente para as terras norte paranaenses, recém conquistadas pelos cafezais, o volume da produção compensava o preço baixo do produto.

Somente uma ocorrência climática poderia abalar os ânimos dos cafeicultores paranaenses e ela aconteceu no dia dezoito de julho de 1975. Nesse dia, a frente fria que atingiu a região provocou a mais forte geada presenciada até então e dizimou todas as lavouras existentes no Paraná, a ponto de no ano de 1976 não ser colhida uma só saca de café em todo o território paranaense, conforme pode ser observado na tabela 03, página 131.

Os sinais de que aquela seria a maior e mais intensa massa de ar polar que atingiria os cafezais paranaenses, bem como também os paulistas, já tinham se manifestado dias antes na capital paranaense. Naquele mês de julho, as baixas temperaturas encantaram os curitibanos, com um frio parecido com o europeu, chegando a nevar na capital do estado.

A mesma massa de ar que contagiou os moradores meridionais do estado viria dois dias depois a assombrar os cafeicultores do norte ao queimar até os grãos verdes de café, num fenômeno climático que ficou conhecido como um verdadeiro cataclisma.

Diferentemente da geada normal que em anos anteriores havia atingido somente algumas áreas, permitindo que os pés de café rebrotassem, a geada negra⁵⁰ foi destruidora. Este fato iria mudar definitivamente as configurações econômicas não só de Londrina, mas de todo o norte paranaense.

Mas, o processo de implantação de um novo modelo produtivo em substituição à cafeicultura deixou para trás muitas conseqüências. A história registra que este acontecimento foi responsável pelo maior êxodo rural já visto. Apenas para

⁵⁰ A geada do ponto de vista meteorológico ocorre quando a temperatura atinge 0° C sobre as superfícies expostas. Em função da aparência, as geadas podem ser classificadas em dois tipos principais: a geada branca, a mais comum de ocorrer, sendo a típica geada com deposição de gelo sobre as plantas, o que confere uma coloração branca sobre a vegetação. Normalmente a geada branca não provoca danos nas culturas mais tolerantes, pois embora a água congele a 0° C, a temperatura letal fica bem abaixo desta. Já a geada negra ocorre quando o ar está muito seco e a planta morre antes da formação e congelamento do orvalho, ficando assim escurecida. No Brasil, a geada negra também é conhecida como geada de vento, pois o vento frio desidrata e mata os tecidos expostos das plantas, deixando-a igualmente negra. Informações obtidas no site: <http://www.climabrasileiro.hpg.ig.com.br/geada.htm>. Acesso em 25/08/2008.

exemplificarmos, o Estado do Paraná, entre as décadas de 1970 e 1980, “perdeu 1.268.565 habitantes do meio rural”, de acordo com Ferreira (1982, p. 15).

Os que se encontravam de uma forma ou de outra ligados à lavoura cafeeira foram atingidos em seu modo e no seu estilo de vida, tendo que reaprender a viver cada qual segundo o novo direcionamento que deram às suas vidas.

Na região norte do estado, a geada foi decisiva para que muitas propriedades deixassem definitivamente de cultivar a lavoura cafeeira, fazendo com que a grande maioria dos parceiros⁵¹ que trabalhavam com o café se mudasse para as cidades.

As conseqüências causadas pela geada de 1975 foram o maior golpe da história econômica do Paraná. Pesquisas apontam que a geada foi o fator primordial para que a cafeicultura tivesse reduzido drasticamente sua área no estado. Também contribuíram os fatores econômicos colocados em prática pelo Estado brasileiro que visava à redução do preço do café pago ao produtor por meio do confisco cambial, que tinha a missão de servir de desestímulo para os cafeicultores.

Fazia-se necessário e urgente buscar ou criar uma nova identidade econômica ou, um novo produto ou produtos que desencadeassem um novo ciclo econômico para o Estado do Paraná.

A geada acelerou mudanças na estrutura fundiária do município de Londrina, no uso da terra e também desestruturou a parceria que era a principal relação de trabalho mantida entre os proprietários e os não proprietários de terras no cultivo dos cafezais, levando a uma expansão do assalariamento. Estas mudanças, que ocorreram no meio rural do Brasil, têm que ser entendidas como sendo decorrentes do processo de expansão do modo capitalista de produção na agricultura brasileira.

No Brasil, principalmente na agricultura, ainda hoje, o capitalismo não conseguiu subordinar diretamente todos os produtores segundo seu ditame. Se na indústria o mesmo já conseguiu homogeneizar as relações sociais de produção, por meio do assalariamento total da mão-de-obra necessária para seu desenvolvimento, no campo, por uma série de fatores, sua ampliação tem se dado de forma desigual e contraditória.

Dentre os geógrafos, um dos primeiros a compreender esta relação contraditória em que o capitalismo se utiliza para explorar mesmo os que encontram-se subordinados indiretamente ao capital foi Oliveira (2001). Para o autor, o estudo da agricultura

⁵¹ Se no norte do Paraná até o ano de 1963, ano de implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, as relações de trabalho na cafeicultura tinham nos colonos sua base, a geada de 1975 desestruturou outra forma colocada em prática pelos proprietários, a parceria.

brasileira sob o capital monopolista deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território é desigual, contraditório e combinado. Ou seja, ao mesmo tempo em que este avança reproduzindo relações especificamente capitalistas de produção, como a implementação do trabalho assalariado no campo, o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações não assalariadas de produção como a parceria. Isso fica evidente pelo fato de encontrarmos nos dois bairros rurais pesquisados um número expressivo de parceiros em pleno século XXI.

Mesmo após a ocorrência da geada de 1975, que provocou acentuadas transformações, sobretudo no norte do Paraná, muitas famílias ainda continuaram inseridas no espaço rural londrinense, indo na contramão dos fatos e acontecimentos. As famílias residentes nos bairros rurais adotaram estratégias que proporcionaram sua permanência no campo, dedicando-se à cultura cafeeira.

Os depoimentos de alguns entrevistados permitem entender os momentos difíceis pelos quais passaram os cafeicultores pós-geada de 1975. Contudo, houve quem pudesse comprar mais terra, conforme o depoimento de um sitiante:

A geada de 1975 foi boa para quem colheu muito café naquele ano. O café subiu e deu para comprar oito alqueires de terra. Com mais terra, todos da família trabalharam duro e conseguimos passar aquele que foi o pior momento pelo qual já vivemos com o café. (senhor O. P. S. 68, anos morador do bairro da Laranja Azeda)

Outro sitiante revela que após a geada conseguiu se manter plantando e vendendo outros produtos até que o café voltasse a produzir. “Na geada de 1975, com o valor de uma saca de feijão você fazia compra, o produto tinha valor” (Senhor A. P. C. 50 anos morador do bairro da Limeira). Revela ainda que “foram tempos difíceis aqueles, mas como todos tiveram que plantar outros produtos, serviço não faltava na região. Mas, muita gente não teve forças e preferiu vender o sítio”.

As falas de nossos interlocutores nos ajudam a entender o que Oliveira (1999) classificou de processo desigual e contraditório do desenvolvimento do capitalismo em nossa agricultura. Enquanto no primeiro caso foi o sobretrabalho desenvolvido dentro do próprio lote que possibilitou a resistência da família contra o processo que levou muitos à expropriação, no segundo caso, além do trabalho no próprio lote com o cultivo de outros produtos que se faziam necessários para alimentar a população que já se encontrava nos centros urbanos, outra fonte de renda complementar que possibilitou a

permanência da família no campo foi buscada fora de sua propriedade, tendo que assalariar-se por um determinado tempo para conseguir sua reprodução.

A existência de relações de produção não capitalistas, ou seja, de formas de produção em que o trabalho não é subordinado diretamente ao capital, liga-se ao fato de que o capital só realizou parcialmente a transformação do processo de produção no campo. Isso se explica pelo fato de que a agricultura continua submetida às forças naturais, sendo impossível plantar e colher ao mesmo tempo e no mesmo espaço. A agricultura enfrenta obstáculos insuperáveis no processo de divisão do trabalho, fato este que, se não impossibilita, pelo menos dificulta que a divisão do trabalho se dê por completo.

Estes pressupostos são corroborados por Abramovay que destaca como na agricultura, seu próprio ritmo natural, possibilita que formas não capitalistas de produção possam coexistir. Eis suas palavras:

Por mais que se deduza o tempo de germinação de uma cultura ou de gestação de um animal, o ritmo natural continua a decidir a ordem das operações produtivas. Nesse sentido a Revolução Industrial na agricultura consiste em mudanças essenciais nos instrumentos de trabalho, mas não na seqüência em que são usados. As operações agrícolas encontram-se tão separadas antes da introdução das máquinas quanto depois (ABRAMOVAY, 1998, p. 236)

Especificamente, para a região norte do Paraná, com a erradicação dos cafezais, as mudanças provocadas pela substituição da cafeicultura causaram graves problemas econômicos e sociais. Passadas já quatro décadas desde que ocorreu a erradicação dos cafezais ainda não se conferiu uma nova identidade e outra atividade econômica com a representatividade que a cultura cafeeira teve para o município de Londrina.

As principais mudanças sócio-espaciais puderam ser percebidas em sua estrutura fundiária bem como no uso do solo e nas relações de trabalho desenvolvidas no município, principalmente a partir da segunda metade da década de 1970.

Em relação à estrutura fundiária do município, segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE, o auge em relação ao número total de estabelecimentos em sua história recente aconteceu no ano de 1970, quando somaram-se 5.580. Já no recenseamento no ano de 1980, esse número havia diminuído para 3.654 estabelecimentos, chegando a apenas 3.120 no ano de 1996.

Os dados comprovam que em apenas uma década (1970-1980) ocorreu uma redução de mais de um terço no número de estabelecimentos agropecuários no município de Londrina. A tabela 5, que mostra a distribuição (%) da área e do número de estabelecimentos em Londrina, permite tecer outras considerações.

Verifica-se que de 1970 para 1980 reduziu-se o valor relativo do número e da área dos pequenos estabelecimentos agropecuários⁵². Os estabelecimentos de tamanho médio experimentaram um bom crescimento no percentual numérico (de 5,42% para 10,92%). Os grandes estabelecimentos aumentaram os valores relativos ao número, passando de 2,31% para 4,73% e da área de 51,67 para 57,02%.

Estas mudanças não podem ser dissociadas dos efeitos da geada ocorrida no ano de 1975 como também das transformações propiciadas pela modernização tecnológica da agricultura difundida pelo país, que foram mais rapidamente assimiladas pelos médios e grandes estabelecimentos agropecuários, que já haviam mudado seu padrão produtivo para a pecuária ou para o binômio soja-trigo.

Como os pequenos produtores não possuíam condições financeiras para modernizar sua produção agrícola, muitos foram obrigados a vender seus lotes. Este fato resultou no aumento da concentração de terras, num processo que Silva (1981, p. 54) denominou de “fagocitose” - análogo ao fenômeno biológico -, no qual as grandes bactérias engolem as menores a sua volta. Esse processo ocorreu com as propriedades não só no norte do Paraná, mas também nas demais regiões em que o capitalismo já havia se expandido pelo campo brasileiro.

No quinquênio seguinte, 1980 a 1985, ocorreu um pequeno aumento nos percentuais (84,35% para 85,88%) do número de pequenos estabelecimentos e da área ocupada por estes (22,93 para 24,06%).

Os de tamanho médio praticamente mantiveram o percentual numérico relativo (20,05% para 20,68%) havendo uma pequena redução em relação à área ocupada (10,92% para 9,76%). Já os grandes estabelecimentos tiveram uma pequena redução tanto no número (4,73% para 4,36%) quanto na área ocupada, (57,02% para 55,26%).

⁵² Levando em conta as especificidades locais, tais como a qualidade do solo e o indicativo do alto grau de mecanização expresso pelo número de tratores que, segundo dados do Censo Agropecuário de 1996, passou de 659 em 1970, para 1.937 no ano de 1996. Para esta pesquisa, estamos considerando como pequenos estabelecimentos aqueles compreendidos até 50 hectares; de 51 a 200 hectares como sendo médios estabelecimentos; e acima de 201 hectares como sendo grandes estabelecimentos.

Tabela 5 – Distribuição percentual da área e do número de estabelecimentos agropecuários por categoria dimensional no município de Londrina – 1970/1996

Classes de área (ha)	1970		1980		1985		1995-1996	
	Área (ha)	Nº.						
Menos de 5 ha	2,02	24,55	0,94	22,17	1,42	27,46	1,05	23,85
De 5 a menos de 10 ha	5,48	24,44	2,21	14,70	2,81	16,53	2,01	15,03
De 10 a menos de 20 ha	10,63	26,36	6,84	25,53	7,13	23,46	5,46	22,92
De 20 a menos de 50 ha	15,17	16,92	12,94	21,95	12,70	18,43	9,45	17,60
Pequenos estabelecimentos	33,30	92,27	22,93	84,35	24,06	85,88	17,97	79,40
De 51 a menos de 100 ha	7,84	3,66	8,73	6,60	9,36	6,05	9,54	7,82
De 100 a menos de 200 ha	7,19	1,76	11,32	4,32	11,32	3,71	14,29	5,96
Médios estabelecimentos	15,03	5,42	20,05	10,92	20,68	9,76	23,83	13,78
De 201 a menos de 500 ha	13,00	1,45	17,32	3,01	18,48	2,89	22,49	4,33
De 5000 a menos de 1000 ha	8,77	0,45	13,60	1,04	15,23	0,99	16,30	1,34
De + 1000 ha	29,90	0,41	26,10	0,68	21,55	0,48	19,41	1,15
Grandes estabelecimentos	51,67	2,31	57,02	4,73	55,26	4,36	58,20	6,82
Total geral	100,00							

Fonte: Censos Agropecuários de 1970; 1980; 1985 e 1995-1996

O aumento no percentual relativo dos pequenos estabelecimentos neste período pode ser explicado pela crise econômica do país que levou o Estado brasileiro a retirar, no ano de 1983, os subsídios dos produtos agrícolas. Este também foi um período de forte inflação. Estes dois fatores podem ter desestimulado os médios e grandes produtores.

Aliás, no Brasil, tem sido prática comum, em momentos de crise econômica, os grandes estabelecimentos cederem parte de seu espaço para os pequenos, seja na forma da venda de pequenos lotes ou na forma de parceria ou arrendamento. No entanto, como bem destaca Silva *et al.* (1980, p. 29):

[...] esse processo de retalhamento não significou, de forma alguma, uma democratização da propriedade da terra. Muito pelo contrário, serviu para manter a pequena produção como apêndice da grande, constituindo-se numa forma de garantir o fornecimento de trabalhadores a baixo preço, quando fossem necessários.

Este fato ficou evidente no período seguinte. Passado o momento difícil na economia do país, os grandes proprietários voltaram a explorar a terra, afetando, sobretudo os estabelecimentos de pequeno porte, que reduziram significativamente a sua participação relativa tanto no número (85,88 para 79,40%) como na área ocupada (24,06% regredindo para 17,97%). Os de tamanho médio apropriaram-se tanto do número quanto da área dos pequenos estabelecimentos, aumentando sua participação em relação ao número (9,76% para 13,78%), e também sobre a área ocupada (20,68% para 23,83%). A classe que também saiu beneficiada neste intervalo foi a dos grandes estabelecimentos, que aumentou a sua participação relativa em termos de número (4,36 para 6,82%) e também de área, passando de 55,26% para 58,20%.

A substituição do café, uma cultura permanente, por outras culturas temporárias ou mesmo por pastagens, provocou mudanças na ocupação do uso do solo no município.

Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE, em 1970, no município de Londrina, as lavouras permanentes e temporárias ocupavam, em termos percentuais, quase que a mesma área, 20,35% e 22,44%, respectivamente. Após a geada de 1975 e a consequente eliminação dos cafezais, as terras ocupadas com lavouras permanentes sofreram uma drástica redução, recuando para 9,88% no ano de 1980 para apenas 3,77% em 1996. Já a área ocupada com lavouras temporárias no ano de 1980, atingiram 27,05%, elevando-se para o ano de 1996 para 29,42% das terras do município.

Na década de 1970, entre as principais lavouras cultivadas estavam o milho, o arroz e o feijão. Pelo avanço do processo de modernização da agricultura e, conseqüentemente, pela substituição das lavouras, na década de 1990 o arroz e o feijão foram substituídos pela soja e pelo trigo, permanecendo o milho com destaque.

A importância que a produção da soja passou a ter para o norte do Paraná foi tamanha que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) tem instalado em Londrina uma unidade na qual desenvolve pesquisas com essa cultura.

Mas, foi a pastagem, principalmente a plantada, a que mais se expandiu sobre as terras que se encontravam ocupadas pela cafeicultura. Se em 1970 a área ocupada com pastagens representava 33,80% do total; na década de 1980, esse patamar saltou para 43,23%, porcentagem que se manteve durante a década seguinte (1995/1996).

Não é difícil entender esses dados, visto que a substituição de qualquer lavoura pela pastagem é a maneira pela qual os proprietários conseguem obter a renda da terra sem ter que necessariamente investir uma grande quantia de capital.

Dessa forma, após a desestruturação da lavoura cafeeira, o município de Londrina passou a ter na pecuária de corte e nas monoculturas comerciais exploradas com tecnologia moderna (insumos químicos, adubos e maquinários) uma nova base na sua economia agrícola. Tal processo provocou a expulsão de muitos trabalhadores rurais, modificando as relações de trabalho no campo. Os trabalhadores que possuíam apenas a sua força de trabalho tornaram-se o que hoje conhecemos por bóias-frias.

Após a geada de 1975, a agricultura londrinense passou a consumir de forma crescente maquinários e insumos químicos produzidos pela indústria. Isso fez com que as formas não capitalistas de produção, representadas pela parceira, o arrendamento e a meação, até então predominantes no meio rural do país, fossem substituídas pela mão-de-obra assalariada. Afinal, para que ocorra a expansão do capitalismo no campo, faz-se necessário o estabelecimento do assalariamento da mão-de-obra, tornando-a mercadoria.

Como as relações capitalistas de produção se dão basicamente por meio da separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, de forma que o trabalhador apareça livre de qualquer propriedade, exceto é claro da sua força de trabalho, foram as medidas colocadas em prática pelo Estatuto do Trabalhador Rural, no ano de 1963, e a geada de 1975, que conseguiram fazer com que houvesse a separação do homem da terra, tornando-o uma mercadoria para o capital.

Isto pode ser verificado na tabela 6 que, tendo como fonte os dados dos Censos Agropecuários do IBGE, aponta a condição dos produtores rurais de Londrina no período compreendido entre 1970 a 1996.

Os dados referentes ao ano de 1970 são esclarecedores e evidenciam a importância que a cafeicultura representava enquanto principal cultura do município. Dos 5.580 estabelecimentos existentes em Londrina, 27,78% tinham na parceria⁵³ as bases de suas relações de produção. Muitos destes tinham na cafeicultura sua principal atividade e ocupavam 9,10% da área.

A erradicação dos cafezais acentuou-se após a geada de 1975. Os parceiros no ano de 1980 passaram a representar apenas 6,95% dos estabelecimentos existentes em Londrina, detendo apenas 1,82% das terras. Os proprietários se viram obrigados a dispensar a grande maioria das famílias que moravam em suas propriedades na condição de parceiros. Prova disso é que a porcentagem das terras nas mãos dos proprietários, que na década de 1970 representava 85,98%, chegou ao mais alto índice de concentração na década de 1980, representando 93,21%.

Ainda segundo os dados da tabela 6, fica claro que houve redução no número de todas as condições de produtores rurais para o município de Londrina.

O número de parceiros teve um ligeiro aumento durante a metade da década de 1980, possibilitado pelos problemas na economia do país, assim como já relatado. Para a década de 1990, os dados revelam a existência de 267 parceiros no município.

⁵³ Segundo Oliveira (2001), a prática da parceria, como relação de produção no campo é uma das formas mais antigas de relação de exploração da terra. Pode, portanto, ser encontrada em vários modos de produção na história da humanidade. No Brasil, é uma relação que aparece desde o período escravagista.

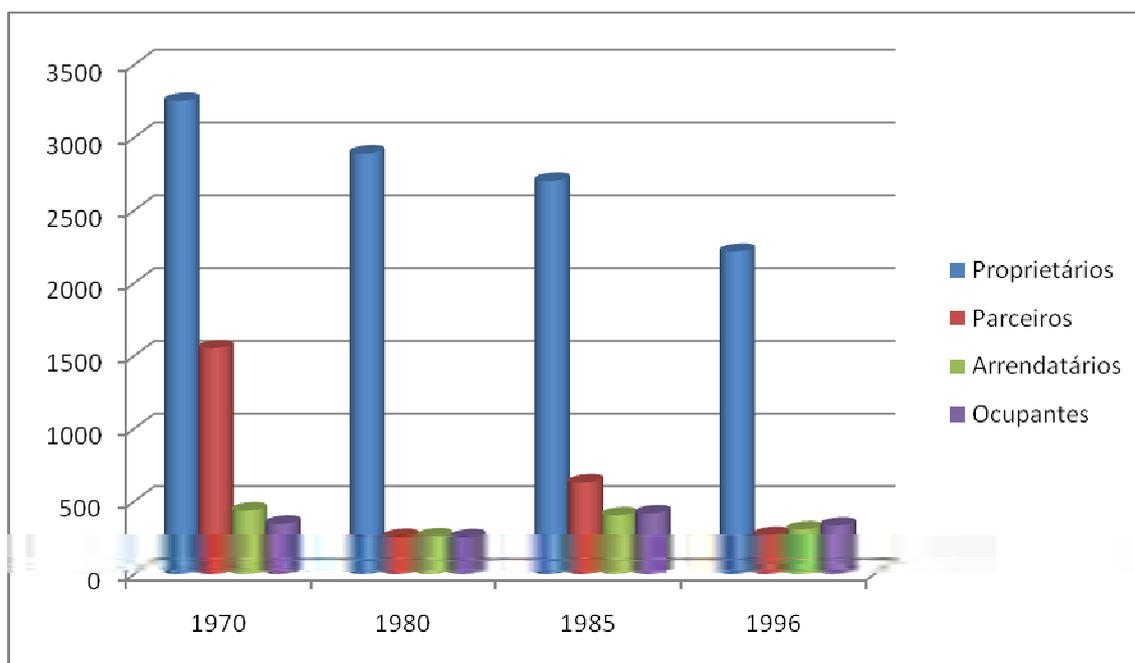
Tabela 6 – Condição do produtor rural no município de Londrina 1970/1996

Condição	1970			1980			1985			1996		
	Estabe	(%)	Área									
Proprietários	3.250	58,24	162.120	2.890	79,10	179.609	2.702	65,09	163.720	2.215	71,02	152.346
Parceiros	1.550	27,78	17.157	254	6,95	3.512	629	15,15	8865	267	8,56	5.612
Arrendatários	436	7,82	6.086	258	7,06	6.539	403	9,72	10.180	306	9,81	9.273
Ocupantes	344	61,65	3.190	252	6,89	3.026	417	10,04	7670	331	10,61	15.862
Total	5.580	100	188.553	3.654	100	192.686	4.151	100	190.435	3.119	100	183.093

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (1970, 1980, 1985 e 1995-1996)

Esta condição de produtor passou a ser a menor existente no município de Londrina, conforme pode ser evidenciada no gráfico 1. Estes, em sua grande maioria, ainda vivem em propriedades que insistem em cultivar o café. Nos bairros rurais pesquisados detectamos a existência de quarenta porcentageiros⁵⁴.

GRÁFICO 1: Condição dos produtores rurais em Londrina no período 1970/1996.



Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (1970, 1980, 1985 e 1995-1996)

O fato é que no norte do Paraná, principalmente após a geada de 1975, e em outras regiões do Estado de São Paulo, e com menor intensidade no Nordeste, os parceiros tiveram sua importância decrescida, já que se apresenta, segundo os diferentes censos, uma diminuição relativa e/ou absoluta do número de parceiros.

Surge em cena na região, a partir de então, o bóia-fria, uma classe trabalhadora que possui apenas sua força de trabalho para vender a quem deseja contratá-la. O capital conseguiu cooptar estes trabalhadores de tal forma que, se há pouco mais de quatro

⁵⁴ Utilizamos na pesquisa o termo porcentageiro, também sinônimo de parceiro, por ser a denominação utilizada pelos chefes de família pesquisados, como sendo uma relação de produção similar à parceria. Dependendo do contrato assinado entre o proprietário da terra e o porcentageiro será a quantidade de café que vai ser destinada a cada um no final da colheita. No caso dos porcentageiros, objetos desta pesquisa, a grande maioria recebe (40%), ficando o restante (60%) com o proprietário da terra. A utilização dessa relação de trabalho poupa ao proprietário da terra investimentos em mão-de-obra, pois o trabalho do porcentageiro constitui o aspecto fundamental dos custos de produção. Ao mesmo tempo ele recebe parte do fruto do trabalho que converte em dinheiro, realizando a metamorfose da renda da terra em capital. Uma parte deste capital ele terá que investir em adubos e venenos para ser aplicado no cafezal. Maiores informações a respeito de como se desenvolve a parceria em outras culturas podem ser obtidas em Loureiro (1977).

décadas, estes tiravam da terra sua reprodução, principalmente com o trabalho na cafeicultura, no período atual, esta mesma classe já não luta para voltar a terra, mas por melhores salários e condições de trabalho. Isso demonstra que os mesmos já assimilaram, por um lado, a condição de moradores urbanos e, por outro, a de trabalhador rural, isto é, assalariado rural temporário.

Na região em que se encontram os bairros rurais, a cada safra se torna mais difícil contratar os bóias-frias para que possam realizar a colheita do café, pois os mesmos estão buscando empregos urbanos, que além de melhor remunerá-los, também passam a contar com as garantias previstas em lei. Devido à sazonalidade do trabalho e as dificuldades econômicas enfrentadas, estes trabalhadores enfrentam muitos problemas para garantirem sua sobrevivência. Graziano Neto (1985) descreve com muita propriedade a figura dos bóias-frias, tecendo os seguintes comentários:

Sobrevivente da alta mortalidade infantil, pouco desenvolvido física e intelectualmente, marginalizado na periferia das cidades, vivendo em condições precárias de habitação, sem saneamento básico, levantando-se às 4-5 horas da manhã, alimentando-se mal, usando o álcool como fonte de energia, transportado em caminhões mal adaptados, sem contrato de trabalho regular, sem assistência médica, o bóia-fria é antes de tudo um forte (GRAZIANO NETO, 1985, p. 77)

Na agricultura, o desenvolvimento do capitalismo não ocorre de maneira homogênea, e sim contraditória. Ao mesmo tempo em que em determinados espaços são criadas condições para que seja desenvolvida uma agricultura baseada em relações capitalistas, em outros locais são recriadas relações não capitalistas, não mais representadas pela parceria, mas, sim, pela possibilidade de criação de unidades familiares representadas pela aquisição de pequenas propriedades rurais.

A forma como o capital vai assegurar o direito de extrair renda destas unidades familiares é por meio do sobretrabalho dos membros familiares, personificados na forma de produtos que serão levados ao mercado. Desta forma, a subordinação do trabalho familiar ao capital, no caso dos cafeicultores, ocorre quando estes vão ao mercado vender o produto de seu trabalho, o café.

No próximo item destacaremos como ocorreu o fracionamento de uma pequena parte da fazenda Guairacá em sítios. Procuraremos demonstrar que o capitalista, personificado na figura do fazendeiro, para não ter prejuízos, muitas vezes adota medidas que contradizem o capital, como fracionar e ceder por meio da venda um pequeno lote para quem pudesse pagar pelos mesmos. Buscar-se-á os verdadeiros motivos que levaram o fazendeiro a tomar esta decisão.

2.6 O fracionamento da fazenda em pequenas propriedades (sítios) e o surgimento dos Bairros Rurais

A maior propriedade rural no passado e no presente, representada pela Fazenda Guairacá, foi que promoveu, a partir do final da década de 1950, o fracionamento de grande parte de suas terras em pequenas propriedades e possibilitou o surgimento de diversos bairros rurais no espaço rural de Londrina.

Antes de entrarmos nas especificidades que deram origem aos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira, local onde residem os sitiantes objeto desta pesquisa, procuraremos situar o que já foi escrito a fim de uma melhor compreensão dos conceitos de “sitiante” e “bairros rurais”. Acreditamos que estes termos estão em desuso, principalmente na geografia, mas são expressões comuns para os moradores de muitas áreas rurais brasileiras.

De maneira geral, como os grandes proprietários de terras preferem morar nas cidades, os bairros rurais são habitado, em sua maioria, por sitiantes e por aqueles que mantêm vínculo com a terra, como os parceiros existentes nos bairros rurais. São estes sitiantes que procuraremos caracterizar de acordo com a bibliografia sobre o assunto.

Salientamos que, dentre os autores citados, muitos desenvolveram seus estudos durante as décadas de 1940 e 1950, principalmente no Estado de São Paulo. Isso não significa que o tema não seja pesquisado atualmente, principalmente no Estado do Paraná, com características mais recentes e que melhor explicam a realidade encontrada em nosso local de estudo.

A escolha baseou-se em autores que em suas pesquisas, desenvolvidas em tempo e espaços diferentes, nos serviram naquilo que achamos pertinente e que ajudam a explicar as realidades encontradas ainda hoje. Outras circunstâncias encontradas pelos autores tiveram que ser desprezadas, por não mais ajudarem na explicação da realidade atual.

Uma das principais pesquisadoras e estudiosas dos sitiantes foi a geógrafa Müller. Ela define como sitiante “todo pequeno produtor rural que, responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família e, ocasionalmente, de alguns empregados remunerados” (MÜLLER, 1951, p. 27/8).

Na definição da autora, além dos pequenos proprietários, também podem ser incluídos como sitiantes os posseiros, os moradores, os arrendatários e os parceiros, todos sendo considerados como “pequeno produtor rural”.

Nos bairros rurais pesquisados, apenas os que detêm a propriedade de terras serão considerados como sitiantes. E mesmo nestes casos, encontramos situações que em determinadas épocas do ciclo produtivo do café, os sitiantes menos capitalizados se vêem obrigados a prestarem serviço fora da propriedade para se manterem como sitiantes.

Fazendo-se uma retrospectiva histórica para saber a partir de qual momento o termo “sitiente” aparece como designativo de pequeno produtor, a autora diz que no século XIX surgiram os primeiros pequenos proprietários sobre os quais se encontram referências, tudo parecendo indicar que para eles é que se reservava o título de sitiantes.

Como seus estudos foram realizados na segunda metade da década de 1940, a realidade do campo brasileiro tinha outras especificidades, muito embora sua pesquisa tenha sido realizada no principal estado brasileiro, São Paulo, e a realidade encontrada pela autora ainda possa servir para explicar como se evidencia o espaço rural de algumas regiões do país, principalmente no Norte do Paraná.

Para esta época, como a cafeicultura estava presente em todo o Estado de São Paulo, se bem que em estágios desiguais, a autora não fez diferenciação alguma entre sitiantes proprietários ou não, identificando os diferentes tipos de sitiantes de acordo com o regime em que os mesmos estavam ligados à terra. Desta forma, a autora considerou como sitiente, além dos proprietários, os posseiros ou moradores, os arrendatários, parceiros e os prestadores de serviço por tempo determinado, como os formadores de pastos.

Dentre os proprietários, a autora ressalta que o tamanho do lote não influía para que o mesmo fosse ou não considerado sitiente, pois o que importava era o tipo de exploração do solo que desenvolvia. No entanto, essa exploração estava relacionada a alguns fatores, como a localização das terras. Em zonas novas, em que há maior abundância de terras, o tamanho máximo da propriedade que caracteriza um sítio podia chegar a 50 alqueires (121 ha). Já em zonas mais velhas, o tamanho tendia a ser menor, podendo variar de quatro (9,68 ha) a dez alqueires (24,20 ha), dependendo da cultura.

Outro autor que merece destaque é Cândido (2001). Suas pesquisas também datam do final da década de 1940 e foram desenvolvidas no Estado de São Paulo, no município de Bofete, onde pesquisou um grupo de parceiros rurais.

O autor destaca as características que os primeiros integrantes da “sociedade caipira tradicional” paulista possuíam, dizendo serem seus integrantes “gente de sítio”, acostumados a viver em casas tão precárias que mereciam o nome de rancho; utilizando

técnicas e processos rudimentares, com pouco ou nenhum equipamento; consumindo os produtos que plantavam; vestindo roupas de algodão tecidas em casa por eles mesmos; indo vender nas cidades próximas: galinhas e leitões, assim como a sobra da produção.

Cândido (2001) encontrou em sua pesquisa uma comunidade vivendo de maneira mais igualitária, em que predominavam relações que tinham o sentido de fazer com que todos estivessem num mesmo nível social. As ações eram desenvolvidas na e para a comunidade, constituída de um grupo de parceiros que, se não tivessem laços consangüíneos, com certeza tinham no compadrio o elo de fraternidade. Isto propiciava o desenvolvimento do trabalho coletivo, expressado pelo mutirão, que determinava a formação de uma rede ampla de relações, ligando uns aos outros, os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para sua unidade estrutural e funcional. Estes foram alguns laços que se perderam com o passar do tempo e que continuam sendo colocados em prática quando há grupos familiares que, por herança, ainda residam uns próximos aos outros.

Outra autora que merece ser citada é Queiroz (1973) que em “Bairros Rurais Paulistas” estuda o sitiante, adotando como critério de análise as relações de produção e as formas de entrosamento dos membros com a sociedade global. Distingue duas categorias: primeira, os sítiantes tradicionais ou camponeses, que vivem do que produzem e utilizam para troca ou venda aquilo que não empregam no seu consumo diário; segunda, os sítiantes modernos ou agricultores, que produzem para o mercado local, regional ou internacional. Seu primeiro objetivo é o lucro e, em geral, se especializam no cultivo de um ou dois produtos, não dependendo sua subsistência do que plantam e, sim, da renda obtida com a colheita, o que lhes permite adquirir o que não cultivam.

Moura (1978, p. 17) assim define os sítiantes: “são proprietários econômicos de suas terras, no sentido rigoroso de que detêm o controle efetivo da terra e dos instrumentos de trabalho e que coincide ali com a propriedade privada jurídica nos termos do Código Civil”.

Embora os parceiros na produção não possuam a propriedade da terra, mas, na terra tomada em parceria desenvolvam uma atividade agrícola e também possuam no café sua principal fonte de renda, utilizaremos a definição de Müller (1951) que considera como sitiante todo pequeno produtor rural que trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família. No caso específico dos bairros rurais, citamo-los como cafeicultores.

Devido às especificidades locais, o tamanho da propriedade é um fator que os diferencia em: chacareiros, sitiantes e fazendeiros. Isso podemos perceber claramente durante as entrevistas realizadas em campo.

Numa determinada visita, quando procuramos saber até onde ia a propriedade do Senhor C. J. S. 67 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda, ele nos relatou que de determinado ponto em diante já pertencia à Fazenda Brasília. O interessante é que a área da referida fazenda, já fora da área dos bairros rurais, é de 50 alqueires (121 ha). Nas conversas que mantivemos com os sitiantes, pudemos perceber que os mesmos consideram sítio a propriedade cujo tamanho se estende por, no máximo, 50 alqueires (121 ha). A partir deste tamanho, a propriedade passa a ser considerada fazenda. Entre os sítios, os que ultrapassam os 20 alqueires (48,4 ha) são considerados sítios grandes.

Essa mesma diferenciação foi encontrada por Moura (1978, p. 16) em seus estudos a respeito de um bairro rural. Neles, seus habitantes assinalam sempre oposição entre sitiante/fazendeiro, tendo como referência a quantidade de terra que cada um possui. Assim se manifestaram seus entrevistados: “sitiantes sempre tem (terra), mas tem pouca, enquanto o fazendeiro tem muita”.

Já os que consideram possuir uma chácara e não um sítio são os que possuem propriedades menores de três alqueires (7,26 ha), embora não seja unânime tal extensão. Foi possível perceber essa distinção ao realizarmos as entrevistas com os proprietários de terras. No roteiro de entrevista consta uma pergunta sobre qual a área da propriedade, mas, devido ao fato de todos se considerarem sitiantes, após a aplicação de alguns questionários, passamos a perguntar qual era o tamanho do sítio. Em uma dessas entrevistas, quando perguntamos ao Senhor J. C. (55 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda) qual era o tamanho do sítio, ele nos respondeu que não tinha um sítio e sim uma chácara, pois o tamanho era de apenas 2,5 alqueires (6,05 ha)

Quanto à formação de um bairro rural, o mesmo ocorre com o aumento da densidade demográfica em torno de um determinado espaço geográfico que tem como núcleo, geralmente, uma igreja, uma escola ou, em tempos mais pretéritos, uma venda (armazém).

Foram pequenos núcleos embrionários, constituídos primeiramente como bairros rurais que, com o aumento da população ao redor das únicas instituições existentes, desenvolveram-se a ponto de serem elevadas à condição de freguesia, vila ou distrito, chegando à condição de município e, na atualidade, constituem a sede de muitos municípios brasileiros.

Mas, como nosso objetivo são os bairros rurais que permaneceram nesta condição, apontamos duas possibilidades para seu surgimento.

A primeira e, mais antiga, é do tempo em que a maioria das terras do país eram consideradas devolutas e tinham, muitas vezes, seu surgimento e seu nome⁵⁵ representados por um patriarca familiar. Cândido (2001, p. 101) descreve como se dava a formação dos bairros rurais que tiveram nesta forma a sua origem, assim afirmando:

O bairro, com efeito, podia ser iniciado por determinada família, que ocupava a terra e estabelecia as bases da sua exploração e povoamento. Com o tempo, (...), atraía parentes, ou os filhos casados se estabeleciam, bem como genros etc. Ao fundamento territorial, juntava-se o vínculo da solidariedade de parentesco, fortalecendo a unidade do bairro e desenvolvendo sua consciência própria.

Müller (1951) tem uma definição muito próxima à de Cândido que, segundo a noção popular, bairro designa todo e qualquer conjunto de casas suficientemente próximas para que se estabeleçam contatos sociais entre seus moradores. Trata-se de uma célula de comunidade social, onde existem certos tipos de relações de parentesco ou de vizinhança, reforçado freqüentemente pela existência de um estabelecimento comercial (localmente conhecido como venda), uma capela ou escola, e cujo raio de ação marca os próprios limites do bairro.

Os estudos desses dois autores retratam como sendo fundamental para a existência dos bairros rurais as relações sociais e as relações de trabalho existentes entre seus habitantes.

A relação entre as pessoas moradoras dos bairros, principalmente entre vizinhos de sítio, era permeada por um sentimento de cordialidade, de solidariedade. Principalmente nos tempos anteriores a chegada da energia elétrica, estes sentimentos eram ainda mais fortes. Um bom exemplo disso poderia ser verificado no costume adotado pelos moradores quando do abatimento de uma cabeça de gado ou de um “capado” (porco). Nesta ocasião o dono do animal sempre oferecia uma parte da carne ao seu vizinho que, numa próxima oportunidade retribuía-lhe o favor.

⁵⁵ Os próprios nomes dos bairros indicam até certo ponto sua origem ou formação. Especificamente no distrito de Lerroville, citamos alguns exemplos. Temos o bairro dos Nogueiras e dos Caetanos, que foram as primeiras famílias a constituírem posses nestes locais e batizarem com seus sobrenomes os bairros; Bairro 103, que representa o quilômetro da PR que corta o bairro; alguns ostentam nomes derivados de acidentes geográficos, como o Bairro Apucarantina (rio); nome da etnia predominante, como o Bairro dos Italianos; nome de santo, sob cuja invocação foi construída a capela, tal como Fazenda São Paulo. Os nomes dos bairros específicos que estamos estudando, Laranja Azeda e Limeira terão sua origem explicada posteriormente.

Nos bairros rurais é mais fácil identificar outras formas de cooperação que são recorrentes entre seus moradores. Paulino (2006, p. 378), que realizou estudos nos municípios da região de Londrina, cita as trocas desenvolvidas pelos moradores de áreas rurais como sendo uma importante prática de reprodução social. Assim se manifesta a autora:

O bairro rural é o espaço de trocas por excelência. Ali se trocam experiências e conhecimentos visando a potencialização dos recursos disponíveis. Trocam-se mudas e sementes. Trocam-se ovos e emprestam-se galos para melhorar galinheiros que estão “refinando”. Empréstam-se os melhores cachacos para a fertilização das fêmeas. Empréstam-se e trocam-se touros para evitar problemas genéticos no rebanho. Enfim, a unidade do bairro rural está justamente calcada em inúmeras práticas de ajuda mútua.

As trocas de experiências e de conhecimentos entre os moradores dos bairros rurais ligados ao café assumem uma importância ainda maior. Um bom exemplo disso nos foi relatado por um sitiante que resolveu plantar uma variedade de café que ainda estava em fase de testes pelo Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR. Os resultados obtidos foram tão satisfatórios que o sitiante fez questão de doar algumas mudas que ele havia produzido e ainda deixou que os sítiantes vizinhos fizessem a colheita seletiva dos melhores frutos, ainda cereja, para que pudessem produzir suas próprias mudas.

Queiroz (1973) é outra autora que apresenta importantes estudos a respeito dos bairros rurais. Nestes estudos desenvolvem-se comparações ou, segundo a autora, faz-se a verificação das “dissemelhanças” de bairros localizados em áreas mais ruralizadas, onde os camponeses desenvolvem a agricultura de subsistência e os bairros rurais modernos, situados em áreas mais urbanizadas do estado de São Paulo, onde os agricultores desenvolvem suas atividades de maneira comercial.

Por ter escolhido o método da comparação, ou dissemelhanças entre os bairros, a autora incorporou mais um fator para analisá-los: o aspecto econômico, pois, até então, os principais fatores eram as relações sociais e as relações de trabalho imperantes entre os moradores dos bairros rurais.

Queiroz (1973, p. 49) define bairro rural da seguinte maneira:

Bairro rural é aquele cujos membros, estando à frente de empreendimentos rurais de que guardam responsabilidade (mesmo quando não conservam a totalidade da colheita), desenvolvem entre si relações de trabalho expressas na ajuda mútua, e conservam relações de vizinhança que concretizam na participação, em nível igualitário, das atividades quotidianas e festivas do grupo de localidade.

Na definição da autora aparecem dois elementos muito importantes na socialização das pessoas que compõem um bairro rural: a participação e as atividades

festivas. Era por meio da participação nos momentos de reunião que se podia medir a extensão, ou seja, até onde se estende espacial e socialmente os limites do bairro, uma vez que as habitações dos sítiantes que compõem um bairro se encontram dispersas. A participação também se torna necessária quando os moradores se unem para cobrar do poder público local, geralmente o prefeito municipal, melhorias para o bairro. Se no passado as reivindicações diziam respeito às melhorias nas condições das estradas rurais que atendem ao bairro, mais recentemente seus moradores passaram a reivindicar melhorias também em relação à assistência médica e à educação.

As atividades festivas eram e, ainda são, o momento de reunir todas as pessoas do bairro e também de outros bairros vizinhos, além de parentes e amigos que em algum momento moraram no bairro, para comemorar, principalmente, a data do santo padroeiro da capela existente no local.

Os bairros rurais estudados constituem outro modelo, tendo em vista que não foram fundados por famílias patriarcas que chegaram a determinada localidade, pois tiveram na iniciativa privada de venda de lotes a constituição dos sítios que os compõem.

O que propiciou o surgimento dos bairros rurais foi a “necessidade” de vender uma parte das terras da maior fazenda de Londrina no início da década de 1960. O empreendimento conhecido como Loteamento da 2ª Gleba foi colocado em prática pelo seu proprietário.

Nesse caso, um conjunto de sítios compôs o bairro, com limites geográficos estabelecidos pela quantidade de terras colocadas à venda pelo proprietário.

Segundo Corrêa (1991, p 31), seu proprietário orgulha-se de “ter realizado no Sul do município de Londrina uma verdadeira reforma agrária particular”. O interessante é que este mesmo sentimento é percebido no livro comemorativo ao Cinquentenário da CMNP (1975, p.146), quando cita que a colonização colocada em prática pela Companhia é um “exemplo pioneiro de reforma agrária”.

Guardadas as devidas proporções, tanto um como outro projeto podem ser compreendidos como uma forma capitalista de acesso a terra, uma vez que seus adquirentes tiveram que pagar para ter acesso à mesma. Estes projetos não podem ser comparados à reforma agrária, na qual as pessoas têm acesso a terra pelas mãos do Estado para torná-las produtivas, sem terem que pagar por ela.

Essa comparação apenas seria equivalente ao projeto de reforma agrária de mercado colocado em prática durante o governo FHC (1995 – 1998 e 1999 – 2002), que

ficou conhecido como Banco da Terra e também foi adotado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006 e 2007 – 2010). Nele, as pessoas se organizam, procuram uma área que esteja à venda e propõem sua compra ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

A data em que o fazendeiro resolve colocar à venda uma parte de suas terras para a realização de loteamentos é, por si só, um momento ímpar na história da vida política e social brasileira. O motivo que o levou a se desfazer de parte de suas terras como a oportunidade de promover o desenvolvimento populacional por meio da venda “às centenas de adquirentes de pequenos lotes agrícolas vendidos a preços módicos, a longo prazo e sem correção monetária, com sacrifício da maior parte do patrimônio imobiliário daquele loteante” (CORRÊA, 1991, p. 31). No entanto, o verdadeiro motivo segundo nos foi narrado por uma pessoa que fez negócios diretamente com o fazendeiro e que ainda mora no bairro Laranja Azeda foram outros.

O senhor F. O. (88 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda) nos relatou o seguinte:

Teve um problema aí que eu escutei, quando um advogado tava lá, eu escutei a conversa. Era o chefe do INCRA, chefão que disse: aí vamo fazer o seguinte, eu vim avisar o Sr., venda as terras, de 20 para baixo pra turma, senão vender até tal tempo a turma vai tomar a terra do Sr.. E aí o Dr. Gilberto pegou e vendeu esta gleba aqui. Ah, num aturou quinze dias não tinha lote mais, vendeu tudo.

O depoimento é bastante revelador, ainda mais se levarmos em consideração a tensão que existia por esta época no campo brasileiro. Tomando por base as declarações do informante, podemos desconstruir toda a oratória do fazendeiro que relata ter vendido as terras procurando promover o desenvolvimento populacional. Percebe-se que a venda ocorreu como tentativa de minimizar os prejuízos que o fazendeiro poderia ter caso tivesse suas terras ocupadas ou mesmo desapropriadas para fins de reforma agrária. Como as terras eram de boa qualidade, se uma pequena parte fosse ocupada pela *turma*, poderia se desencadear um movimento para obter toda sua propriedade, pois, gente é o que não faltava na área rural naquela época, uma vez que a região tinha muito café plantado e, além disso, segundo Morais (2002, p. 55), havia “A Liga de Tamarana (Paraná) com 5 mil filiados”.

Naquela época havia a organização em torno das Ligas Camponesas em Tamarana, mas como o café estava em plena produção na região e empregava muita gente não é difícil compreender porque muitos preferiam trabalhar. Apenas tinham se

cadastrado como possíveis beneficiários caso viesse a ocorrer a desapropriação de alguma área para fins de reforma agrária, fato este que foi desarticulado com a tomada do poder pelos militares no ano de 1964.

Outro problema que fica evidenciado no depoimento é o poder que os grandes proprietários exerciam e exercem até os dias de hoje em muitas áreas do setor público. Este poder chega ao ponto do “chefe do INCRA”, conforme o depoimento, ir até o dono da terra, ou seu representante, para avisá-lo da possível desapropriação, pois suas terras estavam sendo almejadas para fins de reforma agrária.

Embora não fosse o chefe do INCRA, pois este órgão foi criado no ano de 1970, a pessoa relatada no depoimento devia ser ligada ao governo, pois tinha acesso às informações e deveria possuir um cargo de chefia, pois suas recomendações foram seguidas pelo proprietário.

Percebe-se claramente a demanda por terras que existia na época pois, segundo o relato de nosso interlocutor “em apenas quinze dias todos os lotes foram vendidos”. Fica claro também que o fazendeiro receoso, cuidou de facilitar a comercialização parcelada dos lotes para que rapidamente fossem vendidos, assim como o foram. Dessa forma, foi passada a impressão que o mesmo estava dando sua contribuição para apaziguar os ânimos dos mais exaltados no campo brasileiro, em especial em Londrina.

Tanto isso é verdade que, após a tomada do poder pelos militares, estes passaram a reprimir violentamente os movimentos que lutavam para conseguir colocar em prática a reforma agrária. Assim, apenas mais uma parte das terras do fazendeiro foi vendida para dois fazendeiros na década de 1980. Também o foram porque eram as terras mais ao sul da fazenda e, por uma questão de manejo, pois elas estavam separadas das terras contínuas da fazenda pela estrada do Apucarantina.

De acordo com a visão do proprietário, residente em São Paulo, e que apenas visitava esporadicamente sua fazenda no Paraná:

Os lotes foram entregues com suas matas virgens conservadas como a natureza fez e com suas madeiras de lei ainda intactas, de tal modo que esses colonos somente com o produto dessas madeiras de lei podiam custear com folga suas derrubadas, o preparo de terras e, sobretudo as plantações de seus cafezais (CORRÊIA), 1991, p. 31).

Embora os lotes ainda estivessem com sua cobertura natural, muitas das árvores maiores já haviam sido retiradas, principalmente aquelas que se encontravam em locais mais acessíveis da gleba. Isso pode ser percebido no depoimento de uma das primeiras

peessoas que tomaram posse de seu lote. Ele descreve como era o lote que havia adquirido, assim dizendo:

A madeira boa eles tiraram. Só tiraram com um metro, com 50, 60 e 70 cm que era galho eles deixaram tudo, aí nós aproveitamos. Quando eu entrei aqui eu fiz um rancho ali em baixo. Um rapaz que veio tirar a madeira ficou ali em cima. Eu tive que emprestar uma espingarda porque a onça não deixava ele dormir. Levou a espingarda pra dá tiro de noite pra recua as onças. Só tinha aberto o Ivo Leão, lá em baixo. O resto era só peroba, palmito e taquara, era tudo mato. (...) Tinha uma peroba lá que tinha ficado porque era ocada. Eu derrubei, deu essa casa aí (Sr. F. O, 88 anos, morador do bairro Laranja Azeda).

Um sitiante do bairro Laranja Azeda, que possui sua propriedade localizada às margens da Estrada do Apucarantina, nos relatou que “a cabeceira de seu sítio era usada para esplanar⁵⁶ as toras tiradas dos sítios aí pra baixo” (Senhor O. P. S. 68 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda). No entanto, mesmo com a retirada de algumas espécies por parte do fazendeiro, ainda ficaram muitas árvores de grande porte, de valor comercial. Tanto isto foi verdade que em uma das propriedades do bairro Limeira, funcionou de 1963 a 1984 uma serraria que durante todo este período beneficiou a madeira existente nos bairros, bem como da área em seu entorno.

Foi a rápida comercialização dos lotes e a efetiva ocupação dos mesmos que propiciou o surgimento dos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira. O nome que foi dado ao primeiro bairro se deve à existência de muitos pés de laranja azeda num dos primeiros lotes, partindo da estrada principal. O mesmo aconteceu com o bairro da Limeira, já que havia nestes lotes muitos “pés de lima”, uma espécie de laranja nativa. Daí a origem dos nomes dos bairros, bem como também de duas nascentes que recebem o nome de Água da Laranja Azeda e Água da Limeira.

A hipótese da existência destas duas espécies de frutas cítricas no local pode ser explicada por dois motivos: primeiro, pelo fato dos bairros rurais estarem situados não muito distantes (menos de 20 Km) da Reserva Indígena do Apucarantina, podendo os índios terem plantado as sementes para que os frutos lhes servissem de alimento, quando de suas andanças por estas terras. A segunda, mais provável, deve-se ao fato dos antigos safristas já terem vivido na área, como nos relatou um sitiante (Senhor C. J. S. 67 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda) que, quando chegou para tomar posse do lote adquirido, encontrou a área próxima ao riacho já com capoeira e com sinais de que ali havia sido morada de pessoas no passado, pois encontrou vestígios de

⁵⁶ Era o local usado para agrupar as árvores retiradas, para que desse local, pudessem ser transportadas para a serraria que iria beneficiá-las em madeiras acabadas, para serem comercializadas.

mangueirões feitos de madeira, sinais típicos da principal atividade dos safristas, a criação de suínos.

Assim como foi realizado pela CTNP no fracionamento em pequenos lotes, o modelo bem sucedido também foi colocado em prática pelo proprietário da fazenda Guairacá para lotear a gleba que originou os bairros rurais em questão. Eles foram divididos seguindo o curso dos riachos e dos vales, ou seja, apresentam-se em faixas estreitas, ficando a parte alta do sítio para a estrada e o fundo para os cursos d'água.

Quanto à localização dos bairros, o da Laranja Azeda situa-se a 5 Km do Distrito de Lerroville⁵⁷ e a 55 Km da sede do município, Londrina. Partindo da sede do Distrito de Lerroville em direção à Reserva Indígena do Apucarantina, o bairro está situado do lado esquerdo da estrada principal, que possui o mesmo nome da reserva indígena.

No entanto, apesar de estar localizado no município de Londrina, a distância em relação à sua sede, faz com que seus moradores mantenham relações econômicas principalmente com o município de Tamarana, localizado a aproximadamente 10 km dos bairros rurais. Como o distrito de Lerroville não oferece as atividades comerciais que eles necessitam, acabam realizando em Tamarana as atividades bancárias, as compras dos insumos, a venda do café, enfim, quase todas as atividades rotineiras. Apenas são buscadas na sede do distrito os serviços na área de educação e de saúde. Os problemas de saúde de maior complexidade são encaminhados para atendimento no hospital de Tamarana ou em Londrina.

Os limites do bairro da Laranja Azeda são: a oeste, a linha divisória que corta longitudinalmente a região, criada quando da divisão dos lotes; ao sul, a Estrada do Apucarantina; ao norte, limita-se com uma estrada secundária, que o separa de outro bairro rural denominado Nogueiras, passando em seguida a ter como divisor um pequeno riacho que deságua no ribeirão Água da Laranja Azeda; a leste, seu limite é o córrego que também dá nome ao bairro, o Córrego Laranja Azeda, conforme pode ser observado no mapa 6. O bairro é cortado por estradas no sentido sul-norte que, partindo da estrada do Apucarantina, dão acesso ao Distrito de Lerroville. As estradas principais são a Estrada da Laranja Azeda, que possui o mesmo nome do bairro e a Estrada do Cachorro Morto, que dá acesso aos moradores do bairro da Limeira.

⁵⁷ Lerroville se tornou distrito de Londrina pela Lei n° 4.783 de 29 de novembro de 1963, ano de muitos incêndios na zona rural do Paraná, os quais também atingiram este distrito, ocasionando grandes desmatamentos e propiciando a intensificação do plantio de café (PERFIL DE LONDRINA, 2000, p.36).

Até o ano de 2002 havia uma escola rural isolada que oferecia ensino de 1^a a 4^a série, localizada em uma das propriedades do bairro rural, mas, devido à nucleação das escolas rurais na sede do Distrito de Lerroville, a escola foi desativada e desmanchada. Atualmente os alunos são transportados diariamente por ônibus que os conduzem até as escolas de ensino fundamental e médio localizadas na sede do distrito.

A sede da Cooperativa Agroindustrial Solidária de Lerroville (COASOL), que começou a ser construída no ano de 2006 e ainda não foi terminada, encontra-se situada no bairro Laranja Azeda, no lote número 48, constante no mapa 6.

Por estarem os bairros rurais pesquisados localizados um ao lado do outro, o da Limeira situa-se a 8 Km do Distrito de Lerroville e, conseqüentemente, a 58 Km da sede do município de Londrina. A oeste seu limite é o Córrego Laranja Azeda; ao sul limita-se com a Estrada do Apucarantina; ao norte, seu limite é o Córrego da Água da Limeira. Depois segue uma linha que serviu para demarcar o limite entre as pequenas propriedades e as terras pertencentes à fazenda que originou o bairro rural; e, a leste, seu limite é o Córrego da Água da Pininga.

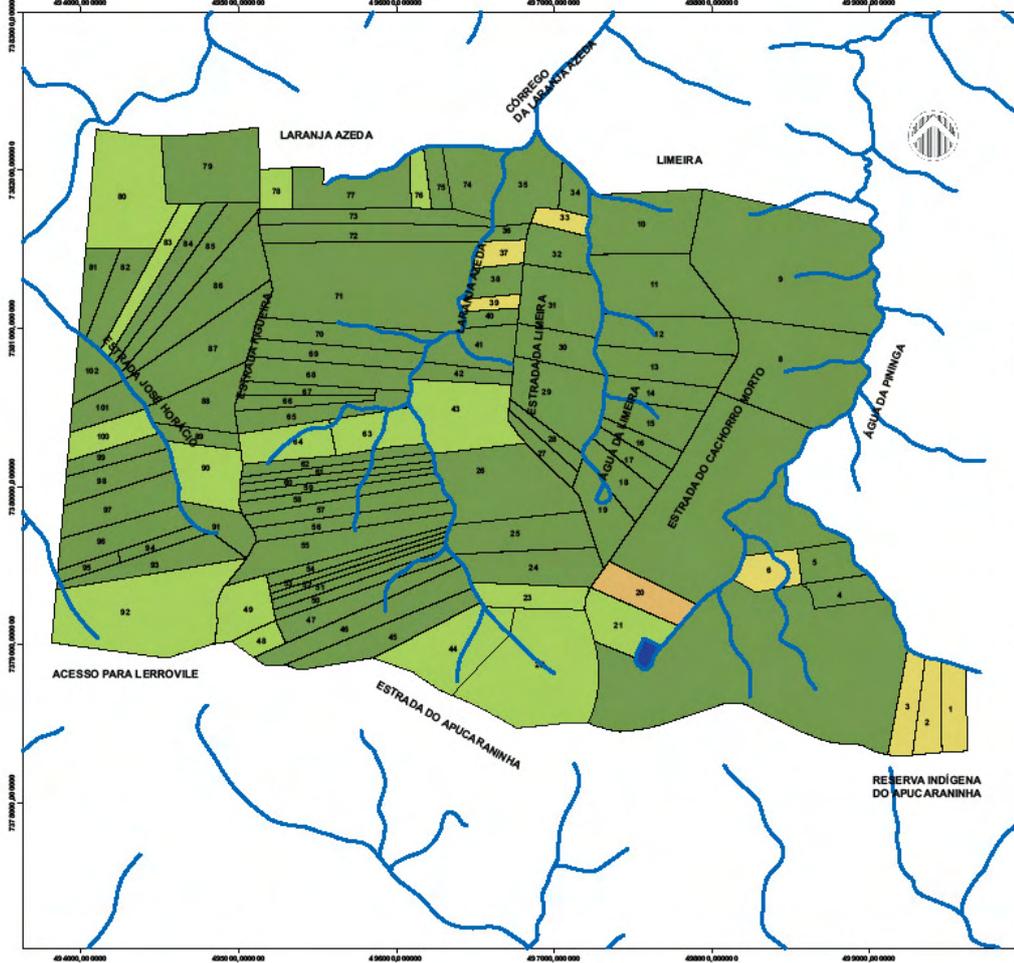
No bairro da Limeira também havia uma escola rural isolada que foi desativada no ano de 2002. Há ainda uma igreja católica, bem como um salão de festas que também serve de local para as reuniões que acontecem entre os sitiantes.

Há duas estradas que, partindo da Estrada do Apucarantina, cortam o bairro no sentido sul-norte. Uma delas faz ligação com outra estrada do Bairro Laranja Azeda e, a outra, tida como principal, termina na sede de uma fazenda, já fora dos limites do Bairro da Limeira.

Fato interessante que nos chamou a atenção foi a realidade espacial encontrada nos bairros rurais, que podemos denominar de “mutação espacial”, ocorrida em pouco mais de vinte anos. Para que fôssemos a campo, utilizamos como ferramenta para localizar as propriedades a serem visitadas um mapa do município de Londrina, que continha todas as propriedades rurais no início da década de 1980.

Segundo este mapa, o Bairro da Laranja Azeda estava constituído de 47 propriedades e o da Limeira de 76. Ao irmos a campo, encontramos uma realidade bem diferente. No bairro da Laranja Azeda, verificamos que as propriedades foram divididas por herança, pois encontramos 59 propriedades; já no da Limeira, ocorreu uma concentração fundiária, pois encontramos um número menor de propriedades, ou seja, 43.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS LOTES NOS BAIROS RURAIS LARANJA AZEDA E LIMEIRA, NO DISTRITO DE LERROVILLE EM LONDRINA - PR.



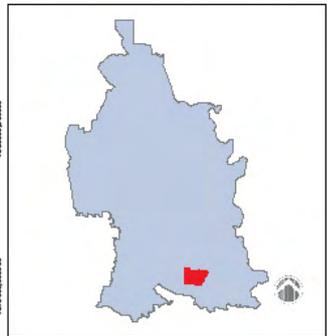
MAPA - 06

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS LOTES NOS BAIROS RURAIS LARANJA AZEDA E LIMEIRA, NO DISTRITO DE LERROVILLE LONDRINA - PR.

Legenda

- café
- caqui
- lago
- lavoura
- pasto

Escala:



Organizador:
Ederval Eversom Batista

Orientador:
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol

Fonte:
Organizado por Ederval Eversom Batista com base em trabalho de campo (julho e agosto de 2009)

Revisão Gráfica:
Rosângela T. Hespagnol

Boletim: 06

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO" Campus de Presidente Prudente

Com o propósito de caracterizar os bairros rurais e as pessoas que lá habitam, mostraremos, no próximo item, como está constituída a organização sócio-espacial dos bairros e o perfil econômico de seus moradores.

2.7 - A organização sócio-espacial dos bairros rurais e o perfil econômico dos sitiantes produtores de café.

Passado o período da colheita, mudanças ocorrem, principalmente em relação à população residente. Uma vez terminado o contrato dos parceiros e, dependendo do preço do café e do estado em que se encontram os cafeeiros, é comum os parceiros e suas famílias buscarem outra propriedade ou até mesmo abandonarem de vez a cafeicultura. Este fato é evidenciado na fala de um sitiante, residente no bairro da Limeira, que nos relatou que: “A cada final de safra ocorre a saída de muitas famílias que trabalhavam como parceiras e também dos proprietários, pois muitos acabam indo embora, principalmente quando um dos filhos já consegue arrumar um emprego na cidade” (Senhor O. K. T. 42 anos, proprietário e parceiro no bairro da Limeira).

Mudanças também ocorrem na forma de uso e ocupação do solo, dependendo dos preços dos produtos cultivados pelos sitiantes. Percebe-se claramente que nem o tempo e nem tão pouco o espaço são estáticos e que mudanças ocorrem com frequência, por isso destacamos que a pesquisa retratou as condições encontradas em um determinado espaço, num determinado período de tempo.

Em relação à organização sócio-espacial encontrada nos bairros rurais, detectamos a presença de 102 propriedades, das quais 78 são produtoras de café, estando localizadas 46 no bairro da Laranja Azeda e 32 no bairro da Limeira.

As 78 propriedades produtoras de café são conduzidas por 87 famílias, com maior destaque para os proprietários que nelas residem e também os parceiros, conforme pode ser observado da tabela 7.

Das 78 propriedades em que o café se faz presente, em 74 as lavouras já se encontram em produção. Nas outras quatro, em dois casos a plantação tinha ocorrido no ano de 2008 e em outros dois casos no ano de 2007.

A produção obtida em todas as propriedades para o ano agrícola de 2007/2008 foi de 31.587 sacas de café em coco, segundo informações coletadas durante a realização do trabalho de campo. O maior produtor do ano agrícola 2007/2008 é o que

também possui o maior número de pés de café plantados: 173.000, com um total de 123.000 pés de café em produção, obteve 3.300 sacas do produto.

Tabela 7 – Condição e local de residência dos cafeicultores pesquisados nos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira

Informantes	Quantidade	(%) em relação ao total de informantes
Proprietários que residem nos lotes	36	41,38
Proprietários que não residem nos lotes	09	10,34
Parceiros que residem nos lotes	36	41,38
Parceiros que não residem nos lotes	04	4,60
Outros (moradores e assalariados)	02	2,30
Total	87	100,00

Fonte: Pesquisa *in loco* realizada nos meses de julho e agosto de 2008.

A pesquisa identificou que o número de proprietários e de parceiros que residem nos lotes é igual, ou seja, 36 cada. Os proprietários que não residem nos lotes são nove, mas eles se deslocam todos os dias para suas propriedades. Nestes casos, os proprietários possuem parceiros para auxiliá-los na condução dos trabalhos ou o café ainda não está em fase de produção. Identificamos também três parceiros que não residem nos lotes, mas que tocam quatro propriedades. Um mora na sede do distrito de Lerroville e tem sob sua responsabilidade duas propriedades em que é parceiro. Outro mora na vila rural Santa Izabel, construída próximo à sede do distrito de Lerroville e se desloca todos os dias para a propriedade de seu irmão, onde trabalha como parceiro. No último caso, o parceiro reside em um sítio no próprio bairro, que não possui café plantado.

Nos outros dois casos citados, por não encontrarmos o proprietário do sítio que reside na cidade de Londrina, conversamos, em um caso, com um dos seus funcionários assalariados e, em outro, com a pessoa que apenas residia na propriedade, sem possuir vínculo com o proprietário.

Os dados da tabela 8 evidenciam que 48,65% do café colhido na safra de 2007/2008 encontra-se abaixo de 200 sacas por propriedade. Apenas dois cafeicultores colheram o equivalente a 20% de toda a produção obtida nos dois bairros rurais, 31.587 sacas. Um desses cafeicultores, parceiro, obteve o resultado de 3.000 sacas de café em

coco numa área de 21,78 ha, cultivados com café da variedade Mundo Novo, no velho sistema 4m×4m, possuindo 18.000 pés de café plantados.

Tabela 8 – Produção de café obtida no ano agrícola de 2007/2008 nas propriedades pesquisadas

Sacas de café em coco	Números de cafeicultores
01 a 50	05
51 a 100	13
101 a 200	18
201 a 300	11
301 a 500	13
501 a 1000	05
1001 a 2000	07
2000 a 3000	01
+ de 3000	01
Total	74

Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de julho e agosto de 2008.

Se para o ano de 2008 os cafeicultores estavam conseguindo vender seu produto ao preço de no máximo R\$ 230,00 a saca beneficiado e, se vão em média três sacas de café em coco para resultar em uma de café beneficiado, aproximadamente a metade dos cafeicultores conseguiram obter uma renda bruta com a venda do café de aproximadamente R\$ 15.000,00. No caso dos parceiros, que na maioria dos contratos fica com 40% da produção, os que se enquadraram nesta faixa de produção, 200 sacas, conseguiram obter aproximadamente R\$ 6.000,00 de renda bruta com a venda do café. Esses dados evidenciam o difícil momento pelo qual os cafeicultores estão passando, pois o valor que recebem pelas sacas de café é o mesmo de uma década atrás.

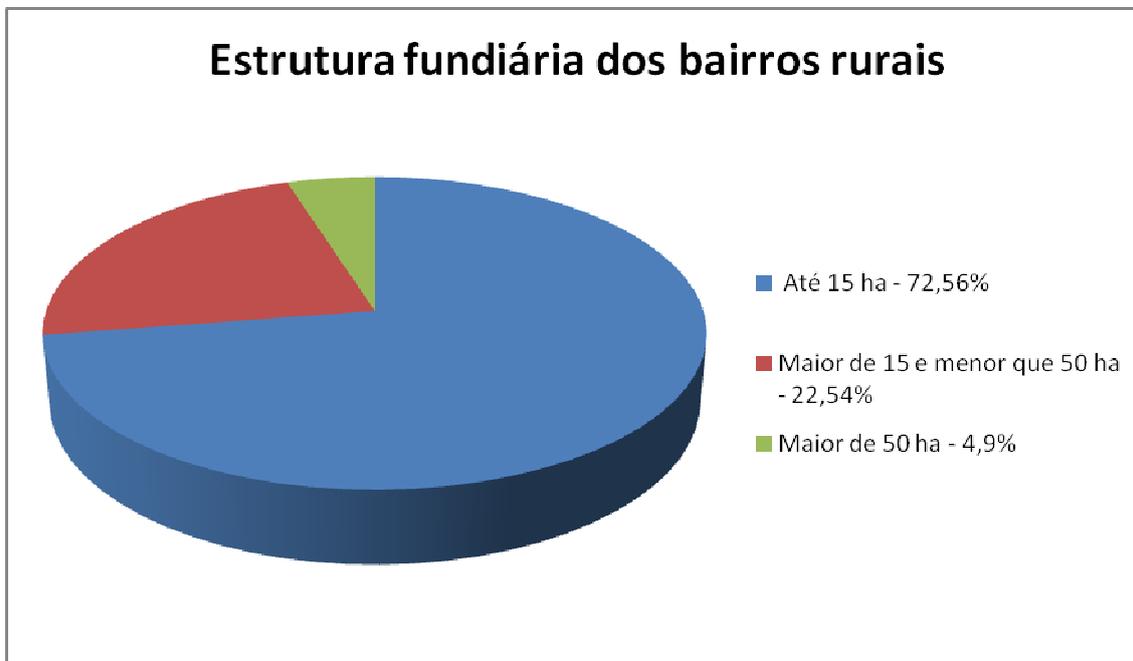
Nas propriedades que não possuem café plantado, em número de 24, em apenas três os proprietários nelas residiam. Neste caso, apenas conversamos com os mesmos para identificar as pessoas moradoras na propriedade bem como a área da mesma. Em outras duas propriedades encontramos famílias que ali residem sem manterem nenhum vínculo empregatício com seus proprietários, pois apenas faziam uso das casas que ainda existiam nestas propriedades e trabalhavam como assalariados temporários para

os cafeicultores dos bairros. Nas demais propriedades (19), as informações para identificá-las foram buscadas com os vizinhos.

A área dos dois bairros rurais perfaz um total de 1.704,89 ha, sendo que a proporção de terras entre os bairros é quase que igualitária. O bairro da Limeira apresenta-se um pouco maior, ocupando 53,23%, ou 907,50 ha; O bairro da Laranja Azeda representa 46,77% das terras, ou 797,39 ha.

A estrutura fundiária das propriedades pesquisadas está compreendida entre 3,63 e 254,10 hectares. Das propriedades levantadas neste estudo, 72,56%, o que totaliza 74 propriedades, possuem área menor que 15 ha, por isso foram caracterizadas, pelas especificidades da cultura cafeeira, como pequenas propriedades rurais. Outras 23 propriedades, que representam 22,54%, possuem área compreendida entre 15 e 50 ha, sendo consideradas como médias propriedades; e 4,9% ou cinco propriedades, possuem área maior que 50 ha, que consideramos como grande propriedades, o que pode ser melhor visualizado por meio do gráfico 2.

GRÁFICO 2: Estrutura fundiária encontrada nos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira.



Fonte: Pesquisa realizada nos meses de julho e agosto de 2008.

Embora os bairros tenham sido loteados com base na pequena propriedade rural, atualmente existem propriedades maiores, que destoam das demais, pois houve a comercialização de vários lotes que levou à concentração fundiária.

Levando em consideração somente as propriedades produtoras de café, que representam 76,48% do total, as áreas cultivadas encontram-se divididas em cafeicultura, pastagens, e em outras culturas, como o feijão e o milho, além da reserva legal, conforme pode ser observado na tabela 9.

Das propriedades que cultivam o café, esta cultura ocupa quase metade da área (46,19%). Este fato é comum nos dois bairros rurais. As variedades mais plantadas são Mundo Novo, Iapar e Catuaí.

Tabela 9 - Uso do solo dos estabelecimentos produtores de café nos bairros rurais da Limeira e da Laranja Azeda no ano de 2008, em hectares

Uso do solo	Limeira		Laranja Azeda		Total	
	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Cafeicultura	348,48	46,23	273,46	46,13	621,94	46,19
Pastagem	296,45	39,32	67,74	11,43	364,19	27,04
Culturas	61,71	8,19	217,19	36,63	278,90	20,71
Reserva legal	47,18	6,26	34,47	5,81	81,65	6,06
Total	753,83	100,00	592,90	100,00	1346,73	100,00

Fonte: Pesquisa *in loco* realizada nos meses de julho e agosto de 2008

A quantidade de cafeeiros existentes nos sítios atinge mais de um milhão de pés (1.020.680). Deste total, 832.600 (81,57%) estão em produção e 188.080 (18,43%) ainda não estão produzindo. O sítio que possui a menor quantidade de pés de café plantados possui apenas 1.400; já o maior possui 173.200 pés, se bem que nem todos em produção.

A pastagem, que no geral aparece em segundo lugar na ocupação das terras, com 27,04%, é predominante no bairro da Limeira. Essa ordem se inverte nas terras destinadas pelos cafeicultores à utilização com outras culturas, que no bairro do Laranja Azeda chega a 36,63% da área. Do total, as áreas destinadas a outras culturas ocupam 20,71% das terras. Ocupando apenas 6,06% aparecem as áreas destinadas às reservas legais, sinal de que a grande maioria dos sítios terá problemas com os órgãos ambientais caso ocorram fiscalização mais intensa.

O fato de no bairro da Limeira a pastagem ocupar uma área quase que proporcional à cafeicultura se explica por se encontrar neste local a maior propriedade rural encontrada na área de estudo, com 254,10 ha, dos quais, 152,46 ha são ocupados

com pastagem. Soma-se a isso, outras duas propriedades, uma de 50,82 ha, e outra de 87,12 ha, dos quais 26,62 e 58,02 ha, respectivamente, também encontram-se ocupados com pastagem.

No bairro da Limeira, estas três propriedades destoam das demais pelo seu tamanho. No entanto, essas propriedades diversificam a produção, tendo na pecuária outra importante fonte de renda, embora as terras apresentem condições de mecanização.

Já no bairro da Laranja Azeda, a ocupação do solo com culturas mecanizadas, principalmente a soja e o milho, aparece em segundo lugar. Dos três maiores proprietários, um com área total de 55,66 ha, mantém 45,98 ha das terras mecanizadas, estando estas arrendadas para outra pessoa que cultiva soja.

Em outro caso semelhante, um proprietário de 32,67 ha arrendou 16,94 ha de suas terras para que outra pessoa as cultive. Em apenas um caso, o proprietário de 45,98 ha, cultiva 41,14 ha com equipamentos próprios. Isso ajuda a compreender por que as realidades encontradas nos bairros rurais são diferentes.

No tocante aos demais produtos que os sítiantes também cultivam em suas terras, o feijão é plantado em 52 propriedades ou 66,66% das mesmas. O feijão, além de fazer parte da alimentação das pessoas, também pode ser levado ao mercado caso haja sobra, fato que geralmente ocorre.

O milho é produzido em 37 propriedades, ou seja, 47,43% do total. Sua importância evidencia-se no “consumo intermediário”, para servir de alimentação para os animais que, além de contribuírem como fonte de proteínas para a dieta familiar, também podem ser levados ao mercado, constituindo uma fonte de renda em épocas de entressafra do café, mas no caso do milho, isso dificilmente ocorre.

Já o arroz, que foi plantado em apenas oito propriedades, ou seja, 10,25% do total. A dificuldade em se produzir este produto, que necessita de áreas úmidas, faz com que o mesmo seja plantado em poucas e pequenas áreas.

Encontramos sete proprietários que possuem duas propriedades nos bairros rurais e, em um caso, um proprietário que possui três pequenas propriedades. Neste caso, a área das três propriedades somadas perfaz um total de 24,20 ha.

No que diz respeito às famílias que residem nos bairros rurais, estando aí inseridas as que também não possuem café plantado, estas perfazem um total de 110. Os proprietários representam 37,28% deste total (41 famílias), seguidos pelos parceiros que somam 32,72% (36 famílias), totalizando 77 famílias. Outras 14 famílias, ou 12,72%

do total são constituídas por filhos dos proprietários ou dos parceiros, que residem nas propriedades juntamente com seus pais. Estes, no caso de serem filhos de proprietários de terras, ao se casarem, resolveram ficar morando na propriedade juntamente com seus pais, ajudando-os com a “lida” no cafezal, recebendo uma parte do café que, dependendo da situação financeira dos pais, pode representar até 50% da produção.

Encontramos ainda nos bairros rurais 12 famílias de trabalhadores assalariados que representam 10,91% do total. Estes se encontram empregados nas maiores propriedades, cujos proprietários residem em Londrina e, pelo fato de precisarem de pessoas para conduzirem o processo produtivo, acabam contratando trabalhadores com registro em carteira.

Foram encontradas também algumas famílias que não se encaixam em nenhuma das condições descritas anteriormente e que foram por nós intituladas de “moradores”. Estas representam 6,37% do total, ou seja, sete (7) famílias. Estas residem nas casas que existem nas propriedades, mas não mantêm nenhum vínculo com seus proprietários, podendo ou não trabalhar na propriedade caso a mesma seja produtora de café.

Os membros destas famílias somam 396 pessoas, totalizando uma média de 3,56 pessoas por família. As do sexo masculino representam 52,26% do total e do sexo feminino 47,74%.

Encontramos nos bairros rurais um número expressivo de proprietários de outras nacionalidades ou seus descendentes. Assim, 15 proprietários são de origem japonesa, sendo que três vieram do Japão e os demais já nasceram no Brasil; um espanhol; e, um português. No entanto, destas 17 propriedades, somente em cinco casos os proprietários nelas residem, constituindo-se nos moradores mais antigos dos bairros pesquisados.

As características da população residente nos bairros rurais pesquisados ficam mais evidentes quando se analisa a faixa etária, constante na tabela 10.

A tabela foi dividida em grupos de idades que representam a infância (até 12 anos), a adolescência (de 13 a 18 anos), os adultos (de 19 a 54) e, por ser a idade na qual as mulheres conseguem se aposentar na agricultura de 55 anos, consideramos a população acima desta idade como idosa.

A população em mais tenra idade representa 17,43% do total. Nesta faixa etária a população feminina é maior que a masculina. Foi constatado durante a pesquisa de campo que as famílias no espaço rural também estão menores tendo em vista o número de filhos, rompendo com uma tradição antiga que tornou as famílias rurais conhecidas por possuírem muitos filhos.

Os jovens, ainda adolescentes (13 a 18 anos) representam o menor grupo de pessoas. No entanto, encontramos muitos jovens nessa faixa etária já casados e com filhos, residindo na propriedade juntamente com seus pais. Dentre os solteiros, impera uma vontade quase que unânime de completar a maioridade para poderem sair da casa dos pais, buscando emprego na cidade. Nesta faixa etária, a quantidade de homens e mulheres se equivalem, somando 63 indivíduos.

Tabela 10 - População dos bairros rurais pesquisados, segundo o sexo e a faixa etária

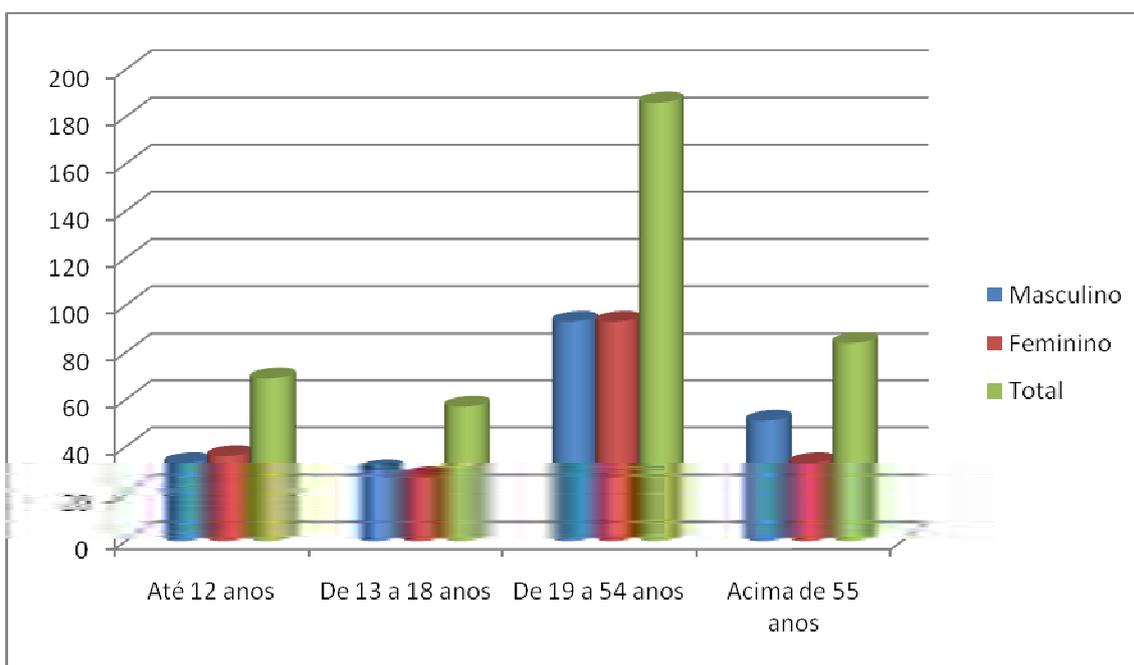
Faixa Etária	Masculino	%	Feminino	%	Total	Total (%)
0 → 1	-	-	04	1,01	04	1,01
1 → 2	06	1,51	07	1,77	13	3,28
3 → 4	03	0,76	04	1,01	07	1,77
5 → 6	05	1,26	07	1,77	12	3,03
7 → 8	09	2,27	01	0,26	10	2,53
9 → 10	05	1,26	07	1,77	12	3,03
11 → 12	05	1,26	06	1,51	11	2,78
Total 1	33	8,32	36	9,10	69	17,43
13 → 14	08	2,02	09	2,27	17	4,29
15 → 16	11	2,78	07	1,77	18	4,54
17 → 18	11	2,78	11	2,78	22	5,56
Total 2	30	7,58	27	6,82	57	14,39
19 → 20	06	1,51	05	1,26	11	2,78
21 → 24	11	2,78	11	2,78	22	5,56
25 → 29	22	5,55	19	4,80	41	10,35
30 → 34	11	2,78	07	1,77	18	4,54
35 → 39	06	1,51	10	2,53	16	4,04
40 → 44	12	3,03	11	2,78	23	5,81
45 → 49	10	2,53	16	4,04	26	6,57
50 → 54	15	3,79	14	3,53	29	7,32
Total 3	93	31,84	93	36,34	186	46,97
55 → 59	14	3,54	17	4,29	31	7,83
60 → 64	13	3,28	04	1,01	17	4,29
65 → 69	13	3,28	04	1,01	17	4,29
+ 70	11	2,78	08	2,02	19	4,80
Total 4	51	12,88	33	8,33	84	21,21
Total geral	207	52,26	189	47,74	396	100

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de julho e agosto de 2008.

Como não poderia deixar de ser, o maior índice é representado pelas pessoas adultas, entre 19 e 54 anos (46,97%). Há uma equidade em relação ao gênero, pois cada grupo é composto por 93 pessoas.

As pessoas que podem ser consideradas idosas, com idade superior aos 55 anos, representam um percentual alto nos bairros rurais (21,21%), sendo que as pessoas do sexo masculino apresentam-se em maior proporção, (12,88%) e as contra, do sexo feminino, em menor número (8,33%). Esta distribuição pode ser melhor visualizada por meio do gráfico 3. As pessoas já idosas contribuem com uma importante fonte de renda fixa na manutenção do grupo doméstico, representada pelas pensões e aposentadorias que recebem.

GRÁFICO 3: Faixa etária da população dos bairros rurais no ano de 2008



Fonte: Pesquisa realizada nos meses de julho e agosto de 2008.

Com referência ao grau de escolaridade, encontramos 35 pessoas (9,43%) que se declararam analfabetas. Estas pessoas encontram-se na faixa etária das pessoas mais idosas (mais de 55 anos).

A grande maioria das pessoas que residem nos bairros rurais, ou seja, 234 (63,07%) possuem o ensino fundamental incompleto; já as que concluíram o ensino médio, 29 pessoas, representam apenas 7,82% do total.

Com base nas entrevistas realizadas e nos dados sistematizados na tabela 11 percebemos que grande parte da população (72,50%) parou de estudar sem ao menos completar o ensino fundamental. Isso se deve basicamente a dois fatores: pela jornada cansativa que o trabalho na cafeicultura exige e pela falta de transporte escolar quando terminaram as primeiras séries do antigo primário, hoje o equivalente ao ensino básico.

Apenas recentemente, há pouco mais de uma década, é que o transporte escolar obrigatório passou a fazer parte das políticas públicas. Este fato possibilitou que as pessoas, principalmente os jovens, residentes nos bairros rurais, pudessem freqüentar a escola sem terem que pagar pelo transporte. Os dois bairros rurais são servidos em cada período do dia por duas linhas de transporte escolar.

Em relação ao ensino superior, encontramos apenas três pessoas residentes nos bairros rurais pesquisados com esta formação. Duas são professoras no Ensino Fundamental na escola presente na sede do Distrito de Lerroville e o outro é um engenheiro agrônomo.

Tabela 11 - Nível de escolaridade dos moradores dos bairros rurais pesquisados

Escolaridade	Números absolutos	Números relativos
Ensino especial	01	0,27
Analfabetos	35	9,43
E.F incompleto	234	63,07
E.F completo	39	10,51
E.M incompleto	30	8,09
E.M completo	29	7,82
Superior completo	03	0,81
Total	371	100

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de julho e agosto de 2008.

No tocante às benfeitorias existentes nas propriedades, as que possuem o café plantado possuem algumas construções que as caracterizam, como as tulhas e os terreiros. É comum ainda a presença de mais de uma casa por propriedade, pois foram encontradas 100 casas de madeira e 28 de alvenaria.

Os terreiros somam 72, sendo 70 construídos no chão e dois suspensos. As tulhas, construções de fundamental importância para armazenagem do café, se fazem presentes em 69 propriedades.

Em relação aos bens duráveis que os cafeicultores dispõem (carro, moto, trator, caminhão e caminhonete), somente no caso de cinco parceiros é que estes disseram não possuir nenhum dos itens citados. A pesquisa indicou que os sítiantes e os parceiros que residem nos bairros rurais possuem: 15 tratores (três de parceiros e 12 de proprietários), quatro caminhões (todos de proprietários), 59 carros (22 de parceiros e 37 de proprietários), 22 caminhonetes (quatro de parceiros e 18 de proprietários) e 30 motos (14 de parceiros e 16 de proprietários).

Após uma breve introdução de alguns dados sobre a organização sócio-espacial dos bairros rurais pesquisados, a partir do próximo capítulo nossa análise se aprofundará nos dados obtidos nas entrevistas realizadas com os cafeicultores e suas famílias, com o objetivo de definir quem são, onde estão e como vivem os integrantes da pequena parcela de sitiantes londrinenses que ainda têm na cultura cafeeira sua principal fonte de renda, averiguando os arranjos característicos dessa atividade bem como seu processo produtivo.

3 - DE COLONOS A PROPRIETÁRIOS DE UM PEQUENO LOTE?

Na sua quase totalidade, a existência da pequena propriedade só foi “permitida” na sociedade brasileira pela elite aristocrática rural como forma de manter a grande propriedade, fosse como fornecedora de mão-de-obra e alimentos ou, em momentos de crise, principalmente com a cultura cafeeira, empregando os escassos recursos conseguidos em anos de trabalho na aquisição de uma pequena porção de terra das fazendas decadentes. Ou seja, todo o capital conseguido pelos trabalhadores, principalmente aqueles que possuíam uma grande família, acabava voltando para as mãos dos grandes proprietários de terras.

Para isso, já teriam que ter trabalhado muitos anos para um ou vários fazendeiros, aumentando desta maneira o capital dos mesmos, pois, somente com o trabalho de todos os membros da família é que conseguiam economizar e fazer uma poupança para ser investida na compra de seu próprio lote.

No capitalismo, a lógica da acumulação é desenvolvida por meio da exploração do homem pelo homem. Nesse sentido, a aristocracia rural brasileira dificultou ao máximo a vida dos imigrantes. As ações desta aristocracia não davam chance para o imigrante conseguir comprar a sua terra e ter autonomia.

Não há dúvidas de que a fragmentação do solo em pequenas propriedades engendra maior desenvolvimento econômico, que acaba refletindo na vida social do município.

As pequenas propriedades rurais, ou os sítios, acabam por agregar uma maior quantidade de habitantes nos municípios. Estas pessoas precisam se deslocar para a cidade rotineiramente a fim de vender seus produtos, bem como para adquirir aqueles que não conseguem produzir. O maior número de habitantes, resultado de uma estrutura fundiária em que há um grande percentual de pequenas propriedades, acaba atraindo o estabelecimento de diferentes atividades comerciais, colaborando com o desenvolvimento, principalmente dos pequenos municípios.

Já os municípios que possuem sua estrutura fundiária caracterizada pelo predomínio da grande propriedade são, em muitos casos, carentes de atividades no ramo comercial. Isso é explicado pela pouca quantidade de pessoas e de capital que circula pela cidade, pois os proprietários das terras geralmente escolhem as maiores cidades para residirem.

Em relação à área de estudo, encontramos poucas pessoas que vivenciaram o período da compra dos lotes. No universo de 102 propriedades rurais, apenas cinco proprietários afirmaram ter comprado o lote diretamente do escritório de vendas da

fazenda Guairacá. Estas pessoas já apresentam uma idade bastante avançada, mas foram de fundamental importância para que pudéssemos desmistificar a idéia de gratidão do fazendeiro para com seus colonos.

Encontramos ainda, em 21 propriedades, sitiantes que são os segundos proprietários. Isso deveu-se por dois motivos: primeiro, por terem adquirido o lote tão logo começou o fracionamento da gleba pesquisada, mas já de uma pessoa que o havia comprado diretamente do fazendeiro; segundo, terem os proprietários herdado a propriedade, ou uma parte da mesma, e nela permanecerem até o período atual. Estes sitiantes também nos prestaram importantes depoimentos, esclarecendo como ocorreu a aquisição dos lotes.

Nas demais 77 propriedades, por já terem ocorrido mais de duas transações de compra e venda quando da realização das entrevistas, não chegamos a fazer os questionamentos que versavam à respeito da compra do lote diretamente da fazenda Guairacá.

O empreendimento foi realizado, como todos os demais, relacionados à transação de terras. Foram empregados os princípios comerciais relacionados à compra e venda, não havendo nenhuma caridade, nem tão pouco com o objetivo de realizar, segundo Corrêa (1991, p.31) “a maior reforma agrária em nosso município”, uma vez que os colonos, ou qualquer outra pessoa que desejasse adquirir um lote, o teria que fazer mediante a compra do mesmo.

Um dos autores que relataram o processo de fracionamento na área de estudos em pequenos lotes foi Corrêa (1991). O autor afirma que “os loteamentos colocados em prática pelo maior fazendeiro nesta Gleba foram um sucesso. Sucesso não certamente para o loteador devido à inflação reinante no período (início da década de 1960), mas seguramente para os sitiantes que neles se estabeleceram” (CORRÊA 1991, p.17).

Já Santos⁵⁸ (1996), que vivenciou os fatos e acontecimentos desenrolados nessa Gleba como nenhuma outra pessoa, em matéria publicada no Jornal Folha de Londrina (15/07/1996), corrobora as informações do autor citado, dizendo que o loteamento colocado em prática “No início da década de 60, possibilitou a maior reforma agrária em nosso município”.

⁵⁸ Gilberto Santos foi o primeiro vice-prefeito de Londrina, ex-presidente da Câmara Municipal e ex-presidente da Café do Paraná. Além do que, foi a pessoa responsável pela venda dos lotes que deram origem aos bairros rurais estudados e ainda é o representante do escritório que a fazenda Guairacá mantém na cidade de Londrina. Era pessoa fundamental para o esclarecimento de muitos pontos da pesquisa, mas que se furtou a nos receber visando à realização de entrevista.

Pelas informações e depoimentos colhidos, os recursos das pessoas que conseguiram comprar um lote quando foi realizado o fracionamento de parte das terras da fazenda Guairacá, foram conseguidos por meio de uma vida de trabalho na lavoura cafeeira. Isso não significa que tenha sido nos cafezais da própria fazenda Guairacá. Foram anos de trabalho e privações que levaram algumas poucas famílias, geralmente aquelas que possuíam a maioria dos membros da família em idade que já os possibilitava ajudar na “lida” diária dos cafezais, que conseguiram comprar um pequeno lote de terras.

Citaremos três casos que denotam as diferentes possibilidades que havia para que os compradores conseguissem pagar o montante necessário para comprar o lote.

O senhor F. O. P. (88 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda) nos relatou que, em seu caso, os recursos econômicos para a primeira parcela veio da venda da propriedade que a família tinha nas proximidades de Londrina. Com a morte de seu pai, os filhos resolveram vender o sítio. Com a parte que lhe coube nesta venda, ele procurou o escritório da fazenda Guairacá e adquiriu 12,1 ha, que foram pagos de forma parcelada, com uma entrada e o restante dividido em três parcelas anuais. Esta, aliás, era a forma de venda dos lotes.

Apesar de não saber nos informar o valor pago pelo alqueire, devido a sua idade já avançada, o senhor F. O. P. (88 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda) nos relatou como conseguiu pagar o restante da dívida contraída na aquisição do lote, assim dizendo:

Eu dei a entrada com esse cento e dez (110) e no outro ano não tinha dinheiro quase. Plantei feijão e a geada matou tudo rapaz, tudo o feijão. Como o feijão já tava quase bajeando ninguém plantou. Eu falei: Seja o que Deus quiser, eu tenho fé em Deus porque eu tenho medo de dívida, passei a enxada e plantei. Ocupei dois sacos de feijão. Rapaiz, em pouco tempo ficou assim o feijão (70 cm). Me deu quase cem sacos de feijão. Vendi tudo a 50 o saco. Aí peguei aquele dinheiro e fui lá. Aí cheguei e disse: Pancho eu vim acertar tudo. Eles me mostraram um feixe assim de cartas de cobranças para o pessoal que tinha comprado e estava atrasado com as prestações.

Era somente com a produção obtida com o cultivo de cereais (milho, arroz e feijão), que os sitiantes podiam angariar recursos para quitar as prestações dos lotes, uma vez que o café, somente a partir do quarto ano de plantio é que entrava em produção. E foi na adversidade que nosso informante conseguiu obter o montante para saldar o restante do valor das suas prestações.

Percebe-se, segundo sua fala, que a adversidade, no caso a geada, foi benéfica para ele, uma vez que segundo a lei da procura e da oferta que rege o mercado, quando

há diminuição da oferta de um produto, os preços tendem a aumentar. Fica claro que o sitiante teve uma visão empreendedora, mesmo em se tratando da produção agropecuária. O mesmo não aconteceu com a grande maioria dos sítiantes que, sem produção de cereais naquele período, ficou impossibilitada de realizar o pagamento da parcela anual de seus lotes, acarretando cobrança, como descrito.

Outro informante nos relatou a forma como seu pai conseguiu adquirir um lote da fazenda. No ano de 1953, a família trabalhou em uma propriedade formando café. Após quatro anos, entregaram o café formado e juntaram todos os recursos que tinham economizado e compraram uma propriedade de 7,26 ha, nas proximidades do perímetro urbano do distrito de Lerroville. Como a localização do mesmo não era apropriada para a cultura cafeeira, por localizar-se em um fundo de vale, no ano de 1958, a família mudou-se para a fazenda Guairacá, onde foram trabalhar como colonos. No ano de 1962 venderam a sua pequena propriedade e, mais uma vez, juntaram os recursos que haviam conseguido trabalhando na fazenda e compraram um lote de 12,10 ha no Bairro Laranja Azeda.

Percebe-se que os recursos que propiciaram a compra do lote não foram integralmente conseguidos apenas com o trabalho de colono na fazenda. Embora este trabalho tivesse contribuído para tal finalidade, pode-se claramente deduzir que não se sustenta o discurso de que o trabalho na fazenda como colono, na época da colonização, era suficiente para se adquirir o próprio lote.

Outro depoimento importante e que corrobora a opinião de que apenas trabalhando como colono dificilmente alguma família conseguiria adquirir seu pequeno lote de terra nos foi relatado pelo senhor O. P. S. (68 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda).

O informante nos relatou que no ano de 1952 sua família chegou ao Paraná vinda de São Gonçalo de Sapucaia, em Minas Gerais. No ano de 1955 seu pai pegou vinte mil pés de café para formar na fazenda Guairacá, na gleba Pininga. Formado o cafezal, no ano de 1959 se mudaram para outra fazenda onde também foram trabalhar como formadores de café.

Como souberam que a fazenda estava loteando terras, seu pai, no ano de 1962, adquiriu um lote de 36,30 ha, no valor de cento e trinta Cruzeiros (130) o alqueire, dando a metade do valor como entrada e parcelando o restante em três anos. Ainda segundo o senhor O. P. S. como a família era grande, no ano de 1963 o lote já se encontrava todo aberto e, neste ano, colheram mil sacas de milho e venderam a Cr\$ 1,00

(um cruzeiro) a saca. Somente com esta safra eles conseguiram os recursos necessários para terminar de quitar o sítio.

Na opinião dos que realizaram o loteamento, o fazendeiro contribuiu com o desenvolvimento rural do município de Londrina realizando uma “reforma agrária” em suas terras, totalmente particular, privilegiando, na venda dos lotes, pessoas que estavam trabalhando como colonos para o fazendeiro.

Após a aplicação do roteiro de entrevista com os sitiantes, chegamos a duas conclusões. Primeira: o loteamento que levou à venda dos lotes somente ocorreu por causa do momento de turbulência social e política pelo qual passava o país, como já relatado anteriormente. Segunda: que a remuneração que era paga aos colonos impedia-os de adquirirem um lote de terras. As pessoas que adquiriram um lote no projeto de loteamento colocado em prática pela fazenda Guairacá no início da década de 1960, ou já eram proprietárias de terras em outras localidades e para lá se dirigiram devido o preço da terra e pelas condições de pagamento, pois tinham sido formadores de café, atividade esta que remunerava melhor o serviço na atividade cafeeira; ou eram profissionais de outros ramos que resolveram investir capital na propriedade da terra, na forma de um pequeno lote com possibilidades facilitadas de pagamento.

Conseguimos o depoimento do filho de um antigo assalariado permanente da fazenda que, na época da colonização, lá morava com sua família, tendo seu pai exercido a função de fiscal. Segundo ele, “O Dr. Gilberto mandou que meu pai escolhesse um lote, pois era pessoa de confiança na fazenda. Meu pai, com medo de dívida, não quis arriscar” (Senhor C. A. D. 65 anos, morador no distrito de Lerroville).

Percebe-se que, mesmo dentro da própria fazenda, somente quem desenvolvia funções mais bem remuneradas é que recebiam “incentivos” para a aquisição de um lote.

O fato é que os colonos de café de ontem, assim como os parceiros de café de hoje, dificilmente ganham dinheiro suficiente para a aquisição de seu próprio lote. A função desenvolvida por ambos era servir como mão-de-obra, já que o sistema capitalista de produção visa repassar apenas uma pequena parte, quer seja na forma de salário ou produtos, para que se mantenham sempre como mão-de-obra, prontos a realizarem as atividades que a cultura cafeeira necessita em seu processo produtivo.

No tocante à posse da terra encontrada nos bairros rurais, nos deparamos com a existência de proprietários, parceiros e de arrendatários. Os parceiros, também denominados de porcentageiros, são trabalhadores exclusivos do café, enquanto que os

arrendatários de terras trabalham, em parte ou na totalidade da propriedade, utilizando-a para produzir soja, principalmente. Geralmente estes arrendatários são sítiantes da própria região e que possuem os equipamentos (tratores, colheitadeiras etc.) necessários para tal finalidade.

A combinação proprietário-parceiro, segundo Paulino (2006), é resultado de uma situação pretérita de mercado envolvendo três fatores: preço da terra, demanda de força de trabalho e preço do café. Sua origem remonta ao período em que esse cultivo assumiu caráter de monocultura comercial, ocorrendo em propriedades de todas as dimensões, sendo a forma encontrada para viabilizar a atividade sem dispêndio monetário com força de trabalho.

É fato marcante nos bairros rurais em questão, a identificação cultural que as pessoas mantêm com a cultura cafeeira, principalmente entre os cafeicultores mais velhos, menos susceptíveis a mudanças. Identificação esta que até o presente momento foi mantida de geração para geração dentro da própria família. Este fato ajuda a explicar a permanência em uma atividade que há muitos anos não vem remunerando com dignidade as famílias que insistem em nela continuar.

3.1 A identificação cultural com a lavoura cafeeira

As atividades econômicas são, normalmente, motivadas pelo resultado final obtido depois de certo tempo de trabalho. Para que a atividade seja compensadora economicamente, ela deve remunerar o trabalho despendido com certa margem de lucro. Este é um dos princípios básicos para que qualquer atividade se mantenha sólida no mercado.

Quando os resultados insistem em ser, ano após ano, desfavoráveis, geralmente ocorrem nos setores secundários e terciários da economia os pedidos de concordata, de falência ou o fechamento dos estabelecimentos comerciais ou industriais, pois não se pode trabalhar tendo prejuízos consecutivos.

No caso da agricultura, há uma máxima que impera, principalmente entre os pequenos produtores rurais de que o agricultor é o “homem do ano que vem”. Mesmo no ano em que o resultado de uma safra não tenha sido bom, renova-se a esperança de que no próximo ano tudo possa correr melhor e bons resultados possam ser obtidos.

Na cafeicultura, a partir da década de 1990, com a desregulamentação ocorrida na economia do país, os preços do café passaram a variar de acordo com a oferta do produto no mercado mundial. Como a oferta possibilitada por uma maior produção de alguns países, vem crescendo, o preço para o cafeicultor tende a ser menor, seguindo uma norma tácita do mercado em que maior produção leva a preços mais baixos pagos ao produtor. Segundo Gresser e Tickell 2002, p. 02 “atualmente se produz 8% a mais de café do que se consome”.

O desenrolar destes acontecimentos, associados com novos paradigmas na economia mundial, representados pela presença mínima do Estado em tempos de globalização, tornaram o final da década de 1990 e os anos do novo século um dos períodos mais difíceis para os cafeicultores, independentemente do volume produzido, apenas com a diferença de que os grandes produtores, por serem mais bem capitalizados, possuem melhores condições de enfrentar a crise.

A crise que se abateu sobre a cafeicultura produziu reflexos que até hoje (2010) ainda são sentidos, tornando a história recente dos pequenos cafeicultores cheia de muitas dificuldades, pois eles não estão conseguindo se capitalizar na atividade.

A fala de um sitiante, o senhor D. A. M. (49 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda) reflete bem este momento, a expressar que:

Antigamente a gente que mexia com o café conseguia comprar outro sítio, ter carro bom, casa na cidade e também cuidar melhor do cafezal. Hoje, não consigo comprar o adubo necessário para colocar no café. A gente só está fazendo para comer. Se o governo não tomar providência, eu não sei o que vai ser da gente.

Percebe-se claramente que o entrevistado, assim como a maioria das pessoas que trabalham com o café, não tem noção de que o “governo” não mais interfere para manter o preço do café em nível satisfatório para os produtores, assim como o fizera por muito tempo. Para eles, o momento difícil pelo qual estão passando “é culpa do governo que não se importa com o homem do campo” (Senhor J. C. 55 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda).

Se, economicamente, o momento que já dura mais de dez anos é de dificuldades para os cafeicultores, como explicar sua permanência na atividade?

Uma resposta certamente está relacionada ao tamanho das propriedades. Constatou-se que 72,56% das propriedades pesquisadas nos bairros rurais possuem até 15 hectares. Devido ao fato das propriedades serem pequenas e a cafeicultura ser uma

cultura permanente, ela acaba propiciando melhores resultados, pois não se utilizam maquinários e tão pouco se emprega capital para o plantio a cada nova safra.

Outra possibilidade é de que o café não representa apenas uma riqueza, significa, antes de tudo, um “sentido de vida”. A cafeicultura não é uma atividade meramente econômica, mais do que isso, é, sobretudo, um traço cultural na vida social das famílias que, no caso em questão, estão há três gerações inseridas nesta atividade.

A tradição familiar de ser cafeicultor, representada por hábitos inveterados, transmitidos de geração em geração, é o que explica a permanência na atividade, mesmo em momentos de crise aguda, como a atual em que não se consegue obter bons preços pela saca de café, levando muitos a descapitalização.

Durante a aplicação do roteiro de entrevista ou mesmo depois, ainda que não de forma sistematizada, quando ainda continuávamos a conversar com os sitiantes para tentarmos entender o porquê de tanta paixão pela cafeicultura, fomos muitas vezes surpreendidos pelas respostas, em outras pelas circunstâncias, principalmente pela forma como se processava a relação entre o homem e o cafezal. Relação esta em que o homem tinha consciência de que se não agisse no sentido de cuidar, alimentar e proteger os pés de café, a sua própria existência, enquanto sitiante, poderia estar ameaçada.

No sentido de evidenciar estes acontecimentos, escolhemos os depoimentos de três sitiantes que acreditamos representarem bem a identificação cultural que os mesmos possuem com a cafeicultura.

No primeiro caso, e que também destoa dos demais, encontramos a senhora M. B. E. (61 anos, proprietária no bairro da Laranja Azeda) cuidando sozinha da propriedade de 18,15 ha, que possui (15.000) quinze mil pés de café, enquanto o marido e os filhos residem em Londrina. A propriedade foi herdada com a morte do pai, que era quem cuidava do sítio. Depois de algumas tentativas frustradas de dar o café em parceria, pois, segundo a mesma, “os parceiros estavam maltratando o cafezal”, resolveu ela mesma dar continuidade ao ofício de seu pai, contrariando a vontade do marido e dos filhos, que a aconselharam a arrancar o cafezal e arrendar para alguma pessoa plantar soja no sítio.

Segundo ela, esta possibilidade está fora de cogitação. Quando foi indagada por que, ela nos respondeu: “Meu pai amava mexer com café”. Por isso ela pretende dar continuidade ao legado de seu pai, que gostava de ser chamado de cafeicultor, mesmo que para isso seja necessário ficar longe dos filhos e do marido, pois ela vai para sua casa na cidade somente nos finais de semana.

Outro depoimento que demonstrou a paixão pela cafeicultura nos foi dado pelo senhor J. R. N. (56 anos, proprietário no bairro da Limeira) que, desde sua infância reside no sítio, tendo ajudado o pai no plantio das primeiras mudas do cafezal da propriedade. Ele nos relatou que: “Eu adoro trabalhar com o café. Fui nascido e criado trabalhando com a lavoura cafeeira e não me vejo fazendo outra coisa”. No entanto, a família não pensa como ele. Os três filhos já não moram na propriedade: dois moram em Londrina e, o outro, preferiu trabalhar como assalariado na maior propriedade do bairro. Também sua esposa já o aconselhou a se mudar para a cidade.

Mesmo com todas as adversidades, ele nem pensa em vender o sítio, muito menos deixar de trabalhar com o café. “Se eu tiver que fazer isso, acho que morro rapidinho” (Senhor J. R. N. 56 anos, proprietário no bairro da Limeira).

Em outro exemplo, quando indagamos a um cafeicultor, ainda que de pouca idade, mas que passou toda a vida tendo o café como sua principal fonte de renda e trabalho, o que era necessário fazer para se obter um produto de melhor qualidade, ele nos respondeu que tinha que ter “capricho e carinho com o café” (Senhor M. V. 38 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda).

A tradição e a paixão pela cultura cafeeira e, conseqüentemente a permanência no sítio, é uma característica local dos cafeicultores, pois, dos 78 sítios ocupados pela cultura, em apenas três não encontramos famílias residindo. Mas, isso se explica pelo fato dos proprietários possuírem mais de uma propriedade e por estarem situadas uma perto da outra, eles acabam se deslocando para aquela que não mantém residência nos dias em que necessitam trabalhar. Já nas outras 24 propriedades que não possuem café, em apenas três encontramos seus proprietários nelas residindo, denotando o absenteísmo que outras culturas ou a pastagem representam.

A cafeicultura representa um elo entre as famílias residentes nos bairros rurais. Durante a pesquisa pudemos constatar que os proprietários que residem nos lotes e que trabalham com o café possuem um maior comprometimento com outras questões que dizem respeito aos bairros rurais. São mais participativos na busca de soluções referentes à conquista de melhorias para a comunidade como um todo. Isto pode ser explicado pela fala de um sitiante, que assim se manifestou: “O café faz a gente fincar raiz e por isso temos que buscar soluções para diferentes assuntos referentes à nossa comunidade” (Senhor M. V. 38 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda)

Seja por razões culturais ou de tradição, são das famílias que há mais tempo moram nos bairros rurais e têm na cafeicultura sua principal fonte de renda, que saem os

líderes das comunidades. Líderes que atuam nos diferentes segmentos da sociedade local, quer seja político, social ou religioso.

O comprometimento ou engajamento por parte de alguns moradores que promovem ou mantêm as reuniões religiosas, as festas e os jogos de futebol, constituem os fatores que serão discutidos no próximo tópico. São estes fatores que agregam e mantêm viva as relações entre os moradores.

3.2 As festas e as rezas como elemento de união dos sítiantes.

A pesquisa com os moradores que habitam as propriedades produtoras de café demonstrou que todas as famílias pesquisadas afirmam professar alguma fé religiosa, sendo que a grande maioria, 96,60%, se diz católica⁵⁹. Há, inclusive, no bairro da Limeira, uma capela católica construída.

Os habitantes do meio rural demonstram uma maior religiosidade, embora isso seja difícil de quantificar. O fato é que em seus depoimentos é marcante o uso da expressão “se Deus ajudar” para se referirem a quase todas as atividades desenvolvidas cotidianamente.

Uma vez por mês o padre do distrito de Lerroville realiza uma missa nos bairros rurais. Nesse dia, a grande maioria dos moradores do bairro se dirige para a capela a fim de receber algum conforto espiritual e também para agradecer as boas colheitas ou as graças obtidas. Como no Bairro da Laranja Azeda não há uma igreja construída, a celebração acontece numa antiga tulha que fica ao lado do terreno da COASOL.

No Bairro da Laranja Azeda acontecem dois momentos nos quais seus moradores reúnem-se para celebrar os santos padroeiros. Este pode ser um encontro familiar, mas também acaba por congrega os demais moradores do bairro.

A família Nascimento é a mais numerosa do bairro da Laranja Azeda. Os sete filhos receberam por herança uma propriedade de 9,68 ha cada um. No mês de junho a família Nascimento comemora os santos do mês com a fogueira e a reza do terço nas casas. Para que as despesas não sejam arcadas somente pelo dono da casa em que vai ser realizada a fogueira, todos os participantes são convidados a levarem algum tipo de

⁵⁹ Nas setenta e oito (78) propriedades que possuem café plantado, aplicamos oitenta e sete (87) roteiros de entrevista e, em apenas três casos, encontramos famílias que não eram católicas.

salgado para que seja realizada uma confraternização entre os moradores do bairro após a reza do terço para o santo do dia.

Outra família também numerosa (Paula e Silva), cujos seis herdeiros mantêm cada qual uma pequena propriedade no bairro Laranja Azeda, no mês de outubro promove uma novena que percorre os lares das familiares e dos vizinhos mais próximos, sendo encerrada no dia doze, quando é comemorado o dia de Nossa Senhora Aparecida. Também neste caso, há uma confraternização entre os participantes no último dia com uma festa em homenagem à santa.

Outra atividade religiosa que acontece no bairro é a homenagem à “Mãe Rainha”, em que a imagem da santa percorre as casas do bairro, permanecendo por um dia em cada uma delas.

Em muitas casas, principalmente nas das pessoas mais idosas, existem muitas fotos emolduradas de viagens realizadas à cidade de Aparecida do Norte, no Estado de São Paulo. Estas viagens têm como objetivo o pagamento de promessas ou o agradecimento pelas graças obtidas. O fato destas fotos ficarem afixadas na sala ou em local de fácil visão serve para mostrar aos visitantes que ali residem pessoas de fé.

Já no Bairro da Limeira, a organização e a devoção de seus moradores os levaram a construir uma capela para a celebração de suas atividades religiosas. A construção foi realizada com doações dos moradores e também com a realização de festas para angariar recursos para tal finalidade, conforme pode ser observado na foto 5. Uma vez por mês, geralmente no terceiro domingo, o padre do Distrito de Lerroville dirige-se até a capela para celebrar a missa no domingo à tarde. No entanto, nos demais domingos do mês, há celebração realizada pelos ministros da eucaristia na capela do próprio bairro.

O terreno para a construção da igreja foi doado por um sitiante e no local também se encontra o salão de festas do bairro. No bairro da Limeira, o santo que a comunidade elegeu para ser seu padroeiro foi “São Pedro”. Como a data em que se comemora o dia do santo coincide com o momento de pico da colheita do café, nela é apenas rezado um terço pela comunidade, ficando a festa para o final da colheita.

A festa organizada pelos moradores da Limeira é tida como uma das mais esperadas. Não só os moradores deste bairro, mas também a vizinhança e os antigos moradores que não mais residem no bairro, fazem questão de retornar neste dia para, além de comemorarem, poderem rever os amigos e parentes.

Com dois dias de duração, a festa começa no sábado à tarde e termina no domingo à noite. As festividades contam com baile no sábado, brincadeiras e almoço no domingo. Neste almoço é servido um prato tradicional, o “porco no tacho”, uma forma que no passado foi muito utilizada para guardar e conservar a carne do porco na banha. Um animal de grande porte é abatido e preparado em um fogão provisório, construído próximo ao salão de festas, podendo a pessoa se servir diretamente no tacho em que a carne é preparada.

FOTO 5 – Capela católica construída no Bairro Limeira.



A capela São Pedro está localizada na propriedade número 27 (mapa 06 na página 159). É um importante local de encontro dos cafeicultores devido a sua religiosidade. Também serve de ponto de encontro para os mesmos discutirem os problemas da comunidade ou da atividade na qual se encontram inseridos.

Fonte: registro fotográfico ocorrido em 18/07/2008 por Ederval Everson Batista.

Todavia, a migração da população do bairro em direção à cidade de Londrina tem dificultado a realização da festa. Segundo um de seus organizadores, está cada vez mais difícil organizar as festividades. Embora ainda haja muitas famílias que habitam o bairro rural, o envelhecimento da população que lá permaneceu pode ser percebido na dificuldade de se arrumar outras pessoas que doem seu tempo para tal finalidade, uma vez que alegam já estarem idosos demais para assumirem essa responsabilidade.

Outro fato considerado importante para os moradores e que foi desaparecendo com a mudança em massa da população dos bairros rurais para as cidades, foi a destruição dos campos de futebol que existiam nos bairros. Até o final da década de 1980 havia dois campos no bairro da Limeira e um na Laranja Azeda. Atualmente (2010) não resta mais nenhum, pois todos foram destruídos.

Por representar a única opção de lazer gratuito que os moradores de áreas rurais possuíam, os campos de futebol eram muito visitados, principalmente aos domingos à tarde quando ocorriam os jogos.

Quanto à questão da destruição dos campos, os espaços que os mesmos ocupavam, encontram-se atualmente incorporados ao processo produtivo da propriedade em que se situavam. Dos três campos de futebol existentes, dois foram incorporados à área de pecuária, sendo que o local é atualmente utilizado como pastagem. Em outro, aproveitando-se a planura que o terreno apresentava, foram construídas as casas e as instalações necessárias para o processo produtivo do café.

Percebeu-se durante a pesquisa de campo, quer fosse por meio da aplicação do roteiro de entrevista ou mesmo nas conversas informais que procuramos manter após a entrevista, que as atividades que congregam os moradores durante as práticas religiosas, festivas ou esportivas, são momentos de confraternização e de troca de conhecimentos entre os seus participantes, pois estas ocasiões são aproveitadas para conversas a respeito do que todos têm em comum, ou seja, a cultura cafeeira.

É durante estas conversas que as pessoas trocam informações a respeito do preço do café e, principalmente, aproveitam para tirar algumas dúvidas quanto ao trato com a lavoura, quando se faz presente um produtor que também é agrônomo.

Quanto ao preço do café, assunto recorrente nas conversas entre os moradores em todas as vezes que existe a possibilidade de se reunirem, certas pessoas da comunidade, que estão há muitos anos na cafeicultura, são sempre ouvidas a respeito da melhor hora de efetuar a venda. Estas pessoas tidas como “conselheiras” não gostam de assim serem tratadas, pois, com o café, a decisão de vender ou segurar um pouco mais o produto, esperando um preço melhor, pode acarretar prejuízos de um dia para o outro.

Por isso que as pessoas que são tidas como conhecedoras do melhor momento para realizar a venda não gostam muito de opinar ou influenciar na opinião dos demais sitiantes, pois, caso haja perda de dinheiro, não querem ser consideradas culpadas pelo mau negócio e, tudo que os moradores não querem é arrumar confusão uns com os outros; pelo contrário, querem manter o princípio da boa vizinhança.

3.3 A organização interna dos sítios nos bairros rurais

Dadas as especificidades de localização dos bairros rurais em que se encontram os sítios, a aproximadamente 30 km ao sul do Trópico de Capricórnio, as terras situadas nessa latitude possuem a característica climática que possibilita o cultivo de lavouras tanto de clima temperado como de clima tropical. Desta forma, esta região proporciona o desenvolvimento de lavouras uma ao lado das outras, como o trigo, que necessita de clima frio para sua produção e a cana-de-açúcar, típica de climas quentes.

A altitude acima de 700 metros é um fator geográfico que até aqui não foi citado, mas que contribuiu para o bom desenvolvimento e a produtividade da cultura cafeeira na região de Londrina. Na região pesquisada, o café produzido atualmente é do tipo arábica. Quando da introdução das primeiras plantações pelos sitiantes, no ano de 1963, a principal variedade foi o “Mundo Novo”.

A variedade Mundo Novo se adaptou bem às condições climáticas da região, tanto que nas propriedades visitadas, somente as que plantaram mais recentemente o café foram as que optaram por novas variedades, Iapar e Catuaí, principalmente, pelo fato de serem de porte menor e resistentes à ferrugem (*Hemileia coffecolla*). Estes são os únicos inconvenientes da variedade Mundo Novo, ou seja, o fato de crescer muito e de não ser resistente a uma das principais doenças do cafeeiro, a ferrugem.

Isto pode ser evidenciado na fala de um parceiro que está há muitos anos trabalhando com café e nos relatou as vantagens da variedade Mundo Novo, assim dizendo: “Se um dia eu comprar um pedaço de terra, vou plantar o café desse aqui (Mundo Novo). Esse café novo produz muito e depois ele destrói a si próprio. Ele agüenta 10 anos e depois acaba” (Senhor R. F. L. 43 anos, parceiro no bairro da Limeira).

Novas técnicas possibilitaram que, mesmo com o desenvolvimento de muitas outras novas variedades, de mais fácil manejo principalmente durante a colheita, não ocorresse a substituição desta variedade. Uma dessas técnicas consiste em podar o cafeeiro a uma altura de aproximadamente 1,70 metros do chão, fato este que possibilita que a colheita seja realizada sem a utilização de escadas. Os proprietários que não o fizeram têm dificuldade em arrumar mão-de-obra para realizar a colheita, pois, segundo o depoimento de um sitiante, “o povo não quer usar escada mais, tem que cortar no meio para não usar a escada” (Senhor G. M. P. 77 anos, proprietário no bairro da Limeira).

Como na colheita a forma de pagamento é realizada por sacas de café colhido, o uso das escadas acaba por diminuir a quantidade de café colhido por dia em virtude da perda de tempo. O contratado tem que ficar subindo e descendo da escada, mudando-a de um lugar para o outro a fim de retirar todos os caroços dos ramos do cafeeiro. Por este motivo, os bóias-frias acabam dando preferência por propriedades em que os cafeeiros são de outras variedades (Catuaí e Iapar), que têm como característica árvores de menor porte, ou as propriedades em que os cafeeiros foram podados.

Há aqui uma dicotomia entre os produtores que preferem, até por uma questão de segurança produtiva, optar pela variedade “Mundo Novo”, uma vez que os pés, por atingirem um tamanho bem maior que outras variedades, mesmo sendo podados, têm uma maior regularidade em termos de produção, e os trabalhadores contratados para realizarem a colheita, os chamados bóias-frias, que preferem se ocupar com variedades de menor porte.

Percebe-se, no entanto, que a dicotomia entre ambos tem, no fundo, a mesma origem. Cada qual, à sua maneira, quer alternativas para aumentar seus rendimentos com o produto.

Em relação aos bóias-frias, eles querem obter um maior rendimento na quantidade colhida diariamente, por isso optam por variedades que possibilitam conseguir no final de cada dia o maior número possível de sacas de cafés colhidas. Este é o único momento em que podem trabalhar no sistema de empreitada, embora isto acarrete um maior esforço não só por parte do homem chefe de família, mas de toda a família que na época da colheita acaba sendo incorporada como força de trabalho, inclusive as crianças.

Para o proprietário, o importante é que os trabalhadores se esforcem para conseguir obter no final do dia a maior quantidade possível de sacas de café colhidas. Esse maior esforço se traduz em uma maior quantidade de café colhido em um menor período de tempo, diminuindo os prejuízos do sitiante que o “café na roça” possa vir a sofrer.

Apesar de a área de estudo estar localizada em uma zona climática que pode ser considerada uma das melhores no tocante à produção de alimentos e produtos que servem de matéria prima para as indústrias, mesmo internamente, são necessários alguns arranjos espaciais a fim de melhor distribuir as lavouras nas áreas que possam se desenvolver com maior potencialidade produtiva na propriedade.

A organização das culturas desenvolvidas nas propriedades sofre a interferência do clima em sua localização. Clima que, segundo as pessoas idosas com as quais tivemos a oportunidade de conversar, mudou muito. Estas mudanças podem ser percebidas em duas passagens. Em entrevista com um dos filhos de um dos primeiros sitiantes a comprarem um lote no Bairro da Laranja Azeda, fomos informados que na década de 1950, “era possível colher arroz de sequeiro em qualquer terra da região” (Senhor J. S. O. 61 anos, morador em Tamarana), pois as chuvas eram suficientes para o regime hídrico da planta. Ainda, segundo nosso informante, quando da derrubada das árvores que recobriam o sítio, “era muito difícil retirar as toras que ficavam mais de um mês no meio do mato, pois chovia dez, quinze dias seguidos. Com a retirada do mato, mudou tudo. Apesar de não faltar chuva, hoje chove bem menos que antigamente”.

A retirada da vegetação se fez necessária para a implantação da cultura cafeeira.

Esse foi um tema que, quando abordado durante a realização das entrevistas, causou mais desconfiança nos sitiantes. Foram muitos os casos em que as pessoas disseram que não gostariam de responder sobre o assunto, pois “isso poderia trazer problemas”, ou então, a seu modo, queriam logo saber de que forma os dados iriam aparecer na pesquisa, se seu nome ou o da propriedade iria ser citado.

Esse problema detectamos nos sítios dos bairros rurais pesquisados, pois, em apenas 27 destes, os sitiantes disseram possuir reserva legal. Somadas as áreas declaradas como sendo de reserva legal em todas as propriedades que declararam possuí-la, o total detectado foi de 81,65 hectares, o que representa apenas 6,06% do total das terras dos bairros rurais.

Ficou claro que os sitiantes sabem que em relação ao problema ambiental não estão agindo de acordo com a Lei, por não possuírem o mínimo necessário de suas terras (20%) em reservas legais.

Foram poucos os que abertamente quiseram se manifestar a respeito e, quando se dispuseram, declararam ser o tamanho da propriedade o principal problema para não se cumprir o recomendado pela legislação, pois conforme pode ser observado na tabela 12, 72,56% das propriedades possuem área com até 15 hectares. Já se o patamar for as propriedades com até 30 hectares, a porcentagem atinge 86,28% das mesmas nos dois bairros rurais, fazendo com que todo o espaço produtivo existente seja utilizado para plantarem lavouras comerciais ou para a pastagem, não sobrando, com isso, espaço para a reserva legal.

Observamos um exemplo desta dificuldade quando entrevistávamos um proprietário de 6,05 hectares que assim se manifestou, pois não tinha a área de reserva legal, afirmando:

Minha terra é pouca, se eu tiver que deixar o que a Lei manda é justamente esta área de um hectare que serve de pasto para os animais (duas cabeças de gado e um cavalo). Eu não posso ter este luxo, embora seja necessária a área de mato. Isto teria que ter acontecido quando da abertura do lote (Senhor L. C. B. 54 anos, proprietário no bairro da Limeira).

Tabela 12 – Estrutura fundiária encontrada nos bairros rurais durante a coleta de dados realizada em 2008

Grupos de área (em ha)	Bairro Laranja Azeda		Bairro Limeira		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 4,9	08	13,56	07	16,28	15	14,71
Entre 5 e 10	20	33,90	11	25,58	31	30,40
Entre 10,1 e 15	17	28,81	11	25,58	28	27,45
Entre 15,1 e 30	07	11,87	07	16,28	14	13,72
Entre 30,1 e 50	05	8,47	04	9,30	09	8,82
Entre 50,1 e 100	02	3,39	02	4,65	04	3,92
Acima de 100,1	-	-	01	2,32	01	0,98
Total por Bairro	59	100,00	43	100,00	102	100,00

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de Julho e Agosto de 2008

Deste relato podemos destacar dois pontos que percebemos quando da realização das entrevistas nos bairros rurais. Um diz respeito ao fato de se atribuir a culpa ao passado ou aos primeiros adquirentes das terras pela não existência, no período recente, de áreas com mata em muitas das propriedades. Outro ponto se manifesta pela não intenção de cumprir as determinações da Lei, motivados por uma necessidade de cultivar todo o espaço produtivo, principalmente nas menores propriedades rurais.

As terras em que se localizam os bairros rurais ora em estudo não foram utilizadas no processo produtivo por parte do fazendeiro, permanecendo apenas como reserva de valor. As primeiras incursões realizadas nestas terras tiveram como objetivo a retirada das árvores de maior valor comercial, nos primeiros anos da década de 1960.

Para isso, partindo da estrada do Apucarantina, foram abertas duas “picadas” no meio da mata, acompanhando a parte mais alta do relevo, tanto para o Bairro da Laranja

Azeda como para o da Limeira, para facilitar a entrada dos tratores e dos caminhões para retirar a madeira.

Estas “picadas” originaram as estradas atualmente existentes, que dão acesso aos sítios dos bairros rurais e que serviram como divisa espacial dos lotes.

Para tomarem posse de seus lotes, estas “picadas” também foram de grande serventia. Partindo delas, os proprietários foram se estabelecendo cada qual em seu lote e a ocupação dos mesmos foi o que propiciou a formação dos bairros rurais.

Desta forma, a primeira moradia era construída perto da nascente que encontravam, partindo da cabeceira do lote. Como não havia energia elétrica que propiciasse o transporte da água, a construção da primeira moradia acontecia na proximidade de uma nascente.

Era a partir deste ponto, em direção à cabeceira do lote, que tinha início a derrubada da mata para dar lugar ao cafezal, ficando a mata nas partes mais baixas do lote para ser derrubada em um segundo momento, geralmente após ocorrer o plantio do cafezal.

Importante relatar a disposição dos carregadores que servem de acesso à estrada principal. Quando da ocupação dos lotes, estes carregadores foram feitos somente com o emprego de instrumentos e de técnicas manuais. Segundo a informação de um sitiante, “não foi fácil fazer a ligação da casa com a estrada, pois tinha toco que a gente gastava dois, três dias de serviço para arrancar usando somente o machado e o enxadão” (senhor O. P. S. 68 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda).

Foram raros os casos em que um mesmo carregador servia para mais de um sítio, pois o costume era cada sitiante construir o seu próprio. A disposição destes carregadores é sempre a mesma, ou seja, um paralelo ao outro, ligando a estrada principal às moradias.

Seria mais fácil para os sitiantes se eles construíssem apenas um carregador na parte mais baixa do terreno, paralelo ao ribeirão, conectando todas as moradias dos lotes. Mas, o pensar e o agir dos primeiros a comprar os lotes estava direcionado para o transporte do café quando este viesse a produzir, da lavoura até as casas, onde também deveriam ser construídas as demais benfeitorias necessárias para seu processo produtivo. Uma vez que os sitiantes tinham a necessidade de construir um caminho para transportar o café, já aproveitaram e fizeram um carregador definitivo.

Passados mais de 40 anos desde a ocupação dos lotes, percebe-se, quando se está na vertente contrária, que as casas encontram-se quase todas na mesma cota altimétrica,

sinal de que aproveitaram as nascentes que afluíam num mesmo nível do terreno. Nesta mesma cota encontram-se as casas, os terreiros, as tulhas, enfim, todas as construções que se fizeram necessárias para o desenvolvimento da cultura cafeeira.

Fica claro que o uso da terra dos sítios se fez levando em consideração as potencialidades de cada lavoura, adaptada às condições geográficas, para que não resultassem prejuízos e, conseqüentemente, em trabalho desnecessário dos membros da família. Como pode ser observado na figura 2, se verifica como é ocupado o solo nas propriedades dos bairros rurais pesquisados.

Na maioria dos casos esta organização dos sítios se dá, até na atualidade, da seguinte forma: partindo da estrada, o solo é ocupado pela lavoura cafeeira, que se estende até o local em que se encontram a moradia e as instalações necessárias para o processo produtivo do cafezal, ou seja, o terreiro e a tulha. A partir deste ponto, em direção ao riacho que fica nos fundos da propriedade, o espaço é ocupado por pastagens ou por lavouras de subsistência, como o milho e o feijão.

O aproveitamento de todos os espaços possíveis da propriedade para a produção, quer sejam destinados à alimentação familiar ou como complemento alimentar dos poucos animais existentes nas propriedades menores, contribui para que muitos produtos não sejam adquiridos no mercado, fato este que ajuda explicar a permanência dos sítios na atividade mesmo em período de crise. A foto 6 exemplifica esta necessidade de aproveitamento dos espaços.

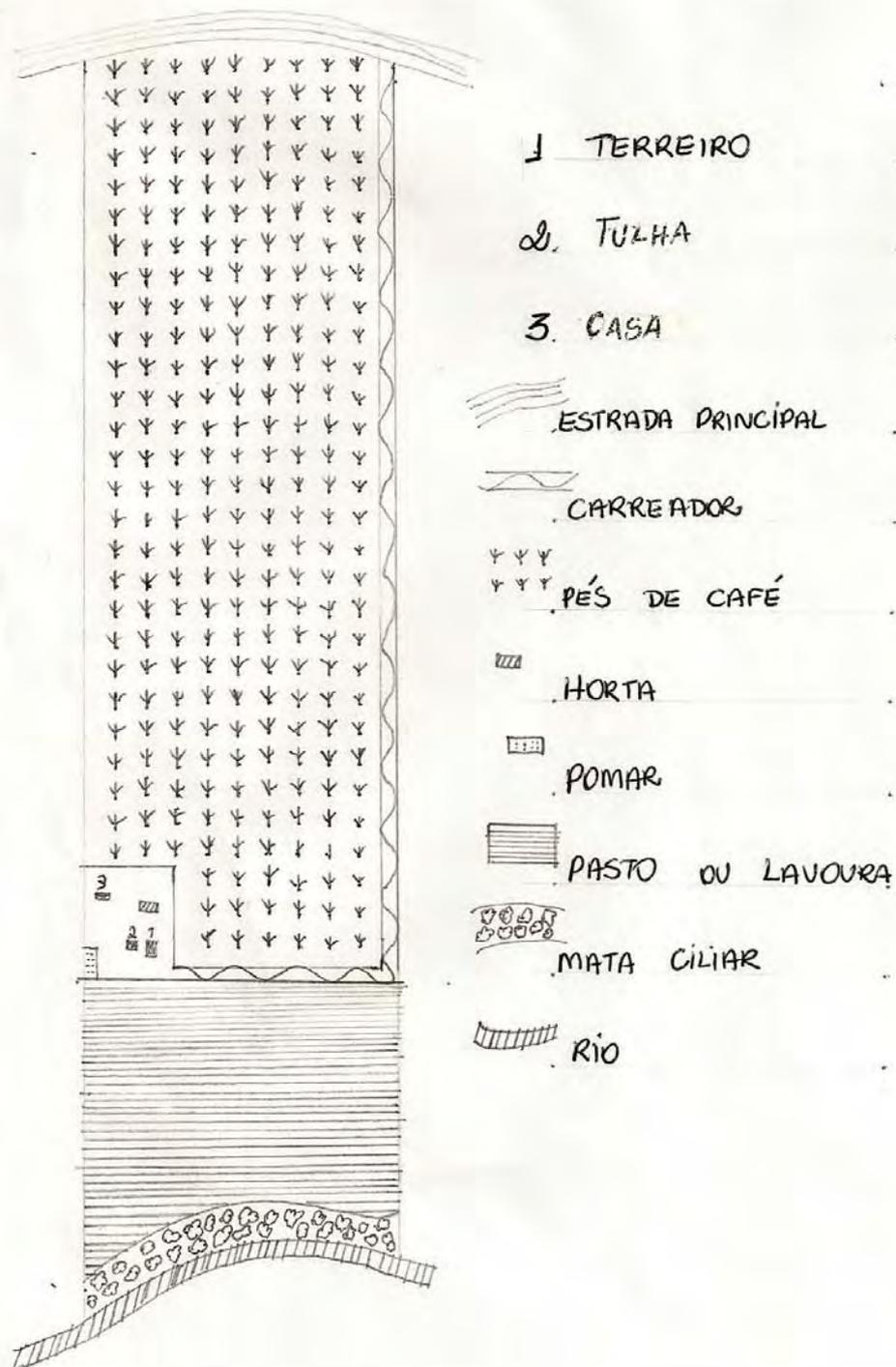
FOTO 6 – A produção de outros alimentos no mesmo espaço ocupado pelo cafezal.



A importância de produtos cultivados em muitas das pequenas propriedades no Brasil e que não precisam ser adquiridos no mercado contribui para que os poucos recursos sejam investidos na manutenção do grupo familiar. O aproveitamento dos espaços entre as fileiras de café serve para a produção de mandioca e quiabo que servirá para alimentação do sítio.

Fonte: registro fotográfico realizado em 23/07/2008 por Ederval Everson Batista.

FIGURA 02 ⇒ FORMA DE OCUPAÇÃO DO SOLO NAS PROPRIEDADES PRODUTORAS DE CAFÉ NOS BAIRROS RURAIS.



Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de julho e agosto de 2008.

É neste espaço destinado à construção da infra-estrutura que também estão algumas das evidentes características encontradas nas unidades familiares constituídas de sítios: o cercado em que é cultivada a horta, onde são colhidos legumes e verduras que não precisam ser compradas no mercado; o pomar com diferentes tipos de frutas; um local destinado à produção de mandioca, que serve tanto para o auto-consumo, como também para o consumo intermediário, ou seja, na alimentação das poucas cabeças de gado e de suínos; bem como outras culturas, como a batata-doce e a cana-de-açúcar, que ocupam espaço na propriedade, mas cuja produção obtida não é levada ao mercado.

Estas características também foram encontradas nas outras propriedades visitadas, denotando ser uma conduta que se faz necessária nas pequenas propriedades rurais, visando diminuir os recursos que deveriam ser empregados na compra de alimentos que podem ser cultivados na propriedade, minimizando desta forma a dependência do mercado.

3.4 A infra-estrutura existente nas propriedades cafeicultoras

A paisagem, principalmente no espaço rural, apesar de parecer monótona para um observador pouco familiarizado com suas diferentes atividades, esconde as características específicas de cada uma, produzindo no espaço geográfico, diferentes percepções de cores, arranjos, simetrias e formas. Enfim, o que pode parecer ou representar uma uniformidade, esconde diferentes representações e, conseqüentemente, significados.

Estas diferentes paisagens levam alguns a acharem bonita uma lavoura de trigo já com espigas que, com o soprar do vento, vai formando nuvens em sua superfície. Outros se encantam pela simbologia religiosa ou alimentar que a mesma denota.

Outros vêm a lavoura da cana-de-açúcar, apesar da propaganda divulgação dos bons resultados apresentados na produção de bio-combustíveis menos poluentes, como uma lavoura cuja estética não agrada aos olhos, principalmente quando ela está no ponto de corte e é queimada para facilitar o serviço dos trabalhadores.

Cada lavoura deixa sua característica impressa no espaço que ocupa. No caso da lavoura cafeeira, do muito que existiu no norte paranaense e, em particular no Município de Londrina, a área de estudo constitui um exemplo de representação do

passado que ainda resiste, denotando características sociais e espaciais únicas nos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira que um dia estiveram presentes em muitas outras áreas, não só em território paranaense.

Quanto às características sociais presentes nos bairros rurais que os diferenciam dos demais existentes no município de Londrina, a pesquisa detectou a presença de 396 pessoas na área de estudo. Somadas as áreas dos dois bairros rurais, Laranja Azeda (797 hectares divididos em 59 propriedades) e da Limeira (907,50 hectares divididos em 43 propriedades), apresenta um total de 1.704 hectares.

A quantidade de pessoas distribuídas por esse espaço relativamente pequeno denota uma característica social ímpar nos bairros rurais que os diferenciam dos demais.

Isto pode ser percebido pela maior movimentação de carros e pessoas em direção à sede do distrito; pela quantidade de linhas do transporte escolar que serve os bairros nos períodos do dia, num total de seis, duas em cada período; por uma maior visibilidade política quando da apresentação dos problemas dos bairros; enfim, a vida social é mais pujante e efervescente nos bairros rurais por ainda apresentarem um número considerável de pessoas que lá habitam, isto graças à permanência da lavoura cafeeira.

Já em relação às características espaciais, a cultura cafeeira engendra certas especificidades que conferem aos bairros rurais também algumas particularidades. Como há a predominância de pequenas propriedades, que na maioria dos casos apresentam a mesma distribuição espacial, ou seja, pequenas faixas de terra que se estendem do espigão até o curso d'água e, tendo a maioria, a mesma disposição no que diz respeito à forma como se apresentam distribuídas as lavouras em seu espaço, a paisagem apresenta uniformidade, constituída pelas lavouras de café no alto e por pastagens e outros tipos de lavouras nas partes mais baixas.

Para as propriedades produtoras de café, a forma e a disposição das construções existentes (casas, tulhas e terreiros) acabam denotando uma característica própria dos bairros rurais, ocupando estas construções um espaço perto das nascentes de água, situadas na parte baixa do lote.

Para os bairros rurais pesquisados, devido às especificidades locais, passadas quase cinco décadas desde a venda e a abertura dos lotes, ainda são muitas as casas e as tulhas existentes que mantêm a mesma forma e características da primeira construção, muito embora, em alguns casos, já tenham passado por reformas.

Apesar das inovações tecnológicas representadas por equipamentos automáticos que auxiliam na produção, principalmente na colheita (derrigadeiras e sopradores), o café é nos dias atuais, como foi no passado, uma cultura exigente em termos de muita mão-de-obra para a realização de todo seu processo produtivo. Percebe-se que mesmo nas pequenas propriedades há a presença de mais de uma casa. Estas, no passado, foram utilizadas para acomodar a família de parceiros que habitavam a propriedade.

Desta forma, encontramos nas 102 propriedades pesquisadas, 128 casas, sendo 100 de madeira e 28 de alvenaria. Faz-se necessário lembrar que, das 24 propriedades que não possuem café plantado, 16 não têm nenhuma espécie de moradia, exemplo clássico de absenteísmo por parte dos proprietários, tendo as culturas que o substituíram, geralmente representadas pelo binômio soja-trigo, também ocupado o local em que estava construída a casa, bem como as demais instalações necessárias ao processo produtivo do café.

A maioria das casas foi construída com madeira (Peroba - *Aspidosperma polyneuron*) e ainda assim permanece. Como já relatado, a madeira que foi retirada da propriedade foi suficiente para construir as casas bem como também as telhas, onde é armazenado o café. Outra vantagem em relação à construção de casas em madeira era a rapidez com que as mesmas podiam ser construídas.

Durante a realização da pesquisa de campo evidenciou-se que nas propriedades em que o processo produtivo está a cargo dos parceiros, as casas ainda permanecem de madeira, em muitos casos como foram construídas. A construção indica a característica de uma época, pois, mesmo em uma das maiores fazendas produtoras de café que também visitamos (Fazenda Santa Tereza), as casas da Colônia Sede, única que resistiu ao tempo, também foram construídas em madeira, possuindo a mesma forma de construção, sendo caracterizadas por edificações de formato retangular.

O tempo decorrido da construção, que em muitos casos chega a cinco décadas, somado à falta de cuidados e de manutenção, como pintura e calçadas, por exemplo, tornou precário o estado de conservação de muitas destas casas, conforme pode ser observado na foto 7, que registra a forma como foram construídas as primeiras moradias dos sítiantes.

Entretanto, nos lotes em que o proprietário possui uma melhor condição financeira, as moradias estão em melhor estado de conservação, conforme pode ser evidenciado na foto 8. São também nestes lotes que encontramos as melhores e as maiores casas, estando aí situadas as de alvenaria.

FOTO 7 – Construção de moradias em madeira muito utilizadas nos sítios pesquisados.



Exemplo de como eram construídas as primeiras moradias em madeira – Peroba - retirada da própria propriedade. A falta de conservação é facilmente percebida pela aparência e o apodrecimento da parte mais próxima ao solo. Esta casa foi construída, segundo o filho do proprietário, no ano de 1964, não tendo passado por nenhuma reforma.

Fonte: registro fotográfico realizado em 10/12/2008 por Ederval Everson Batista.

Geralmente, nos pequenos sítios, encontramos a construção de mais de uma casa no lote. A segunda construção serve para abrigar um dos filhos que, casado e não tendo conseguido um emprego na cidade, ou sendo dele demitido, encontra no lote dos pais um “porto seguro” para onde pode voltar, se livrando do aluguel e dando continuidade à sua vida.

FOTO 8 – Moradia também construída em madeira, mas que já apresenta um melhor padrão.



Modelo de uma moradia que, apesar de ser construída em madeira, já passou por reforma e apresenta um melhor estado de conservação. Uma hipótese para tal fato pode ser evidenciada pelo fato da esposa do sitiante ser professora na sede do distrito de Lerroville, não ficando a família somente dependente da renda proporcionada pelo café.

Fonte: registro fotográfico realizado em 18/07/2008 por Ederval Everson Batista.

Após a construção da moradia, outras duas construções eram necessárias para os produtores de café: o terreiro e a tulha. Estas construções, no entanto, vinham com o tempo.

Depois de plantado o café, mesmo nos primeiros anos, como o lote fora comprado para ser pago em quatro anos, poderia não acontecer a construção do terreiro e da tulha. Na falta de um terreiro, o café era seco sob encerados estendidos no chão, ou até mesmo no próprio chão batido, sendo a produção obtida armazenada dentro da própria casa.

No entanto, durante a aplicação do roteiro de entrevista, percebemos que em oito propriedades produtoras de café ainda não há o terreiro construído. A explicação é a seguinte: em dois casos a ausência explica-se pelo fato do café ter sido plantado recentemente; outros dois produtores têm mais de uma propriedade rural e transportam o café para ser seco onde residem; um vendeu a metade do lote para um dos filhos, que acabou ficando com a área do terreiro, mas que também é utilizado para secar o café da propriedade do pai; e, em três casos, o café ainda é seco no chão, sob lonas plásticas, mesmo estando seus proprietários a muitos anos na atividade.

Detectamos a presença de 72 terreiros, dos quais 70 são pavimentados, conforme pode ser evidenciado nas fotos 9 e 10. Os mais antigos são construídos de tijolos, enquanto que os mais recentes são de concreto. Esses terreiros são, em muitos casos, construídos na frente da casa, em locais não sombreados. Soma-se a estes terreiros construídos no solo, mais dois suspensos a um metro do chão. Estes se localizam ao lado do terreiro antigo. São cobertos com lona plástica de modo que mesmo nos dias de chuva o café não precisa ser amontoado e coberto, como no terreiro que fica ao nível do solo.

Encontramos em uma propriedade, que já chegou a ter 72 hectares plantados com café e quinze famílias de parceiros, um tipo de construção que servia tanto para secar o café, bem como para armazená-lo depois de seco. Neste local, o café depois de permanecer por uns dez dias secando ao sol, estando no ponto de “meia seca”, era colocado nesta construção que permitia que o ar passasse de um lado para o outro por meio de orifícios existentes em suas paredes. Se fosse o caso do café lá depositado estar esquentando, fato este que acarreta um produto de pior qualidade e, com isso uma diminuição do preço da saca, a pessoa responsável e treinada para tal atividade, saberia disso pela saída de vapor pelos orifícios destinados à circulação do ar. Imediatamente, pelas bicas existentes no fundo da construção, que ficava a um metro do solo, era

retirada uma medida de um balaio que era depositado na parte de cima. Fazendo isso, o café era movimentado e não corria o risco de perder qualidade. Encontramos duas construções na mesma propriedade, cada uma com capacidade para armazenar mil sacas de café, conforme pode ser observado na foto 11.

FOTO 9 – O café no terreiro sendo mexido para acelerar sua secagem



Os terreiros são uma construção imprescindível para a obtenção de um café de boa qualidade. Sua construção precisa ser realizada em local onde a luz solar incida por maior quantidade de tempo possível, fato este que diminuirá o tempo para a secagem do café. Se no passado eram utilizados tijolos para sua fabricação, atualmente os mesmos são construídos em concreto.

Fonte: registro fotográfico realizado em 12/08/2008 por Ederval Everson Batista.

FOTO 10 – Terreiro suspenso construído para ajudar na secagem e na tentativa de obter um produto de melhor qualidade.



Esse modelo de terreiro começou a ser construído a pouco tempo pelos sítiantes na tentativa de diminuir as perdas com o café já no terreiro, obtendo com isso um produto de melhor qualidade. Sua construção é bastante simples e realizada pelos próprios sítiantes. Uma vantagem é a diminuição do serviço, uma vez que não precisa ser amontoado todos os dias.

Fonte: registro fotográfico realizado em 22/07/2008 por Ederval Everson Batista.

Outra construção presente em 69 propriedades rurais é a tulha. Esta tem por finalidade armazenar o café e também os outros cereais colhidos na propriedade, que

ficam à espera de um melhor preço para sua comercialização. Todas, sem exceção, são construídas em madeira, geralmente de Peroba (*Aspidosperma*).

FOTO 11 - Construção que servia de tulha e também para secagem do café



Esta construção retrata a época em que o café era a principal lavoura no distrito de Lerroville. Somente na propriedade onde está localizada (80 ha), chegou a ter três colônias que abrigavam quinze famílias de colonos e outras três de empregados da fazenda. Como os terreiros e as tulhas eram insuficientes em anos de boa produção, esta foi uma idéia colocada em prática para servir tanto de local de secagem como de armazenamento.

Fonte: registro fotográfico realizado em 17/07/2008 por Ederval Everson Batista.

O local de sua construção fica abaixo do terreiro, aproveitando a declividade, de tal maneira que apenas o telhado fica acima do nível do terreiro. Para facilitar o transporte do café já seco do terreiro para a tulha, era construída uma passarela que os ligava, indo até o interior da tulha, conforme pode ser observado na foto 12.

A mesma, dependendo da quantidade de café que ficaria estocado, poderia ser dividida em várias repartições. Isto possibilitava e ainda possibilita a separação dos diferentes tipos de café que uma mesma safra propicia.

Para evitar que animais, principalmente os ratos, adentrem a parte interna da tulha, a construção está localizada a alguns centímetros do chão, ficando uma espécie de porão debaixo da mesma.

Conforme constatamos nas conversas que mantivemos, principalmente com os sitiantes proprietários, atualmente muito pouco café fica estocado nas tulhas das propriedades. O medo de serem roubados faz com que os produtores mais capitalizados, e que, portanto, possam esperar um melhor preço pelo seu produto, logo que terminada a colheita, providenciem o beneficiamento de toda a produção e deixem o café armazenado em barracões apropriados situados na cidade de Londrina.

As tulhas acabam servindo mais como local onde são guardados os equipamentos manuais necessários no dia a dia do cafezal. Até por que, esperar que elas permaneçam cheias de café de uma safra para outra, é puro saudosismo. A fala de um

dos nossos interlocutores retrata bem esta questão, ao assim se manifestar: “Hoje ninguém mais tem café guardado na tulha. Os primeiros a serem secos eu já tenho que vender para fazer a colheita e o pouco que sobra não adianta ficar guardado aqui porque não temos segurança” (Senhor M. V. 38 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda).

FOTO 12 – A tulha é uma importante construção das propriedades produtoras de café.



A tulha foi no passado uma importante construção para o armazenamento do café. Construída abaixo do nível do terreiro facilitava o transporte do café já seco que ficava a espera de melhores preços. Sua construção era realizada com madeira retirada do próprio lote.

Fonte: registro fotográfico realizado em 17/07/2008 por Ederval Everson Batista.

As instalações necessárias, ou seja, a infra-estrutura para se produzir o café, são muito parecidas. Como os sitiantes cultivam, quase todos, a mesma lavoura, isso pode dificultar a delimitação dos sítios, uma vez que, numa visão geral, mal se consegue distinguir a propriedade de cada sitiante. Esta homogeneidade somente não ocorre nos casos em que um produtor trata o seu cafezal de maneira diferente dos demais, conferindo um destaque significativo para a sua lavoura. Isto está diretamente ligado à maneira como é conduzido o processo produtivo do cafezal, que passaremos a analisar no próximo tópico.

3.5 O processo produtivo do café: o segredo para a obtenção de um produto de melhor qualidade

A plantação da lavoura nos bairros rurais já se processou tendo por princípio o emprego da técnica e o trabalho racional, representado pela defesa da erosão, com o plantio dos cafeeiros em curvas de nível, sobrepujando a tradição rotineira que durante

muitos anos se fez presente na cafeicultura brasileira, assim como na região de estudo, em que a terra por não receber os cuidados necessários em pouco tempo se esgotava.

Devido à fertilidade do solo (terra roxa), nos primeiros anos os produtores não faziam adubação. Mas, esta foi outra prática que passou a fazer parte do cotidiano dos cafeicultores com o intuito de aumentar a produção.

Mesmo com a utilização e aplicação de novas técnicas, a produção dos cafeeiros é bastante irregular. Uma boa colheita (bienalidade positiva) é sempre seguida por outra em que muito pouco se produz (bienalidade negativa). Uma explicação para este fato é o enfraquecimento da planta, que precisa se refazer para voltar a produzir novamente com abundância. Segundo a interpretação de um sitiante: “Um ano ele te dá uma camisa, no outro ano ele descansa fazendo a camisa dele” (senhor J. C, 55 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda).

Uma vez terminada a colheita, que na maioria dos casos pesquisados ocorre no mês de agosto, podendo também ser realizada no mês de setembro, a primeira tarefa a ser realizada é a “esparramação do cisco”. Esta operação visa preparar o cafezal para um novo período de produção. Consiste no desmanche dos tabuleiros formados pelo processo de arruação e na capina das ervas daninhas, que durante o período da colheita cresceram nas ruas do cafezal. Esparrama-se tudo por baixo dos cafeeiros, juntamente com os detritos vegetais caídos dos arbustos durante a colheita, de modo a cobrir com matéria orgânica o solo anteriormente raspado, durante a coroação que havia formado os tabuleiros.

Os parceiros, para entregarem o sítio, têm que realizar uma última tarefa, que é “esparramar o cisco”, para dar o processo por terminado.

Este processo é relativamente rápido, pois cada pessoa esparrama o equivalente a 300 pés por dia de serviço. Na cafeicultura, o processo é sistêmico, ou seja, sem o término de uma tarefa não se pode iniciar a outra, seguindo assim até o fechamento do ciclo produtivo, conforme pode ser melhor evidenciado no quadro 2.

Terminada a “esparramação”, é efetuado o plantio do feijão como cultura consorciada. Isso no caso dos sitiantes que ainda mantêm o cafezal plantado no sistema tradicional, conhecido também como café de 18 palmos ou 4m×4m. No café adensado, esse procedimento não ocorre, pois o plantio se processa de maneira muito próximo. O diâmetro da copa do cafeeiro adulto é o critério recomendado para o ajuste da densidade e do espaçamento no Estado do Paraná.

QUADRO 2 - Calendário das tarefas durante o ano agrícola nos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira – 2008

Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto
Capina e esparramação do cisco	2ª etapa da desbrota	Capina	3ª etapa da desbrota	Capina	2ª etapa da aplicação de	Capina	Arruação ou corramento	Varreção	Colheita	Colheita	Colheita
Poda	Capina	2ª etapa da adubação química	Colheita do feijão	3ª etapa da adubação química	de agrotóxicos	Arruação ou coramento	3ª etapa da aplicação de agrotóxico	Colheita	Colheita	Colheita	Colheita
Esqueletamento	Todas as etapas realizadas por mão-de-obra familiar	Colheita do feijão	Capina	Todas as etapas realizadas por mão-de-obra familiar	Etapas realizadas por mão-de-obra familiar	o	Todas as etapas realizadas por mão-de-obra familiar	Colheita	Colheita	Colheita	Colheita
Plantio do milho ou do Feijão	1ª etapa da aplicação de agrotóxicos	1ª etapa da aplicação de agrotóxicos	Todas as etapas realizadas por mão-de-obra familiar	Todas as etapas realizadas por mão-de-obra familiar	Período onde há tempo para trabalhar fora da propriedade	Colheita do milho	Todas as etapas realizadas por mão-de-obra familiar	Colheita	Colheita	Colheita	Colheita
1ª etapa da adubação química	2ª Florada do cafezal	Todas as etapas realizadas por mão-de-obra familiar	obra familiar	Período que há tempo para trabalhar fora da propriedade		Todas as etapas realizadas por mão-de-obra familiar					
Adubação orgânica	Florada do cafezal	3ª Florada do cafezal									
1ª Florada do cafezal											
Todas as etapas realizadas por mão-de-obra familiar											

Fonte: Informações coletadas durante a aplicação do roteiro de entrevista.

Como os cafeeiros se desenvolvem de forma diferente em função da variedade, condições de clima e solo, nutrição e nível tecnológico do produtor, pode haver variação no tocante ao espaçamento que melhor se ajuste a cada região do estado, ou até mesmo a cada propriedade.

Enquanto o feijão se desenvolve, o tempo é aproveitado para se realizar outra tarefa: a desbrota. A desbrota consiste na retirada de ramos-ladrões ou ramos improdutivos de crescimento vertical que surgem no caule do cafeeiro. Em cafeeiros jovens seu surgimento ocorre de forma natural. O crescimento desses ramos ocasiona a deformação da planta e provoca o enfraquecimento por concorrência de nutrientes. Segundo os sitiantes, esses ramos “ladrões”, “tiram a força do cafezal, por isso precisam ser eliminados” (Senhor M. V. 38 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda).

A desbrota, segundo os sitiantes, deve ser realizada de duas a três vezes durante o ano, quando os brotos atingirem de 20 a 30 cm, sendo esta atividade essencial para a sua longevidade e produtividade. A remoção é facilitada quando a brotação é nova, pois pode ser realizada manualmente. Quando os brotos crescem, tornando-se hastes, sua retirada torna-se mais trabalhosa, dependendo da utilização de serrotes manuais de poda.

Quando realizávamos o trabalho de campo, à época da colheita, no mês de agosto, foi comum entrevistarmos os sitiantes no cafezal, onde presenciemos a primeira etapa da desbrota. Para aproveitarem o tempo, logo que terminavam de derriçar os grãos de café dos pés, imediatamente já iam realizando a desbrota dos ramos que conseguiam arrancar com as mãos.

Outras duas intervenções realizadas diretamente nos pés de café visando obter melhores resultados são a poda e o esqueletamento. A poda consiste no corte, principalmente na variedade Mundo Novo, que atinge facilmente mais de três metros de altura. Como já relatamos anteriormente, os sitiantes que não podam os cafeeiros, geralmente a uma altura de 1,70 m, na época da colheita têm dificuldade em contratar trabalhadores para realizarem o serviço, pois têm que utilizar a escada.

Assim como na desbrota, a época mais apropriada para a poda é logo após a colheita. A época da poda, por regular o crescimento vegetativo, afeta a safra futura. A poda geralmente é realizada após ocorrer uma boa safra e quase sempre é realizada no mês de setembro.

Outro tipo de poda é o esqueletamento, indicado para as lavouras adensadas. O esqueletamento é um tipo de poda relativamente drástica, que consiste no corte

acentuado dos ramos a uma distância de 20 a 30 cm do tronco, realizado também logo após os anos em que ocorre uma boa colheita, também no mês de setembro. É indicado para lavouras em vias de fechamento, ou seja; em que os ramos já estão praticamente encontrados, não permitindo que a luz solar atinja o solo. É indicado também em lavouras desgastadas pela idade, com a redução de produção, pois os novos ramos irão possibilitar um melhor rendimento dos cafeeiros, aumentando desta forma a produtividade por pé. O corte geralmente é feito manualmente, com foice.

Os sitiantes que plantam feijão como cultura consorciada nas entrelinhas do café, aproveitam a primeira capina para realizarem duas tarefas de uma só vez. Durante o ano, para manterem a lavoura limpa, são necessários de quatro a cinco capinas. Durante o ciclo produtivo do feijão, que na maioria dos casos é de 90 dias, é realizada apenas uma capina, sendo a subsequente logo após a colheita do mesmo.

Seguindo esta lógica, pode-se verificar que há uma hierarquização dos produtos obtidos na propriedade. Enquanto o café é destinado estritamente para fins comerciais, outros produtos são operados com a lógica de retenção parcial na unidade, no caso do feijão e, finalmente, o milho, que é o produto que quase não se destina ao mercado, mas à subsistência dos animais.

No processo produtivo do cafezal, a partir do mês de setembro, é realizada a primeira etapa da adubação, com adubos químicos ou orgânicos. A aplicação se realiza após um dia chuvoso, enquanto o solo ainda se encontra úmido, pois desta maneira o adubo é absorvido rapidamente.

Se a opção for pelo adubo químico, o ideal é que sejam realizadas três aplicações, sendo a primeira no mês de setembro, outra no final de novembro e a última no mês de janeiro. Se a opção for pelo adubo orgânico, é realizada apenas uma aplicação, geralmente entre o mês de setembro ou outubro de cada ano.

O adubo químico é aplicado próximo ao tronco do pé de café. São utilizados baldes para transportar o produto entre as ruas do cafezal. Dependendo da quantidade de adubo a ser aplicado, é usado um medidor, que pode ser uma latinha (200 gramas), por exemplo, por etapa. Há alguns sitiantes, menos capitalizados, que apenas aplicam uma pequena porção de adubo em cada pé de café.

A diferenciação no trato com o cafezal é percebida visualmente. Os sitiantes que possuem uma melhor condição financeira realizam a aplicação de uma maior quantidade de adubo, conseqüentemente seus cafeeiros apresentam um melhor porte, árvores mais verdes e em condições produtivas melhores. Os que não podem fazer uma

aplicação de adubos como o receituário agrônomo indica, possuem cafezais com árvores ressecadas e pouco produtivas.

Durante a aplicação do roteiro de entrevista, percebemos claramente esta disparidade. Encontramos oito sítiantes que diziam ter aplicado até 600 gramas de adubo (20 – 5 - 20) por pé de café e, além disso, fizeram a aplicação de dois tipos de adubos. Por outro lado, encontramos outros 13 proprietários que nos relataram que não usaram nenhum tipo de adubo naquele ano.

Para o ano agrícola de 2007/2008, em 89,74% das propriedades cafeicultoras pesquisadas os sítiantes disseram ter aplicado adubo, sendo que em 83,34% foi usado adubo químico. Já em relação ao ano agrícola seguinte, 2008/2009, a descrença por parte dos cafeicultores em conseguir colocar adubo químico era grande. O depoimento de um sítiante retrata bem esta dificuldade. “No ano passado eu cheguei a comprar a tonelada de adubo a R\$ 600,00 e vendi o café a R\$ 250,00 a saca. Este ano o preço do café está mais baixo e a tonelada de adubo estão dizendo que está R\$ 1.500,00. O jeito vai ser partir para a cama de frango” (Senhor H. S. P. 62 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda).

O adubo orgânico mais usado é a cama de frango. Ouvimos de alguns sítiantes que de cinco em cinco anos aplicam a cama de frango, porém, para 13 sítiantes esta foi a única opção, devido aos altos custos dos adubos químicos vigentes no mercado no ano de 2008.

Já no que diz respeito aos agrotóxicos utilizados para controlar as pragas, a aplicação tem início no mês de novembro. Estes agrotóxicos também devem ser aplicados em três etapas, com uma diferença entre 40 e 60 dias uma da outra, dependendo do tempo de ação residual de cada produto. A aplicação tem que ser realizada em dias de sol. As principais doenças e pragas que atacam os cafeeiros e para as quais são aplicados venenos são a Ferrugem (*Hemileta coffecolla*), a Broca (*Hypothenemus hampei*) e o Bicho Mineiro (*Lencoptera coffeella*).

Encontramos apenas duas propriedades em que a aplicação ocorre com trator. Nelas ainda permanece o sistema tradicional de café plantado em quadra (4m×4m), o que facilita a passagem do trator por entre as linhas para a pulverização do veneno nos pés de café. Nas demais, ou seja, em 76, o sistema adotado é o da máquina costal. Embora tenham conhecimento dos problemas causados pela aplicação dos agrotóxicos, dos pesticidas e dos herbicidas, em poucos casos (quatro) os entrevistados disseram usar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Em praticamente todas as propriedades

visitadas seus proprietários ou parceiros disseram ter usado algum tipo de agrotóxico para controlar as pragas do cafezal, com exceção de um que ainda continua no sistema orgânico.

Percebeu-se que os casos em que se usam os equipamentos com frequência ocorrem principalmente nas propriedades que mantêm assalariados permanentes, por ser mais uma exigência do patrão do que uma vontade do funcionário. Na grande maioria dos casos, sitiantes e parceiros alegaram usar como única proteção “um pano no rosto”, servindo como máscara, para a aplicação dos diferentes tipos de agrotóxicos.

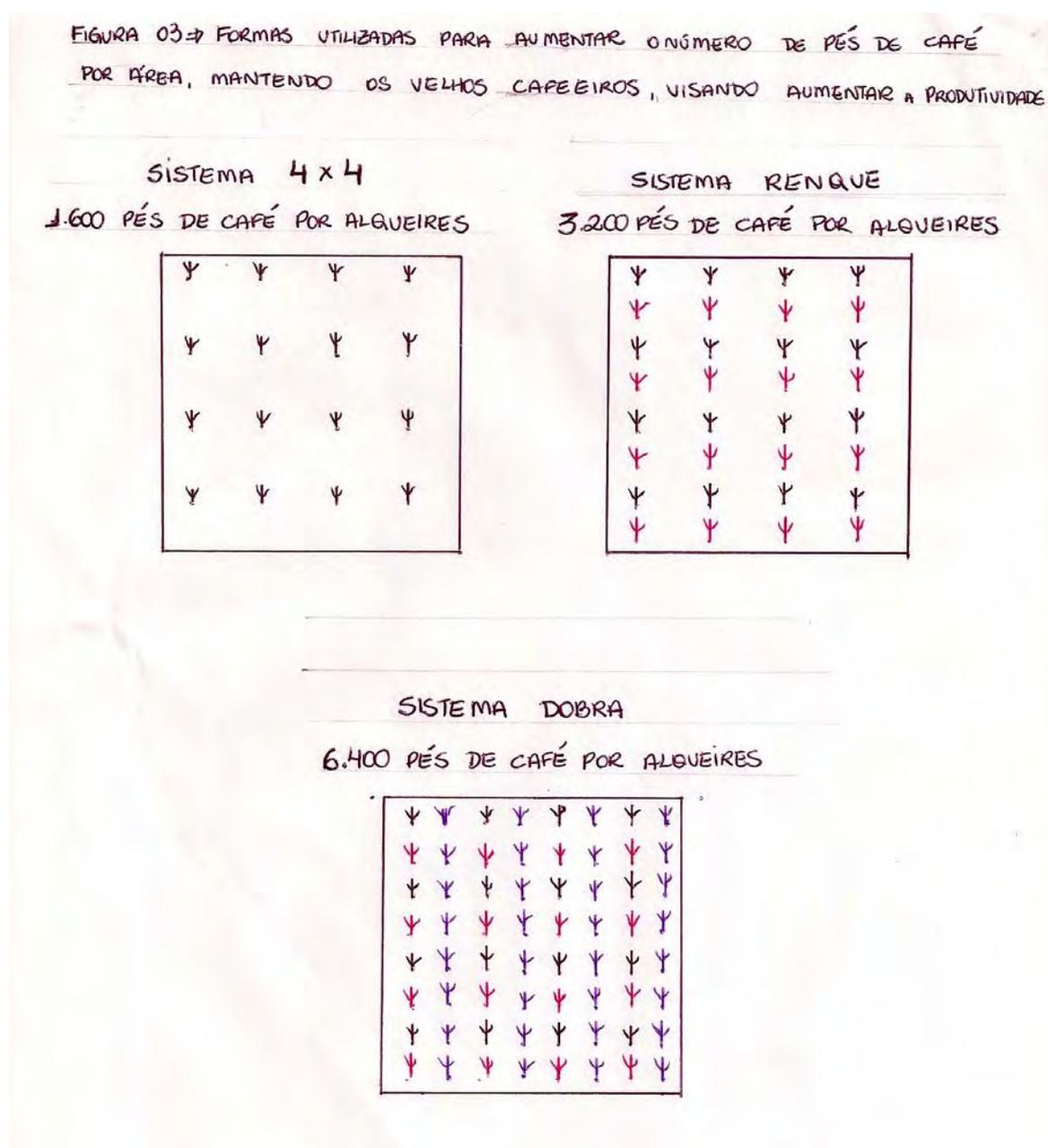
Outro dado que ajuda a compreender como a variedade Mundo Novo, apesar de não ser tão produtiva como as novas variedades desenvolvidas recentemente (Iapar e Catuaí), faz parte da vida dos sitiantes, pode ser verificada na fala de um sitiante que enfatizou que “o Mundo Novo é o rei do café” (Senhor J. A. P. F. 55 anos, parceiro no bairro da Limeira). A variedade Mundo Novo se faz presente em 93,59% das propriedades (73 das 78). Em outras cinco ele não é cultivado, pois o café foi plantado recentemente, tendo seus proprietários optado pelas variedades mais produtivas e resistentes às pragas que atingem o cafezal.

Visando aumentar a produtividade da área plantada, que era considerada baixa, com cerca de 13 sacas beneficiadas por hectare - enquanto que a produção nacional para o ano de 2002 foi de “19 sacas por hectare”, segundo dados da Revista do Observatório Social (2002, p. 9) -, os cafeicultores que ainda utilizam o velho sistema de café plantado em quadra (4m×4m) - sistema de plantio de café predominante, composto de espaçamentos largos e cultivares de porte alto -, passaram a adotar o sistema denominado “renque”.

Este sistema consiste no plantio de novos cafeeiros entre os pés de café, mantendo a distância entre as ruas, mas reduzindo à metade a distância entre um pé de café e outro. Já em outro caso adotou-se o sistema conhecido como “dobra”. Nele realiza-se o plantio de uma nova carreira de pés de café entre as ruas, conforme pode ser observado na figura 3.

Nestes dois sistemas, bem como no replante dos cafeeiros que morreram ou precisaram ser eliminados, geralmente a variedade plantada não é mais a Mundo Novo, tendo ocorrido uma mesclagem de variedades num mesmo espaço. Desta maneira, quando da aplicação dos venenos, mesmo as variedades resistentes à ferrugem também acabam sendo pulverizadas.

A insistência da grande maioria dos cafeicultores (93,59%) em ter na propriedade essa variedade (Mundo Novo) ainda que considerada menos produtiva, pode ser explicada pela fala de dois sítiantes que assim se manifestaram: “Esse café novo produz muito e depois ele destrói a si próprio. Ele agüenta 10 anos, depois acaba” (senhor R. F. L. 43 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda). “O café adensado com o tempo vicia e só produz na ponteira” (Senhora A. M. 42 anos, proprietária no bairro da Laranja Azeda).



Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de julho e agosto de 2008.

Para os pequenos sítiantes pouco capitalizados, se a cada sete ou dez anos houver a necessidade de se fazer nova aplicação de capital na compra de novas mudas ou na formação de novas lavouras, a maior produtividade conseguida em alguns poucos anos, tendo em vista que mesmo as novas variedades também mantêm uma safra boa sucedida de outra ruim, resultará certamente em dificuldades para sua manutenção.

O que se constatou, principalmente quando entrevistávamos os pequenos sítiantes, é que a lavoura cafeeira é pensada como local de trabalho para a vida. É assim que entendemos a relação do produtor com uma variedade que, mesmo sendo menos produtiva e mais atacada pelas pragas da cafeicultura, não tem prazo de duração. Bem cuidada, mesmo no ano de pouca produção, devido a bienalidade, produz uma quantidade capaz de proporcionar aos cafeicultores uma renda mínima para o provimento das necessidades da família.

A prática da capina, que segundo alguns depoimentos pode chegar a seis no ano, ou seja, realizada a cada sessenta dias, está sendo substituída pela aplicação de veneno (*Round up*). Essa prática visa minimizar o tempo de serviço gasto para manter o cafezal limpo, bem como o esforço físico realizado em tal tarefa.

A aplicação de herbicidas não acontece por todo o tempo durante o ano agrícola. São mais utilizadas em momentos em que o mato está maior, principalmente depois da colheita, estando praticamente fora do controle dos sítiantes. Sua aplicação tem que ser entendida como uma forma de economia de tempo, uma vez que é mais rápido realizar a pulverização do que a capina do cafezal, pois segundo um sítiante: “Passando veneno eu faço serviço de cinco homens carpindo” (M. V. 38 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda). Quando da realização do trabalho de campo (julho e agosto de 2008), enquanto o valor da diária paga a um bóia-fria custava R\$ 25,00, o preço do litro de veneno mais usado para controlar o mato estava custando R\$ 18,00. Desta forma fica fácil entender a economia que o sítiante obtinha utilizando o veneno.

Na seqüência de processos de trabalho que desencadeiam na tarefa final, que é a colheita, a última capina que a precede, segue-se uma operação denominada de arruação ou coroamento, realizada entre os meses de março e abril. Esta tarefa consiste na limpeza da superfície do solo que cerca os cafeeiros. As ervas daninhas, folhas, galhos, pedras, etc., devem ser amontoadas no meio da rua do cafezal, deixando limpo o solo embaixo do cafezal, para que os primeiros frutos amadurecidos que possam vir a cair no chão pela ação das chuvas ou do vento possam ser facilmente apanhados.

Como a floração dos cafezais estende-se por três meses, em geral de setembro a novembro, não há uniformidade na maturação dos grãos. Os grãos originários da primeira florada e das espécies mais precoces são os que primeiro acabam caindo no solo. Por isso, o processo de arruação ou coroamento deve estar acabado antes que isso ocorra. No caso da variedade Mundo Novo, os primeiros grãos secos originados da primeira florada começam a cair no mês de abril.

Como os grãos são de origem de floradas diferentes, ocorre que em um mesmo pé de café existem grãos verdes, em cereja, e outros já secos. Para que a colheita seja realizada com o máximo de rendimento, o ideal é que haja um pequeno número de grãos verdes. Na região em estudo, a colheita inicia-se nos primeiros dias de maio e termina, mais frequentemente, durante o mês de agosto, conforme demonstra o quadro 02 (página 202).

Em anos de boa produção (bienalidade positiva), que na região coincidem com os anos pares, quando os grãos que caem antes do início da colheita apresentam-se em quantidade razoável, o ideal é que seja realizada uma “varreção” para recolher estes grãos, que devem ser secos em separado dos demais, bem como separados em lotes específicos. Se o produtor esperar para que sejam recolhidos juntamente com os demais frutos, estes por terem ficado maior tempo em contato com a terra, certamente acabarão por prejudicar a qualidade do café, fazendo o preço final do produto sofrer uma redução.

As diferentes variedades – Mundo Novo, Catuaí e Iapar – apresentam um processo de maturação bem diferente. Catuaí e Iapar, por serem mais precoces, precisam ser colhidas primeiramente. Esta característica de maturação dos frutos é interessante para o produtor, pois ele pode organizar melhor a colheita, quando isso ocorre em talhões separados.

O atraso na colheita, estendendo-se até o mês de setembro, pode prejudicar duas safras: a que está sendo colhida e a safra seguinte, pelo fato de que a primeira florada de setembro é danificada quando da derriça do café da safra que se está colhendo, diminuindo a carga do ano seguinte.

3.5.1 – A etapa mais emblemática durante o processo produtivo do café: a colheita

Assim como em grande parte das regiões cafeeiras do país, encontramos dois processos adotados para realizar a colheita: no chão e no pano. A colheita é o momento em que ocorre a conversão do ano de trabalho em mercadoria.

A colheita realizada no chão é a mais comum, por ser mais rápida. Já a colheita no pano é mais demorada, mas propicia um produto de melhor qualidade. Encontramos produtores que disseram iniciar a colheita no pano e, pela falta de tempo e de mão-de-obra, terminaram-na no chão. Aqui mais uma vez encontramos a dualidade entre os sitiantes e os trabalhadores assalariados contratados para realizarem a colheita. O sitiante que pretende realizar sua colheita no pano terá dificuldade em contratar pessoal para realizar esta tarefa. Os bóias-frias alegam que perdem muito tempo estendendo e arrastando o pano e, com isso, há a diminuição da quantidade de sacas colhidas durante o dia. Por isso, há preferência pela colheita realizada diretamente no chão.

Como para os bóias-frias não importa a qualidade do produto, e sim a quantidade de sacas de café conseguidas durante o dia, eles acabam impondo sua vontade. Os sitiantes, sem muitas alternativas, acabam cedendo e permitindo que o café seja derriçado no chão. A qualidade do café se materializa no preço final obtido no momento da comercialização. No entanto, segundo um produtor, “embora a região nossa seja boa tanto no chão como no pano, não tá compensando colher no pano e vender no mesmo preço de quem colhe no chão” (Senhor R. F. L. 43 anos, parceiro no bairro da Limeira).

Independentemente de ser realizada no chão ou no pano, a colheita se inicia pela derriça, operação na qual quem colhe o café envolve as mãos em cada um dos ramos e arranca os frutos, movendo-a desde o entroncamento dos galhos até a ponta. Neste movimento todos os frutos do ramo, independentemente do estágio em que se encontra, são derrubados. Os frutos caem diretamente no chão ou em cima dos panos que são estendidos por baixo do cafeeiro. Cada pano consiste em retângulos de diferentes tamanhos que são acondicionados de forma que os grãos de café caiam em cima do mesmo, não entrando em contato com o solo, conforme pode ser observado na foto 13, que registra um parceiro colhendo o café neste processo.

Assim como já relatado, as novas variedades desenvolvidas pelos institutos de pesquisa que trabalham com o café, principalmente pelo Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), são de menor porte, fato este que contribui para que a colheita seja

realizada mais rapidamente. Aquela visão romantizada, geralmente retratada em pintura, que mostra na colheita do café muitas pessoas fazendo o uso de escadas está em desuso na cafeicultura nos bairros rurais pesquisados.

FOTO 13: Forma como se processa a colheita do café no pano.



A colheita realizada no pano é uma maneira de se obter um produto de melhor qualidade, uma vez que os frutos do café não entram em contato com o chão. No entanto, esta forma de colheita é preterida pelos trabalhadores temporários pelo fato de demandar muito tempo para que o pano seja colocado em baixo dos cafeeiros. Na foto vê-se um parceiro realizando a colheita.

Fonte: registro fotográfico realizado em 22/07/2008 por Ederval Everson Batista.

O processo de derriça utilizado no Brasil⁶⁰, em que o café é derriçado diretamente no chão, tem a vantagem de ser bastante rápido. Nesta etapa da derriça, todos os membros da família são aproveitados. Como uma parte do trabalho de campo coincidiu com as férias escolares de julho, encontramos muitas crianças no meio do cafezal. As crianças, dentro de suas possibilidades, também ajudavam, arrancando os grãos de café dos ramos mais baixos. As mulheres, além das funções domésticas, também auxiliam seus maridos em pelo menos meio período na roça, principalmente no caso dos parceiros, levando consigo as crianças pequenas, que ficam brincando, sempre observadas pelo olhar cuidadoso da mãe. Desta forma, durante a colheita, as mulheres acumulam além das funções domésticas, também o labor intenso no cafezal, conforme indica a foto 14.

Esta dupla tarefa desempenhada pelas mulheres foi com mais frequência encontrada entre os parceiros que, por possuírem uma condição financeira que não os

⁶⁰ Existem outros processos utilizados para a colheita do café ainda pouco utilizados no Brasil, como a colheita seletiva, também conhecida como catação, muito utilizada por produtores de café da Colômbia. Neste processo, somente os frutos maduros ou em cereja são colhidos. Este processo é bem mais demorado, tendo a vantagem de proporcionar um valor bem maior por saca do que o obtido pelos produtores brasileiros.

permite contratar trabalhadores temporários, têm de utilizar todos os membros da família.

FOTO 14: Família de parceiro na lavoura na época da colheita.



Durante a colheita toda mão-de-obra familiar é aproveitada para que o café seja colhido o mais rapidamente possível. A imagem de uma família de parceiro do bairro da Limeira evidencia como até mesmo as crianças são levadas para a lavoura. Observa-se que o menino de sete anos está devidamente vestido para ajudar os pais.

Fonte: registro fotográfico realizado em 21/07/2008 por Ederval Everson Batista.

A tarefa seguinte, quase sempre desempenhada por um homem, se bem que as mulheres também a realizam, consiste em amontoar todo o café derriçado. É o que se denomina rastelação. O café que se encontra no chão, juntamente com as folhas e pedaços de ramos do cafeeiro que se desprenderam com a derriça, são amontoados. Com a habilidade peculiar de quem tem anos de experiência com a cultura, a pessoa que está rastelando já vai separando a maioria das folhas e dos ramos, deixando o mínimo necessário que será expurgado na próxima etapa, a abanação.

Em seguida, é realizada uma tarefa que necessita de muita força e destreza, denominada de abanação, tarefa esta realizada pelos homens. Esta consiste em expurgar os frutos das folhas, pedaços de paus e pedras etc. Para isso, as pessoas envolvidas com a colheita, sejam proprietários, porcentageiros ou assalariados temporários – bóias-frias -, colocam, um pouco de cada vez, o café rastelado numa peneira e o jogam para o alto com um movimento brusco, aparando-o com a própria peneira quando está caindo. Neste movimento, realizado quantas vezes se fizer necessário, o vento carrega as folhas, ficando na peneira somente os frutos e detritos mais pesados que são retirados com as mãos.

À medida que o café vai sendo abanado, este é acondicionado em sacas que são carregadas até o carreador e, posteriormente, até o terreiro, conforme pode ser visto na foto 15.

Para o transporte, cada sitiante utiliza os meios de que dispõe. Desta forma, encontramos o café sendo transportado por tratores, caminhonetes, carroças e até mesmo no próprio carro de passeio.

Sallum Jr. (1982, p. 226) exemplifica o tempo gasto em cada operação da colheita, assim se manifestando: “A derriça é a operação mais importante da colheita, pois ela representa cerca de 60 a 70% do tempo total gasto na colheita. A rastelação vem em seguida com cerca de 20 a 30% do tempo total e a abanação consome cerca de 10 a 15%”.

Dentro dos grupos familiares encontrados com frequência nas pequenas propriedades verificou-se que os trabalhadores dedicavam-se todos ao mesmo tempo a apenas uma das operações da colheita, atividade conhecida como similaridade total, mas pode acontecer, também, de as quatro atividades se realizarem ao mesmo tempo - derriça, rastelação, abanação e transporte -, e os membros da família desempenharem, simultaneamente, cada um a sua tarefa.

FOTO 15 - Sacas de café no carreador, prontas para o transporte até o terreiro



A tarefa dos trabalhadores contratados para colher o café termina quando as sacas são depositadas no carreador da propriedade para que sejam transportadas para o terreiro, onde irão passar pelo processo de secagem. O valor por uma saca de café colhida no ano de 2008 variava entre R\$ 5,00 R\$ 7,00. Um trabalhador considerado bom colhedor de café consegue colher até seis sacas por dia de trabalho.

Fonte: registro fotográfico realizado no dia 21/07/2008 por Ederval Everson Batista.

A diferenciação das atividades ocorre da seguinte maneira: geralmente, nos primeiros dias da semana, todos os membros da família são ocupados na tarefa de

derrigar o café, atividade que exige mais destreza do que força. Na quinta-feira é iniciada a rastelação, que pode ser executada tanto pelos homens como pelas mulheres, continuando os demais membros da família na derriça. Quando a maioria do café derriçado já se encontra rastelado, os homens começam a abanação, operação penosa e que exige uma habilidade difícil de ser adquirida. A atividade final e que exige também muita força muscular é o transporte das sacas de café até o carreador, sendo efetuada pelos homens adultos. Isto porque cada saca tem capacidade de armazenar cinquenta litros de café, medida esta adotada como padrão para as pessoas contratadas para realizarem a colheita, os chamados bóias-frias.

Os cafeicultores têm que estar sempre atentos na previsão do tempo. Nas semanas em que não há previsão de chuvas, as atividades são desenvolvidas de tal maneira que, somente nos últimos dias da semana, o café colhido será abanado para ser levado ao terreiro. Já nas semanas em que o risco de chuva é eminente, o café derriçado é “levantado” no mesmo dia, sobretudo nas propriedades em que a colheita fica a cargo somente dos membros familiares. Já no caso em que ocorre a contratação de trabalhadores temporários, isso depende do acordo estipulado entre o proprietário e os trabalhadores.

Os trabalhadores contratados para auxiliarem o sitiante na colheita são pagos por tarefa. Paga-se determinada quantia por saca de café (50 litros) colhido e colocado no carreador. O preço da saca varia de acordo com a produtividade que o cafezal apresenta. No caso em que os cafeeiros encontram-se “carregados”, o preço tende a ser menor, pois o trabalho rende mais por não haver necessidade de se deslocar de um pé para outro. Já em situações em que a carga do cafeeiro é menor, o preço é maior, pois o trabalho em todo o processo é aumentado.

Para o ano de 2008, constatamos durante a realização do trabalho de campo que o preço pago por saca de café colhido variava de R\$ 5,00 a R\$ 7,00. Aí, além do fator principal que influencia no preço pago pela saca de café colhido, a carga dos cafeeiros, também há outros fatores que ajudam a determinar o preço da saca, tais como: a distância da propriedade em relação à sede do Distrito de Lerroville; se o sitiante oferece ou não transporte para os trabalhadores de suas casas até o cafezal; e, se o pé de café é podado ou não.

Para os sítiantes que realizam todo o processo de colheita do café de forma manual, os instrumentos utilizados são os seguintes: peneiras e rastelos. Nos casos em que o café é colhido no pano, estes são de propriedade do cafeicultor. A falta de pessoal

para realizar a colheita está levando os sítiantes a oferecerem todos os instrumentos, não precisando os bóias-frias utilizarem suas ferramentas. Esta também é uma estratégia colocada em prática para tentar contratar trabalhadores temporários.

A dificuldade de se contratar mão-de-obra, somada ao valor cada vez mais alto que o custo com a colheita representa no produto final, está levando muitos sítiantes a utilizarem cada vez mais equipamentos automáticos para auxiliar na colheita.

Embora a técnica, no sentido do aprimoramento dos instrumentos que auxiliam no processo produtivo, diminua o tempo gasto para finalizar a colheita e também reduza o esforço físico de quem a realiza, o mesmo não se pode dizer do processo empregado para se colher o café, que no caso brasileiro, há anos se mantém inadequado, pois o café entra em contato com o chão.

A qualidade do café, no sistema adotado na região de estudo, assim como na maior parte do país, depende fundamentalmente da maneira como se dará o trato no terreiro depois de realizada a colheita.

O café colhido é armazenado em sacas para que ocorra o transporte do cafezal para o terreiro. Esta é a maneira utilizada como parâmetro para pagar o café colhido por quem não é da família. A saca, estando cheia, é amarrada e deve ser transportada o mais rápido possível para o terreiro a fim de manter baixa a população de microorganismos no fruto. Como o processo de fermentação é cumulativo, aumenta a cada dia o número de microorganismos e a temperatura do café ensacado. Isto ocorrendo, o café já perderá em qualidade.

Sabedores destes pormenores, os sítiantes transportam as sacas de café no mesmo dia para o terreiro, não deixando-as, uma vez no terreiro, que as mesmas permaneçam ensacadas. O café deve ser esparramado no terreiro imediatamente após chegar para não “esquentar”.

No terreiro, é a maneira de secar o café que vai determinar a qualidade do produto, pois é por meio de um bom processo de secagem do café que se consegue preservar as suas características originais e obter lotes com características especiais de qualidade.

Existem vários fatores que podem afetar negativamente a qualidade do café desde a sua chegada no terreiro até a sua comercialização. Se para o cafeeiro produzir foi necessário fazer investimentos em adubos e insumos, de nada adiantará se na secagem o sítiante não tiver a experiência necessária para tornar o café um produto de qualidade.

Um processo que ajuda na secagem dos grãos de maneira mais uniforme e mais rápida, mas que não é utilizado pelos sitiantes, é o de separação dos frutos. Nesse sistema utiliza-se o lavador⁶¹ de café para separar os frutos secos (bóia) do café maduro e verde. Neste caso, o café seco bóia na água, separando-se do café maduro e verde. Esta operação uniformiza a secagem, uma vez que o café seco tem menos umidade do que o café verde e em cereja. O processo de lavar o café logo que ele chega ao terreiro, também contribui para liberar mais cedo a parte deste que é ocupada com o café já seco, uma vez que ele seca mais rápido.

Nos primeiros dias da colheita, como os grãos encontram-se em grande quantidade ainda verdes, o tempo de seca é maior. Com o passar dos dias, os frutos dos pés tendem a irem secando, diminuindo o tempo necessário de permanência no terreiro.

Para os sitiantes que contratam trabalhadores temporários, é nesse período em que a maioria dos grãos está seco que os mesmos precisam acompanhar de perto o trabalho na lavoura, pois, segundo os mesmos, é costume do pessoal contratado bater com um pequeno pedaço de pau nos ramos do cafeeiro para que os grãos se desprendam. Isso acarreta sérios problemas para os cafeeiros e, conseqüentemente, prejuízo para os sitiantes. Já para os trabalhadores, maximiza-se o resultado de seu dia de serviço com uma maior quantidade de sacas de café no final do dia.

Na primeira semana de terreiro, dependendo do sol, pois a colheita coincide com o inverno na região, época em que os dias apresentam temperaturas amenas é também menor quantidade de luz, o café fica disposto em fileiras, precisando apenas ser coberto caso haja perigo de chuva.

Com o passar dos dias, segundo um dos sitiantes entrevistados, “o ideal é que o café seja mexido de meia em meia hora, sempre estando as fileiras formadas pelo passar do rodo a favor do sol” (Senhor J. C. 55 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda).

A experiência de nosso interlocutor, que sempre trabalhou com o café, o levou a conclusão de que a movimentação do café e a espessura da camada influenciam no tempo e qualidade do produto. Estudos técnicos realizados por Androcioli Filho (2005) demonstraram que a maior movimentação do café durante o dia acelerou a secagem, conforme pode ser observado na tabela 13. Já o café sem movimentação e depositado

⁶¹ Nas propriedades visitadas também encontramos lavadores de café. O mesmo constitui-se de uma caixa de alvenaria, tendo ora o formato de um quadrado, ora de um círculo, construída em uma das extremidades do terreiro. Para que o café seja lavado, o lavador é cheio com água, sendo o café depositado dentro do mesmo. Em seguida, já livre das impurezas que o acompanharam, o café é retirado com uma peneira e alocado no terreiro para iniciar a secagem. Os resíduos que se acumulam no fundo do lavador, são retirados e, por constituir-se de terra, são devolvidos no meio do cafezal.

em camada grossa (6 cm), acaba por apresentar defeitos nos grãos. Dentre estes defeitos estão os grãos pretos e ardidos⁶².

A espessura da camada de café varia de acordo com o tamanho do terreiro de cada sítio, do número de membros de cada família e se a mesma contrata ou não trabalhadores externos para auxiliar na colheita. Desta forma, além da espessura da camada de café, a secagem pode levar de 16 a 30 dias, dependendo do tipo de café que chega ao terreiro. No início da colheita, quando os grãos tendem a estar mais verdes e em cerejas, o tempo é maior. No final, estando os grãos já quase secos, o tempo é menor. Segundo Androcioli Filho (2005, p. 53), “o café ao chegar ao terreiro apresenta as seguintes umidades: 60 – 70% nos frutos verdes, 45 – 55% nos frutos cerejas, 30 – 40% nos frutos passas e 20 – 30% nos frutos secos”.

Tabela 13 – Movimentação do café em duas camadas de espessura e o tempo de secagem

Número de movimentação do café por dia	Tempo de secagem (dias)	
	Camada de 2 cm	Camada de 6 cm
9 vezes ao dia	16	22
4 vezes ao dia	17	25
2 vezes ao dia	18	25
1 vezes ao dia	19	26
Sem movimentação	20	30

Fonte: Androcioli Filho, 2005.

Para que o café possa ser amontoado, segundo Androcioli Filho *et al.*, (1999), ele deve apresentar menos de 40% de umidade, o que para os sítios significa que é quando ele atinge a “meia seca”.

A partir do momento que o café atinge a “meia seca”, por volta das 15 horas, ele é amontoado no centro do terreiro, local este que é sempre o ponto mais alto para que, caso chova, a água escorra para suas extremidades. O café deve ser amontoado ainda com o sol quente para que a sua própria temperatura ajude na padronização dos grãos. Uma vez amontoado, o café é coberto com encerado.

⁶² É originário de várias causas. Uma das causas é o contato prolongado do café com a terra. O café também pode arder no terreiro quando ele é amontoado por muito tempo com o processo de secagem sendo insuficiente ou quando fica exposto à chuva e fermenta.

Para amontoar o café, dependendo da quantidade que já estiver secando, se faz necessário o trabalho de três pessoas. Também são utilizados equipamentos simples, como rodos, vassouras e a “vaca”. Destes, apenas os rodos são adquiridos no mercado. Na tentativa de minimizar os esforços e também o capital investido na compra de equipamentos, os sitiantes constroem ou utilizam matérias primas disponíveis no próprio sítio.

Para amontoarem o café, os mesmos constroem o equipamento que mais ajuda na tarefa, a “vaca”. A vaca nada mais é do que um utensílio simples, construído com algumas tábuas sobrepostas, com um metro de comprimento por setenta a oitenta centímetros de altura, pregadas em dois pedaços de madeiras que servem para que uma pessoa a conduza. A primeira tábua, que fica em contato com o chão do terreiro, deve ser despontada, no sentido de ser o mais fina possível. Em cada lado da mesma é amarrada uma corda, em que duas outras pessoas puxam, amontoando desta forma o café do terreiro mais rapidamente, conforme demonstra a foto 16.

FOTO 16: Família amontoando o café com a ajuda de uma ferramenta por eles construída, a “vaca”.



Apesar de rudimentar a “vaca” é uma importante ferramenta que auxilia os cafeicultores na tarefa de amontoar o café no final da tarde e a esparramá-lo na manhã do dia seguinte. A imagem registra também como é fundamental o trabalho das mulheres em todo o processo produtivo do café.

Fonte: registro fotográfico realizado no dia 21/07/2008 por Ederval Everson Batista.

O café amontoado no rodo ou na vaca deixa ainda muitos caroços pelo chão do terreiro. A tarefa é finalizada varrendo-os para o monte. Nesta tarefa e, também para economizar com a compra de vassouras, os sitiantes utilizam os cachos dos coqueiros já secos, que pela sua rusticidade, agüentam bem mais que as vassouras adquiridas no mercado.

No outro dia, já com o sol também quente, isto por volta das 10 horas da manhã, o café deve ser esparramado novamente. Este processo é repetido até que o mesmo esteja em condições de ser armazenado ou vendido.

Estes processos tomam muito tempo dos sitiantes. Para minimizar o tempo gasto, algumas alternativas são colocadas em prática. Como os lotes são geralmente estreitos na largura e de comprimento maior, a colheita geralmente é iniciada pela parte alta do sítio, ficando as ruas próximas ao terreiro para serem colhidas pela pessoa encarregada de ficar mexendo o café. Os sitiantes aproveitam o horário em que se deslocam para almoçar para “abrir o café”, ou seja, esparramar o monte.

Em alguns sítios em que os terreiros são pequenos, chega uma época em que, pelo fato de estar cheio, o sitiante se vê obrigado a parar de derriçar o café até que o café do terreiro esteja no ponto de ser armazenado.

Na secagem é preciso um cuidado todo especial para que o café não seja guardado ainda com umidade acima da recomendável pelos padrões técnicos, que varia de 11 a 12%. Os sitiantes não possuem nenhum equipamento que os auxilie nestas tarefas, apenas a experiência adquirida com anos de prática.

Encontramos apenas em duas propriedades secadores mecânicos que auxiliam na secagem do café. Um já é bastante antigo, tendo sido instalado pelo primeiro proprietário do lote. O outro foi instalado no ano de 2008, justamente pelo sitiante que possui sobre sua responsabilidade mais de uma propriedade produtora de café.

Este sitiante concentra em apenas uma propriedade todo o processo de secagem do café. Apesar de possuir área construída em terreiro superior a mil metros quadrados, ainda assim não estava sendo suficiente para dar conta da secagem de toda sua produção. Para não mais ter perda com o café já colhido, este sitiante investiu R\$ 14.000,00 na instalação de um secador.

No entanto, mesmo o café sendo passado no secador, precisa passar pelo terreiro, por um período que varia de cinco a dez dias, até atingir a “meia-seca” (35 a 40% de umidade). Os sitiantes não possuem nenhum equipamento que determina o momento ideal por eles intitulado “meia-seca” que, para a grande maioria vai determinar o momento em que o café já pode ser amontoado e, para quem possui secador, o momento em que poderá ser levado para terminar de secar nesse equipamento.

O senso comum dos sitiantes os fez desenvolver uma técnica para determinar o momento que o café atinge a “meia-seca”. Eles pegam um punhado de café e apertam na mão. Se os grãos não colarem uns nos outros é por que a “meia-seca” foi atingida.

Apenas para exemplificarmos a eficiência proporcionada pelo secador instalado pelo sitiante citado, a capacidade do equipamento é de 4.000 litros. Para que haja espaço por onde circular o ar quente, o sitiante não trabalha com a capacidade máxima do secador, colocando 60 sacas de café por vez. Após um período de 12 horas no secador, o café de “meia-seca” está pronto para ser armazenado. A temperatura não pode ultrapassar os 45 graus Celsius. O calor é produzido por lenha que é queimada na fornalha do secador que, depois de ligado, fica girando até que o café esteja seco.

A quantidade de café colocada para secar diminui pela metade após seco, isso quando o mesmo passa primeiro pelo terreiro. A proporção do café que chega da roça, assim como no terreiro, é de três por um, ou seja, de cada três sacas de café que chegam da roça, origina-se apenas uma saca de café em coco após seco.

A instalação do secador foi fundamental para que o sitiante pudesse minimizar o tempo de secagem do café. O secador tem capacidade para processar 60 sacas de café “meia-seca” em apenas 12 horas. Para economizar-se energia elétrica, o secador é colocado em funcionamento apenas no período noturno. Em apenas um mês de serviço a capacidade do mesmo, se não houver imprevistos, é de 1800 sacas.

A minimização de capital com a instalação do secador também se traduz na quantidade de dias pagos aos trabalhadores contratados para cuidarem apenas do terreiro, pois, segundo o próprio sitiante, “haverá uma diminuição significativa de tempo de trabalho gasto para efetuar todo o processo de seca do café” (Senhor O. K. T. 42 anos, proprietário e parceiro no bairro da Limeira).

Terminada a colheita e realizada a esparrama, um novo ciclo inicia-se com as primeiras floradas do cafezal, no mês de setembro. A florada do cafezal produz sensações e sentimentos diversos. Enquanto as pessoas de fora ficam impressionadas com a beleza e com o perfume exalado no ar, os sitiantes cafeicultores vislumbram um novo recomeço. Apesar de todos os percalços, como os fatores climáticos (ocorrência de geadas, excesso de chuva na época da colheita e a ausência na época da floração), econômicos (preços baixo do café e aumento dos insumos), e mais recentemente, sociais, representados pela falta de mão-de-obra para realizar a colheita do café, as esperanças se renovam com a florada do cafezal.

Apenas uma parte da modernização ocorrida na agricultura foi assimilada pela cafeicultura praticada em pequenas propriedades rurais, tais como a utilização de adubos e insumos químicos. Somente recentemente o uso de equipamentos automáticos tem auxiliado os cafeicultores, principalmente na colheita.

Como são poucas as tarefas realizadas com auxílio de equipamentos automáticos, a mão-de-obra familiar é imprescindível durante todo o processo produtivo da cultura, por exigir dos sitiantes e de seus familiares uma rotina que os faz estarem comprometidos quase que todos os dias do ano com a lida no cafezal.

Para que consigam se manter na atividade, os sitiantes precisam aumentar o volume de trabalho familiar para diminuir os custos de produção, principalmente durante a colheita. Esta é a única etapa do processo produtivo na qual os sitiantes contratam pessoal, isso quando conseguem, tendo em vista que a diminuição da população do meio rural londrinense acarretou problemas na contratação de mão-de-obra para a realização da colheita do café.

Os reflexos causados pela diminuição desta mão-de-obra, tão necessária no período de colheita do café, é o que está levando os sitiantes a modernizarem essa etapa, mediante a compra de instrumentos automáticos que auxiliam nas tarefas relacionadas à colheita. O que levou os sitiantes, quer sejam proprietários ou parceiros, a modernizarem uma parte do processo produtivo é o que analisaremos no próximo tópico.

3.6 Da falta de mão-de-obra à mecanização da colheita

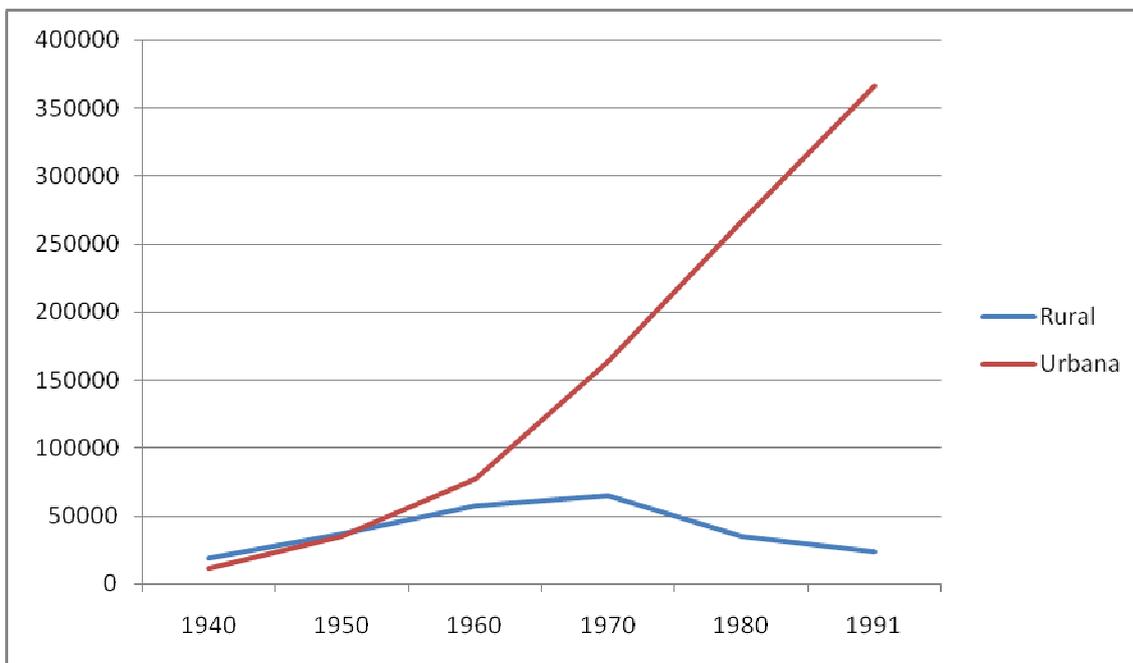
Se, até a década de 1950, as políticas públicas implementadas pelo estado brasileiro visavam não alterar as bases da agricultura brasileira, subsidiando desta forma as crises enfrentadas pela cafeicultura e mantendo o emprego de boa parte de nossa população, com a diversificação proporcionada pela modernização agrícola, o elo que mantinha o homem no meio rural foi quebrado. As novas lavouras passaram a usar maquinários, dispensando grande quantidade de trabalhadores em direção aos centros urbanos, onde passariam a servir de mão-de-obra no processo de industrialização que ocorria no país. Estavam lançadas as bases para a expansão do capitalismo no campo, uma vez que o trabalhador precisava ser expropriado de todos os seus meios de produção, exceto sua força de trabalho.

No Estado do Paraná, assim como já analisado, pelo fato do café ter sido plantado mais tarde, principalmente nas terras do Norte Novo, o golpe fatal nesta lavoura ocorreu somente após a geada de 1975, levando à erradicação da grande maioria de seus cafezais.

A erradicação dos cafezais no município de Londrina, assim como não podia deixar de ser, provocou além da substituição de culturas, o deslocamento de parte da população que, deixando o espaço rural, migrou na busca de um emprego nos centros urbanos. Os que preferiam não deixar de atuar no meio rural partiram em direção às regiões de novas fronteiras agrícolas do país, com destaque para os Estados do Mato Grosso e Rondônia.

O gráfico 4 evidencia a evolução da população residente no município de Londrina. Embora sua história seja recente, pois sua fundação ocorreu somente no ano de 1929, sendo elevado à condição de município no ano de 1934, a cafeicultura desenvolvida em seu território possibilitou que sua população rural fosse nas duas primeiras décadas maior que a urbana. Somente na década de 1950, com o crescimento do município como centro dinamizador de toda a região norte paranaense, foi que sua população urbana conseguiu superar a rural.

Gráfico 4 – Evolução da população residente no município de Londrina



FONTE: IBGE – Censos demográficos

Organização dos dados: PML/SEPLAN/Gerência de Pesquisas e Informações

Esse crescimento da população urbana no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1970 é entendido como o acréscimo de população que para o município de Londrina se dirigia, vinda de outras regiões do país, em virtude da fama que a cidade conquistou e não em virtude da migração da população do meio rural para a sede do município, fato este que somente iria acontecer com maior evidencia após a geada de 1975.

O distrito de Lerroville⁶³ foi uma área grande produtora de café na década de 1970 e, por conta disso, aglutinou um contingente populacional considerável para um distrito, com população de 12.161 habitantes em 1970. Dez anos mais tarde passou para 7.840, em 1991 para 5.043 e apenas 4.704 para o ano de 2000, conforme os dados apresentados na tabela 14.

O fenômeno de deslocamento da população do distrito de Lerroville, ocorrido entre os anos de 1970 a 2000, pode ser explicado pelos seguintes fatores: introdução de novas culturas, como a soja; política de erradicação de cafezais anti-econômicos; modernização excludente da agricultura brasileira; crise mundial do café iniciada com a ruptura do Acordo Internacional do Café e do controle da torrefação e da distribuição do café por grupos oligopsônicos.

Percebe-se pelos dados da tabela 14 que, após a geada de 1975, ocorreu um incremento populacional na sede do distrito, tendo sua população quase que duplicado em termos absoluto. A partir deste momento, sua população urbana cresceu muito pouco, tendo em vista que seu perímetro urbano continua inalterado. A única transformação diz respeito à construção de um conjunto habitacional com cinquenta casas, que possibilitou o acréscimo populacional.

⁶³ O distrito está localizado a 49 km da sede do Município de Londrina e seu acesso se dá pela PR-445, que corta o Município no sentido norte-sul a 2,1 km da sede do distrito, interligando-o à área urbana de Londrina. Lerroville é o maior distrito de Londrina com uma área de 298,59 km². Sua topografia é ondulada em 70% de sua área, montanhosa em 20% e plana em 10%. Está a 23°42'S e 51°02' W, em uma altitude que varia de 750 a 800 metros, com temperaturas médias anuais entre 19° e 20° C, com precipitações de 1600 a 1650 mm por ano. Londrinópolis ou Placa Londrinópolis foi a primeira denominação dada a Lerroville, que posteriormente ganhou este nome como uma homenagem da comunidade local ao engenheiro proveniente de São Paulo, Nicolau Lerro, considerado fundador do patrimônio e que fora assassinado por questões fundiárias. Lerroville significa então a vila de Lerro, cujo núcleo urbano se originou da estrada que ligava o então distrito de Tamarana ao distrito de Paiquerê e se constituía em um ponto de comércio escolhido pelos agricultores locais. Na década de 1920 Lerroville era área explorada por safristas que ali formavam roças para a criação de porcos. Nas décadas de 1960 e 1970, ela se transformou em grande área de plantações de café, graças aos loteamentos agrícolas realizados por iniciativa de Gustavo Avelino Correa (Perfil de Londrina, 1994).

Tabela 14 – Evolução da população urbana e rural residente no município de Londrina e no distrito de Lerroville no período de 1970 a 2000

LONDRINA			LERROVILLE			
ANO	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	163.528	64.573	228.101	409	11.752	12.161
% ¹	71,69	28,31	100,00	3,36	96,64	100,00
% ²				0,25	18,20	5,33
1980	266.940	34.771	301.711	1.120	6.720	7.840
% ¹	88,48	11,52	100,00	14,28	85,72	100,00
% ²				0,42	19,32	2,60
1991	366.676	23.424	390.100	1.171	3.872	5.043
% ¹	94,00	6,00	100,00	23,22	76,78	100,00
% ²				0,32	16,53	1,29
2000	433.369	13.696	447.065 ³	1.686	3.020	4.706
% ¹	96,94	3,06	100,00	35,83	64,17	100,00
% ²				0,39	22,05	1,05

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1970,1980,1991 Contagem da população 1996.Censo demográfico 2000 (dados preliminares)

1 - Porcentagem da população que residia na área rural e urbana de Londrina e de Lerroville

2 – Porcentagem da população do distrito de Lerroville em relação à de Londrina

3 - Já subtraída a população de Tamarana, que era distrito do Município de Londrina e foi desmembrado deste, por meio da Lei Estadual nº 11.224 de 13/12/1995. No Censo Demográfico de 1991, a população de Tamarana, até então o maior de Londrina, totalizava 8.626 habitantes.

Já em relação à população que residia na área rural do distrito, sua diminuição foi drástica, passando de 11.752 habitantes na década de 1970 para apenas 3.020 no ano de 2000. Percebe-se que a maior parte da população do distrito ainda reside em sua área rural, ou seja, 64,17% do total. Por ser o maior distrito de Londrina e, insistimos, ter mantido muitas pequenas propriedades ainda cultivando o café, esse número (3020), representa 22,03% da população rural londrinense. Essa população ainda se manteve graças à presença de muitas propriedades que cultivam a cultura cafeeira, fixadora de muitas famílias no meio rural, como as existentes nos dois bairros rurais objetos desta pesquisa.

Em um artigo encontrado na imprensa de Londrina, quando buscava-se informações a respeito da história do distrito de Lerroville, encontramos a seguinte explicação para o fenômeno de desamparo da população distrital de Lerroville que, além de corroborar com as informações contidas na tabela 14, também traz alguns dados sobre a importância que a cafeicultura tem para as poucas famílias de bóias-frias que continuam residindo na sede do distrito. Assim diz o artigo:

O café proporcionou 12.161 habitantes a Lerroville em 1970 e ao declinar tirou 35,53% na década seguinte. Dos 7.840 restantes em 1980, 35,64% partiram no decorrer de dez anos, restando 5.046 em 1991. A Secretaria do Planejamento detectou nos censos do IBGE que a migração interna cessou, o povo está indo embora do distrito: em 1980, a zona rural havia perdido 42,82% para um crescimento de 173,84% na sede. Mas em 1991, a perda no campo em dez anos chegou a 42,53% e o aumento na sede a apenas 4,64%. Apesar de ter a área muito reduzida, o café ainda é importante para atenuar as dificuldades sociais de Lerroville, com 37,08% de bóias-frias entre os 507 trabalhadores residentes na zona urbana. No geral, 44,38% da força de trabalho é ocupada no meio rural em atividades de baixa remuneração, verificando-se que 26,41% o maior estrato, tem renda familiar mensal de 1 a 2 salários-mínimos (SCHWARTZ e CUSTÓDIO, 1995, p. 8).

Outra fonte que cita a importância da lavoura cafeeira para o distrito de Lerroville é Almeida (2005), que diz que dos 1.832 hectares de lavoura permanente, 1.475,90 se destinavam à cultura de café. Esses dados ajudam a entender o porquê de sua população rural ser maior que a urbana.

Até o ano de 2000 não havia muita opção de trabalho para os moradores da zona urbana do distrito, tendo em vista que o mesmo não possuía, e ainda hoje não possui, nenhuma indústria ou empresa capaz de proporcionar emprego para a população.

A única opção que restava eram os serviços temporários na agricultura, principalmente durante a colheita do café e, mais esporadicamente, em outras atividades também ligadas à cafeicultura. Também em outras culturas, principalmente na olericultura, que depende quase que exclusivamente de mão-de-obra manual no desenvolvimento de seu processo produtivo, havia a possibilidade de trabalho.

Assim sendo, até esta data, os sítiantes não tinham dificuldades para contratar trabalhadores temporários para prestar serviço em suas lavouras.

No final do ano de 2000 o distrito de Lerroville passou a ser integrado com o sistema de transporte coletivo, fato este que possibilitou que muitos moradores pudessem buscar um emprego na cidade de Londrina, pois era possível o deslocamento diário para qualquer lugar da cidade.

Com a possibilidade de se empregarem na sede do município e com isso serem mais bem remunerados, muitos moradores que trabalhavam como bóias-frias deixaram sua antiga ocupação. Começava aí a dificuldade dos sitiantes em contratarem trabalhadores para realizarem a principal tarefa da cafeicultura, ou seja, a colheita.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento de Londrina, o distrito de Lerroville possuía no ano de 2006, ano em que foi realizado o Censo Agropecuário pelo IBGE, 443 estabelecimentos agropecuários. Somente nos bairros rurais estudados, no total de 102 propriedades, 78 possuem café plantado e, 87 estabelecimentos agropecuários. Apesar da Secretaria Municipal de Agricultura não possuir estes dados sistematizados, acreditamos, embasados pela experiência de presenciarmos o cotidiano do distrito que, seguramente, há mais de 150 propriedades que possuem café plantado, ainda que em muitas delas não seja a principal cultura.

A dificuldade em conseguir pessoal para realizar a colheita tem levado alguns proprietários a aumentarem o valor pago por saca de café colhido, afinal o trabalho é caro quando escasso e barato quando abundante. O valor pago para que a colheita seja realizada representa, segundo os sitiantes, 25% dos custos de produção. Isso se explica pelo fato de que, no início da colheita, quando o café apresenta a grande maioria dos grãos na forma de caroços verdes ou cereja, de cada três sacas que chegam ao terreiro, depois de secos, representam apenas uma saca de café em coco. Quando o café é beneficiado, dependendo da renda do café, cada três sacas de café em coco são transformados em apenas uma saca de 60 Kg de café.

Desta forma, de cada nove sacas de café que saem da lavoura, depois de beneficiados obtêm-se apenas uma saca de café. Se o valor pago aos trabalhadores chegou a ser de R\$ 7,00, somente na colheita de uma saca de café beneficiado foram gastos R\$ 63,00. No ano de 2008, os cafeicultores conseguiram vender a saca de café a R\$ 227,00, sendo que a colheita representou, neste caso, 27,75% dos custos de produção.

A tendência em curso na cafeicultura tem mostrado a necessidade de mecanização da colheita e também, nas demais fases, de maior emprego de mão-de-obra. A mecanização ocorre pressionada pela necessidade de redução dos custos de produção.

Os sitiantes entendem que, para quem paga, este valor acaba sendo muito alto, devido aos baixos preços conseguidos pela saca de café. Já para quem recebe, no caso dos bóias-frias, este valor é baixo, devido ao esforço físico que os mesmos têm que

empreender para obterem, no final do dia, de quatro a cinco sacas de café colhido, recebendo por isso um valor que pode variar de R\$ 28,00 a R\$ 35,00 por dia.

O fato é que o café precisa ser colhido. De uma forma ou de outra os sitiantes têm que fazer a inversão de capital para realizar a colheita o mais rápido possível, a fim de que o café obtenha uma melhor qualidade.

A falta de mão-de-obra suficiente para atender a todos os sitiantes, como acontecia no passado, está levando muitos cafeicultores, proprietários ou porcentageiros, a fazerem inversão de capital na aquisição de equipamentos automáticos para realizarem a colheita. Regiões mineiras e baianas, de relevo plano, possibilitam a utilização de grandes máquinas para colher o café. Já os equipamentos adquiridos pelos pequenos sitiantes, apesar de realizarem o trabalho que seria desempenhado por vários homens, necessitam da força humana para operá-los. Os equipamentos são as derriçadeiras, utilizadas para derrubar os caroços de café no chão e o soprador, utilizado para amontoar o café, substituindo a rastelação.

As derriçadeiras, segundo informações dos sitiantes, têm capacidade de derrubar de 25 a 30 sacas de café por dia. Há, porém, alguns fatores que podem contribuir para aumentar estes valores, como a carga do cafeeiro, o tamanho dos mesmos e, principalmente, a forma como se encontram os grãos de café que, quanto mais secos, mais fácil são de derrubar.

A autonomia de consumo de gasolina de cada equipamento varia de acordo com a forma trabalhada, variando de quatro a cinco sacas de café por litro de gasolina. O depoimento de um sitiante resume bem a importância destes equipamentos: “O derriçador foi a melhor coisa que inventaram depois que a gente se ralou por mais de 30 anos” (senhor A. P. C. 50 anos, proprietário no bairro da Limeira).

Além de auxiliar na colheita, as derriçadeiras amenizam também o sofrimento das pessoas em dois sentidos. Primeiro: evitando o contato direto das mãos com os ramos dos cafezais. Isso diminui consideravelmente os machucados, principalmente que pequenos pedaços dos ramos penetrem nas mãos das pessoas que estejam derriçando. Segundo: como a colheita é realizada nos meses de inverno, na parte da manhã a temperatura é baixa e, para que a derriça manual ocorra, se faz necessário o contato das mãos com os ramos dos cafeeiros ainda molhados, fato este que torna a sensação térmica ainda mais baixa. Com o trabalho das derriçadeiras, estes sofrimentos foram abrandados.

Na colheita da safra de 2008, encontramos nos dois bairros rurais, em 44 propriedades, ou seja, em 56,41% das que possuem o café plantado, a presença de equipamentos automáticos, conforme pode ser observado na foto 17, que demonstra um parceiro realizando a derriça do café.

Embora os proprietários possuam melhores condições financeiras do que os porcentageiros, os equipamentos automáticos aparecem distribuídos de forma igualitária, pois encontramos 24 proprietários e 20 porcentageiros que possuem os equipamentos.

Os que ainda não possuem os equipamentos automáticos disseram que não os adquiriram por causa do preço. Para o ano de 2008, a derriçadeira, dependendo da marca, custava cerca de R\$1.600,00. Já a aquisição de outras peças que possibilitam realizar outras funções, como a roçagem e o esqueletamento, podem elevar o custo para cerca de R\$ 3.000,00.

Os produtores que já compraram os equipamentos há duas ou três safras, estão descontentes com o alto valor pago nas peças quando os equipamentos precisam de manutenção, principalmente a que tem função de derrubar os caroços de café, pois esta peça é a principal da máquina e também a que se estraga com maior frequência.

FOTO 17 – Parceiro utilizando a derriçadeira automática para colher o café.



Os equipamentos automáticos otimizaram a tarefa mais demorada da colheita, a derriça. Este equipamento é capaz de derrubar até trinta sacas de café por dia e tem sido adquirido tanto pelos proprietários como pelos parceiros que buscam diminuir o tempo gasto na colheita, reduzindo o risco de prejuízos provocados pelas intempéries climáticas.

Fonte: registro fotográfico realizado em 16/07/2008 por Ederval Everson Batista

Os sopradores, que realizam o serviço de amontoar o café para ser abanado, foram encontrados em apenas três propriedades, mas pela redução do tempo que o mesmo propicia, tende a rapidamente disseminar-se por outras propriedades.

A redução de pessoal e de tempo gasto na colheita é a principal vantagem dos equipamentos automáticos, embora não eliminem totalmente a contratação de trabalhadores temporários.

A aquisição dos equipamentos está provocando mudanças na forma tradicional de colher o café. Anteriormente e nas propriedades que não os possuem, os trabalhadores eram contratados e tinham a obrigação de realizar todas as tarefas específicas da colheita e entregar o café ensacado próximo aos carregadores. Com a utilização dos equipamentos, isto está mudando. Nas propriedades que já os possuem, os proprietários preferem ir derrubando o café, contratando pessoal para colher apenas os caroços que a máquina não conseguiu alcançar e fazer as demais tarefas ou, conforme é dito pelos cafeicultores, “levantar o café”, ou seja, rastelar, abanar e ensacar o produto.

Percebe-se que, embora na maior parte do processo produtivo, a força de trabalho seja constituída pelo trabalho dos membros familiares, também na cafeicultura caminha-se para a subordinação real do trabalho ao capital, pois está em curso a potencialização do trabalho humano, poupadora de mão-de-obra que já praticamente não existe na sede do distrito para ser contratada.

A falta de mão-de-obra também se justifica pela saída, principalmente dos filhos mais jovens dos sitiantes, que preferem buscar um emprego na cidade de Londrina.

Apesar do café ser a principal cultura geradora de renda para os sitiantes pesquisados, principalmente os menores, encontramos outras fontes de renda que também são importantes na manutenção familiar destes sitiantes no meio rural, quer sejam proprietários da terra ou parceiros na produção. São estas outras fontes de renda que destacaremos no próximo capítulo.

4 - ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS
CAFEICULTORES: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO FAMILIAR E
DAS DEMAIS FONTES DE RENDA OBTIDAS NA PROPRIEDADE E
TAMBÉM FORA DELA

Foi-se o tempo em que a cafeicultura possibilitava aos sitiantes proprietários de terras adquirir mais terra, comprar uma casa na sede dos distritos ou até mesmo na cidade de Londrina. Muitos até trocavam de carro todo ano graças aos bons rendimentos possibilitados pela cafeicultura. Já entre os porcentageiros, a meta era adquirir um pedaço de terra e produzir café sem ter que pagar a porcentagem.

Esse tempo em que a cafeicultura proporcionava aos seus fiéis cultivadores bons lucros faz parte do passado. A partir do final da década de 1990, a crise se abateu sobre o setor cafeeiro, colocando em evidência as dificuldades do elo mais vulnerável em sua cadeia produtiva, os produtores. Em sua grande maioria, estes produtores são pequenos sitiantes ou parceiros. Também há os trabalhadores contratados para auxiliá-los, os bóias-frias, principalmente no período da colheita.

Essa constatação evidencia-se pelos dados da Revista Observatório Social (2002), na qual constata-se que se em 1991, os países produtores ficavam com 30% do total dos recursos possibilitados pela cadeia produtiva, uma década depois, no ano de 2002, esses valores passaram a representar apenas 8%, ficando as grandes empresas que atuam no mercado com os demais 92% dos recursos disponibilizados pela cafeicultura mundial, somente pelo fato de industrializarem o café e o revenderem com maior valor agregado. Os dados ajudam no entendimento de porque os países importadores impõem barreiras que dificultam a entrada do café brasileiro de outra forma que não seja como *commodity*.

As barreiras alfandegárias impostas ao café industrializado brasileiro não são recentes. Durante a década de 1950, conforme destacado por Duque (1970), os americanos queriam obrigar o Brasil a não exportar café solúvel. Os Estados Unidos, sem produzir um caroço de café, eram o maior exportador de café deste gênero para países como Japão, Canadá e Inglaterra.

Para minimizar os efeitos provocados pela crise no setor cafeeiro, os sitiantes estão adotando estratégias diferenciadas a fim de postergarem ao máximo medidas consideradas drásticas, como vender o lote ou mesmo arrancarem os cafeeiros e arrendarem sua propriedade.

Esses efeitos acabam por também tornar difícil a vida dos porcentageiros que estão tendo que desprender o mesmo trabalho com o cafezal e ver a quantidade de café colhido a cada ano diminuir e, conseqüentemente, seus lucros. Isso se explica pela redução dos investimentos realizados pelos proprietários em insumos, principalmente adubos, que os cafeeiros necessitam. Com o preço do café em baixa e os preços dos

insumos, principalmente dos adubos, subindo desproporcionalmente em relação ao preço do café, as adubações e as pulverizações estão sendo mais espaçadas. Há casos em que os porcentageiros nos informaram que os proprietários, alegando que o café não está dando lucro e por estarem descapitalizados, não realizaram nenhuma aplicação de adubo no ano de 2008.

Os porcentageiros, neste caso, ficam à mercê das decisões dos proprietários, que a cada ano em que o preço do café não reage favoravelmente, se mostram menos dispostos a investir na lavoura. Essa estratégia também pode ser entendida como uma forma que os proprietários usam para fazer com que o parceiro rompa o contrato, principalmente quando os mesmos não agradam ao proprietário.

No entanto, a redução das operações de adubar e pulverizar os cafeeiros afetam não somente a safra seguinte, mas a própria vitalidade dos cafeeiros, que em muitos casos já possuem mais de quarenta anos, precisando serem adubados anualmente para manterem-se produtivos.

Diante desse cenário de crise, que a cada ano rebaixa o preço do produto oferecido pelos sítiantes ao mercado e eleva os preços dos insumos, nota-se que as estratégias a que recorrem são as mais diferenciadas, adequando-se às particularidades de cada unidade produtiva e também do grupo doméstico.

Como nos bairros rurais estudados, das 78 propriedades produtoras de café, em apenas três seus proprietários utilizam mão-de-obra assalariada, temporária ou permanente no processo produtivo do café, cabe destacar a importância que o trabalho familiar assume na manutenção dos sítiantes, sejam eles proprietários ou porcentageiros. Isso é o que analisaremos no próximo item.

4.1 A importância da mão-de-obra familiar

Na agricultura brasileira o ponto fundamental no que diz respeito à mão-de-obra ocupada é a presença marcante do trabalho familiar. Sua participação é inversamente proporcional ao tamanho das propriedades, ou seja, quanto menor for o tamanho territorial ou em valor de produção, maior se torna a importância do trabalho familiar.

A agricultura, de um modo geral, é o setor em que o capital ainda não logrou controlar por completo o trabalho, tal como ocorre na indústria. A produção na agricultura está sujeita aos limites que a natureza impõe. Para Loureiro (1987), essa é a

razão da presença, ainda hoje predominante, do pequeno capital na agricultura, que chega a reinventar essa forma peculiar de subordinação do trabalho, qual seja o trabalho coletivo da família.

Mesmo nas propriedades menores é importante entender a parceria como uma das alternativas do capital para ampliar seu processo de produção. Em outras palavras, o momento atual de subordinação do trabalho ao capital na cafeicultura londrinense ainda passa pela parceria, ou, mais amplamente, pelo trabalho familiar, uma vez que se todo o trabalho fosse realizado por trabalhadores assalariados, o investimento em capital tenderia ser maior. Apenas para exemplificar como isso ocorre, citamos o estudo que Loureiro desenvolveu com um grupo de parceiros na produção de cebolas em Piedade, no Estado de São Paulo. Ela assim descreve como o trabalho dos parceiros é potencializado:

Como família, o parceiro, ou melhor, os membros ativos, potenciais ou efetivos da família do parceiro, têm uma produtividade do trabalho muitíssimo mais elevada que a do trabalhador assalariado, sob as mesmas condições técnicas de produção, ou de subordinação do trabalho ao capital. Porque “tendo interesse na produção”, os parceiros, através da cooperação compulsória dos membros da família, podem estender suas jornadas de trabalho e intensificar o ritmo de sua execução (LOUREIRO, 1987, p. 94/5)

Nos bairros rurais estudados é predominante o uso da mão-de-obra familiar. Apenas esporadicamente, principalmente durante a colheita, ocorre a contratação de trabalhadores assalariados – bóias-frias – para auxiliá-los. Em apenas três propriedades, situadas no mapa 06 (página 160) pelos números 07, 08 e 09, no bairro da Limeira, é que as relações de trabalho são eminentemente capitalistas, ou seja, ocorre a contratação de pessoas para efetuarem as tarefas cotidianas das propriedades.

Estas propriedades possuem algo em comum e que as difere das demais existentes nos bairros, por possuírem áreas bem maiores. Além disso, a cafeicultura nestas propriedades não aparece como produto principal, tendo a pecuária ocupado seu lugar, embora a cafeicultura seja importante nas propriedades 07 e 08. Na propriedade 09 a área ocupada com café é pequena e, segundo seu proprietário, existe a propensão de se erradicar os 10 mil pés de café restantes na propriedade, que ocupam apenas 2,4 ha da área. O restante encontra-se ocupado com pastagem.

A maior propriedade encontrada no bairro rural, representada pelo número 07 no mapa 06, foi formada pela junção de várias pequenas propriedades, 24 no total, num processo que podemos chamar de “reaglutinação imobiliária”. Ela possui características marcantes que ajudam a explicar porque o trabalho ainda não está inteiramente

subordinado ao capital. Diferentes formas de relações de trabalho podem ser ali observadas. A lavoura é mantida por trabalhadores permanentes, temporários e por três famílias de porcentageiros. Estas famílias são importantes para o fazendeiro, pois devido a sua produtividade, diminui os custos com a contratação de trabalhadores temporários.

Para os proprietários, a vantagem da parceria é que este sistema de produção os isenta também de “custos” referentes aos encargos trabalhistas com a Previdência Social. Na parceria, a unidade de força de trabalho é a família; já no assalariamento, permanente ou temporário, a unidade de força de trabalho é o indivíduo.

Na propriedade 07, a área ocupada com café é de 65 hectares, totalizando mais de 173 mil pés de café. O restante da área da propriedade, 188,76 ha, excetuando uma pequena área de reserva, encontra-se quase toda ocupada com pastagem.

Já a propriedade 08 possui metade de sua área ocupada com café, sendo a segunda maior em relação ao número de pés de café plantados, totalizando 55 mil. O restante da área também se encontra ocupado por pastagem.

Encontramos em 11 propriedades outra alternativa buscada pelos proprietários para conseguirem outra forma de rendimento. Nestes casos, uma pequena área da propriedade que não mais é ocupada pelo café encontra-se arrendada para a produção de soja⁶⁴.

A história registra que a atividade cafeeira tornou-se referência obrigatória para a compreensão do emprego agrícola no país, pelo fato do desenvolvimento de sua produção sempre ter necessitado de farta mão-de-obra.

O café proporcionou a metamorfose da mão-de-obra que, ao longo da história, passou pelo trabalho escravo, o trabalho juridicamente livre, mas economicamente submetido aos latifundiários, representado pelo colonato e pela parceria, que representou um meio excepcional para expandir os negócios dos fazendeiros com o mínimo de gasto possível; até chegar ao trabalho assalariado, tipicamente capitalista, representado pela presença marcante dos bóias-frias, despojados de todos os meios de produção, exceto sua própria mão-de-obra.

Se os sítios que possuem uma área maior, embora não toda ocupada pelo café, preferem utilizar mão-de-obra assalariada, pelo fato de também poderem aproveitá-la em outras atividades em suas propriedades, principalmente as relacionadas ao manejo

⁶⁴ Apenas para termos uma ideia do montante recebido pelo proprietário, conversamos com um arrendatário que nos informou que a terra estava arrendada a 35 sacas de soja por ano por alqueire.

com o gado, as pequenas são conduzidas diretamente pela família do proprietário, caso este resida no lote, ou por famílias de porcentageiros.

A parceria no café consiste na cessão de parte da terra pelo proprietário a um trabalhador rural ou mesmo para outro pequeno proprietário cujas terras são insuficientes para garantir trabalho para todos os membros da família, por meio de contrato escrito e registrado, ou mesmo sem contrato formal.

No caso específico dos porcentageiros entrevistados, percebemos que os que estão há muitos anos trabalhando na mesma propriedade, caso de um porcentageiro que reside na mesma propriedade desde o ano de 1971, pela confiança existente entre ambas as partes, já nem existe mais contrato. Já nos casos em que a relação entre o proprietário e o parceiro é recente, os contratos são devidamente registrados.

A importância dos contratos escritos e registrados é que eles tornam-se um instrumento comprobatório que permite ao trabalhador ter acesso aos financiamentos bancários, principalmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e a comprovar tempo de serviço na atividade rural para efeito de aposentadoria.

O contrato firmado entre os proprietários e os parceiros tem vigência de três anos, iniciando no primeiro dia do mês de outubro e finalizando no último dia de setembro. Nele estão contidas as obrigações de ambas as partes.

Nos casos específicos dos parceiros estudados⁶⁵, constatamos que em 86,49% dos casos o parceiro tem direito a 40% da produção de café da área sob sua responsabilidade. Não se divide o dinheiro apurado com a venda, mas o produto, medido em sacas de café em coco ou já beneficiado.

Em 8,11%, os parceiros pesquisados têm direito a 45% da produção. Já em 2,70% dos casos, a produção é dividida em 50% para cada parte. Nestes casos percebeu-se que os mesmos possuem algum grau de parentesco com os proprietários, geralmente filhos.

A pesquisa apontou também que os sitiantes, quer sejam proprietários ou parceiros, pouco utilizam os recursos do PRONAF. Entre os porcentageiros, 86,49% não

⁶⁵ De modo geral, na relação de parceria, tal como se dá nos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira, além da terra, o proprietário participa com capital na forma de meios de produção: o custo total dos adubos e dos agrotóxicos, dependendo do contrato e da forma da colheita (os panos para a realização da mesma) e com o valor para beneficiar sua parte da produção. O parceiro participa, além do trabalho, com os equipamentos necessários para o processo produtivo do cafezal, muitos dos quais manuais, com o pagamento da força de trabalho assalariada que, eventualmente, precise contratar para complementar o trabalho, principalmente com a colheita e com o valor para beneficiar o café, quando o proprietário exige que seja realizado na propriedade.

utilizam; os 13,51% que utilizam, na maioria dos casos, são filhos dos proprietários da terra.

Já entre os proprietários, 59,52% não fazem uso dos recursos do PRONAF. Dependendo do nível em que se enquadram, o valor a ser pago pode ser menor do que o valor sacado. Há casos em que o proprietário ao contrair um financiamento no valor de R\$ 2.000,00 e, após um ano, ao efetuar o pagamento dentro do prazo, desembolsou R\$ 1.800,00, o que equivale a um desconto de 10%.

Levando-se em conta o total de propriedades produtoras de café, apenas 26,92% fizeram uso do PRONAF, como pode ser observado na tabela 15. Percebe-se ainda uma maior concentração (76,19%) nas menores propriedades, com até 15 ha. O restante dos recursos (23,81%) foram tomados pelos proprietários das médias propriedades, uma vez que os que se enquadram nos grupos das maiores áreas não se enquadram para tomar este tipo de recursos.

Tabela 15 – Relação entre a área das propriedades produtoras de café e o uso do PRONAF pelas mesmas

Grupos de área (em ha)	Propriedades	%	Propriedades que fizeram uso do PRONAF	%
Até 4,9	11	14,10	2	9,53
Entre 5 e 10	25	32,05	7	33,33
Entre 10,1 e 15	22	28,20	7	33,33
Entre 15,1 e 30	13	16,67	4	19,05
Entre 30,1 e 50	03	3,85	1	4,76
Entre 50,1 e 100	03	3,85	-	
Acima de 100,1	01	1,28	-	
Total	78	100	21	100

Fonte: pesquisa de campo realizada nos meses de julho e agosto de 2008.

Encontramos muitas explicações que levaram os sítiantes a não utilizarem desta que pode ser considerada uma das poucas opções de crédito agrícola para os pequenos produtores rurais do país. Elas vão da burocracia ao receio de contraírem dívidas. O homem do campo, “não quer ver seu nome sujo na praça”. A fala seguinte resume bem este ponto: “É muito complicado fazer a papelada, nós não quer ficar devendo para o

banco. Chega o dia de pagar, se não tiver complicação” (Senhor A. C. S. 48 anos, parceiro no bairro da Limeira).

Outro ponto de desestímulo se dava pelo fato de o PRONAF, para ser liberado, ter que ser realizado em grupo (Aval Cruzado), no sistema de crédito solidário. Os sítiantes procuravam se unir em grupos de parentesco ou de amizade, mas mesmo assim, no caso de um dos membros do grupo ter dificuldades para saldar a dívida contraída, todos ficavam comprometidos. Um sítiante porcenteiro resume bem esta preocupação, com a seguinte fala: “Por causa de ser em grupo, para pagar o da gente já é difícil. Imagina ter que pagar a parte dos outros também” (Senhor O. B. 47 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda). A prática do grupo mudou a partir de 2007, e a liberação dos recursos do PRONAF passou a ser individual.

Outro produtor tem a clara concepção de que o PRONAF é importante para ajudar os cafeicultores, mas também sabe que o capital investido na agricultura envolve muitos riscos e, por isso, pode resultar em prejuízos. Daí seu receio em não tomar dinheiro emprestado, mesmo que o valor a ser devolvido seja menor que o sacado. Ele assim se manifesta: “Nunca peguei um centavo do governo. Prejuízo não tem, mas se a pessoa não souber investir vai dar prejuízo” (Senhor J. C. 55 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda).

Como os pequenos proprietários de terras não possuem seus representantes no Congresso Nacional como os grandes, representados pelos deputados e senadores da ala ruralista, que sempre usam seu poder como moeda de troca para prorrogar as dívidas dos grandes proprietários, os cafeicultores preferem não fazer uso do dinheiro público do que ter o “nome sujo na praça”.

Mas, detectamos que a principal reclamação em relação ao PRONAF entre os sítiantes que o contraíram diz respeito à data de vencimento. Quando não ocorrem atrasos, a liberação do dinheiro se dá no mês de setembro. Como o prazo para quitar os débitos é de um ano, o mês de setembro do próximo ano é o prazo para que os cafeicultores saldem suas dívidas. Acontece que este período, que sucede à colheita, é o momento em que os preços do café estão em baixa e, para não terem problemas com a renovação do seu PRONAF para o ano seguinte, os cafeicultores se obrigam a vender uma boa parte de sua produção a um preço muito baixo. Segundo eles, o ideal seria que os recursos do PRONAF para a cafeicultura fossem liberados nos meses que antecedem a colheita, ou seja, março ou abril.

Embora seja voz corrente este descontentamento, a fala de um sitiante resume o sentimento de todos sobre o PRONAF. “É errado a data do vencimento. Tem que ser feito para pagar no início do ano. Eles obrigam a gente a vender o produto antes da hora. Prá não sujar o nome tem que vender. Eles ajudam num ponto e estraga no outro” (senhor A. S. 60 anos, proprietário no bairro da Limeira).

Voltando às especificidades do sistema de parceria, firmado o contrato, o parceiro recebe a terra com o café já formado, ficando responsável pelos tratos culturais e pela colheita. Nas tarefas referentes aos tratos culturais é dever do porcentageiro: manter limpo o cafezal, fazer o replantio de mudas em locais em que os pés morreram, fazer a desbrota e aplicar os insumos necessários à produção do café (adubos, herbicidas, fungicidas, etc.), sendo que a compra dos insumos é de responsabilidade dos proprietários.

Embora o parceiro não possa realizar nenhuma atividade na propriedade que implique em investimentos a longo prazo, como construir ou reformar uma casa, por exemplo, cabe a ele manter em boas condições de uso o carreador que liga a estrada principal à propriedade. A principal tarefa é manter limpas as caixas construídas ao longo do carreador para armazenar a água das chuvas.

Dependendo do contrato, o porcentageiro pode produzir juntamente com o café, produtos para o auto-consumo ou para o consumo intermediário. Há casos ainda em que a plantação destes produtos ocorre em pequenas áreas. Sobre estes produtos dificilmente é cobrada porcentagem.

A criação de pequenos animais, como suínos e aves, pode ocorrer, desde que os mesmos sejam criados presos. Já a criação de animais de grande porte, em virtude da pouca área destinada à pastagem, é dificultada, embora ocorra em 11 casos.

Ao parceiro cabe, fundamentalmente, a mão-de-obra empregada em todas as fases do processo de produção. Algumas vezes, principalmente em anos em que a safra é superior à capacidade da própria unidade de produção familiar em relação à falta de braços durante a colheita, o parceiro pode utilizar a mão-de-obra assalariada para que o café seja colhido rapidamente, evitando com isso prejuízos no tocante à qualidade do mesmo.

Em relação aos proprietários, há também a predominância da mão-de-obra familiar. Porém, não se descarta a contratação de pessoal para auxiliar os sitiantes, principalmente nas propriedades em que os filhos já não mais residem, deixando seus

pais com idade avançada e sem condições de exercerem sozinhos as pesadas etapas que o processo produtivo do café exige.

Citamos aqui alguns exemplos de famílias em que somente o casal permaneceu na propriedade, fazendo-se necessário que pessoas sejam contratadas para auxiliá-los. Nas propriedades representadas no mapa 06 (página 160) pelos números 30, 17, 15 e 96, o casal de proprietários possui, respectivamente, as seguintes idades: 77 e 67, 54 e 49, 56 e 51, e 67 e 54 anos.

Achamos pertinente citar estes exemplos, porque eles mesmos nos chamaram a atenção durante a aplicação do roteiro de entrevista.

No primeiro caso, o senhor G. M. P. (77 anos, proprietário no bairro da Limeira), quando da realização da entrevista, no mês de agosto, por ter conhecimento de que residíamos na sede do distrito, ao término das questões referentes à pesquisa, pediu para que tentássemos encontrar pessoal – bóias-frias – para realizar sua colheita, que até aquele momento mal tinha começado, pois ele já estava preocupado com os prejuízos que a demora em colher o café certamente iria proporcionar.

Outro caso, que pelas suas especificidades nos chamou a atenção foi o do senhor J. R. N. (56 anos, proprietário no bairro da Limeira). Como dos três filhos, nenhum quis permanecer na propriedade, ele estava tendo dificuldades em dar conta de todo o serviço que o café exige. Por isso tem que contratar pessoal para auxiliar nos momentos de mais serviço no cafezal. Fato curioso é que encontramos um dos filhos deste sitiante trabalhando como assalariado permanente na maior propriedade do bairro rural da Limeira. Pela sua experiência, ele foi contratado para trabalhar na lavoura daquele que é considerado o maior cafeicultor dos bairros rurais.

Apesar de termos adotado como metodologia de pesquisa a entrevista somente com os sitiantes proprietários ou porcentageiros, neste caso, ainda que de forma não sistematizada, fizemos questão de inquirí-lo para saber quais motivos ou fatores o fizeram não permanecer no sítio de seu pai, levando à necessidade de contratação de mão-de-obra.

Durante nossa conversa, apesar de não haver um roteiro de entrevista pré-estabelecido, sua resposta sintetizou bem o momento de dificuldades pelo qual estão passando os cafeicultores, assim dizendo:

Eu saí por que estava ganhando pouco. Era muito serviço e não era recompensado com um salário que desse para viver. Aqui eu tenho meu salário todo final de mês, tenho férias e décimo terceiro. Lá no sítio, junto com o pai, eu não tinha nada disso. Se eu continuasse lá ele também iria passar por

dificuldades para tentar me ajudar, por isso resolvi sair (Senhor E. R. N. 33 anos, morador assalariado no bairro da Limeira).

Outro caso em que todos os filhos do casal não quiseram permanecer na propriedade é o do senhor (C. J. S. 67 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda). Seus cinco filhos mudaram-se para a cidade de Londrina, onde trabalham como assalariados, deixando seus pais sozinhos na propriedade. Eles também precisam contratar pessoal para ajudar nas tarefas relacionadas à cafeicultura. Em relação aos filhos, o pai disse que eles “não gostam de vir nem a passeio”.

Outro sitiante também envolto com os problemas relacionados à falta de mão-de-obra é o senhor L. C. B. (54 anos, proprietário no bairro da Limeira). No entanto, ao menos neste caso, a solução encontrada estava dentro da própria família. A compra da propriedade foi feita em sociedade com um irmão. Os problemas de saúde fizeram com que seu irmão fosse embora para a cidade, deixando a propriedade para que o irmão a desse em parceria. A escolha do parceiro levou em conta o número de pessoas em idade de poderem trabalhar. Optou-se, neste caso, por uma família que possuía seis membros, todos acima de 15 anos. Assim, como a família do parceiro de seu irmão é suficiente para dar conta do trabalho e ainda sobra tempo disponível para trabalhar para fora, ele utiliza esta família para ajudá-lo, quando se faz necessário.

Analisada a importância que a mão-de-obra familiar tem para a manutenção do grupo doméstico, no próximo item veremos como os demais produtos também contribuem nessa tarefa.

4.2 A importância das culturas de subsistência na economia familiar

Embora o café seja o principal produto gerador de renda para os proprietários e para os parceiros dos bairros rurais pesquisados, a obtenção de outros produtos contribui de duas maneiras para a manutenção do grupo familiar⁶⁶. A primeira é pelo fato dos produtos como o feijão e o arroz servirem diretamente para o consumo familiar. Nesta lógica também são plantados outros produtos como a mandioca, a abóbora, o quiabo, a

⁶⁶ Embora tivéssemos inicialmente a intenção de aplicar um roteiro de entrevista que viesse a possibilitar o levantamento de dados a respeito da renda obtida com a venda dos demais produtos produzidos, quer fossem em consorciação com o café ou em outras pequenas áreas, acabamos não efetivando tal procedimento, tanto pela falta de tempo como pela dificuldade de calcular tais rendimentos, uma vez que os produtos aí produzidos têm como primeira necessidade servir de alimentação para os membros das famílias e também para os animais, sendo somente a sobra levada ao mercado.

batata doce etc., enfim, alimentos que obtidos na propriedade contribuem na dieta alimentar e não precisam ser adquiridos no mercado, despendendo recursos econômicos para adquiri-los.

Uma segunda maneira que os cafeicultores utilizam para obterem renda extra se dá pelo plantio de produtos que podem servir para serem levados diretamente ao mercado, como o feijão Azuki. Por ser uma cultura que produz em menor tempo, os recursos conseguidos na venda, ainda que de poucas sacas destes produtos, são de fundamental importância.

É preciso esclarecer que estes produtos tornam-se ainda mais importantes para os pequenos proprietários, inseridos em lotes de até 15 hectares, e que representam, como já demonstrado na tabela 12 (página 189), 72,56% do total das propriedades dos bairros rurais, pelo fato de em muitas destas, o café ser considerado monocultura. Nestas propriedades sobram apenas as entrelinhas para serem plantadas outros tipos de produtos, ocorrendo a consorciação. O processo de trabalho do café é, nesses casos, um processo combinado de cultivo, a um só tempo, de plantas diferentes que permitam esse sistema. Na mesma jornada os sitiantes e os parceiros conseguem intensificar o resultado de seu trabalho.

Nos casos em que o café não ocupa toda a área da propriedade, há espaços ocupados por pastagens e por áreas denominadas pelos sitiantes de “palhada”, esta deixada exclusivamente para o plantio de outras culturas. Nestes casos geralmente aparecem as propriedades médias (de 15 a 50 hectares) ou as grandes (maiores de 50 hectares), com áreas destinadas às culturas como a soja, por exemplo, que está presente em 11 propriedades produtoras de café. Essas são geralmente arrendadas para outra pessoa, uma vez que o proprietário da terra não dispõe das máquinas e equipamentos para sua produção.

Os produtos que mais são plantados são o feijão, em 66,66% dos lotes; o milho, em 47,43% e o arroz em 10,25%, conforme pode ser observado no gráfico 5. Durante a aplicação do roteiro de entrevista foi comum aparecer expressões como: “planto só para o gasto”, o que dava a entender que tudo o que era colhido era consumido pelo próprio grupo familiar. No entanto, ainda durante a entrevista, os próprios entrevistados, principalmente os parceiros, diziam que “a venda de feijão foi o que salvou a pátria”, expressão usada no sentido de dizer que possibilitou a entrada de dinheiro extra ao do café.

Importante notar a diferença de concepção que os produtos de primeira necessidade (arroz, feijão e milho) têm para os sitiantes. Enquanto o pesquisador entendia estes produtos como sendo para auto-consumo, para eles significavam a segurança alimentar e de retenção de sementes para safras futuras. As falas seguintes, ditas quase sempre pelas mulheres, a quem cabe a missão de preparar os alimentos exemplificam este assunto: “Se não faltar o arroz e o feijão, a gente passa”, ou ainda “O que não pode faltar é comida no prato”. Outra fala retrata a importância que as sementes representam para eles, ao assim se manifestar: “A primeira coisa que eu faço quando colho é guardar as sementes para a próxima safra” ou ainda “Você viu quanto que tá o preço da saca de semente?”

Gráfico 05 – Outros produtos cultivados nas propriedades produtoras de café.



Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de julho e agosto de 2008.

A vantagem do plantio do feijão no meio do café é que os cafeicultores economizam serviço, uma vez que quando estão carpindo o feijão também o fazem com o café. A produção é boa pelo fato do solo manter-se úmido. Seu plantio, porém, no caso dos parceiros, fica condicionado mediante contrato a apenas duas linhas por rua de café. Devido ao pouco espaço, os resultados obtidos pelos cafeicultores são poucas sacas de feijão. Durante as entrevistas percebemos que dificilmente ultrapassam as dez sacas (de 60 Kg).

Isso também se explica pelo fato de que mesmo nas áreas fora do cafezal, todo o sistema produtivo é conduzido manualmente e, por ser um produto que, segundo os sitiantes, se “perde fácil”, principalmente quando está na época da colheita e o tempo se mantém chuvoso.

A vantagem que os entrevistados nos relataram quando aplicávamos o roteiro de entrevista (julho e agosto de 2008) era o preço pelo qual a saca de feijão estava sendo comercializado, chegando a R\$ 200,00. Assim, a comercialização de poucas sacas representava uma importante fonte de renda para os sitiantes.

No meio do cafezal, segundo um sitiante, não é recomendado plantar arroz, pois “ele resseca o solo”. Em áreas fora do cafezal outro problema diz respeito à força de trabalho que tem que ser despendida em sua produção, também toda de forma manual.

Em relação ao milho, o mesmo é plantado em 37 propriedades produtoras de café (47,43%). Nestas propriedades ocorre que o café não é plantado em toda a sua área. São nestas que geralmente o lote possui uma área destinada à pastagem e outra à “lavoura branca”, termo usado para identificar as demais lavouras.

Das propriedades produtoras de café pesquisadas nos bairros rurais, a pastagem se faz presente 52, sendo que a soma de suas áreas totaliza 364,19 ha. No entanto, se retirarmos deste percentual a área das três maiores propriedades, que totalizam 237,16 ha que as mesmas detêm ocupadas com pastagem, a quantidade de terras decai para apenas 107,03 ha, o que perfaz uma média de dois ha em pastagem por propriedade

As áreas destinadas à pastagem, necessariamente, por serem pequenas, requerem que seja produzido milho para poder complementar a alimentação dos animais que em certos casos não vão muito além de poucas cabeças de gado.

O número total de bovinos que encontramos nas propriedades foi de 505. No entanto, se retirarmos as 360 cabeças de três das maiores propriedades que possuem na pecuária sua principal fonte de renda, foram encontradas apenas 145 cabeças de gado nas demais propriedades, denotando que o pouco espaço destinado à pastagem funciona como um fator limitador, possibilitando apenas a permanência de poucas cabeças.

No entanto, estas poucas cabeças têm importância na obtenção do leite, sendo que as crias funcionam como uma espécie de poupança, pois nos momentos de falta de dinheiro as rês são comercializadas.

Enquanto o gado dificilmente é abatido, o contrário percebe-se nas propriedades que criam suínos, que representam uma importante fonte de proteínas para os sitiantes. Em 24 propriedades eles são criados em pequenas quantidades (cinco, oito ou dez

cabeças) e têm como principal função contribuir na alimentação das pessoas. Porém, a sobra também é levada ao mercado, servindo principalmente para cobrir despesas ocasionais, tais como a compra de remédios, de material escolar para as crianças ou mesmo roupas para os filhos.

Aliás, o emprego do dinheiro da venda dos suínos para satisfazer as necessidades dos filhos menores ocorre pelo costume que os pais têm de, assim que a porca cria, já os distribuir entre os filhos. Isso, de um lado, funciona intuitivamente com as crianças, pois desde cedo vão adquirindo o costume de também participar nas tarefas relacionadas com a criação dos animais, principalmente de não deixar faltar alimento e água e, de outro, atua como uma forma de “educação” que é dada informalmente pela família, que apanha as crianças desde cedo e segue pela vida afora, como um “princípio de vida”.

Encontramos nos bairros rurais três criadores de suínos que, pela quantidade de cabeças (80, 41 e 30), os criam com a finalidade de vendê-los, denotando assim outra fonte de renda com os suínos.

O milho, por estas razões, dificilmente sobra para ser comercializado, uma vez que nas entrelinhas do café somente é permitido aos parceiros plantarem uma rua. Prova disso é que quando perguntávamos quantas sacas de milho haviam sido colhidas, dificilmente encontramos algum sitiante que soubesse nos responder. A resposta mais comum era que foram colhidos três, quatro ou cinco carros⁶⁷. Para conservá-lo por mais tempo, o milho é guardado em casca servindo de alimentação para o gado e os porcos.

As culturas de subsistência, quer sirvam para o auto consumo ou para o consumo intermediário, contribuem para a manutenção familiar, uma vez que os produtos ou o dinheiro conseguido com a venda de alguns animais têm destino certo, enquanto esperam a venda do café.

Em anos em que o café, a principal fonte de recursos, não produz uma boa safra, além dos produtos e dos animais que são comercializados, os membros da família precisam buscar outras fontes de renda para se manterem. São destes trabalhos desenvolvidos fora da propriedade e que constituem também importantes fontes de recursos que trataremos a seguir.

⁶⁷ Segundo nos informou um sitiante, um carro equivale a quarenta (40) balaios.

4.3 A divisão do trabalho na unidade familiar: a propriedade já não é o limite

Devido ao reduzido tamanho das propriedades encontradas nos bairros rurais, 14,71% possuem menos de cinco hectares e, se elevarmos este patamar para as propriedades menores de dez hectares, esse índice chega a 45,11% das mesmas, percebemos que estas possuem suas áreas quase que totalmente ocupadas pela cafeicultura, numa especialização perigosa para seus proprietários, principalmente em momentos de crise no setor.

Além da escassez de terra, a sazonalidade de renda oriunda da propriedade implica em momentos do ano que os sitiantes – proprietários e parceiros - tem de lançar mão de outras alternativas de uso da força de trabalho sua ou de algum membro de seu grupo doméstico. Nos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira, as alternativas mais utilizadas são o trabalho de diarista fora da propriedade, principalmente pelos porcentageiros. A renda obtida permite que os mesmos reequilibrem suas condições de pequenos proprietários ou como parceiros da produção em que, a transformação dos sitiantes e também dos parceiros em trabalhadores assalariados representa uma importante fonte de renda.

Ocorre ainda de os filhos deixarem de trabalhar na propriedade com seus pais para buscarem outras formas de emprego, mesmo que não ligadas às atividades agrícolas. Esta tem sido uma prática comum entre os proprietários que possuem pouca terra, detectada em todo o país. Exemplo disso foi constatado por Garcia Jr. ao estudar pequenos produtores periféricos à grande plantação canavieira em Pernambuco. O autor constatou que: “A reprodução social de novas unidades domésticas de pequenos produtores passa pela transformação de parte dos filhos de pequenos produtores em outras categorias sociais” (GARCIA JR, 1983, p. 226)

Também entre os sitiantes pesquisados, foi nas menores propriedades dos bairros rurais, totalmente dependentes daquilo que a cafeicultura lhes proporciona, que encontramos o maior número daqueles que tem de buscar alternativas de rendas fora da propriedade. Um exemplo deste fato, e que retrata as especificidades também das demais famílias que possuem pequenas áreas, é o caso de um sitiante que possui uma propriedade de 3,63 hectares. Para complementar a renda, principalmente nos anos de pouca produção de café, o marido trabalha como diarista nas propriedades vizinhas e sua esposa trabalha como doméstica em Londrina.

Já os proprietários de áreas que, além do café, possuem espaços, optam pela diversificação da produção, tendo parte de seus lotes ocupados por pastagens e também por outras culturas mecanizadas, que contribuem para o aumento da renda familiar, totalizando 11 casos.

Dentre as famílias pesquisadas, percebe-se uma diferença entre as proprietárias da terra e as parceiras na produção quanto à busca de trabalhos fora da propriedade para complementar a renda e garantir a manutenção familiar.

Se faz necessário dizer que, como metodologia de pesquisa, somente foram contabilizadas as pessoas que no período do trabalho de campo (julho e agosto de 2008) residiam nos sítios pesquisados. Por residentes foi considerado somente as pessoas que realmente estavam morando com sua família na propriedade rural, independente de ser proprietário da terra. Nos casos em que os filhos permaneciam fora de casa trabalhando durante a semana e, somente regressavam nos finais de semana, estes não foram contabilizados como pertencentes aos bairros rurais.

Das 36 famílias de parceiros residentes nos bairros rurais, em 13 destas (36,11%) pelo menos um membro da família desenvolve atividade fora da propriedade para complementar a renda familiar, trabalhando como assalariado em determinada época do ano. Em dois casos os chefes das famílias são motoristas de transporte escolar, trabalhando em meio período. Em um destes casos a esposa trabalha junto com o marido como monitora. Como trabalham em meio período, em ambos os casos no período vespertino, a parte da manhã é dedicada aos trabalhos no cafezal. Em apenas um caso detectamos que um dos filhos trabalha na cidade de Londrina, indo e voltando todos os dias.

Nos demais nove casos, em sete geralmente o marido e os filhos trabalham de diaristas em outras propriedades. Em outros dois casos, são as esposas que trabalham como diaristas (domésticas). Uma no próprio bairro e outra três vezes por semana em Londrina, indo e voltando todos os dias.

Já entre os proprietários, encontramos 10 casos em que há pessoas que prestam serviço fora da propriedade. Seis casos (duas professoras, dois motoristas, um frentista e um carteiro) trabalham como assalariados permanentes.

As duas professoras, por trabalharem em período integral, não ajudam na lavoura. No entanto, este é um exemplo de como o café mantém um significado para as famílias, uma vez que, por ser a cafeicultura o palco onde acontecem as atividades

laborativas do restante da família, as mesmas continuam a residir nas propriedades, deslocando as esposas diariamente para seus locais de trabalho

Há a esposa de um sitiante que também é cabeleireira e possui um salão de beleza na sede do distrito de Lerroville. Em outros dois casos, a esposa trabalha de diarista na cidade de Londrina, enquanto seu marido, nos anos de pouca produção do café, trabalha de diarista para os vizinhos. Encontramos também o filho de um sitiante que é tratorista, prestando serviço em uma fazenda como diarista.

Percebemos também que os filhos que continuam a residir nas casas de seus pais e que trabalham fora da propriedade, como carteiro, frentista e motoristas de transporte escolar, nos finais de semana, ajudam nas tarefas no cafezal, principalmente durante a colheita, como tivemos a oportunidade de presenciar durante a realização do trabalho de campo.

Nestes casos, da renda obtida por meio dos salários, uma parte é repassada para os pais, para ajudar no orçamento doméstico.

Desse modo, nas situações em que a família dispõe de terra em quantidade insuficiente e quando “sobram braços” para trabalhar, alguns membros da família dos sítiantes tendem a buscar nas atividades agrícolas e não agrícolas realizadas fora da unidade de produção uma forma de ocupar a força de trabalho e garantir o equilíbrio entre o trabalho e o consumo. Essas rendas obtidas constituem uma importante fonte de recursos e muito contribui para a manutenção do grupo familiar, como destacaremos no próximo item.

4.4 A importância das rendas e das atividades não agrícolas para a manutenção da unidade familiar.

“Só foi depois que eu consegui aposentar que estou conseguindo pagar as contas do mercado” (senhor J. A. T. 68 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda). A fala de um parceiro que trabalha o cafezal somente com a ajuda de sua esposa, também já com idade bastante avançada, pois os quatro filhos migraram em busca de melhores salários, o que o sítio não propiciava, denota a importância que o benefício social possui para os cafeicultores, principalmente para os parceiros na produção e para os que possuem pouca terra.

Para os parceiros e para os proprietários de pouca terra o valor do salário mínimo, que na época da aplicação do roteiro de entrevista estava em R\$ 415,00, era tido como uma importante fonte de renda que ajudava a saldar as dívidas, principalmente nos mercados onde realizam suas compras.

Para quem detém a propriedade da terra a aposentadoria no meio rural é conseguida quando se completa a idade estipulada por Lei: 55 anos para as mulheres e 60 para os homens. Como 17,68% da população dos bairros rurais encontram-se nesta faixa etária (70 pessoas), o número de pessoas que recebem este benefício totaliza 34, o que representa 48,57% do total, sendo 25 proprietários e nove parceiros.

Na tabela 16 estão relacionadas as possibilidades detectadas durante a aplicação do roteiro de entrevista que os sitiantes põem em prática a fim de aumentarem a renda familiar.

Tabela - 16: Outras fontes de renda dos sitiantes pesquisados

	Proprietários	%	Parceiros	%
Aposentadorias	25	41,66	09	19,57
Pensões	02	3,34	04	8,70
Bolsa família	02	3,34	05	10,87
Trabalho fora da propriedade ¹	10	16,66	13	28,26
Aluguel de máquinas agrícolas	02	3,34	-	-
Aluguel de casa	09	15,00	01	2,17
Terra arrendada	04	6,66	-	-
Gado	02	3,34	-	-
Nenhuma	04	6,66	14	30,43
Total	60	100,00	46	100,00

Fonte: Pesquisa realizada durante os meses de julho a agosto de 2008

1 – Neste quesito estão compreendidas todas as formas possíveis de trabalhos realizados fora da propriedade por algum membro familiar.

A aposentadoria é citada como a principal fonte de renda, fora a conseguida com a venda do café, para 41,66% dos proprietários. Já para os porcentageiros, ela representa 19,15%. No caso dos porcentageiros que são aposentados, em anos de pouca produção de

café, o valor recebido com a aposentadoria é com certeza a principal fonte de renda familiar.

Percebe-se que as possibilidades de se obter renda de outras fontes são mais diversificadas para os que detêm a posse da terra, no caso os proprietários. Já os porcenteiros, em três dos itens citados, quer seja por serem mais descapitalizados (aquisição de máquinas agrícolas), ou por não possuírem o domínio da propriedade da terra (ter sobre seu domínio parcela de terra que possa arrendar ou onde possa manter animais, principalmente gado) não conseguiram se enquadrar.

Para 15% dos proprietários, o aluguel de casas na cidade contribui para aumentar a renda familiar. Os recursos utilizados na compra destas casas foram obtidos com o trabalho no café, em tempos passados, quando conseguiam boas produções e, conseqüentemente, bons lucros. Apenas um porcenteiro foi identificado como obtendo renda nesta modalidade. Este, no entanto, fez o caminho inverso. Embora tenha nascido na área rural de Lerroville tendo trabalhado na cafeicultura, ainda jovem mudou-se para a cidade, onde trabalhou em uma fábrica de tintas. Depois de aposentar-se, resolveu alugar sua casa na cidade e mudar para uma propriedade rural para trabalhar como porcenteiro de café.

Embora com índices pouco expressivos, aparece também a transferência de renda pelos projetos governamentais, como o Bolsa Família. Neste quesito os parceiros aparecem em maior porcentagem que os proprietários, como não deveria deixar de ser, 10,87% e 3,34% respectivamente.

O número de entrevistados que disseram não possuir nenhuma outra fonte além da obtida com o café é bem maior entre os porcenteiros do que entre os proprietários, (30,43% e 6,66%, respectivamente).

No entanto, acreditamos que, principalmente entre os pequenos proprietários essa porcentagem é maior. Levantamos esta hipótese pelo fato de termos presenciado duas situações que nos chamaram a atenção quando da aplicação do roteiro de entrevista. Em um caso, embora o proprietário tenha dito que não possuía nenhuma outra fonte de renda, quando o entrevistávamos, em dado momento o encontramos trabalhando em outra propriedade, na qual tivemos que voltar para esclarecer outras dúvidas com seu proprietário.

Dentre os parceiros, acreditamos que isso também ocorra, pois, ao entrevistarmos um porcenteiro, ele nos relatou que não possuía outra fonte de renda. No entanto, em determinada questão do roteiro de entrevista, quando indagamos qual foi o

pior momento passado no tempo em que trabalha com a cafeicultura, o mesmo respondeu que “era no tempo da colheita do café, pois não sobrava tempo de trabalhar para fora” (Senhor A. G. 48 anos, parceiro no bairro da Limeira).

A recusa em informar que o trabalho assalariado se faz necessário pode ser explicado em situação detectada por Santos (1978) ao estudar pequenos produtores de uva no Rio Grande do Sul. O autor detectou em sua pesquisa que o trabalho assalariado para os colonos representava a negação de sua autonomia.

Embora o trabalho fora da propriedade para os que possuem pouca terra seja uma necessidade, é constrangedor para os sitiantes ter que informar esta situação, pois alguns sentem envergonhados em admitir que precisam buscar fora da propriedade outras fontes de renda, principalmente trabalhando ou desenvolvendo as mesmas funções que os bóias-frias. Não há diferenciação quando estão trabalhando todos juntos.

Cabe ressaltar que no item da tabela 16 intitulado “trabalho fora da propriedade”, estão contidas as mais diferentes formas, sejam como trabalho temporário ou permanente.

Apenas para exemplificarmos melhor como isso pode acontecer, estão inseridas diferentes possibilidades de trabalho, tais como: diarista, quase sempre desenvolvido por algum membro da família dos porcentageiros; trabalho temporário que pode ser entendido de duas maneiras: desenvolvido pelos homens e também por suas esposas e filhos no próprio bairro, geralmente relacionado ao trato com o café, e diarista relacionado ao trabalho doméstico, este sim desenvolvido pelas mulheres, quer seja em casas dos proprietários mais aquinhoados existentes no próprio bairro ou até mesmo na cidade de Londrina.

Entre os sitiantes proprietários ou algum membro de sua família que busca outras fontes de renda, encontramos situações em que os filhos trabalham no transporte escolar, levando alunos do bairro rural para as escolas na sede do distrito: duas professoras que lecionam também na sede do distrito e residem com suas famílias nas propriedades no bairro rural da Limeira, ou mesmo casos em que, pelo reduzido tamanho da propriedade, os filhos continuam residindo na propriedade e trabalham como assalariados permanentes nas propriedades vizinhas do bairro rural que produzem outros produtos agrícolas, sendo o processo produtivo todo mecanizado e que necessita de mão-de-obra especializada.

Dentre as 40 famílias que possuem pelo menos uma pessoa aposentada, ou que recebem pensão, dizem que somente conseguem continuar na cafeicultura graças ao

valor que recebem mensalmente e que é usado para comprar, principalmente, produtos alimentícios. O que fica evidente é que apenas os rendimentos conseguidos com o café não estão sendo suficientes para proporcionar aos sitiantes, principalmente os porcentageiros, boa condição de vida.

As rendas obtidas por meio de repasses feito pelo governo, representadas pelas aposentadorias, pensões ou por meio da transferência de renda, ou as conseguidas com o trabalho fora da propriedade e aluguel de casas, constituem importantes fontes de recursos que permitem que os sitiantes, principalmente os porcentageiros, continuem trabalhando com o café, principalmente nesta última década, de acentuada crise no setor.

Estas são, no entanto, alternativas obtidas graças às políticas públicas, ao desprendimento de buscar outras fontes de renda fora das propriedades como assalariados ou ainda mediante a outra forma propiciada pelos lucros auferidos no passado pelo café, como o aluguel de imóveis, todas tendo como meta principal o indivíduo, e não o grupo ou a comunidade na qual estão inseridos, representado pelos sitiantes produtores de café.

Sendo a atividade cafeeira o elo entre todos os sitiantes dos bairros rurais, no capítulo seguinte abordaremos o processo de união colocado em prática pelos cafeeiros com o propósito de permanecerem na atividade, mesmo que para isso tivessem que abrir mão de anos de experiência no cultivo do café convencional e aventurar-se rumo ao desconhecido, representado pela conversão de seus cafezais convencionais em orgânicos, um engodo do qual muitos participaram, poucos duvidaram e todos foram penalizados.

**05 – MUDAR FOI PRECISO, RETORNAR FEZ-SE NECESSÁRIO:
AS ESTRATÉGIAS COLOCADAS EM PRÁTICA PELOS
SITIANTES NA TENTATIVA DE SUPERAREM A CRISE COM O
INTUITO DE PERMANECEREM CAFEICULTORES**

A história do café no Brasil é caracterizada pelas oscilações cíclicas. As variações bianuais na safra e os “acidentes” climáticos provocam e provocaram sérias alterações nos níveis de produção. Além disso, depois que os países africanos e asiáticos passaram a produzir café, houve uma tendência crônica de sua oferta superar a demanda.

Podemos afirmar que a partir do momento em que o café passou a sustentar a balança comercial do Brasil até o ano de 1989, o Estado brasileiro, quer seja durante o Império ou já na República, sempre exerceu forte regulamentação em relação à produção e à comercialização do café produzido em nosso país. A mão forte do Estado somente saiu de cena a partir da década de 1990, num processo que ficou conhecido como desregulamentação⁶⁸. Se, até então, as crises cafeeiras pelas quais passavam os produtores tinham a mão “forte” do Estado brasileiro para ampará-los, na economia de mercado, que passou a comandar os negócios, fez aumentar a crise e diminuir a renda dos produtores de café e, especialmente, dos países produtores.

A esse respeito, segundo dados da Revista do Instituto do Observatório Social (2002), no início dos anos 90, as vendas mundiais de café no varejo eram de US\$ 30 bilhões por ano e os países produtores ficavam com um terço desse valor (US\$ 10 bilhões). Em 2001, dos US\$ 70 bilhões movimentados com café, apenas US\$ 5,5 bilhões chegaram aos países produtores.

Este exemplo serve para evidenciar que, embora os países periféricos tenham conseguido a independência política, economicamente ainda se encontravam atrelados aos países centrais. Outro exemplo que evidencia esta sujeição pode ser percebido com o café que, apesar de ter o Brasil como o principal país produtor e exportador, tem o seu preço determinado por dois grandes mercados de futuro: o de Londres, sendo referência para o café da variedade Robusta; e o de Nova York, para o café da variedade Arábica.

Como não há controle sobre a produção mundial de café e, no caso brasileiro, com a aplicação de técnicas no cultivo de novos cafezais, a produtividade passou de 13,6 sacas por hectare no início dos anos de 2000 para 19 sacas por hectare na safra de 2003. Esse aumento da produtividade fez o preço do café despencar no mercado

⁶⁸ Deu-se o nome de processo de desregulamentação da economia brasileira ao amplo programa de retirada gradual do Estado de regulamentação do mercado, iniciado no governo Collor de Mello (1990/1992) e tendo prosseguimento nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002). A principal medida que afetou o complexo agroindustrial do café foi a extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em março de 1990, fazendo com que os preços e estoques de café ficassem a cargo dos produtores e exportadores sem a intermediação do Estado (REVISTA DO INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004).

mundial, controlado por grandes empresas transnacionais, sendo que o produtor não se apropriou desses ganhos e ficou mais vulnerável. “Se em 1994 uma saca de café arábica na região de Alta Mogiana (SP) chegou a valer de US\$ 150 a 200, no ano de 2002 oscilou em torno de US\$ 35 a 40”. (REVISTA DO INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL 2002, p. 11).

As medidas colocadas em prática no ano de 1961, visando controlar a produção de café pelo Brasil, reduziu a participação brasileira na exportação dessa *commodity*, pois, segundo a Revista do Instituto Observatório Social (2004, p. 08), “se na década de 1960 o Brasil era responsável por mais de 40% das exportações mundiais de café, na primeira metade da década de 1990 essa participação tinha se reduzido para cerca de 20%”.

Apesar das dificuldades, o Brasil se manteve como o principal produtor e, conseqüentemente, o principal exportador de café, conforme pode ser observado na tabela 17. O país que exportava aproximadamente 20% durante a década de 1990, atingiu 30% das exportações mundiais no ano de 2002.

Tabela 17 - Exportação dos principais países produtores de café (em mil sacas de 60 Kg)

Países	1990		1995		2000		2002	
	Sacas	%	Sacas	%	Sacas	%	Sacas	%
Brasil	16.971	21,06	14.411	21,33	18.016	20,20	27.908	31,96
Vietnã	1.145	1,42	3.546	5,25	11.619	13,04	11.771	13,48
Colômbia	13.944	17,30	9.814	14,52	9.175	10,29	10.273	11,77
Indonésia	6.903	8,57	3.947	5,84	5.355	6,00	3.967	4,54
Índia	1.979	2,45	2.469	3,66	4.441	4,98	3.516	4,03
Guatemala	3.240	4,03	3.701	5,48	4.852	5,45	3.491	4,00
Uganda	2.353	2,93	3.079	4,56	2.513	2,82	3.358	3,85
C. Marfim	4.283	5,32	2.494	3,69	6.110	6,85	2.901	3,33
Peru	1.105	1,37	1.760	2,60	2.362	2,65	2.789	3,19
Honduras	1.735	2,16	1.796	2,66	2.879	3,23	2.711	3,10
D. países	26.903	33,39	20.553	30,41	21.841	24,49	14.623	16,75
Total	80.561	100	67.570	100	89.163	100	87.308	100

Fonte: Organização Internacional do Café. Elaboração: Revista do Instituto Observatório Social, (2004, p. 10).

O país que mais aumentou sua produção cafeeira durante esta década foi o Vietnã, passando de pouco mais de 1% para atingir mais de 13% no ano de 2002, chegando a ultrapassar a Colômbia, país tradicional na produção cafeeira. A diferença é que o café produzido na Colômbia é um produto de excelente qualidade, exportado para os mercados mais exigentes do mundo.

Apesar da tão propalada crise que se abateu sobre a cultura cafeeira, o complexo agroindustrial do café ainda continua sendo um dos mais tradicionais e importantes na economia brasileira, tanto pela geração de renda, quanto pelo número de produtores e trabalhadores empregados, pois o país ainda é o primeiro colocado na exportação do produto, com aproximadamente 28 milhões de sacas, o que representa mais de 30% das exportações mundiais.

O café também é uma das poucas *commodities* comercializadas internacionalmente ainda produzida, em sua maior parte, não em grandes plantações, mas em pequenos cafezais cultivados por famílias de agricultores familiares. Segundo Gresser & Tickell (2002), 70% do café produzido no mundo são cultivados em propriedades rurais com menos de 10 hectares. Mesmo nos países que têm grandes cafezais, como Brasil, Índia e Quênia, também existem muitos produtores de pequeno porte. Mas, os agricultores familiares que têm no café sua principal fonte de renda vêm perdendo espaço por falta de apoio. Eles enfrentam enormes obstáculos, tais como: falta de escala de produção; dificuldades de acesso ao mercado; ação dos intermediários; e ausência de uma política agrícola específica para o setor cafeeiro.

Com tantos problemas, o perfil da produção brasileira tem se alterado nos últimos anos, com tendência para a concentração. Seguindo a lógica do mercado e do capital, os cafeicultores pouco produtivos estão deixando o setor por falta de condições de se manterem. Ao mesmo tempo, grandes produtores têm feito altos investimentos em mecanização e irrigação, especialmente nas novas fronteiras agrícolas, tais como nas regiões de cerrado dos Estados da Bahia e de Minas Gerais. Em virtude da utilização de mecanização, muitos postos de trabalho têm sido extintos provocando efeitos negativos na renda dos trabalhadores.

A produção de café, nestas novas regiões, passa a ocorrer em grandes plantações, empregando tecnologia de ponta, propiciadas pelo baixo preço da terra nestes estados.

No entanto, os pequenos produtores rurais têm que buscar alternativas para tentar se manter no setor, pois pelas características de sua forma de produção e com

apoio técnico, esses produtores poderiam estar produzindo um café de melhor qualidade. Para que isso ocorra, têm surgido análises que defendem a necessidade de exportar café com maior valor agregado (cafés especiais, café solúvel e café torrado e moído). Isto significa incorporar ao produto mais serviços, de tal forma que os preços alcançados no mercado externo sejam superiores aos atualmente auferidos pela exportação do café em grão.

No entanto não tem sido fácil exportar o café brasileiro de outra forma se não como *commodity*, conforme pode ser observado pelos dados da tabela 18. Se percebe que aproximadamente 90% de nossas exportações saem do país ainda como matéria prima, representadas pelos cafés Arábica e Conillon.

O café solúvel que é exportado pelo país, na grande maioria dos casos, também encontra-se nas mãos de transnacionais que atuam no mercado interno, com destaque para Kraft, Nestlé, Procter & Gamble e Sara Lee.

Para estas empresas que atuam no ramo de produtos alimentícios, nenhum outro produto tem se mostrado tão lucrativo quanto o café. Gresser & Tickell (2002, p. 26), revelam os níveis de lucros que estas empresas têm com seus produtos, com destaque para o café, assim dizendo:

O grupo Heineken, fabricante de cerveja, por exemplo, teve uma margem de lucro de cerca de 12% em 2001. As margens de lucro da Sara Lee em seus negócios com carne e linguiça especiais não chegaram 10% em 2002; seus lucros com a venda de pães, bolos e doces foram até mais baixos, 5,5%. Os negócios da Danone com a venda de laticínios e iogurtes geraram lucros da ordem de 11% em 2001. Já a margem de lucro da Nestlé com a venda de café solúvel em todo o mundo é mais alta, chegando a cerca de 30%.

Ou seja, nenhuma outra empresa que opera no mercado dos produtos alimentícios e bebidas tem resultados que sejam, nem de longe, tão bons como aqueles que atuam no setor cafeeiro.

O café torrado e moído é pouco representativo em nossas exportações, representando menos de 1%. No mercado interno, as pequenas e médias torrefadoras ainda desempenham um papel importante nesse segmento, principalmente em nível local, mas estão perdendo mercado para os grandes grupos. Segundo dados da Revista do Observatório social (2002), nos últimos anos, a Sara Lee adquiriu diversas empresas locais. As cinco marcas que ela controla (Café do Ponto, Pilão, Caboclo, União e Seletto) têm 25% do mercado doméstico.

TABELA 18: Exportações brasileiras de Café (Mil sacas de 60 kg) no período de 2004 a 2008

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	%
ARABICA														
2004	1.590	1.364	2.088	1.516	1.694	1.700	1.584	1.977	2.011	2.282	2.279	2.444	22.529	85,09
2005	1.980	1.536	2.452	1.723	1.799	1.624	1.428	1.869	1.537	1.797	1.854	1.895	21.494	82,08
2006	1.620	1.606	1.843	1.546	1.865	1.425	1.465	2.302	2.120	2.311	2.481	2.358	22.942	83,86
2007	2.041	1.882	2.100	1.860	2.129	1.664	1.724	1.768	1.724	2.286	2.093	2.014	23.285	82,95
2008	1.895	1.827	1.872	1.906	1.480	1.427	1.494	1.570	-	-	-	-	13.471	90,71
CONILLON														
2004	39.00	35.30	54.30	31.30	55.00	81.40	99.20	99.10	79.10	52.30	39.90	58.30	724	2,73
2005	16.50	31.80	46.90	43.20	96.30	162	212	189	78.30	107	97.70	25.90	1.107	4,23
2006	27.50	37.50	39.40	20.40	71.30	76.80	128	187	193	242	249	94.50	1.366	4,99
2007	52.90	18.30	52.60	28.10	94.20	142	209	175	213	239	122	50.70	1.397	4,98
2008	46.80	35.00	159	131	208	140	282	296	-	-	-	-	1.297	8,74
SOLÚVEL														
2004	199	157	307	287	308	280	306	303	244	224	250	320	3.185	12,04
2005	265	248	315	265	363	266	333	279	260	273	291	367	3.525	13,45
2006	167	193	242	253	284	250	244	309	192	223	265	341	2.963	10,84
2007	246	227	257	242	305	288	319	283	292	287	290	272	3.308	11,78
2008	n.d													
TORRADO														
2004	2.40	3.00	5.70	3.80	3.20	1.40	2.90	2.40	1.40	6.50	1.60	3.30	37.60	0,14
2005	3.90	3.60	4.90	3.90	5.50	4.90	6.50	3.90	5.80	7.90	2.70	8.90	62.40	0,24
2006	5.40	5.90	9.40	10.60	16.90	2.20	2.40	3.40	6.90	6.20	11.90	4.40	85.60	0,31
2007	2.80	3.50	3.30	3.10	4.70	3.40	4.60	6.60	13.60	13.60	15.90	7.70	82.80	0,29
2008	8.40	10.20	12.30	8.90	10.80	13.30	10.90	7.40	-	-	-	-	82.00	0,55
TOTAL														
2004	1.831	1.560	2.454	1.839	2.060	2.062	1.993	2.381	2.336	2.565	2.570	2.825	26.476	100
2005	2.265	1.820	2.820	2.035	2.263	2.057	1.979	2.340	1.881	2.185	2.245	2.296	26.186	100
2006	1.820	1.843	2.134	1.830	2.238	1.754	1.841	2.801	2.511	2.781	3.008	2.798	27.359	100
2007	2.343	2.130	2.413	2.134	2.532	2.097	2.257	2.232	2.243	2.826	2.521	2.344	28.072	100
2008	1.950	1.872	2.042	2.045	1.698	1.581	1.786	1.874	-	-	-	-	14.850	100

FONTE:CECAFÉ/FNP

Essa concorrência oligopsônica por parte de grandes empresas transnacionais, somadas às barreiras alfandegárias impostas pelos países importadores de café brasileiro, principalmente os países europeus e os Estados Unidos (são os que mais se utilizam destes artifícios), é o que faz com que os produtores brasileiros paguem atualmente taxas bem mais altas para exportar café solúvel para a União Européia do que para vender o café verde, produto de menor valor agregado e que acaba sendo processado na Europa, para depois ser comercializado.

Assim como tem feito em outros ramos em que o país se sente prejudicado, também com o café, o governo brasileiro, possivelmente, deve entrar com uma ação na OMC (Organização Mundial do Comércio) contra a taxaço imposta principalmente pela União Européia para que sejam eliminadas as barreiras, como para criar facilidades à exportação de café especial e torrado e moído.

Não é de hoje que constituem prática vigente de mercado os subsídios ou as barreiras alfandegárias impostas pelos países ricos aos países pobres. Segundo Gresser & Tickell (2002, p. 36), no ano de 2000:

Os países ricos concederam US\$ 245 bilhões em subsídios aos seus produtores rurais. Estes subsídios concedidos com ênfase no aumento da produção, têm efeitos devastadores para produtores pobres nos países em desenvolvimento, uma vez que seus efeitos distorcem o mercado e permitem que os produtores dos países ricos vendam seus produtos a preços muito baixos nos mercados mundiais, não conseguindo os produtores dos países pobres concorrer com preços tão baixos.

Já em relação aos produtos que os países ricos do norte não conseguem produzir por questões geográficas, a solução é a imposição de tarifas de importação para que os produtos entrem em seu mercado. Isso é o que ocorre com o café solúvel e torrado e moído, uma vez que alguns países da Europa e também os Estados Unidos são reexportadores de café. “Os países em desenvolvimento gastam em torno de US\$ 43 bilhões por ano com essas tarifas” (GRESSER; TICKELL 2002, p. 37).

Os dados da tabela 19 revelam que países da Europa compram mais café do que suas necessidades de consumo internas, visando a revenda para outros países, não mais como café em grão, mas como café torrado e moído, e solúvel, enfim, café com maior valor agregado. Dentre os países que mais fazem este tipo de comércio estão: Alemanha, França e Itália. Até mesmo os Estados Unidos, apesar de serem grandes consumidores, também passaram a exportar uma parte do café por eles importados.

A próxima citação é esclarecedora sobre a disparidade existente entre os países produtores e os exportadores de cafés com maior valor agregado, ao afirmar que:

O comércio mundial de café torrado e moído alcança hoje mais de 6,5 milhões de sacas, tendo a França como principal importador, com cerca de um milhão de sacas, seguida de Canadá e Estados Unidos. Quanto aos países produtores de café, o total exportado foi inferior a 118 mil sacas em 2000, equivalente a 1,82% deste mercado. O que significa que a reexportação pelos países importadores abrange mais de 98% deste segmento de mercado. Como o processo de torrefação e moagem é tecnologicamente simples, as barreiras para ampliação das exportações de café torrado e moído não são tecnológicas, mas comerciais (REVISTA DO INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004, p.15).

Tabela 19 - Principais países importadores e reexportadores de café

PAÍSES/ ANOS	IMPORTAÇÃO DE CAFÉ EM MIL SACAS DE 60 KG.				REEXPORTAÇÃO DE CAFÉ EM MIL SACAS DE 60 KG.			
	1990	1995	2000	2002	1990	1995	2000	2002
Alemanha	13.671	12.852	14.382	15.733	3.292	3.220	5.099	6.669
Estados unidos	21.007	17.107	23.827	21.701	825	1.841	2.301	2.506
Bélgica	2.015	2.401	3.759	4.030	891	1.328	2.455	2.416
França	6.301	6.214	6.643	7.055	913	1.081	1.198	1.428
Itália	5.242	5.388	6.344	6.556	383	749	1.181	1.376
Espanha	3.053	3.146	3.820	4.088	265	397	762	1.180
Holanda	3.128	2.910	3.044	2.864	585	617	1.133	1.102
Inglaterra	2.898	2.807	3.096	3.021	482	633	715	863
Áustria	1.880	1.231	1.301	1.497	414	842	439	552

Fonte: Organização Internacional do Café. Elaboração: Revista do Instituto Observatório Social (2002).

Outros dados ajudam a entender o descompasso entre a exportação da *commodity* e do produto já industrializado. “Em 2006 a Itália lucrou cerca de US\$ 613 milhões com as exportações de café torrado, o equivalente a 1,74 milhão de sacas. Já a Alemanha comercializou 2,35 milhões de sacas em 2006 a faturou US\$ 495 milhões”. (MAZZINI, 2008 matéria publicada no jornal Folha de Londrina).

O Estado do Paraná que na década de 1960 chegou a ter 1,8 milhão de hectares plantados com café, possuía no ano de 2002 apenas 156 mil, com uma produção de apenas 4,3% do total brasileiro. Mesmo assim, o café ainda está presente em 210 municípios e gera 3,2% da renda agrícola paranaense e 76 mil pessoas têm empregos diretos com a cultura, segundo dados da Revista do Instituto Observatório Social (2002). Outro setor relevante é a indústria. O estado possui 130 indústrias de torrefação.

Uma das maiores empresas que trabalha com o café com a finalidade de exportação está instalada em Londrina, a Cacique Café Solúvel.

No município de Londrina, a área plantada com café na safra 2003/2004 segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, era de 4.803 hectares.

Estando os cafeicultores londrinenses inseridos na lógica capitalista de produção, sua reprodução passa necessariamente pelos meandros que o mercado, cada vez mais oligopolizado e exigente de produtos com maior qualidade, impõe ao produtor. Este tem que assumir sozinho os riscos de todo o processo produtivo, não sendo remunerado com os rendimentos suficientes para que possa se manter na atividade, propiciando a toda a família uma condição de vida que permita consumir muitos dos produtos que o mercado lança.

A preocupação em propiciar renda suficiente na propriedade tem levado setores governamentais a discutirem alternativas, visando incentivar a permanência dos filhos dos agricultores no campo, uma vez que muitos jovens têm saído das propriedades rurais para procurar trabalho nos centros urbanos. Com este intuito, a EMATER/PR, promoveu no ano de 2009 o 1º Encontro de Jovens Rurais, em parceria com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP). Segundo reportagem publicada no jornal Folha de Londrina, um dos palestrantes alertou que:

Alguns filhos até preferem ser cortadores de cana a trabalhar com o pai no sítio, pela falta de renda. Como não recebe salário trabalhando com o pai, o jovem prefere procurar qualquer tipo de emprego que possibilite participar do mundo consumista, às vezes para comprar um simples celular ou até uma moto (GUERIN, 2009).

Os produtores, os menos organizados e articulados de toda a cadeia produtiva, não possuem autonomia na hora de comercializar seu produto. Embora dominem a produção, isso só ocorre “da porteira para dentro”. Para comercializar o produto, os cafeicultores não têm autonomia para dizer o quanto querem receber. Ao contrário, sempre perguntam quanto vale, pois o preço é fixado nas Bolsas de Valores, sediadas no exterior. Já quando vão comprar os adubos e insumos, sempre precisam pagar o que o mercado exige. Essa relação é conflituosa e os produtores, o elo mais fraco e menos organizado, não conseguem competir com os outros ramos do mercado.

Percebe-se, claramente, que o capital subordina os cafeicultores aos seus ditames, apropriando-se do sobretrabalho familiar sem remunerá-lo satisfatoriamente.

Na verdade, ocorre uma clara transferência de renda da pequena agricultura para o grande capital.

As dificuldades para se manterem como cafeicultores, principalmente aquelas surgidas após ocorrer a desregulamentação na década de 1990 e a conseqüente queda nos preços, provocaram uma profunda concentração na cadeia produtiva do café. As conseqüências imediatas foram: redução de rendimentos, exclusão social, desemprego e intensa movimentação campo-cidade.

As conseqüências da crise são sentidas como num efeito dominó. A redução dos preços do produto pago aos produtores e também aos parceiros, pois o resultado de um ano de trabalho é recebido em uma cota-parte da produção, tem levado alguns a radicalizarem e eliminarem o cafezal, desempregando os parceiros e também os trabalhadores temporários, os bóias-frias. Nos casos em que não ocorre a eliminação, os cafeicultores descapitalizados e sem condições de investir no cafezal, diminuem sensivelmente a aplicação de insumos e adubos, o que torna os cafezais antieconômicos.

Os proprietários da terra que, ano após ano, vêem sua situação piorar e sem perspectiva de melhora, têm a opção de vender a propriedade ou mesmo de arrendá-la, tornando-se moradores urbanos.

Já os parceiros e também os trabalhadores temporários, estes sem nenhum capital, pois seu único meio de produção é sua força de trabalho, não têm muitas alternativas.

Um trabalho desenvolvido em conjunto pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pela Oxfam Internacional e pelo Observatório Social, no ano de 2002, procurou mostrar o lado social que a crise na cafeicultura estava criando.

O trabalho realizado em conjunto cita o exemplo de como a decadência da cafeicultura pode afetar as condições de vida das pessoas diretamente ligadas a ela. Um dos exemplos publicados pela Revista do Instituto Observatório Social (2002), cita o município capixaba de Colatina, de 113 mil habitantes. Segundo a revista, na zona rural de Colatina, formada na maior parte por propriedades com área que varia entre 10 e 40 hectares, é freqüente encontrar lavouras de café abandonadas. Diante da dificuldade de sobrevivência, muitos agricultores tentam a sorte em novas fronteiras agrícolas ou buscam subemprego na área urbana. Os bolsões de pobreza se multiplicaram nos morros da cidade, agravando a situação já precária de infra-estrutura e saneamento.

Esse mesmo estudo mostrou que, no caso das pequenas cidades, principalmente em Minas Gerais, onde quase 700 dos 853 municípios produzem café, a crise na cafeicultura não afetou apenas as pessoas, mas também toda a dinâmica das cidades que, com os cafeicultores descapitalizados, tiveram o comércio prejudicado pela diminuição das vendas, fato este que conseqüentemente diminuiu a arrecadação dos municípios, prejudicando a vida de parcela significativa da população pela falta de investimentos que a municipalidade poderia fazer (REVISTA DO INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2002).

Voltando à análise da área de estudo, se constatou que durante a década de 1990, alguns cafeicultores dos bairros rurais abandonaram a atividade cafeeira, vendendo a propriedade e buscando na sede do município de Londrina uma nova perspectiva de vida para a família.

As famílias que ficaram, se não bastasse o preço aviltante que estavam recebendo pelo seu principal produto que era levado ao mercado, tiveram seus cafezais atingidos por uma geadada no ano de 2000. Muitos tiveram que cortar suas lavouras e esperar que uma nova “brota” viesse a produzir.

A geadada é para os cafeicultores o pior momento. A fala de um produtor é explicativa nesse sentido, ao dizer que: “Enquanto o cara tiver colhendo, ele tá mantendo, mas quando vem a geadada não tem nada que fazer não” (Senhor O. B. 47 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda).

As únicas fontes de renda oriundas da propriedade em anos subseqüentes à ocorrência de geadadas são propiciadas pelo cultivo de outras culturas, principalmente feijão e milho. Como nas propriedades vizinhas também não há serviço, os filhos acima de dezoito anos são os primeiros a deixarem a propriedade, geralmente se mudando para a casa de algum parente ou amigo da família que já mora há algum tempo na cidade de Londrina.

Esta migração aumentou sensivelmente a partir do ano de 2001. Preocupados com a crescente diminuição das famílias dos bairros rurais que estavam perdendo sua vocação de produtoras de café, algumas pessoas que exerciam alguma liderança na comunidade começaram a buscar alternativas para que os moradores não precisassem mudar dos bairros rurais ou que algum membro da família tivesse que abandonar a propriedade, deixando aos cuidados dos pais toda a atividade da lida com o café que, diga-se de passagem, não é pouca.

Além das conjunturas externas que levaram à crise, os cafeicultores estavam enfrentando problemas de estrutura interna da propriedade, como a produtividade em baixa propiciada pelos antigos cafezais e a descapitalização, com as sucessivas crises que o setor enfrentava. A cultura estava baseada em um sistema tradicional de produzir café que vinha desde a abertura dos lotes e que não passou por nenhum processo visando o aumento da produtividade do cafezal ou de implantação de mudanças no sentido de se produzir um café com melhor qualidade.

Nos momentos em que o café remunerava satisfatoriamente os sitiantes, os mesmos seguiam seus ritmos de vida, cada qual à sua maneira. Mas, a partir de 2001, as dificuldades atingiram a todos e, somente com suas próprias forças, ou seja, dentro da própria propriedade e também no próprio bairro, não conseguiriam sair daquele que foi considerado por muitos “o pior momento vivido na cafeicultura”.

As tentativas de buscarem melhorias, não somente para os bairros rurais, mas também para a classe dos cafeicultores, passava, necessariamente, pela união de todos. Embora os bairros rurais tivessem suas lideranças, estas pessoas sempre estiveram mais relacionadas às questões ligadas à igreja ou ao time de futebol dessas localidades. Não se envolviam com questões relacionadas com a política.

O novo século chegou trazendo mudanças drásticas. Um desânimo tomou conta dos sitiantes. Politicamente não havia nenhum líder que aglutinasse os sitiantes em prol de um objetivo comum, ou seja, organizar os cafeicultores na busca de soluções para que juntos pudessem enfrentar as diferentes crises que naquele momento os assolava. As crises tinham uma conotação que variava do local ao global.

Se, por conta dos fatores climáticos, todos padeciam com os efeitos da geada, economicamente, a crise proporcionada pelo excesso da *commodity* no mercado mundial tinha derrubado os preços a níveis que o resultado final não cobria os custos de produção, permanecendo no período de 2000 a 2005 abaixo de R\$ 200,00 a saca. Se não bastassem esses problemas, o local de mais fácil acesso na busca de ajuda, a prefeitura do município de Londrina, atravessava um momento conturbado com a cassação por corrupção do seu prefeito.

Com a cassação do prefeito municipal, quem teria que assumir seria o vice-prefeito, porém ele havia sido eleito deputado federal. A incumbência de dar prosseguimento ao término do mandato eletivo coube ao presidente da Câmara Municipal, que herdou uma prefeitura endividada, sem crédito e com a frota de maquinários e equipamentos sucateada.

Não havia máquinas para deixar as estradas rurais em condições de trafegabilidade. Isso estava deixando os produtores rurais sem poder exercer um dos direitos fundamentais do cidadão, o direito de ir e vir. O caos havia se instalado também na saúde pública.

Diante de tantos problemas, um sitiante que havia adquirido uma propriedade no bairro rural da Laranja Azeda, mesmo estando aposentado, começou a se inquietar com as dificuldades pelas quais os demais estavam passando. Começou a argumentar com os sitiantes que não bastava ficarem reclamando da crise, que era necessário que houvesse uma maior mobilização de todos para que juntos pudessem reivindicar melhorias para os bairros e, também, melhores condições de vida para os sitiantes envolvidos com a cafeicultura.

Como a grande maioria dos sitiantes é constituída de pessoas simples, que não sabem fazer outra coisa a não ser trabalhar e manter a “fé inabalada de que se Deus quiser o momento difícil vai passar”, foi preciso que um forasteiro, ou seja, uma pessoa de fora da comunidade assumisse a liderança e fizesse com que as pessoas inseridas nos dois bairros rurais despertassem e passassem a lutar por melhorias. Num primeiro momento lutou-se por melhorias nos bairros e, uma vez que foram tomando gosto com as conquistas que começaram a aparecer, passaram a reivindicar melhoria em suas vidas, com uma maior remuneração pelo café.

Com o intuito de analisarmos como se desencadeou o processo que levou os cafeicultores, em um curto espaço de tempo (sete anos), a passarem da condição de sitiantes individualistas, que não mantinham nenhuma forma de organização coletiva, à constituição de uma cooperativa, é o que segue nos itens deste capítulo, evidenciando os diferentes estágios de luta e aprendizagem para dar um sentido de comunidade a um grupo de sitiantes que tinham na cultura cafeeira uma razão para juntos “caminharem”.

5.1 A chegada do estranho como elemento articulador nos bairros rurais: o plano no conjunto das idéias

As áreas rurais brasileiras ainda são consideradas pela grande maioria da população do país, hoje eminentemente urbana, como locais atrasados, uma vez que geralmente são carentes de políticas públicas, de prestígio e de lideranças.

Habitar o espaço rural é lutar contra todas as adversidades possíveis. Em muitos rincões deste nosso país a população ainda não é atendida por muitos direitos básicos, tais como saúde e educação. Por todas as dificuldades existentes no meio rural brasileiro não é difícil de concluir que nossa população rural assistiu a poucas iniciativas visando a superação de seus problemas seculares, principalmente aqueles ligados à cidadania e ao desenvolvimento social, principalmente seus representantes que não possuem uma boa condição financeira.

O desprestígio sofrido pelas pessoas que insistem em permanecer no espaço rural também pode ser percebido na instituição que tem por excelência propiciar os mesmos direitos a todos os cidadãos, a escola, mesmo estando localizada na zona rural.

Este fato pode ser explicado pela formação do professor ser direcionada para uma visão do urbano. Sendo formado por pressupostos que direcionam o ensino-aprendizagem para conteúdos e situações problematizadoras que somente acontecem nas cidades, esta metodologia de ensino acaba sendo assimilada pelo professor que a transmite involuntariamente para seus alunos.

A maneira como está constituída a escola no espaço rural não é suficiente para garantir a permanência dos filhos dos que trabalham a terra, pois o currículo não condiz com as necessidades e especificidades do educando rural. A escola ideal para o espaço rural é aquela que trabalha no sentido de fixar o homem “instruído” no campo, minimizando as migrações campo-cidade, fazendo com que este venha a se tornar um agente na história de seu grupo social.

Mas, é na própria escola inserida no espaço rural que os melhores alunos recebem incentivo para abandoná-la, deixando para trás um padrão de vida que lhe é próprio, buscando aquele tido como melhor, o cotidiano urbano. Um exemplo de como isso acontece pode ser observado em Concagh (1989, p. 90), que ao desenvolver estudos sobre esta temática, constatou como isso ocorre. Diz a autora:

Se uma criança da escolinha rural mostrava ser particularmente inteligente, o professor procurava os pais para aconselhá-los a levá-la para a cidade, onde ela teria oportunidade de desenvolver-se intelectualmente. Tendo ido para a cidade, a criança transformava-se, perdia seus laços com os valores rurais e, quando voltava, olhava com superioridade para seus ignorantes progenitores e tratava de arranjar um emprego na cidade. Assim, as melhores “cabeças” iam sempre para a cidade, e o campo continuava sem líderes próprios, pobres de iniciativas.

Este exemplo retrata o porquê da ausência de lideranças nos espaços rurais. Nos bairros rurais isso também não foge a regra. Apesar de haver pessoas empenhadas

em doarem um pouco de seu tempo na organização de determinados segmentos da comunidade, principalmente aqueles relacionados ao futebol e à igreja, não havia uma organização interna a ponto de congregar os moradores na busca de soluções comuns, mas que beneficiassem a todos.

Se, durante o momento em que a atividade cafeeira remunerava satisfatoriamente, os cafeicultores conseguem manter certa independência, nos momentos de crise a união de forças se torna necessária.

Cabe aqui relatar que liderança não pode ou não deve ser imposta, mas sim conquistada. Nas comunidades representadas pelos dois bairros rurais, as lideranças existentes exerciam suas respectivas atividades conjuntamente com os trabalhos em suas propriedades. O trabalho comunitário ficava restrito à determinadas épocas e períodos que não prejudicassem seus afazeres em suas lavouras cafeeiras.

Como a lida com o café é uma atividade que consome muito tempo, as lideranças ficavam, muitas vezes, impossibilitadas de exercê-la externamente, perante aos órgãos governamentais, pela total falta de tempo.

Esta situação começou a mudar a partir do ano de 1998, quando uma pessoa que não pertencia a comunidade adquiriu por meio da compra um sítio no bairro da Laranja. Este fato significou o fim do ostracismo em relação à busca de melhorias para a comunidade com as esferas de poder ou com outras instituições de ensino ou de pesquisa que poderiam de alguma forma ajudar as pessoas.

Identificamos este momento para a pesquisa como sendo “a chegada do estranho”. Estranho num duplo sentido, como sendo alguém que não fazia parte da comunidade e também por ser uma pessoa que não tinha nenhum vínculo com a cafeicultura, mas que passou a ser fundamental na organização coletiva dos sítiantes na busca de soluções para os problemas que os afligiam naquele momento difícil.

Este estranho adquiriu uma propriedade de 12,1 ha no ano de 1998. O senhor F. G. A. (60 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda) depois de se aposentar como coronel da polícia militar de São Paulo, onde trabalhou por trinta anos na cidade da São Paulo, mudou-se para Londrina, por intermédio de parentes que ali residiam.

Depois de alguns meses como aposentado, resolveu que precisava voltar a ter uma ocupação. Dentre as alternativas que surgiram, optou por adquirir uma propriedade rural, na pesquisa intitulada sítio, principalmente para que pudesse exercitar o corpo, fazendo uma atividade física. Em seu caso, a opção por uma propriedade rural deveu-se ao fato de “ser uma atividade que não tem chefe, não tem horário e não tem patrão”

(Senhor F. G. A. 60 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda). A fala de nosso interlocutor revela que quem passou toda sua vida dando ordens como integrante de alta patente da polícia militar de São Paulo, não queria uma atividade na qual teria que submeter-se a cumprí-las.

Adquirida a propriedade, mesmo mantendo residência em Londrina, todo o dia deslocava-se para o sítio. Na propriedade já estavam plantados cinco mil pés de café, porém “muito mal cuidados”, segundo o próprio entrevistado. Como seus vizinhos todos produziam café, resolveu que também iria cultivar a rubiácea.

Contratou um trabalhador permanente com experiência no trato com a lavoura cafeeira para auxiliá-lo e começaram a plantação das mudas de café. Logo de início já começou a perceber as dificuldades em ser cafeicultor. As mudas plantadas no ano de 1999 foram todas queimadas pela geada do ano de 2000. Apenas para exemplificarmos uma das muitas dificuldades enfrentadas pelos cafeicultores, relatamos a primeira sentida pelo nosso interlocutor, que nos disse que: “Seguramente, para chegar aos trinta e cinco mil pés de café que a propriedade possui hoje, foram plantadas mais de cem mil mudas” (Senhor F. G. A. 60 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda).

Percebendo as dificuldades econômicas que estavam assolando os sitiantes e a total falta de organização entre os cafeicultores nos bairros rurais, o senhor F. G. A. (60 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda) começou a conversar primeiramente com seus vizinhos para que os mesmos tentassem se organizar, discutindo os seus problemas como cafeicultores e também sua condição enquanto cidadãos londrinenses para que juntos pudessem reivindicar melhorias para os bairros.

Iniciadas as primeiras conversas, em seguida foi proposta a criação de uma associação de cafeicultores. O embrião desta organização foi a criação no ano de 1999 da Associação dos Produtores Rurais da Capela São Pedro, uma associação que existiu de fato, pois eram realizadas reuniões no salão da paróquia, não tendo sido registrada nos órgãos competentes, ou seja, ela não foi institucionalizada.

Nessas reuniões eram discutidas, principalmente, formas de reivindicarem e buscarem melhorias para os bairros rurais, uma vez que as estradas rurais estavam em péssimas condições de uso. Para os produtores rurais, estradas em péssimo estado de conservação é um problema de extrema seriedade, pois os mesmos dependem delas para se locomoverem e para transportarem seus produtos para o mercado.

No ano de 2000, quando as reuniões estavam tendo grande participação por parte dos sitiantes que passaram a entender que, por meio do processo participativo, suas

reivindicações começavam a ser atendidas, principalmente pelo poder público municipal, aconteceu uma forte geadada. A partir de então, as reuniões foram perdendo público, os sitiantees perderam o entusiasmo e voltaram suas forças e expectativas para dentro de sua propriedade, cada qual querendo recuperar o mais rápido possível sua lavoura totalmente queimada pela geadada.

As reuniões aconteciam com mais frequência no salão paroquial do bairro da Limeira. Isso, segundo nosso informante, passou a desencadear entre os sitiantees uma espécie de bairrismo, com os moradores do bairro da Laranja Azeda deixando de frequentar as reuniões. Essa hipótese levantada pelo senhor F. G. A. teve por parte dos sitiantees do bairro Laranja Azeda outra conotação. Tal atitude nos foi explicada como uma forma de corte ou minimização dos custos internos da propriedade, pois, dependendo da localização do sítio do bairro da Laranja Azeda, sua distância em relação ao local das reuniões dista mais de cinco quilômetros.

Para tentar manter os sitiantees organizados, foi proposto pelo senhor F. G. A. (60 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda), que tomava a frente, marcava e coordenava as reuniões, que as mesmas fossem alternadas nos dois bairros rurais, sendo realizadas uma vez por mês ou sempre que se fizesse necessário.

Mesmo assim, somente estavam participando poucos cafeicultores do bairro no qual a reunião acontecia. Para não se deixar perder essa embrionária forma participativa dos sitiantees, mesmo daqueles mais céticos, foi proposto em uma das reuniões que houvesse uma divisão das associações pelos bairros rurais, cada qual organizando a sua, mas procurando agir juntos e de comum acordo.

Desta forma, a partir do final do segundo semestre do ano de 2000, a Associação dos Produtores Rurais da Capela São Pedro foi dissolvida, sendo criadas outras duas associações de bairros, a ACAL - Associação de Cafeicultores da Água da Limeira e a APRALA - Associação de Produtores da Água da Laranja Azeda. Estas associações foram devidamente registradas, sendo reconhecidas com títulos de utilidade pública, tanto municipal como estadual, conforme se verá em um tópico específico ainda neste capítulo.

Almeida (2005, p. 110) relata a importância que a chegada do estranho teve para os bairros rurais, dizendo que “um dos fatores que tem mantido unidas as duas associações é a liderança exercida principalmente por Fábio Gonçalves dos Anjos, associado da APRALA”.

Mesmo com a formação de duas associações para representar menos de cem sitiantes, a pessoa que acabava tomando a frente no processo de luta das mesmas era ainda o senhor F. G. A.

Este fato se explica por alguns motivos. Por ser aposentado, sobrava-lhe mais tempo para se dedicar em prol da ou das associações, pois, para lhe ajudar nos afazeres do sítio, mantinha um trabalhador permanente em sua propriedade. O fato de residir em Londrina facilitava o contato com os representantes dos diferentes órgãos e setores públicos aos quais pleiteava suas reivindicações, pois é na cidade que as mesmas quase sempre tinham que ser protocoladas. Também era importante seu nível educacional, pois enquanto a maioria de seus pares sitiantes possuía somente os primeiros anos da educação básica, o senhor F. G. A. era bacharel em direito, fato este que possibilitava uma maior desenvoltura para agir perante quem quer que fosse.

Na verdade, o que se pode deduzir é que o senhor F. G. A. passou a representar para os bairros rurais um mediador que, por possuir vontade e também tempo disponível, podia organizar as relações de vizinhança entre os sitiantes na busca de melhores condições financeiras e também em termos de infra-estrutura para os bairros.

O trabalho voluntário despendido foi de fundamental importância para a valorização dos cafeicultores enquanto cidadãos. Se, num primeiro momento, suas reivindicações tinham como meta a recuperação do poder aquisitivo dos cafeicultores e também melhorias infra-estruturais para os bairros, o tempo foi moldando nos sitiantes, principalmente aqueles que mais participavam, o desejo de se engajarem em outras frentes de luta no sentido de possibilitar uma melhor condição de vida para todos os moradores, não só do bairro rural ao qual pertenciam, mas também do distrito rural no qual estavam inseridos.

5.1.1 A chegada do estranho: o plano das realizações pessoais.

Embora a chegada do estranho, personificada na pessoa do senhor F. G. A. tenha representado um marco para que outras maneiras de comercialização ou até mesmo de produção do café fossem colocadas em prática pelos sitiantes dos bairros rurais, após o fracasso da conversão do café convencional para orgânico e também da não implantação da cooperativa, como destacaremos nos próximos tópicos, a liderança do “coronel”, passou a ser questionada.

Em apenas 46 (58,97%) das 78 propriedades ocorreu a conversão do café cultivado do processo convencional para o café orgânico. Em 32 propriedades (41,03%) não houve adesão a este processo. Os sitiantes mais antigos criticavam com mais veemência a ideia de que outra forma de produção pudesse ser viável ou mais rentável. Por isso estes produtores que estavam há mais tempo lidando com o café preferiram manter suas lavouras de maneira convencional, aguardando os resultados para então definir se faziam ou não a conversão.

Depois da desilusão com o café orgânico, mesmo os sitiantes que aceitaram este desafio, ficaram desanimados com o “coronel”. No entanto, entendem que naquele momento suas ideias tinham como objetivo a melhoria da renda dos sitiantes.

É inquestionável, no entanto, que houve um empoderamento de saberes e idéias por parte do senhor F. G. A. no tempo que o mesmo esteve a frente da COASOL, como seu presidente, pelo fato de ter participado de muitas reuniões e até mesmo do Grupo de Trabalho proposto pelo governo federal para a criação de uma normativa para estudar a melhor forma de acesso aos pequenos produtores brasileiros no comércio justo.

Como a cafeicultura passou a fazer parte de sua vida muito mais como uma atividade para ocupar seu tempo, uma vez que era aposentado, como já relatado, o mesmo não dependia única e exclusivamente da cafeicultura, como os demais membros da diretoria da COASOL.

Durante as muitas reuniões que passou a freqüentar, oportunidades foram surgindo e o presidente da COASOL chegou a fazer parte da Coordenadoria Latino-Americana e do Caribe de Pequenos Produtores de Comércio Justo (CLAC).

A partir de então, vários convites foram feitos para que os representantes da COASOL participassem de encontros, seminários, fórum e feiras onde eram debatidos e, algumas vezes, expostos os produtos da agricultura familiar comercializados por meio do comércio justo.

Desta maneira, com recursos do governo federal, pois era uma tentativa de colocar no mercado mundial vários produtos oriundos de pequenos agricultores familiares brasileiros, o senhor F. G. A. no período de 2004 a 2007, esteve em países como México, Peru, República Dominicana e Itália.

Na Itália, no ano de 2004 em uma feira na cidade de Bolonha, o governo brasileiro chegou a alugar uma máquina de café expresso onde foi servido café produzido nos bairros rurais (20 kg de café verde e 20 kg de café torrado e moído).

Também no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em São Paulo, no Recife e em Brasília, o presidente da COASOL se fez presente para discutir assuntos referentes à implantação do comércio justo.

Segundo o senhor F. G. A. em todas as viagens, quer fossem internacionais ou nacionais, sempre procurou os demais membros da diretoria da COASOL para ver se alguém tinha o interesse de viajar, porém todos eles se recusaram.

Como a cooperativa não prosperou, no final do ano de 2007 ele entregou o cargo que exercia na CLAC e, uma vez que tinha percebido que um produto diferenciado tem comércio garantido, voltou-se para dentro de sua propriedade e insistiu em cultivar o café orgânico.

Ele construiu uma pequena torrefadora em sua propriedade e está convicto de que trabalhando com o processamento do café orgânico, vai obter melhores rendimentos do que entregando o café verde para ser processado fora do país.

No mês de outubro de 2009 já estava conseguindo colocar no mercado 150 kg de café torrado e moído, vendendo-o a R\$ 20,00 o quilo, com tendência de aumentar depois que conseguisse obter liberação da vigilância sanitária municipal, última etapa para passar a comercializar seu café com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

No entanto, ele ainda não tinha desistido da “missão” de congregar os demais cafeicultores no projeto da cooperativa. “Se está dando certo para mim pode dar certo para todos. No entanto, este pessoal tem que se mexer, pois não querem levar seu café para ser vendido na feira em Londrina” (F. G. A, entrevista realizada em agosto de 2008).

Também até outubro de 2009 ele ainda não havia realizado nenhuma reunião para que fosse proposta a liquidação da cooperativa, pois se isso vier a ocorrer, todos os equipamentos terão que ser entregues. Por isso a persistência em colocar em prática sua torrefadora para que os demais cafeicultores acreditem que também podem prosperar, obtendo com isso maiores rendas.

Como já relatado, o senhor F. G. A. foi o único que permaneceu com o café orgânico em sua propriedade. No entanto, percebemos que para ele foi mais fácil assimilar esta diferente maneira de conduzir o cafezal por que era novo para ele, uma vez que estava se iniciando na atividade, além disso, nunca dependeu exclusivamente dos rendimentos proporcionados pelo café.

Já para os demais cafeicultores, além de terem o café como sua principal fonte de renda, o processo de conversão foi mais difícil, pois há anos trabalhavam com o sistema convencional, tendo o controle do processo produtivo. Com a produção orgânica, eles perderam o controle do processo produtivo. Isso pode ser mais bem entendido nas palavras de Pacífico (2008, p.37), que assim se expressa:

O caráter eco tecnocrático da agricultura orgânica mantém os agricultores na mesma lógica da compra de insumos e dependentes do mercado de atravessadores e exploradores, por estarem a mercê das certificadoras e das tecnologias transferidas pelos agentes de desenvolvimento.

O senhor F. G. A. foi o maior beneficiado em todo o processo de associativismo dos cafeicultores dos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira. Com as viagens que realizou por diversos países e também pelo conhecimento que adquiriu sobre a cultura cafeeira, este cafeicultor implementou a sua torrefadora, passando a obter maneiras mais lucrativas de comercializar o café. Inclusive, a ideia de produzir um café com maior valor agregado veio do contato com pessoas com maior poder aquisitivo. Pessoas que conheceu em reuniões e encontros dos quais participou representando seus companheiros cafeicultores.

No entanto, não podemos deixar de destacar sua visão empreendedora. Embora os próprios sitiantes tenham desistido da cooperativa ou de outras formas de agregar maior valor ao seu produto, o café, o senhor F. G. A. ainda não desistiu dos sitiantes. Embora suas realidades, seus sistemas produtivos e por que não dizer os “tempos” de ambos sejam diferentes, sua vontade é que todos possam continuar sendo cafeicultores, e que seus filhos possam permanecer na terra de seus pais, dela retirando o suficiente para sua reprodução enquanto trabalhadores rurais. Do esforço de seu trabalho na cafeicultura, os sitiantes possam ter uma condição de vida que os permita viver no espaço rural, tendo tudo aquilo que os jovens da cidade desfrutam.

5.2 A comercialização conjunta do café

Criado o embrião de organização entre os sitiantes que acabaria por levá-los a fundarem a cooperativa, procuraremos retratar os fatos e acontecimentos que desencadearam todo o processo de união e articulação entre os sitiantes de acordo com a cronologia dos eventos. Começaremos pelo fato que possibilitou aos sitiantes

entenderem que juntos poderiam conseguir um melhor preço pelo fruto de seu trabalho, cristalizado pelas sacas de café, por meio da comercialização conjunta e também da compra de insumos e fertilizantes, afinal, com um maior volume do produto pode-se obter um melhor preço na venda e um desconto maior na compra.

Esta foi a primeira medida colocada em prática pelo senhor F. G. A. quando, no ano de 1999, ao vender as primeiras sacas de café produzidas em sua propriedade, verificou que o preço conseguido pelos sitiantes que sempre comercializavam sua produção com os atravessadores de Lerroville ou de Tamarana, era inferior ao conseguido em Londrina. A comercialização conjunta representou uma maior remuneração pelo fato de venderem o café diretamente para os corretores da Bolsa de Café de Londrina, agregando, desta forma, o valor que antes ficava retido com o atravessador, para quem o café sempre fora vendido.

Desta forma, ele resolveu conversar com alguns sitiantes, seus vizinhos, com o intuito de poderem comercializar conjuntamente sua produção, conseguindo assim um maior volume e, conseqüentemente, um maior valor pela saca. Este ato pode ser entendido como o primeiro passo na busca de melhores condições de vida para os sitiantes dos bairros rurais por meio de um preço maior do produto de seu trabalho.

Devido à longa distância que separa os bairros rurais da sede do município, a comercialização da safra era realizada com atravessadores que mantinham armazéns de compra de cereais, na sede do distrito de Lerroville ou em Tamarana, representantes do capital comercial que retiram uma parte do produto dos sitiantes quando da comercialização.

Os atravessadores, ou os “picaretas” como dizem muitos sitiantes, além de reterem para si uma parte do valor da venda, rebaixando os preços do café para que estes consigam se manter no ramo comercial, também são acusados pelos sitiantes de “serem desleais quando da retirada da renda do café”. Por isso os sitiantes dizem que costumam levar amostras de café para mais de um cerealista atravessador, para terem certeza que não serão iludidos com a renda do café⁶⁹.

Esta foi uma maneira de comercializar os produtos conseguidos nas propriedades que perdurou por décadas. E não poderia ser de outra forma, pois se o sitante fosse vender o resultado de sua safra em Londrina, teria que investir capital para realizar o processo até entregar o café no local escolhido. A inversão de capital neste

⁶⁹ Resultado da quantidade de café em coco que será necessário para a obtenção de uma saca (60 Kg) de café beneficiado.

caso refere-se ao processo de beneficiamento do café; na compra de sacaria para acondicioná-lo; e no transporte para entregá-lo. Dependendo da quantidade, o custo-benefício não compensava, sendo mais interessante vender para os cerealistas, ainda que a um preço inferior.

No ano de 1999, o senhor F. G. A e mais quatro sitiantes conseguiram se unir para tentar conseguir um melhor preço pela saca de café.

Existem duas formas de vender o produto final, ou seja, o café. Uma forma é vendê-lo em coco. Esta maneira é quase sempre usada com os primeiros cafés secos, servindo para pagar a mão-de-obra utilizada na colheita dos sitiantes proprietários mais descapitalizados. A venda em coco é também muito utilizada pelos porcentageiros, que não vendem toda a produção de uma só vez, deixando o café armazenado na tulha e vendendo-o conforme suas necessidades, já que o café não é facilmente perecível.

Outra forma é vendê-lo limpo, já beneficiado. Esta forma, conforme podemos perceber durante a realização do trabalho de campo é a mais utilizada pelos sitiantes proprietários, principalmente nos anos em que a produção é tida como boa, ou seja, na bienalidade positiva da cultura.

Existem ainda outras vantagens do beneficiamento do café na propriedade, tais como: a permanência da palha que é utilizada como adubo; a diminuição dos riscos de serem ludibriados com a renda do café; e também o fato da “escolha” (os grãos de café que são quebrados durante o benefício ou que apresentam algum defeito) ficar com o sitiante. Segundo um dos sitiantes (Senhor J. R. N. 56 anos, proprietário no bairro da Limeira) “A média da escolha é de 1 a 3% no café Mundo Novo”. Embora sua venda alcance um preço menor, acaba sendo importante que esta renda permaneça na propriedade. Quando o café é vendido em coco, quem se apropria desta renda é o cerealista-atravesador.

Nos anos de pouca produção, os custos individuais não compensam o seu beneficiamento. Para minimizar os custos de cada sitiante, foi proposto pelo senhor F. G. A. aos seus vizinhos que eles se juntassem para realizarem, num primeiro momento, o beneficiamento do café, pois, desta maneira, como a quantidade de café seria maior, poderiam conseguir um desconto por parte do maquinista, fato que acabou acontecendo.

Também poderiam trabalhar juntos quando do beneficiamento, diminuindo assim a contratação de pessoal para realizar esta tarefa, caso fosse realizada individualmente.

Desta forma, os cinco sitiantes realizaram o beneficiamento da sua produção de uma só vez. Ao invés da máquina⁷⁰ se deslocar para as propriedades, centralizaram-na em um único local. Cada sitiante, com a ajuda dos demais, providenciava o transporte de seu café até o local onde a máquina foi posicionada. Como a palha é valiosa para os sitiantes, por servir como adubo, no final do processo a mesma foi dividida mais ou menos proporcionalmente ao total de café de cada um.

Com o café já limpo, iniciou-se a visita aos escritórios dos corretores em Londrina, sempre deixando uma pequena amostra para ser avaliada. Como o café era de boa qualidade e havia um volume razoavelmente grande (200 sacas), o valor obtido na venda ficou acima do valor de mercado.

Um dos sitiantes que no ano de 1999 participou da venda conjunta nos relatou a diferença de preço conseguida pelo produto, assim dizendo:

Eu consegui vender meu café, junto com o café dos meus vizinhos a R\$250,00, que é o preço de hoje. Foi o maior preço do ano, num dia em que a bolsa saiu de R\$180,00 e chegou a R\$250,00, depois caiu de novo. Quando a bolsa estava em R\$250,00, o corretor me ligou e disse que o preço estava muito bom. Eu estava do lado dos meus vizinhos, estava com o celular e decidimos vender. Foi o melhor negócio que nós fizemos naquele ano, aliás, ninguém fez negócio daquele jeito, como nós. Eu sozinho não tinha vendido por esse preço, meu volume era pouco, assim como também os dos vizinhos. Mas nós juntos tivemos volume de café. O pessoal viu que trabalhar em associação, em cooperação vale a pena (Senhor F. G. A. 60 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda).

Percebe-se, pelo depoimento, duas situações que contribuíram para que os sitiantes conseguissem um melhor preço pelo seu produto, sendo que as duas estão diretamente ligadas à pessoa do estranho que passou a fazer parte do bairro da Laranja Azeda, o senhor F. G. A.

Primeiramente, o fato de residir em Londrina, ficando mais próximo dos corretores de café que, assim como os atravessadores, também ficam com uma parte do resultado final obtido na venda do café. Este valor é estabelecido antecipadamente, cabendo ao corretor a responsabilidade de conseguir um melhor preço pelo café a ele confiado. Em segundo lugar, o fato de já no ano de 1999 o senhor F. G. A. possuir um aparelho celular, coisa que os sitiantes, naquele momento, estavam impossibilitados de terem pelo alto valor que o mesmo representava. Isso foi determinante, pois, mesmo

⁷⁰ No distrito de Lerroville há duas máquinas de beneficiar café: uma fixa em um barracão e outra móvel, instalada em cima de um caminhão. No entanto, no ano de 2008 não havia nenhum cerealista que realizasse a compra de cereais. Já em Tamarana há três cerealistas que compram cereais, inclusive café, sendo que dois possuem suas máquinas instaladas em caminhões e o outro é o proprietário da máquina fixa existente no distrito de Lerroville.

estando no sítio, distante mais de 50 km da cidade de Londrina, foi possível o contato para que fosse vendido o café em um momento de alta da bolsa.

Este fato, ou seja, o bom resultado obtido na venda conjunta, livrando os sitiantes das amarras que os mantinham dependentes dos intermediários, aumentou a confiança dos sitiantes na pessoa que havia acabado de se instalar no bairro rural. Os cafeicultores passaram a demonstrar confiança em sua pessoa e em suas ideias. Isso passou a ser contagiante e impulsionou a participação de todos. Proporcionou a união e a integração da comunidade visando à resolução dos problemas comuns que afligiam a todos os cafeicultores.

Com a venda conjunta da produção de um grupo de quatro cafeicultores obteve um melhor valor econômico por saca de café vendido, a sensibilização dos cafeicultores aconteceu meio que por “osmose”, pois o que importava para eles era que o produto do seu trabalho fosse mais bem remunerado.

Com o passar dos dias, os sitiantes que acreditaram em suas idéias, passaram a ter confiança na sua pessoa, e isso é de fundamental importância no meio rural, principalmente para aquelas pessoas com uma idade mais avançada, que ainda dão mais valor ao “peso da palavra”.

Se, por um lado, ele havia adquirido a propriedade há pouco tempo e, por outro, estava iniciando sua atividade como cafeicultor, procurava ouvir e aprender com seus vizinhos como melhor cuidar de sua lavoura. Procurava também discutir os problemas com os demais, escutando e encaminhando suas reivindicações aos órgãos competentes em Londrina, impulsionando desta forma a participação dos cafeicultores.

Como suas idéias passaram a ser mais bem aceitas nos bairros rurais, foi proposto que esta união fosse institucionalizada na forma de associações de produtores de café, pois somente assim é que os sitiantes poderiam obter representatividade perante o poder público em suas reivindicações. Pela importância que as mesmas tiveram como forma aglutinadora dos cafeicultores, dedicaremos o próximo item para melhor explicar como ocorreu a criação das Associações de cafeicultores, bem como sua importância no processo de união que desencadearia na fundação da Cooperativa dos cafeicultores.

5.3 A formação das associações de cafeicultores nos bairros rurais

Dadas as dificuldades encontradas pelos pequenos produtores para manutenção de suas propriedades, do trabalho de sua família e, conseqüentemente, de sua reprodução, o associativismo, representado nos bairros rurais estudados pela criação de associações de cafeicultores, surgiu como estratégia para a viabilização destes pequenos empreendimentos. Por constituir-se sob a forma de entidades que agrupam certo número de produtores, com interesses comuns, tendo como finalidade resolver os seus problemas de forma coletiva.

Dessa forma, segundo informações obtidas com as lideranças dos bairros rurais, a criação das associações de cafeicultores foi a forma encontrada para despertar nos sitiantes a sensação de que juntos poderiam, se não resolver a crise pela qual estavam passando, pelo menos amenizar seus efeitos. Com elas os cafeicultores poderiam lutar para permanecer na terra como produtores de café que, apesar das dificuldades, é tida por muitos como a única atividade capaz de proporcionar uma renda maior para quem tem pouca terra. A fala de um sitiante é esclarecedora ao dizer por que ainda continua cultivando o café: “Sítio pequeno tem que ser café. Com lavoura branca, se tiver que pagar para plantar e para colher não sobra dinheiro” (Senhor V. O. 58 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda).

Na sociedade brasileira, de forma geral, quando as condições econômicas propiciam à maioria de seus cidadãos uma condição de vida que os permita viver satisfatoriamente, estes não têm por costume cobrar, reivindicar, exigir, se manifestar, em fim, mostrar de forma organizada o descontentamento com a situação que os aflige. Já pelo contrário, quando a maioria se sente prejudicada, é mais comum a união de esforços na busca de possíveis soluções. Assim estava acontecendo com os cafeicultores dos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira. Se, pelo lado econômico, o seu principal produto, o café, encontrava-se em baixa no mercado, descapitalizando-os, a geada ocorrida no mês de julho de 2000 afetou de vez a economia doméstica dos sitiantes.

Um cafeicultor que também participou das discussões para a formação da associação do bairro da Limeira, resume da seguinte forma os fatores que os levaram a constituírem uma associação, assim dizendo: “O que levou à formação da associação foi também a busca de melhorias para a comunidade: busca de médico, transporte escolar, melhorias nas estradas” (Senhor J. R. N. 56 anos, proprietário no bairro da Limeira).

Dessa forma, foi criada em cada bairro rural uma associação de cafeicultores, para que os mesmos tivessem maior representatividade perante aos órgãos públicos e as entidades com as quais fossem pleitear benefícios para os cafeicultores, principalmente as relacionadas à assistência técnica.

Nesse período, de uma forma geral, a grande maioria dos pequenos sitiantes paranaenses estava padecendo pela falta de assistência técnica prestada pelo governo do estado, por meio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER).

Isso se justifica pela colocação em prática de um projeto que estava ocorrendo em todo o Estado do Paraná: a implantação das Vilas Rurais⁷¹. Como este projeto passou a representar uma importante plataforma política voltada para o homem do meio rural para o então governador, todos os técnicos que compunham o quadro da EMATER paranaense estavam voltados para o atendimento aos vileiros, ficando os demais pequenos produtores à margem, passando por dificuldades quanto ao atendimento técnico.

Não se pode generalizar afirmando que todos os sitiantes estavam sem receber assistência técnica no Paraná. Os proprietários de terras que cultivam produtos processados pelas grandes cooperativas, principalmente a soja, o milho e o trigo, recebiam assistência dos técnicos das próprias cooperativas. Somente os produtores que cultivavam lavouras como o café, o arroz, o feijão, ou os produtores de leite que não estavam integrados a uma cooperativa e os olericultores é que ficaram órfãos de assistência técnica durante o período que vigorou o mandato do governador Jaime Lerner.

Motivados a lutarem para melhorar suas condições de vida, logo perceberam que para que isso acontecesse teriam que regularizar esta união na forma de associações de

⁷¹ O projeto Vilas Rurais foi concebido no ano de 1994 como plataforma política do candidato à governador do Estado do Paraná, Sr. Jaime Lerner, que governou o Paraná por dois mandatos consecutivos (1995 a 1998 e 1999 a 2002). Sua implantação iniciou-se no ano de 1995 com o financiamento do Banco Mundial e do governo do estado. Previa o assentamento de famílias de trabalhadores volantes (bóias-frias), que constituíam a mão-de-obra da agricultura paranaense. As vilas rurais seriam construídas junto aos distritos ou estradas vicinais, o que facilitaria o acesso à escola bem como também ao serviço médico e a bens de consumo. A construção próxima a equipamentos já existentes evitaria novos investimentos. O que determinaria o tamanho de cada vila rural seria a demanda levantada pela prefeitura municipal, bem como o tamanho da área adquirida pela mesma. No entanto nenhuma vila possui mais de 100 unidades. Cada lote teria uma área de 5.000 m² e uma casa de 44,5 m² construída em alvenaria. Também possui uma infra-estrutura mínima, ou seja, água encanada e luz elétrica.

cafeicultores, ou seja, institucionalizarem perante os órgãos competentes as associações para que pudessem adquirir representatividade.

A Associação dos Cafeicultores da Água da Limeira – ACAL foi a primeira a ser fundada em 09 de outubro de 2001, no salão da Capela São Pedro, no Bairro da Água da Limeira. O total de associados fundadores presentes à Assembléia e assinantes da ata foi de 33 produtores rurais, sendo 22 homens e 11 mulheres. Há grande participação das mulheres de associados, parceiras de trabalho de seus maridos na árdua lida diária com o cafezal, não somente nas reuniões, mas em todas as atividades promovidas em que o marido esteja também presente.

Almeida (2005) elenca outras possibilidades detectadas pelas mulheres dos bairros rurais visando contribuir com o aumento da renda familiar :

As mulheres reivindicam também, para cada associação, a execução de projetos para seu desenvolvimento. Gostariam de ter uma cozinha industrial para confeccionarem bolachas, pães, bolos, compotas e máquinas de costura para poderem trabalhar no sistema de facção. Haviam pensado em comercializar frangos caipiras, frutas e verduras frescas, mas o problema de escoamento até o mercado de Londrina inviabilizou esta ideia. (ALMEIDA, 2005, p. 83).

Essa participação, no entanto, não se fazia presente quando ocorriam reuniões ou palestras que tinham como finalidade principal o assunto relacionado ao café. Neste ponto, percebe-se que, sendo o marido o responsável pelo manejo com o cafezal, é ele quem participa, para depois socializar as informações, colocando-as em prática na lida diária.

Consultando os documentos das duas associações, constatamos que no dia 19/10/2001, os cafeicultores da Limeira registraram o Estatuto Social da Associação de Cafeicultores da Água da Limeira no Cartório de 2º Ofício de Londrina. Uma vez organizada, criada de fato, regulamentada e efetivada por meio de sua inscrição no CNPJ, seus primeiros diretores cuidaram também de, por meio de Projeto de Lei na Câmara de Vereadores de Londrina (Lei Nº 9.429, de 5 de abril de 2004) e projeto de Lei na Assembléia Estadual (Lei Nº 14.328, de 16 de fevereiro de 2004) torná-la de utilidade pública, para que pudesse estar apta a receber recursos para serem investidos junto a seus associados cafeicultores.

Já a fundação da Associação dos Produtores Rurais da Água da Laranja Azeda – APRALA - ocorreu no dia 04 de junho de 2001, sendo registrada em 2002. Vinte e sete produtores rurais se reuniram no Sítio São Pedro, Estrada do Apucarantina, para fundar esta entidade cujos objetivos sociais davam conta da aspiração de seus fundadores.

Os objetivos estatutários da ACAL e da APRALA revelam as aspirações destas associações e, de certa forma, suas carências. Em seus estatutos estão contidas as finalidades que as mesmas possuem enquanto entidades representativas dos cafeicultores, visando contribuir para a melhoria de vida de seus associados da seguinte forma:

Promover e contribuir com o desenvolvimento dos produtores de café associados, visando a melhoria na capacitação, produção, processamento e comercialização de seus produtos; viabilizar a aquisição de insumos, equipamentos, veículos e outros bens em prol dos associados; representar os associados em suas reivindicações junto ao Poder Público e demais órgãos; reivindicar recursos aos produtores associados junto ao sistema financeiro para viabilizar suas atividades; buscar, divulgar e implantar alternativas de renda visando melhorar a qualidade de vida dos produtores associados; buscar a integração aos demais grupos comunitários para a solução de questões em comum; busca de novos mercados e diversificação da renda; busca por assistência técnica de instituições públicas e ou privadas (Estatuto da APRALA, 2001, p. 05).

O associativismo desencadeou alguns fatores que os levariam a trilharem perspectivas antes não vislumbradas por eles, pois perceberam que existem outras possibilidades. Se não abandonaram definitivamente o tradicionalismo passado de pai para filho com o qual sempre conduziram o processo produtivo da propriedade, principalmente as ações relacionadas ao café, ficava difícil superarem os problemas naquele momento.

Mas, o fato positivo enaltecido pelas mulheres é que a união das mesmas possibilitou que a elas fossem direcionados cursos de capacitação que nem mesmo na sede do distrito eram oferecidos, além de tomarem conhecimento de muitas e variadas técnicas que puderam colocar em prática, principalmente as relacionadas à manipulação de alimentos.

As boas experiências que obtiveram após iniciarem conjuntamente a busca de soluções para os mesmos problemas, principalmente após a criação da ACAL (Associação de Cafeicultores da Água da Limeira) e da APRALA (Associação de Produtores Rurais da Água da Laranja Azeda), os motivaram a trilhar outros sonhos, tendo como fio condutor a produção de café. Estes desdobramentos ocasionados em um momento de crise possibilitaram aos sitiantes dos bairros rurais almejarem vender seu café diretamente para o mercado europeu, dando um salto na tentativa de conseguir um preço que os remunerasse satisfatoriamente.

A comercialização é o momento em que os sitiantes entregam boa parte de seu produto, na maioria das vezes aos cerealistas atravessadores, denotando clara sujeição

da renda familiar ao capital comercial. Para retirar de cena estes atravessadores, foram buscadas outras formas de comercialização. Uma delas foi a união dos produtores, que vendendo o café conjuntamente, em quantidade maior, conseguiram um aumento de preço pela saca de café.

Aliás, segundo nos relatou um dos presidentes da APRALA, suas aspirações iam muito além de apenas conseguirem se livrar dos atravessadores. Como o café produzido nos bairros rurais sempre propiciou uma boa bebida, “em nossas discussões, a gente sempre sonhou em ter, por exemplo, uma torrefadora nossa para colocar nosso produto no mercado interno, e também vender direto para o Primeiro Mundo, evitando ao máximo os atravessadores” (Senhor F. G. A. 60 anos proprietário no bairro da Laranja Azeda).

A organização dos cafeicultores despertou o interesse de uma pessoa ligada ao comércio justo, que propôs fazer a inserção do café produzido nos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira diretamente no mercado europeu, fato este que analisaremos nos próximos itens.

5.4 Estratégias adotadas ou “impostas” com o intuito de obter um melhor preço na comercialização do café, produto base da reprodução dos sitiantes.

Embora o café no município de Londrina tenha perdido sua hegemonia como principal produto, ainda faz parte de muitas pequenas propriedades distribuída pelo seu território, mas, em nível de organização, os bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira se destacavam.

Essa organização coletiva fez-se necessária para que os sitiantes enfrentassem juntos a crise que se instalou na cafeicultura, principalmente a partir da década de 1990, como já relatado. Se o principal objetivo dos cafeicultores era se organizarem em associações para conseguirem melhores condições de vida sem deixarem de cultivar o café, isso passava necessariamente por formas de conseguir um melhor preço pelo seu produto.

A primeira medida adotada foi tentar desvencilhar os cafeicultores das mãos dos atravessadores, negociando eles próprios o resultado de suas produções diretamente com os corretores de café. Para isso utilizaram a venda em grupo do produto a fim de

diminuírem os custos que cada um tem com o beneficiamento do café, as sacarias e o frete até o local de entrega.

Atingido este primeiro objetivo, os cafeicultores passaram segundo um dos presidentes da APRALA e atual presidente da COASOL (Senhor F. G. A. 60 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda) a “sonhar mais alto, pensando eles próprios em montar uma torrefadora e vender o café já torrado e moído como forma de agregar mais valor a seu produto, isso no mercado nacional”.

Este “sonho” começou a se concretizar no ano de 2003, quando alguns cafeicultores foram convidados a participarem de uma reunião na Prefeitura Municipal de Londrina, pois havia interesse de um grupo de consumidores da cidade francesa de Saint-Étienne em adquirir café produzido em Londrina. Era a fama do café produzido em terras norte paranaenses conseguida algumas décadas atrás que havia direcionado o interesse dos consumidores franceses pelo café produzido em Londrina.

Os consumidores franceses estavam dispostos a adquirir o café produzido pelos pequenos produtores londrinenses por meio de um processo de inserção no mercado internacional das associações rurais de produtores de café de pequena escala, transação comercial denominada de Comércio Justo⁷².

Os consumidores que adquirem os produtos comercializados por meio dessa transação comercial não estão praticando uma caridade com os produtores. Os consumidores optam por adquirirem produtos comercializados pelo Comércio Justo que, além da boa qualidade, agregam também valor social. Os franceses já são acostumados a praticar relações comerciais dentro desta filosofia, denotando um maior envolvimento da sociedade civil, eliminando os grandes grupos econômicos destas transações.

A versão brasileira do Comércio Justo foi denominada de Comércio Ético e Solidário que pode ser definida, segundo França (2002) como sendo uma forma de fortalecimento dos trabalhadores assalariados, produtores e agricultores familiares, que

⁷² Pelo fato do Comércio Justo ter iniciado sua atuação na América Latina pelo México, usaremos duas definições encontradas em encartes de encontros organizados por empresas ou instituições que trabalham com esta forma de comércio e que assim o define:

Comercio Justo es la asociación comercial entre productores, comercializadores y consumidores, que promueven un mercado alternativo en el que existen beneficios mutuos para todos (Coordinadoría Estatal de Productores de Café Del Estado de Oaxaca – CEPCO, 2002).

El Comercio Justo es una sociedad de comercio basada en el diálogo, la transparencia y el respeto, que busca una mayor igualdad en el comercio internacional. Contribuye al desarrollo sostenible al ofrecerle mejores condiciones comerciales y al asegurarle mayores derechos a los productores y trabajadores marginados – especialmente del Sur (FAIR TRADE ORGANIZATION, 2004).

estão em desvantagem ou marginalizados pelo sistema convencional de comércio. Deve resgatar a dignidade destas populações, possibilitando seu acesso aos mercados nacionais e internacionais, garantindo um preço justo para seus produtos, valorizando as culturas locais, respeitando seu ritmo, seus rituais e suas crenças, a obediência ao sistema normativo de leis trabalhistas, sociais e ambientais, a preservação do meio ambiente por meio da proposta de um desenvolvimento sustentável.

O presidente da APRALA definiu o que era o Comércio Justo, assim se manifestando:

É um sistema no qual um grupo de produtores organizados comercializa diretamente com um determinado grupo de consumidores. Os produtores recebem um preço justo pela sua mercadoria e o grupo de produtores recebe um prêmio proporcional ao volume comercializado. Esse prêmio é em dinheiro e não pode ser rateado entre os produtores. Esse prêmio tem que obrigatoriamente ser aplicado na comunidade. Era um sistema que a gente achou que era uma coisa fantástica, como é realmente onde ele está aplicado. Eu conheci um grupo em Minas Gerais que comercializa já faz quase dez anos, e os caras estão muito bem, vendendo muito bem, e a comunidade conseguiu sair daquela mesmice (Senhor F. G. A. 60 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda).

Mas, como este sistema passou a ser adotado entre os consumidores ricos dos países do Norte e os produtores pobres dos países do Sul? Para Almeida (2005), isso aconteceu da seguinte forma: O Comércio Justo se fortaleceu junto a inúmeros consumidores do Norte graças ao trabalho de sensibilização de organizações não governamentais (ONGs), de organizações de Comércio Justo, de sindicatos, de movimentos de defesa do meio ambiente, de jornalistas e de tantos outros, do Norte e do Sul, que sistematicamente denunciavam e continuam a denunciar as condições de vida e de trabalho dos produtores pobres do Terceiro Mundo, sejam eles assalariados temporários ou fixos. Evidenciam a total dependência de intermediários, as colheitas incertas, o endividamento, a ausência de capital próprio, a tecnologia escassa, a impossibilidade de planejamento, os salários de fome e as péssimas condições sanitárias.

Os produtos comercializados pelo Comércio Justo agrupam-se, segundo Almeida (2005), em três categorias: alimentares, têxteis e artesanato. Para que o processo consiga resultados satisfatórios para ambas as partes, o Comércio Justo implica na atuação de diferentes atores complementares, cada qual cumprindo um papel importante nesta cadeia: os produtores, as certificadoras, os importadores, os distribuidores e pontos de vendas, os organismos de promoção, os organismos internacionais, os interventores indiretos, como organizações de *lobby* e de

sensibilização e os financiadores de projetos, fazem parte desta grande cadeia, sem os quais esta nova proposta de comércio não alcançaria tanto sucesso.

No Brasil, o registro da primeira experiência neste comércio data de 1999, com suco de laranja concentrado da Associação dos Representantes dos Produtores e Colhedores de Laranja do Noroeste do Paraná (ARPROCLAN), no município de Paranaíba.

Em se tratando de casos relacionados à produção de café, as experiências nacionais de Comércio Justo com variedade de café Conilon são desenvolvidas por associações de cafeicultores de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, e também no Estado do Espírito Santo. Já em relação ao café Arábica, figuram a Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo, a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Sampaio, Nova Rezende e a União de Pequenos Agricultores de Santana da Vargem, todas do Estado de Minas Gerais.

Já em relação ao comércio mundial, o primeiro café comercializado em bases justas foi importado no ano 1973 pelos países baixos junto a cooperativas de pequenos produtores guatemaltecos. Trinta anos depois, quase 200 cooperativas de café que representam 675 mil produtores trabalham para colocar o produto no mercado de uma maneira que garanta um retorno decente para seus produtores (GRESSER; TICHELL 2002).

Embora não seja objetivo deste trabalho analisar mais especificamente o Comércio Justo e seus benefícios em comunidades pobres produtoras de café⁷³, no caso da inserção das associações rurais do distrito de Lerroville para que comercializassem por meio desse sistema, a proposta partiu de alguém que não fazia parte da comunidade⁷⁴. Pelas boas perspectivas de maiores ganhos, muitos cafeicultores não hesitaram em aceitar as propostas.

O ex-presidente da APRALA, o senhor F. G. A. resume bem aquele momento, assim dizendo: “O Comércio Justo também era uma coisa que ninguém sabia o que era, todo mundo andava pisando em ovos, porque era e ainda é uma coisa relativamente nova”.

⁷³ Maiores informações a esse respeito podem ser obtidas no trabalho de Almeida (2005), intitulado “O processo de inserção das associações rurais ACAL e APRALA no Comércio Justo”.

⁷⁴ A iniciativa partiu de uma advogada e também ex-professora da Aliança Francesa (Instituto de Cultura e Língua Francesa), que conheceu na França o Comércio Justo. Sua ideia era incentivar a inserção de agricultores familiares organizados em associações, na rede solidária de comercialização. Também na França, associou-se ao grupo que publica o *Le Monde Diplomatique*, jornal que, entre outros, prega o ideal do Comércio Justo e Solidário.

O fato é que o processo foi desencadeado graças ao fato de uma pessoa que já conhecia o Comércio Justo, em uma de suas viagens pela França, mais especificamente pela cidade de Saint-Étienne, tomar conhecimento da disposição de um grupo de pessoas daquela cidade, que já tinham aderido ao Comércio Justo como forma de adquirirem muitos dos produtos por eles utilizados, de comprar café de Londrina.

Ao término de sua viagem à Europa, ao retornar ao Brasil, à cidade de Londrina, segundo nos informou o senhor (F. G. A.), foi esta pessoa quem procurou a Prefeitura Municipal de Londrina com a proposta de colocar o café londrinense diretamente no mercado europeu por meio dos princípios que envolvem o Comércio Justo.

Após manter conversas com o prefeito municipal e também com o secretário de agricultura do município, este elencou as comunidades londrinenses que ainda mantinham como produto base de sua sustentação a cafeicultura. Como era exigido que os produtores já mantivessem certa organização, a delimitação ficou restrita aos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira, no distrito de Lerroville.

Pode-se dizer que ocorreu uma junção de fatores que acabaram levando os cafeicultores dos bairros rurais a optarem em comercializar o café de Londrina com os franceses.

Os consumidores franceses, exigiam que o produto estivesse de acordo com as normas do Comércio Justo, sendo que, “se fosse produzido no sistema orgânico”, o preço pago aos cafeicultores poderia agregar ainda mais valor ao produto. Para ser considerado orgânico, necessitava que os cafeicultores fizessem a conversão de suas lavouras de café cultivados no sistema convencional.

Segundo informações fornecidas pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento de Londrina, a prefeitura municipal se dispôs a dar suporte para aqueles que demonstrassem interesse em vender seu café diretamente para o mercado europeu. Foi criado o projeto “Café de Lerroville” que contava com técnicos da Prefeitura Municipal de Londrina, da EMATER, do IAPAR e também com pessoas envolvidas com o comércio justo. O objetivo era que fossem criadas todas as condições no sentido de que os cafeicultores passassem a receber o suporte técnico necessário para realizar a produção e, conseqüentemente, a comercialização, segundo os critérios estabelecidos pelos franceses.

Criado o projeto “Café de Lerroville”, a pessoa que ficou responsável por prestar o suporte técnico aos sitiantes foi um engenheiro agrônomo que na época desenvolvia pesquisa na área de agricultura orgânica junto ao IAPAR.

Este técnico, segundo os sitiantes, desde seu primeiro contato com os sitiantes, procurou cooptá-los para que os mesmos transformassem suas lavouras em orgânicas, usando como principal argumento o maior valor que os sitiantes poderiam receber pela saca do café vendido aos franceses.

Percebe-se que embora houvesse a vontade por parte dos cafeicultores em agregar cada vez mais valor a seu produto, não partiu dos mesmos a decisão de converter suas lavouras para o orgânico, nem tão pouco de exportar diretamente para o mercado externo.

Essa estratégia, associada ao momento econômico de dificuldades pelo qual passavam, levou mais de 50% dos cafeicultores (46 dos 78 que produzem café nos dois bairros), a aceitarem mudar sua forma de produzir café, passando do sistema convencional, com o qual estavam acostumados a produzir, e a realizarem a conversão de suas lavouras a fim de produzir café orgânico, que exigia profundas mudanças. A partir do momento em que os cafeicultores se mostraram aptos a aceitarem o desafio de fazer a conversão em suas lavouras, começaram a receber suporte técnico para que o projeto Café de Lerroville tivesse êxito.

Como o processo não partiu dos cafeicultores, percebe-se que a conversão foi claramente imposta pelos responsáveis pelo projeto “Café de Lerroville”, principalmente o responsável pela parte técnica do projeto, que impôs sua filosofia de vida e de trabalho para os sitiantes, uma vez que desenvolvia pesquisas nessa área.

Como nem todos os sitiantes aceitaram fazer parte do projeto e, naturalmente, fazerem a conversão de sua plantação para o sistema orgânico, passaram a coexistir lado a lado dois sistemas de produção de café nos bairros rurais: o convencional e o em conversão para o orgânico, dividindo desta forma os cafeicultores em dois grupos, sendo que os que optaram em fazer parte do orgânico foram mais bem assistidos no tocante à assistência técnica.

Se, num primeiro momento, os sitiantes tinham um objetivo comum, ou seja, se organizarem para juntos poderem enfrentar a crise pela qual passava o setor cafeeiro, a opção escolhida na tentativa de conseguir tal objetivo serviu para quebrar o elo que os unia, permanecendo, pode-se dizer, a metade cultivando sua plantação no sistema convencional e a outra metade arriscando a converter suas plantações para cultivar o café orgânico.

A divisão entre ambos não aconteceu somente no que diz respeito à forma de cultivar suas plantações. Também passaram a pensar e agir de forma dissociada uns dos

outros. Se, para os sitiantes que permaneceram com o sistema convencional, seu principal objetivo para conseguir agregar mais valor a seu produto passava pela torrefação do mesmo e sua venda no mercado local ou até mesmo no regional, para os sitiantes que optaram em fazer a conversão da lavoura, o objetivo era exportar o café para o mercado externo, iniciando pelos consumidores franceses.

A divisão em dois grupos nos bairros rurais não foi boa para nenhuma das partes. Como os sitiantes que optaram por fazer a conversão estiveram por um determinado tempo melhor assessorados no que diz respeito à assistência técnica direcionada para que fosse realizada a conversão de suas lavouras e também o acompanhamento para que isso ocorresse segundo os padrões que o técnico responsável acreditava ser o melhor para eles, os demais cafeicultores ficaram à margem do processo, tendo inclusive dificuldades em contatar os técnicos da EMATER, que também faziam parte do projeto.

Esse tratamento diferenciado aos cafeicultores que direcionaram seus cafezais para o sistema orgânico criou, entre os mesmos, visões diferenciadas, contribuiu para que a união proposta enquanto grupo de cafeicultores se dissipasse com a introdução de um modelo que não agregou a todos.

Se, até então, as decisões eram tomadas pelos cafeicultores, com a introdução do projeto “Café de Lerroville”, as decisões passaram a ser tomadas pelo responsável técnico do projeto, perdendo os cafeicultores a autonomia em relação às decisões e até mesmo sobre aquilo que sempre souberam fazer de melhor, que era o manejo com o cafezal.

Como os cafeicultores que passaram a fazer parte do projeto tinham como meta comercializar sua produção com o mercado externo foi proposto a eles que fundassem uma cooperativa para poderem negociar seu produto, pois as associações das quais faziam parte não tinham fins lucrativos.

Embora todos os cafeicultores pudessem fazer parte da cooperativa, somente os cafeicultores que haviam decidido fazer parte do projeto e transformar seus cafezais em orgânico é que aparecem como sócios fundadores da cooperativa, fato este que revela claramente que foi criada mais uma forma de desagregar os cafeicultores.

Acostumados com as dificuldades que sempre se fizeram presentes na atividade cafeeira, os cafeicultores que não aderiram ao projeto deram prosseguimento às suas vidas, conduzindo suas propriedades da maneira como sempre o fizeram.

Já os cafeicultores que decidiram optar pelo novo, ou seja, fazer parte do projeto e transformar seus cafezais em orgânicos, tiveram que mudar drasticamente sua maneira de conduzir o processo produtivo do cafezal, perdendo a autonomia e também o saber-fazer adquirido durante os muitos anos de lida com o cafezal.

Toda a técnica do manejo necessária para que ocorresse a conversão passou a ser ditada e repassada pelo técnico que, segundo os sitiantes, muito mais do que um novo modelo produtivo, queria implantar seu modo de ver, pensar e, até mesmo, sua prática de vida baseados no modelo da agricultura orgânica.

Analisaremos no próximo tópico os motivos e as circunstâncias que os levaram a fundar uma cooperativa de cafeicultores⁷⁵, uma entidade com fins lucrativos, mais adequada aos objetivos mercantis dos cooperados, fato este que era fundamental, uma vez que, reunidos em associações, como estavam, isso não poderia acontecer.

5.5 A cooperativa como tentativa de inserção direta no mercado externo

Para os cafeicultores dos bairros rurais que passaram a fazer parte do projeto “Café de Lerroville”, num total de 46, a organização em associações de cafeicultores já não mais contemplava seus anseios econômicos, uma vez que precisavam de um ente capaz de proporcionar-lhes condições para poderem exportar seu produto. Com esse objetivo, seria mais interessante a formação de uma cooperativa, definida como a reunião de pessoas com fim de desenvolvimento econômico do grupo, representado por meio da exploração de uma empresa baseada em ajuda mútua.

Consultando a Ata de fundação da COASOL, percebemos que no dia 15 de maio de 2004 os associados da ACAL e da APRALA, reunidos no salão da capela do bairro da Limeira, num total de 51 pessoas, fundaram a Cooperativa Agroindustrial Solidária de Lerroville (COASOL), sendo que dos presentes, 46 tornaram-se cooperados.

Segundo o artigo 2º de seu estatuto, sua missão era comercializar a produção dos associados, proporcionar segurança e prosperidade financeira nos negócios dos cooperados, bem como representar sociopolítica e economicamente seus associados fora

⁷⁵ As diferenças entre associações civis sem fins econômicos e cooperativas partem basicamente do princípio que as associações são pessoas físicas reunidas que se organizam para fins não econômicos, ao passo que a cooperativa é conceituada como reunião de pessoas com fim de desenvolvimento econômico do grupo, representado através da exploração de uma empresa baseada na ajuda mútua e que observe os princípios do cooperativismo. (ALMEIDA, 2005, p. 115)

da cooperativa e, ainda, promover seu desenvolvimento intelectual e o bem-estar de cada associado e de seus familiares, além de estimular a produção e o consumo de produtos agro-ecológicos por meio da formação de uma consciência ética e ecológica entre o produtor e o consumidor.

A COASOL⁷⁶ foi classificada como uma cooperativa agroindustrial. Isto quer dizer que a mesma é uma entidade formada por produtores que atuam no campo, objetivando a comercialização da produção de seus associados, o beneficiamento e a revenda diretamente ao mercado consumidor.

Analisando o Estatuto Social da cooperativa percebemos como o coordenador do projeto “Café de Lerroville” influenciou os cafeicultores a converterem suas lavouras tradicionais para o sistema de café orgânico. Isso se evidencia em seu primeiro objetivo, que prega o “Desenvolvimento sustentável e solidário para a construção de um modelo de agricultura com base no estímulo ao associativismo rural, a promoção do desenvolvimento agrícola e o incentivo à preservação do meio ambiente” (ESTATUTO SOCIAL DA COASOL, 2004, p. 01)

Somente em seguida é que, dentre os objetivos, aparecem os relacionados a receber, classificar, beneficiar, industrializar, embalar e comercializar a produção dos associados; organizar mercados e comercializar a produção agrícola nos mercados local, nacional e internacional; e, adquirir e fornecer insumos agropecuários, equipamentos e implementos destinados ao cultivo e manejo das lavouras etc.

As exigências legais para a formação de uma cooperativa estão descritas na própria lei que regulamenta o cooperativismo no Brasil, a de número 5764/71. Vale lembrar que o cooperativismo também é um dos instrumentos a ser utilizado no desenvolvimento da política agrícola do Estado, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 187, inciso VI.

Segundo Furquim (2001), para criar-se uma cooperativa é necessário a reunião de, no mínimo, 20 trabalhadores ou profissionais que, convocados por um edital para a Assembléia Geral, discutem e aprovam os termos do estatuto social, entre eles: a missão, os objetivos e as políticas de produção, comercialização ou prestação de serviços da organização, área de atuação e objetivo da associação, direitos e deveres dos associados, condições de admissão, demissão e exclusão dos associados, capital e valor mínimo das quotas-partes para subscrição dos associados, formas de devolução das

⁷⁶ No dia 16/06/2004 a cooperativa obteve seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com matrícula número 06-319-699/0001-33, estando a partir desta data apta a realizar transações comerciais.

sobras líquidas e rateio das despesas. Neste momento também podem eleger sua diretoria e conselho fiscal.

O valor mínimo das quotas-partes para subscrição de cada associado, no caso da COASOL, foi de R\$ 50,00. Fato interessante nos foi revelado pelo seu primeiro e único presidente, o senhor F. G. A, de que na fundação da COASOL foi grande o número de mulheres que também fizeram questão de participar como sócias fundadoras, mesmo tendo seus maridos associados. Este fato releva que as mulheres desde o início acreditaram que a cooperativa pudesse ser importante para os cooperados e, mais que isso, confiaram que se o projeto prosperasse, poderia gerar outras formas de emprego não agrícolas nos próprios bairros rurais.

Consultando a Ata de criação da cooperativa constatamos que, dos 46 sócios fundadores da cooperativa, 11 eram mulheres.

As cooperativas oferecem vantagens aos associados, principalmente as relacionadas à parte comercial e de desenvolvimento humano. No Estatuto da COASOL consta em seus objetivos um item relacionado ao desenvolvimento humano de seus cooperados, assim descrito: promover e estimular a instrução intelectual e a difusão da doutrina cooperativista e seus princípios, principalmente no quadro social

A organização que havia entre os produtores foi um fator importante para a fundação da cooperativa, mas, o que os motivava era que, por meio do projeto “Café de Lerroville”, eles vislumbravam obter um melhor preço pelo seu produto no mercado externo. Paralelo a isso, o técnico da EMATER que também fazia parte do projeto, elaborou um projeto para que os cafeicultores fossem contemplados com verbas do Programa Paraná 12 meses⁷⁷, para que fosse construído um barracão e adquirido os equipamentos para que os cafeicultores pudessem agregar maior valor ao seu produto, vendendo-o já processado na forma de café torrado e moído.

Como além da organização interna dos cafeicultores, havia também um envolvimento de muitos segmentos da sociedade em prol do projeto Café de Lerroville, foi conseguido a liberação de 370 mil reais para os cafeicultores dos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira.

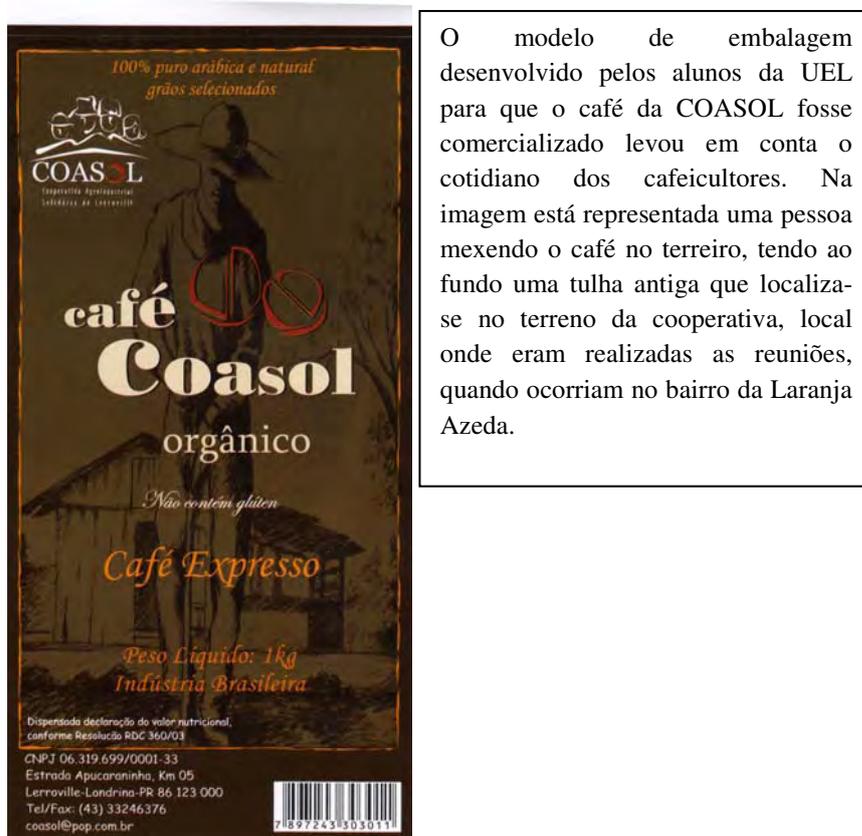
⁷⁷ O Programa Paraná 12 meses foi um projeto do governo do Estado da Paraná, em parceria com o Banco Mundial, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições sociais dos pequenos agricultores, proporcionando investimentos em habitação e saneamento básico; recuperação e preservação do solo agrícola e do meio ambiente como um todo; geração de postos de trabalho no meio rural; aumento da renda familiar e regularidade que propiciasse ganho durante os 12 meses do ano.

O projeto contemplava a construção de um barracão de 600 m², a compra de equipamentos como: uma máquina de beneficiar café, com autonomia para processar vinte sacas por hora; uma torrefadora, com capacidade de torrar duas sacas de 60 kg por hora; uma suta para classificar os grãos; uma máquina de moer e também todos os equipamentos para embalar o café em pacotes de 250, 500 gramas e também de um quilograma.

O projeto previa ainda a construção de um viveiro de mudas para que os produtores fossem paulatinamente renovando suas lavouras, tendo em vista que os técnicos detectaram que os produtores precisavam aumentar a produtividade de suas lavouras. Receberam também calcário e adubos químicos e orgânicos para que suas terras fossem corrigidas bem como adubadas para manterem-se produtivas.

Antecipando-se aos fatos e convicto que a cooperativa iria prosperar, seu presidente procurou a Universidade Estadual de Londrina para que seus alunos criassem a logomarca bem como também a embalagem do café orgânico que seria produzido pela COASOL, conforme pode ser evidenciado na figura 4.

FIGURA 4: Modelo de embalagem na qual seria comercializado o café da COASOL.



O modelo de embalagem desenvolvido pelos alunos da UEL para que o café da COASOL fosse comercializado levou em conta o cotidiano dos cafeicultores. Na imagem está representada uma pessoa mexendo o café no terreiro, tendo ao fundo uma tulha antiga que localiza-se no terreno da cooperativa, local onde eram realizadas as reuniões, quando ocorriam no bairro da Laranja Azeda.

Fonte: Embalagem cedida pelo presidente da COASOL.

Conseguidos os recursos para a compra dos equipamentos e a construção do barracão, os cafeicultores voltaram sua atenção na busca de um terreno. O local escolhido foi uma propriedade no bairro Laranja Azeda, às margens da estrada do Apucarantina (propriedade n.º 48, mapa 06, na página 160).

O proprietário do terreno, um senhor de 83 anos e, um dos primeiros moradores dessa região, também cafeicultor no bairro da Laranja Azeda e possuidor de mais de uma propriedade, propôs que, após conversar com seus filhos, iria ceder uma parte do lote (6.050 m² ou o equivalente a “uma quarta de terra” na linguagem corriqueiramente utilizada para determinar o valor correspondente a quarta parte de um alqueire) suficiente para que fosse construído o barracão.

Antes de conversar com seus filhos um acidente de carro ceifou sua vida. Durante o processo de divisão por herança das terras para os filhos, os mesmos não mais aceitaram ceder uma parte do terreno, mas sim vendê-la.

Como a prefeitura municipal também fazia parte do projeto, o secretário de agricultura garantiu que o terreno seria adquirido pela prefeitura e repassado aos cafeicultores.

Técnicos da prefeitura avaliaram o terreno e, por 20 mil m² necessários para a instalação da COASOL, chegaram ao valor de 20 mil reais, isso no ano de 2004. Nesse ano a saca da soja chegou a ser comercializada a R\$ 50,00 e, como na região a média do alqueire era proporcional a mil sacas de soja, deduz-se que o alqueire poderia valer R\$ 50.000,00.

Pelos 20 mil metros os herdeiros pediram R\$ 29.000,00. A prefeitura não aceitou e desapropriou o terreno, tornando-o de utilidade pública, no ano de 2004. A família recorreu à justiça visando receber um valor acima daquele proposto pela prefeitura. O imbróglia judicial entre a prefeitura e a família durou dois anos, até que os herdeiros aceitaram receber o valor proposto, uma vez que o valor da saca da soja havia recuado.

No ano de 2006 a prefeitura depositou 16 mil reais na conta do representante da família escolhido para negociar com a prefeitura. Como o valor depositado foi menor do que o acordado, o representante sacou o valor e mais uma vez procurou a justiça a fim de que o valor fosse pago assim como acordado, ou seja, R\$ 20.000,00.

Como os recursos para a compra dos equipamentos bem como para a construção do barracão, apesar de tratar-se de verba pública, não precisaram ser licitados, se utilizou o sistema de menor valor de três orçamentos apresentados.

Para que o valor do pagamento de cada equipamento adquirido fosse liberado era necessário que quem os vendesse emitisse uma nota fiscal no valor do produto. Após isso, a mesma era encaminhada à EMATER que atestava que o material fora entregue para somente depois ocorrer a liberação dos recursos em nome da empresa que havia vendido o produto.

No caso dos equipamentos para processar o café, estes trâmites transcorreram sem maiores problemas, sendo todos entregues regularmente. No caso do barracão, que precisava de um aporte físico, ou seja, um terreno para começar a ser construído, o impasse entre a prefeitura e a família atrasou o começo da obra.

Somente quando a família resolveu aceitar o valor proposto, isso já decorrido mais de oito meses desde que a construtora que havia emitido um orçamento, com menor valor entre os três pesquisados para construir o barracão, foi que mesmo sem a documentação em mãos, o presidente da COASOL pode tomar posse do terreno e a EMATER liberar a construção.

Isso aconteceu somente no mês de outubro de 2006. Como o Programa Paraná 12 meses estava previsto para terminar naquele ano e os cheques que totalizavam 170 mil reais e que estavam em poder do presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Londrina, que também era o secretário de agricultura do município, venciam no mês de novembro, logo que o construtor iniciou a construção do barracão ele reivindicou que o montante fosse repassado para adquirir os materiais, cujos preços estavam defasados, em virtude do atraso devido aos problemas referentes à aquisição do terreno.

Para não tomar esta decisão sozinho, e até mesmo para legitimar o fato, o presidente do conselho nos relatou que “chamou um grupo de produtores e também os técnicos da EMATER que juntos decidiram entregar a metade do valor para o dono da construtora iniciar a obra” (N. L. C. secretário de Agricultura e Abastecimento do município de Londrina e presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Londrina).

Com as obras em andamento, pois a estrutura do barracão é pré-montada, na segunda quinzena do mês de novembro o dono da construtora procurou novamente o presidente do conselho dizendo que precisava do restante do valor. Como o prazo dos cheques estava para vencer e a construção em andamento, novamente foi chamada as partes interessadas que decidiram conjuntamente repassar o restante do valor.

Após receber o restante do valor, alegando que teve prejuízos com o tempo que ficou impossibilitado de iniciar a obra, o construtor paralisou a obra no mês de janeiro de 2007 sem ao menos acabar de levantar as paredes e tão pouco terminar a cobertura, conforme pode ser observado na foto 18.

Na tentativa de pressionar o dono da construtora a terminar a obra, o presidente do conselho e também os técnicos da EMATER realizaram reuniões na secretaria municipal e estadual de agricultura com o proprietário da construtora sem, contudo obter sucesso, pois o mesmo alegava que sua construtora estava passando por dificuldades.

Os cafeicultores, os mais prejudicados com a não conclusão da obra, tentaram via judicial acionar o dono da construtora, mas os custos advocatícios para que isso ocorresse, no valor de R\$ 2.000,00, impediram tal iniciativa, além de que somente havia como prova documental uma nota promissória no valor integral da obra, ou seja, de R\$ 170.000,00.

FOTO 18 – Barracão inacabado que serviria para os cafeicultores processarem seu produto.



O barracão iniciado no final do ano de 2006 e que serviria para os cafeicultores processarem seu produto se encontra abandonado. Se por parte dos sítiantes os mesmos não têm condições de acabar a obra, por parte do governo do estado, que foi quem financiou a obra com recursos a fundo perdido, isso representa um claro exemplo do mal uso do dinheiro público.

Fonte: registro fotográfico realizado em 12/08/2008 por Ederval Everson Batista

A única solução que restou para o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural foi acionar judicialmente o dono da construtora responsável pela obra. Isso o impossibilitou de contratar novas obras junto às esferas do poder público, mas não resolveria a questão perante aos cafeicultores, que continuavam à espera da conclusão do barracão para poderem instalar os equipamentos para processarem o café.

Estando a construtora com problemas que a impediam de firmar novos contratos com os órgãos públicos, no mês de outubro de 2008 o dono da construtora procurou o presidente do Conselho dizendo que queria negociar a retomada da construção do barracão. Para isso, queria que o “protesto” fosse retirado, alegando que a nota promissória tinha o valor integral da obra, 170 mil reais, e que como a construção encontrava-se já pela metade, queria trocar o valor da nota promissória por outra de 85 mil reais.

O presidente do conselho entrou em contato com os técnicos da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR⁷⁸), que redigiram um documento no qual o dono da construtora assumia estar em débito com a Companhia e que se comprometia a terminar a obra por ele iniciada dentro de um cronograma que seria definido.

Para muitos dos cafeicultores com quem conversamos a culpa pela não construção do barracão é direcionada ao presidente do conselho, uma vez que era o mesmo quem tinha a responsabilidade de liberar o pagamento da obra, isso talvez sem conhecimento de causa dos trâmites legais.

Com a disposição do construtor em terminar a obra, o presidente fez questão de levar o dono da construtora para comprometer-se junto aos cafeicultores a concluir a obra, em uma reunião acontecida no terreno da COASOL, no mês de outubro de 2008.

O cronograma apresentado previa que no mês de janeiro de 2009 seria acabado de respaldar as paredes do barracão e até o mês de junho a obra seria finalizada. Para se ter uma ideia do desânimo que tomou conta dos cafeicultores, nessa reunião compareceram quatro técnicos responsáveis pelo projeto, o dono da construtora e apenas três cafeicultores. Até mesmo o presidente da COASOL, aquele que tratamos especificamente no item 5.1, e que foi o grande responsável pela união dos cafeicultores, não compareceu a esta reunião.

O fato é que a pessoa que mais pressionava o dono da construtora para que o mesmo cumprisse com seu compromisso, pelo qual havia recebido, era o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que também respondia pela secretaria municipal de agricultura. Como seu mandato vencia com o término do mandato do prefeito eleito para o período de 2005 a 2008 e, com a falta de união dos cafeicultores, o dono da construtora aproveitou-se da situação e não deu prosseguimento a obra.

⁷⁸ É uma empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e de Abastecimento.

A não conclusão do barracão que tinha uma simbologia material para os cafeicultores impossibilitou que as outras etapas fossem colocadas em prática. Dos equipamentos adquiridos, os menores e que ocupam pouco espaço, encontram-se guardados nas casas de alguns cafeicultores. Já os maiores encontram-se depositados em barracões do IAPAR a espera que o local seja concluído e os equipamentos possam ser instalados.

Por esta época, passados mais de quatro anos desde o início do processo de luta para a efetivação do projeto “Café de Lerroville”, os próprios cafeicultores já tinham desanimado. Por um lado, como veremos no próximo item, tiveram um grande prejuízo na tentativa de levarem avante a conversão de suas lavouras para o sistema orgânico. Por outro, a construção do barracão para poderem processar o café e exportarem para a França ou até mesmo como café torrado e moído para o mercado interno, não se concretizou. A construção do barracão era simbólica para os cafeicultores e, como isso não aconteceu, todo o processo paralisou-se.

O presidente da cooperativa também relata que a não conclusão da obra do barracão foi desestimulante para os cafeicultores, dizendo que: “O fato do barracão não ter ficado pronto e não conseguirmos instalar os equipamentos desestimulou os produtores de um jeito que não estamos nem ao menos conseguindo realizar mais reuniões, sendo que a última foi realizada no final de 2007” (Senhor F. G. A. 60 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda).

Durante as entrevistas e nas conversas informais com os cafeicultores, estas muitas vezes mais proveitosas na coleta de informações, percebemos que os sitiantes, tidos como convencionais por suas práticas de cultivo com o cafezal, também na vida cotidiana procuram agir desta forma. Não entendem como a burocracia na administração pública acaba por inviabilizar ou retardar muitos projetos, que para eles são fundamentais para que possam almejar melhores condições financeiras, pois nesse caso iriam agregar mais valor ao seu produto.

Muitas das relações mantidas pelos sitiantes se viabilizam apenas pela conversa entre as partes, não precisando de registro ou de papel assinado. É assim que os mesmos contratam pessoal para realizarem a colheita de suas lavouras, que contratam profissionais do ramo da construção civil para construir suas casas ou outras construções na propriedade, e até mesmo compram adubos orgânicos (cama de frango) das granjas da região para pagarem quando do término da colheita.

Por este motivo os cafeicultores não conseguem entender como os recursos destinados para a construção do barracão, mesmo com a supervisão de vários técnicos de diferentes instâncias do governo estadual e municipal, pode simplesmente não cumprir com o objetivo proposto, sendo que ninguém seja responsabilizado por isso.

Como os dirigentes dos órgãos públicos já não são os mesmos e há certa morosidade nestes órgãos, a questão deverá ser resolvida pela justiça. À margem de tudo isso ficam os cafeicultores que vêem seus planos e sonhos entrarem em compasso de espera.

Na maneira de entender dos cafeicultores, a cooperativa só estaria pronta quando o barracão estivesse terminado, com todos os equipamentos instalados, processando o café para que fosse vendido verde ou processado. A não conclusão do barracão fez com que muitos produtores perdessem o interesse em continuar associados à COASOL. Outro fator que também contribuiu para isso foi a transformação da cafeicultura convencional em cafeicultura orgânica, como veremos no próximo item deste trabalho.

5.6 A tentativa de agregar valor com a produção do café orgânico

O mercado europeu exige um produto livre de muitos dos agrotóxicos que não mais são aceitos pelos seus consumidores. Assim como já fazem com outros produtos, o essencial para os consumidores é que os produtos possam ser identificados desde a sua origem, de que forma foram produzidos, que tipo de mão-de-obra foi utilizada em sua cadeia produtiva e, se realmente necessário, quais produtos químicos foram usados em sua produção. Enfim, os consumidores europeus querem que os produtos possam ser rastreados para saberem que tipo de produto estão adquirindo.

Como já foi relatado, dentre as várias instituições que faziam parte do projeto, pelo menos quatro eram instituições públicas ligadas à agricultura e que os cafeicultores já conheciam: IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná), EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Londrina-PR e o IAP (Instituto Ambiental do Paraná)

No decorrer do processo, a heterogeneidade do grupo dificultou o diálogo entre os componentes, uma vez que havia integrantes provenientes de órgãos públicos do estado e do município e representantes de instituições de ensino. Como entre eles havia visões diferenciadas de como gerir o projeto, o que prevaleceu foram as ideias do grupo

representante do setor público ou, como podemos dizer, do campo dominante para o dominado. Pacífico (2008, p. 85) retrata como isso ocorreu assim se manifestando:

A participação da advogada e dos próprios agricultores foi minimizada dentro do processo e o grupo especializado deu outra forma ao projeto. O que a princípio resumia-se à inserção das associações no comércio justo, passou a ser um projeto de transição do sistema convencional para o sistema orgânico somado à construção da minitorrefadora.

Para a condução dos trabalhos junto aos cafeicultores, o IAPAR cedeu um agrônomo, bolsista do CNPq, e que desenvolvia pesquisas na área de agricultura orgânica. Ele passou a acompanhar e a dirigir os trabalhos de conversão dos cafezais convencionais para o orgânico.

Também outros técnicos visitavam periodicamente as lavouras e realizavam reuniões com os cafeicultores a fim de prestar toda a assistência técnica para que o projeto conseguisse obter bons resultados. Pode-se dizer que a assistência técnica contínua facilitou as mudanças.

Desta forma, a maioria dos associados da ACAL e da APRALA aceitou participar da proposta, motivada pelo preço pago neste mercado pela saca de café, que alcançava 120 euros àquela época e também pela confiança nas instituições públicas participantes, mesmo que para isso tivessem que renegar o conhecimento, a experiência e o controle sobre a planta adquiridos durante anos de trabalho.

Percebendo os técnicos que as especificidades locais (solo, clima, topografia) eram apropriadas para o cultivo do café, e também como forma de incentivo a outros produtores a aderirem ao projeto, no ano de 2004 estimularam os cafeicultores a participarem do Concurso de Café de Qualidade do Paraná de 2004. Os cafeicultores dos bairros rurais obtiveram o primeiro, segundo, quarto e nono lugares. Este fato, por si só, demonstra como a região é apta para produzir café, bem como os cafeicultores são exímios conhecedores da arte de produzir bons cafés, denotando que havia uma tradição cafeeira que movia os cafeicultores.

Outra forma de cooptar e também de incentivar os cafeicultores a aderirem à conversão de suas lavouras foi por meio de visitas a outras localidades produtoras de café orgânico nos municípios de Jesuítas e Iracema, no Estado do Paraná, e Poço Fundo, em Minas Gerais.

Dos 46 associados que fundaram a COASOL, 45 ficaram seduzidos pelo preço que iriam receber pela saca de café e também pelas experiências que tinham presenciado, resolvendo converter suas lavouras em café orgânico.

Uma das exigências feitas pelo técnico responsável era que a conversão se desse em toda a lavoura e, mais que isso, que a propriedade fosse considerada orgânica. Houve cafeicultores que propuseram a conversão aos poucos, mas foram vozes vencidas frente ao poder de convencimento do técnico. As falas a seguir evidenciam o receio sobre as mudanças abruptas de sistema de cultivo e por terem que transformar toda sua lavoura em orgânica. Assim eles interpretavam o processo:

“Começou tudo errado, jamais deveria ter colocado um café antigo, já com ferrugem para ser orgânico” (Senhor M. V. 38 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda).

“O erro foi mudar de uma vez só para o orgânico. A variedade de nosso café era imprópria” (Senhor J. R. N. 56 anos, proprietário no bairro da Limeira).

“A forma de conduzir o processo por parte do orientador, ele quis colocar todo o cafezal para ser orgânico do dia para a noite” (senhor O. K. T. 42 anos, proprietário e parceiro no bairro da Limeira).

“O café velho sempre esteve acostumado com veneno. Só dá certo lá no meio do mato, plantar e vir desde o começo” (Senhor A. S. 60 anos, proprietário no bairro da Limeira).

A fala de outro cafeicultor deixa claro que os técnicos usaram como principal argumento o preço que conseguiriam pela saca. Ele se manifestou assim sobre o que o levou também a fazer parte do sistema orgânico: “Entrei no orgânico porque um agrônomo falou que era bom e ia dar dinheiro. Também estava todo mundo entrando” (Senhor A. S. 60 anos, proprietário no bairro da Limeira).

Após a realização da colheita da safra 2003/2004, os produtores que aderiram ao café orgânico tiveram que mudar radicalmente sua maneira de lidar com o café. Podemos dizer que perderam a autonomia que tinham, pois daquele momento em diante quem dizia o que precisava ser feito era o técnico.

Ao decidirem converter seus cafezais antigos e de espécies dependentes de adubos e agrotóxicos ao sistema orgânico, os cafeicultores foram orientados a deixar de aplicar adubos e agrotóxicos nos solos empobrecidos, descobertos, desgastados e acostumados às aplicações de nutrientes sintéticos, para introduzirem a adubação verde, os adubos orgânicos, os controles biológicos e caldas.

O café que sempre necessitou de adubo químico para manter seus índices de produtividade e que chegou a receber até seiscentos gramas de adubo por pé ao ano, não mais seria tratado desta maneira. Também estavam os cafeicultores proibidos de aplicar

agrotóxicos, quer fosse para controlar as ervas-daninhas ou as pragas que atingem os ramos e os frutos do cafezal.

Os insumos e os fertilizantes químicos de ação rápida permitem que o cafeicultor exerça certo domínio sobre a natureza no controle de insetos, doenças e plantas invasoras. Com a experiência que possuem sobre a cafeicultura sabiam o quanto aplicar e como aplicar os insumos. Os inseticidas, no caso, tinham ação residual para proteger a planta. Isso quer dizer que, aplicado na parte externa da planta, a mesma se encarrega de assimilar o produto que a protege por determinado período. Somente após esse período é que uma nova aplicação se fazia necessária, dependendo da infestação das pragas.

Para os sitiantes, antes do manejo orgânico, a imagem de lavoura bem cuidada era representada por uma lavoura sem mato, “limpa”. Já na transição para o orgânico, a capina foi substituída pelo manejo do mato, e isso incluía o plantio de espécies para serem aproveitadas como adubação verde.

O mato não podia ser capinado e sim roçado rente ao chão, em outras palavras, o mato iria tomar conta do terreno e seria roçado antes de atingir a frutificação, visando aumentar a matéria orgânica do solo e com isso possibilitar que o café retire da decomposição desta os nutrientes necessários. Isso foi um complicador a mais para os cafeicultores convencionais acostumados com o processo de manejo do café descrito no item 3.5. Além disso não mais poderiam plantar muitos dos produtos que servem para seu auto-consumo ou até mesmo para alimentar alguns poucos animais que possuem, uma vez que estas lavouras iriam competir com o cafeeiro na busca de nutrientes.

Já em substituição aos agrotóxicos, o controle passou a ser realizado por meio de controle biológico. Um símbolo que passou a existir nos cafezais na transição era a presença de armadilhas, que serviam para fazer o monitoramento dos picos populacionais de insetos, indicando o período de maior infestação e o conseqüente período no qual o controle biológico deveria ser realizado.

A armadilha era bastante simples, sendo confeccionada pelos próprios cafeicultores. Pacífico (2008, p. 99) explica o processo, assim relatando:

Necessita-se de uma garrafa *pet* de 2L, um frasco de vidro com tampa com um pequeno orifício e arame nº. 19. Recorta-se uma das laterais da garrafa *pet* e coloca-se água na parte interna inferior. No vidro coloca-se uma mistura de álcool metílico (metanol) e álcool etílico (etanol) com pó de café puro (mistura chamada essência), este será amarrado internamente na porção superior da garrafa. Essa essência exalará um cheiro atrativo que trará a broca para a garrafa onde cairá e morrerá por afogamento.

Essas armadilhas eram distribuídas pelo cafezal, conforme pode ser observado na foto 19. A quantidade de insetos (besourinhos) que ficam presos na mesma serviria de definição do melhor momento para a aplicação dos produtos que combateriam a broca⁷⁹.

No período de transição, os cafeicultores não mais podiam usar os agrotóxicos. Em seu lugar eram aplicados produtos como a calda bordalesa⁸⁰, usada no controle do bicho mineiro e a calda viçosa⁸¹ para controlar a ferrugem. Também eram aplicados o zinco e o cobre.

FOTO 19 – Modelo das armadilhas espalhadas nos cafezais para fazer o monitoramento de pragas, principalmente a broca.



Como o projeto do café orgânico não prosperou, as armadilhas estão em desuso nas propriedades cafeicultoras. No entanto, muitas ainda podem ser encontradas pelos cafezais, pelo fato de não terem sido retiradas pelos sítiantes.

Fonte: registro fotográfico realizado em 17/08/2008 por Ederval Everson Batista

Em relação aos adubos, tão necessários para manter o cafezal produtivo, os químicos foram substituídos por adubação verde e adubos orgânicos, como de bovinos e aves e também por compostos de casca de café, mamona e arroz. Havia também um pó

⁷⁹ A broca do café (*Hypothenemus hampei*) é causada por um pequeno coleóptero (besourinho) que consome a polpa do fruto comprometendo a produtividade e a qualidade do produto. A fêmea abre uma galeria chamada câmara de postura, onde coloca os ovos. As larvas nascidas se desenvolvem dentro do grão e tornam-se adultas. O inseto localiza-se principalmente em áreas sombreadas, onde passam de uma safra para outra. Os danos causados pela broca são: perda de peso e depreciação do café, ou seja, reduz a produção e interfere na qualidade da bebida, podendo ocasionar a entrada de fungos oportunistas produtores de micro toxinas. (PACÍFICO, 2008)

⁸⁰ Tradicional fungicida agrícola, resultado da mistura simples de sulfato de cobre, cal hidratada ou virgem à água. Segundo um cafeicultor, uma fórmula era composta da seguinte proporção dos componentes: 1.500 gramas de sulfato de cobre, 1.500 gramas de cal e 100 litros de água.

⁸¹ É uma calda para controle de doenças (ferrugem do café), que age também como adubo foliar. Segundo os cafeicultores, para se obter uma fórmula, usavam-se os seguintes produtos: 50 gramas de sulfato de cobre, 10 a 20 gramas de sulfato de zinco, 80 gramas de sulfato de magnésio, 10 a 20 gramas de ácido bórico, 40 gramas de uréia, 75 gramas de cal hidratada e 10 litros de água.

de rocha, que segundo os cafeicultores, vinha de Israel, mas que, segundo um produtor, “acabou sendo igual ao preço do café e nunca chegou aqui para nós” (Senhor M. V. 38 anos parceiro no bairro da Laranja Azeda).

Pela descrição do modelo adotado, na conversão, a agricultura orgânica proposta pelos técnicos do projeto “Café de Lerroville” se aproximava muito do modelo convencional que estavam acostumados, uma vez que os insumos tinham que ser adquiridos no mercado. Até mesmo os esterco de gado e de aves não eram produzidos por eles, uma vez que as pequenas propriedades não possuem áreas com pastagem suficiente para produzir o esterco necessário. Dessa forma, a substituição de insumos tradicionais também requereu investimentos para a compra dos insumos necessários na tentativa de implantação do café orgânico.

Uma pesquisadora ligada à área de agricultura de base ecológica teceu uma crítica ao modelo utilizado pelos técnicos para conduzir o processo de conversão com os cafeicultores dos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira. Ela assim se manifestou:

A transferência de tecnologia e conhecimento sem a participação dos agricultores no processo de construção do projeto e elaboração de alternativas segue a lógica difusionista da extensão rural ecotecnocrática. Embora em Lerroville a transição tenha assumido o discurso do desenvolvimento rural sustentável e da agricultura sustentável, os procedimentos incorporaram a lógica da agricultura convencional, acrescido do interesse por um nicho de mercado. (...) Ela se utilizou do discurso de sustentabilidade, mas tem a substituição de insumos, ou a substituição de pacote tecnológico, como princípio (PACIFÍCO, 2008, p. 106)

Percebe-se que a troca dos insumos químicos pelos orgânicos externos à propriedade incorporou o padrão convencional da agricultura e manteve os cafeicultores na mesma relação de dependência que possuíam anteriormente.

A crise que afetava os cafeicultores fez com que os mesmos não tivessem condições de investir na substituição do pacote de insumos, como desejado pelos técnicos. Além disso, alguns dos produtos do pacote ecológico orgânico custavam mais caro que os convencionais usados pelos cafeicultores. Prova disso é a fala de um sitiante que relata que: “O veneno contra a broca custava 15 reais e o óleo que eles disseram para comprar custava 60 reais, e se chove ele vai embora, o veneno não, ele fica mais tempo” (Senhor R. P. A. 52 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda).

Esta foi outra grande dificuldade enfrentada pelos cafeicultores. Eles estavam acostumados com os produtos típicos do processo de modernização da agricultura, que exercem controle sobre a natureza. No caso destes produtos sistêmicos, as pulverizações

acontecem apenas na parte externa das folhas e a planta absorve o agrotóxico que protege a planta por períodos bem definidos em seu receituário.

Já os produtos usados na transição precisavam ser aplicados em toda a superfície das folhas das plantas, tanto na parte externa como interna, para que o controle fosse eficaz. Outro problema era o fato de não ser sistêmico. Na primeira chuva, conforme relatado por um cafeicultor: “ele vai embora, precisando ser novamente aplicado outras vezes” (senhor R. P. A. 52 anos, proprietário no bairro da Laranja Azeda)

O que de início parecia ser vantajoso, passou a ser oneroso, pois a força de trabalho passou a ser maior, obrigando os cafeicultores a contratar mão-de-obra para auxiliá-los nas tarefas.

Outro exemplo relatado por um cafeicultor exprime o paradoxo que a conversão para o orgânico provocou. Se antes de optarem pelo orgânico não havia a necessidade de usarem agrotóxicos para controlar as ervas daninhas, a descapitalização ocorrida com a não produção do café orgânico fez com que o controle do mato passasse a ser feito por produtos químicos, poupadores de mão-de-obra. Eis seu depoimento:

Antes do orgânico, aqui no nosso sítio, moravam três famílias: a minha, do meu pai e do meu irmão. O sítio era bem cuidado, pois nós três trabalhando conseguíamos manter o cafezal sempre limpo. Após resolvermos fazer parte do café orgânico, ocorreu uma queda muito grande na produção. Meu pai e meu irmão não tiveram outra possibilidade a não ser mudar para Londrina. Se tiver que contratar alguém para me ajudar aí é que não sobra dinheiro mesmo. A solução foi passar veneno também para controlar o mato no meio do café, coisa que antes não precisava (Senhor M. V. 38 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda).

É unânime entre os produtores que o principal motivo causador de desânimo ainda na fase de transição de conversão de suas lavouras em orgânica foi a queda ocorrida na produção. A queda na produção já esperada pelos técnicos do projeto seria compensada pela venda do produto com um preço maior no mercado internacional. Como não conseguiram completar o período de três anos sem usarem adubos químicos, tempo mínimo exigido para a certificação do produto orgânico, não restou outra possibilidade a não ser abandonar o orgânico e retornarem para o sistema convencional.

Para melhor evidenciarmos a redução ocorrida na produção durante as safras daqueles cafeicultores que mais persistiram em permanecer no orgânico, e que foram os últimos a sair, apresentamos na tabela 20 a produção obtida por quatro produtores em seis safras, tendo o cuidado de trabalhar com dados do período em que vigorou o sistema orgânico e dos períodos anteriores e posteriores.

Os dados revelam que durante três safras (2004/2005, 2005/2006 e 2006/2007) os cafeicultores tiveram seus rendimentos comprometidos. Os produtores 1 e 3, por possuírem melhores condições financeiras, tiveram condições, mesmo no sistema orgânico, de adquirirem os insumos e não terem suas produções reduzidas tão drasticamente. Já os produtores 2 e 4 foram os mais prejudicados e, conseqüentemente, os que ainda sofrem os reflexos destes anos que passaram quase sem obter produção.

Tabela 20 - Produção obtida em sacas de café em coco por quatro cafeicultores que aceitaram fazer a conversão do sistema convencional para o sistema do café orgânico

Safra	Produtor 01	Produtor 02	Produtor 03	Produtor 04
2002/2003	300	210	700	235
2003/2004	400	36	450	60
2004/2005	80	33	300	60
2005/2006	250	90	105	90
2006/2007	180	40	660	160
2007/2008	500	200	450	200

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de julho e agosto de 2008.

Embora tenhamos ouvido muitas declarações dos cafeicultores que retratam as dificuldades sofridas na época em que estavam tentando produzir café orgânico, achamos pertinente citar um trecho do trabalho de Pacífico (2008, p. 88) que sintetiza como o processo se desencadeou:

A maior dificuldade do café orgânico foi a falta de produção. Nós vivemos disso, e se não produz, como fazemos? Aqui tem muita gente que tá pendurado nas dívidas. Não tínhamos dinheiro para nos manter, e fomos fazendo empréstimos, na esperança de vender por um preço melhor e recuperar das dívidas. No entanto, nunca vendemos uma saca (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007).

Um cafeicultor que tentou persistir um pouco mais com o orgânico até a colheita de 2008, nos relatou que, a baixa produtividade de sua lavoura (os 9 mil pés de café existentes na propriedade estavam produzindo uma média de apenas 120 sacas de café em coco por ano), devido principalmente ao não controle da ferrugem, não via outra solução a não ser aplicar adubos químicos e agrotóxicos para voltar a produzir em quantidade e se manter como cafeicultor.

As fotos 20 e 21 retratam duas lavouras de café. A primeira pertence ao cafeicultor que tentou permanecer por mais tempo no sistema orgânico e, a outra, uma lavoura cujo proprietário optou pela não conversão ao orgânico. A diferença entre as duas ajuda no entendimento da desilusão dos cafeicultores com o sistema orgânico.

FOTO 20 – Lavoura cultivada no sistema orgânico até o ano de 2008.



Lavoura orgânica atacada pela ferrugem, que causa a queda das folhas dos cafeeiros, diminuindo significativamente a produção. Apesar do registro fotográfico ter ocorrido logo após a colheita, o que por si só causa danos a planta, pode-se verificar que todos os pés apresentam-se danificados.

Fonte: registro fotográfico realizado em 23/07/2008 por Ederval Everson Batista.

FOTO 21 – Lavoura cafeeira cultivada no sistema convencional.



Percebe-se que esta lavoura apresenta o cafeeiro mais bem cuidado, principalmente não sendo atacado pela ferrugem devido ao controle com produtos químicos que demonstram ser mais eficazes.

Fonte: registro fotográfico realizado em 21/07/2008 por Ederval Everson Batista.

Das famílias cooperadas que iniciaram o processo de transição, não encontramos nenhuma disposta a continuar com o objetivo de tornar seus cafezais orgânicos, com exceção do presidente da cooperativa, o senhor F. G. A. que ainda persiste em tornar seu café orgânico. Neste caso isso se explica pelo fato do mesmo não precisar dos

rendimentos obtidos com o café para sua sobrevivência, já que é aposentado como coronel da polícia militar do Estado de São Paulo.

Outro fato que, ao contrário de todos os demais cafeicultores, pode ajudar a explicar os motivos que ainda fazem o senhor F. G. A. permanecer com o sistema orgânico é sua pouca experiência com o café. Para ele foi mais fácil assimilar a nova maneira que o café exigia em sua condução. Já os cafeicultores que estão há muito tempo no sistema convencional não conseguem manter o mesmo controle sobre o café orgânico.

Os cafeicultores, quando questionados sobre a experiência mal sucedida com o café orgânico, reagem de diversas maneiras. Há casos em que os cafeicultores acreditam que o mais prejudicado foi o café: “O orgânico acabou com o nosso café”, “Não podia ruar, aí a broca atacou”, ou ainda, “Por não conseguir controlar as pragas, o café acabou”.

Outros acham que o orgânico acabou prejudicando suas próprias vidas: “O orgânico ferrou com a gente”, ou ainda “A gente tava indo a falência, eu estava quase tendo que vender a propriedade”.

Há ainda outros que acreditam que “o orgânico foi perda de tempo” ou “foi uma total ilusão”. Essas e muitas outras frases foram ditas durante a realização do trabalho de campo. Apesar dos cafeicultores terem opiniões divergentes a respeito do engodo que foi produzir café orgânico, foi o aspecto econômico e a imposição de cima para baixo dos técnicos responsáveis pela conversão que mais pesaram para que o processo não obtivesse êxito, uma vez que o prejuízo ocorria pela pouca produção obtida e pelo fato de comercializarem o produto pelo mesmo preço do café normal, uma vez que não conseguiram permanecer o tempo necessário para ocorrer a transição, ou seja, três anos.

Os cafeicultores foram induzidos a mudar a forma como estavam embasados seus conhecimentos e o sistema produtivo de sua principal fonte de renda. Na transição para o sistema orgânico, para explicar a queda da produção, o técnico responsável os fez acreditar que a quantidade poderia ser superada economicamente por um produto de melhor qualidade, não levando em conta que a grande maioria dos produtores era e continua a ser dependente única e exclusivamente da cafeicultura.

Para os cafeicultores que sempre pautaram suas receitas e despesas calculadas na quantidade de sacas de café colhidas, dizer que a quantidade não importa, somente pode ser tolerável para famílias que têm, dentro da propriedade, outras formas de se

reproduzirem, o que não era o caso da grande maioria das famílias dos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira.

Segundo a fala já citada de um cafeicultor, “O orgânico foi perda de tempo”. Além da perda de tempo representada pela quantidade de dias trabalhados tentando colocar em prática o novo sistema produtivo, ou ainda, o tempo em que suas lavouras ficaram sem proporcionar um valor econômico suficiente para sua reprodução enquanto cafeicultores, levando-os a descapitalização, houve a crise no setor que não deu trégua e acabou provocando mudanças significativas, principalmente na estrutura familiar.

O projeto “Café de Lerroville” e seus desdobramentos, representados pela inserção dos cafeicultores no Comércio Justo, por meio da fundação da COASOL e pela tentativa de converterem seus cafezais em orgânicos foi, para aquele momento, uma opção feita pelos sitiantes para superar o momento de crise no setor, melhorando com isso suas condições enquanto pequenos produtores de café.

No entanto, as dificuldades sentidas pelos cafeicultores dos bairros rurais pesquisados são reflexos da crise da qual eles fazem parte, uma vez que sempre buscam aumentar os índices de produtividade em suas áreas, contribuindo desta forma para ampliar a oferta e os estoques mundiais do produto.

No próximo item procuraremos destacar as dificuldades pelas quais os sitiantes produtores de café dos bairros rurais estão passando, procurando contextualizá-las com a lógica do mercado mundial da *commodity*, que encontra-se também em crise.

5.7 Principais dificuldades enfrentadas para manterem-se como cafeicultores

Até a década de 1990, os cafeicultores brasileiros foram amparados por políticas do Estado brasileiro que mantinha sob sua responsabilidade os estoques do produto que o mercado não conseguia processar, fazendo com que o preço do café para os produtores estivesse acima dos custos de produção.

Com a desregulamentação ocorrida no setor esta lógica se inverteu, ficando os grandes produtores e os exportadores responsáveis por ditarem os preços e os estoques de café. Com a crescente produção da *commodity* também em outros países, as principais nações exportadoras puderam adquirir grandes quantidades de café, mantendo desta forma estoques do produto, passando a ditar as regras da quantidade a ser adquirida. Com seus estoques elevados, principalmente nos primeiros anos do século

XXI, conforme pode ser evidenciado na tabela 21, podem esperar mais tempo para adquirirem uma nova remessa de café, fazendo com que os preços fiquem estagnados para os produtores.

Os dados apresentados na tabela 21 podem a médio prazo trazer um alento para os cafeicultores, pois o nível dos estoques mundiais de café está em baixa. Se na safra de 2000/01 os volumes de café estocado respondiam por quase a metade do total produzido, na safra de 2008/09 esses valores baixaram para apenas 16%. Essa baixa no estoque mundial pode levar ao aumento do preço do produto nas próximas safras, diminuindo assim os sucessivos prejuízos que os produtores da rubiácea vêm enfrentando.

TABELA 21: Café – Oferta e Demanda Mundial (milhões de sacas de 60 kg)

Ano	Produção	Consumo			Estoque final	
		Países Produtores	Países consumidores	Total	Total	% Consumo
2000/01	117.521	26.319	90.937	117.256	56.221	48%
2001/02	111.518	27.774	88.292	116.066	51.673	45%
2002/03	127.762	28.747	95.231	123.978	55.457	45%
2003/04	110.311	29.933	91.172	121.105	44.663	37%
2004/05	120.793	30.860	91.205	122.065	43.391	36%
2005/06	111.708	32.158	87.400	119.558	35.541	30%
2006/07	133.547	33.580	102.941	136.521	32.567	24%
2007/08	122.415	34.736	98.626	133.362	21.620	16%
2008/09	140.568	35.791	104.316	140.107	22.081	16%

Fonte: OIC/USDA/Instituto FNP

Com os sucessivos fracassos e, mesmo com o preço do café⁸² reagindo durante os primeiros seis meses de 2005, as dificuldades para os produtores se agravaram em virtude da valorização do real em relação ao dólar.

⁸² O preço do café tem suma importância, pois é no preço, através do lucro, isto é, da diferença entre o preço de custo e o de venda, que encontra o cafeicultor a remuneração de seu trabalho, e também o de sua família, que serve como estímulo ou desestímulo para a permanência na atividade.

A cultura cafeeira tem seu ciclo de produção anual. Além disso, após um ano em que a produção é boa, tem-se uma safra reduzida no ano seguinte. Mas, a maior preocupação dos cafeicultores diz respeito à ocorrência de geadas. Elas que podem afetar a produção da safra seguinte quando é de fraca intensidade, ou de três ou quatro anos, quando é considerada forte, sendo que os cafeeiros precisam ser cortados rente ao chão, ficando os sítiantes à espera da brota para poderem novamente ter produção significativa.

Os cafeicultores que vendem toda sua produção de uma única vez, pode-se dizer que recebem uma vez no ano. Os recursos conseguidos com a venda do café têm que ser administrados, dependendo do caso, por até dois anos. Quando da aplicação do roteiro de entrevista, indagamos aos sítiantes como é que conseguiam se manter nos anos de pouca produção. Obtivemos as seguintes respostas:

“O que se fez no ano passado come este ano. Toda vida foi assim, por que ele não repete” (Senhor O. O. S. 63 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda).

“Passava com a corda no pescoço. Plantava arroz, feijão e trabalhava para fora”. (Senhor I. R. 23 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda).

“Trabalho por dia para o vizinho. E a esposa trabalha em Londrina de diarista no ano de pouca produção” (Senhor A. P. C. 50 anos, proprietário no bairro da Limeira).

“O Cidão (proprietário do principal mercado do distrito de Lerroville) é que tem aguentado as pontas, ele garante a compra o ano todo” (Senhor J. A. T. 68 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda).

Observa-se que os sítiantes adotam variadas estratégias para se manterem como cafeicultores, como já analisado. No entanto, a fala que mais nos intrigou foi a última, a de um parceiro (Senhor J. A. T. 68 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda). Acreditávamos que o “Cidão” fosse o dono da propriedade em que o parceiro tocava o café. Durante a entrevista, descobrimos que o “Cidão” era o dono do mercado em que o interlocutor fazia compras e que o pagamento das mesmas acontecia apenas uma vez por ano, somente após a venda do café.

Ainda que de uma maneira não sistematizada, procuramos o proprietário do mercado a fim de sabermos se esta prática, ou seja, que o pagamento ocorra apenas uma vez ao ano, era comum. Ele nos informou que possuía ainda muitos fregueses sítiantes que adotam este sistema, baseado numa relação de confiança entre ambos.

A primeira década do século XXI está sendo particularmente difícil para os cafeicultores, principalmente para aqueles que possuem o café como única fonte de

renda. O preço do café, propiciado por um maior volume da *commodity* no mercado mundial, não consegue acompanhar os preços dos insumos, principalmente do adubo e até mesmo do valor da diária paga aos trabalhadores.

O depoimento de um parceiro retrata bem o momento difícil pelo qual estão passando os cafeicultores, assim se manifestando: “em 1996 eu vendia o café a R\$ 240,00 a saca e pagava R\$ 8,00 reais a diária. Hoje (2008) a saca de café tá R\$ 225,00 e a diária R\$ 25,00. Boi, soja, trigo, milho praticamente dobraram de preço e o café nada” (Senhor O. B. 47 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda). Os números apresentados na tabela 22 ajudam a entender o descompasso existente entre a cafeicultura e alguns outros produtos e insumos necessários para sua produção.

A preocupação deste parceiro se justifica se continuarmos acompanhando seu raciocínio. Em relação à produção e, conseqüentemente a renda familiar obtida com a venda do principal produto que é levado ao mercado, o café, ele nos relatou que:

Na safra passada (2007), como o café estava no ano de pouca produção eu colhi apenas 120 sacas secas. Como minha porcentagem é 40%, fiquei com 48 sacas. Vendi pelo preço de R\$ 3,75 o quilo em Tamarana e fiz R\$ 7.200,00. Se você dividir por doze meses isso dá quanto? (**R\$ 600**). Essa foi a renda que consegui obter eu e minha família (**5 pessoas**), sendo que só a caçula que não ia pra roça. Por isso que eu digo que não tá fácil mexer com o café, ele não tem preço, ele precisava tá pelo menos uns cinco reais o quilo para compensar. (Senhor O. B. 47 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda)

A EMATER, por meio do único técnico do seu escritório em Londrina especializado na cultura cafeeira, realizou um acompanhamento de alguns cafeicultores a fim de pesquisar a renda que o café estava proporcionando.

Foi elaborado um roteiro em que os sítiantes anotaram todas as suas despesas bem como a quantidade de café obtido durante o período de agosto de 2007 a julho de 2008.

Obtivemos com o técnico o resultado de um destes levantamentos, realizado com um parceiro do bairro da Laranja Azeda.

A produção obtida neste ano na propriedade foi de 152 sacas de café beneficiado. Como 40% foi a parte que coube ao parceiro, o mesmo ficou com 61 sacas. Na venda, o preço obtido foi de R\$ 3,66 o quilo de café, o que totalizou R\$ 13.395,00. Os dados do relatório demonstram que os custos operacionais efetivos foram de R\$ 7.005,00, sobrando para o parceiro como resultado de um ano de trabalho o montante de R\$ 6.390,00.

Tabela 22 – Preços de insumos e de outros produtos em relação ao preço do café no período de 1994 a 2008

Insumos e Produtos	1994	2006	2008	% Aumento
Adubo 20-5-20 (tonelada)	R\$ 180,00	R\$ 650,00	R\$ 1.200,00	566,7%
Salário Mínimo	R\$ 67,39	R\$ 350,00	R\$ 415,00	515,8%
Óleo Diesel (litro)	R\$ 0,32	R\$ 1,85	R\$ 1,93	503,1%
Calcário (tonelada)	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 34,00	466,7%
KWA Energia Elétrica	R\$ 0,06	R\$ 0,32	R\$ 0,34	466,7%
Trator Valtra Cafeeiro (uni)	R\$ 18.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 75.000,00	316,7%
Milho – R\$/ saca de 60 Kg	R\$ 8,00	R\$ 17,87	R\$ 27,51	243,9%
Arroba do Boi (preço a vista)	R\$ 25,60	R\$ 51,69	R\$ 81,35	217,8
Leite B (litro)	R\$ 0,37	R\$ 0,55	R\$ 0,80	116,2
Café Arábica (saca de 60 Kg)	R\$ 200,00	R\$ 249,76	R\$ 246,62	23,2
Valor da saca de café corrigido pela média dos salários e insumos: R\$ 1.145,20				
Valor da saca de café corrigido pela média dos produtos agrícolas: R\$ 585,24				
Índice de inflação para o período 306,4%				

Fonte: Audiência Pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Brasília, (dezembro de 2008).

Como levantamos em nosso trabalho de campo que o grupo familiar em idade de trabalho é formado por ele mais sua esposa, a renda de cada um foi de R\$ 266,25 por mês, ou seja, um pouco mais que metade de um salário mínimo vigente no período (R\$ 465,00). Estes números evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos cafeicultores.

A dificuldade relatada pelos cafeicultores faz parte das estatísticas oficiais. Segundo Paulino (2006, p. 217), entre janeiro de 1999 e setembro de 2001, esse foi o balanço das despesas e receitas na cafeicultura: “Enquanto os gastos aumentaram 84% com adubo, 67% com agrotóxicos e 26% com a contratação de mão-de-obra temporária, os preços ao produtor caíram 29%”. Eis os fatos; os números falam por si.

A crise enfrentada pelo setor cafeeiro fez com que fosse realizada na Câmara dos Deputados no final do ano de 2008 uma audiência pública com entidades como a

Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o Conselho Nacional do Café e a Frente Parlamentar do Café, visando sensibilizar o governo das dificuldades que os cafeicultores estavam passando. Dentre as discussões foram apresentados alguns números que corroboram, como relatado pelo nosso informante (Senhor O. B. 47 anos, parceiro no bairro da Laranja Azeda), as dificuldades que os cafeicultores estão enfrentando, devido ao preço baixo do produto e a alta dos insumos necessários para fazer o café produzir.

Aproveitando os dados da tabela 22 e a fala de nosso interlocutor é possível fazer uma análise por meio dos gráficos 6 e 7, que ajuda a entender o quanto o preço do café está defasado em relação até mesmo a outros produtos que também são produzidos em grande parte por pequenos agricultores. Nestes casos, estamos levando em consideração o índice do IGP-M⁸³ compreendido no período de 1994 a 2009 (quinze anos do Plano Real), que foi de 306,4%.

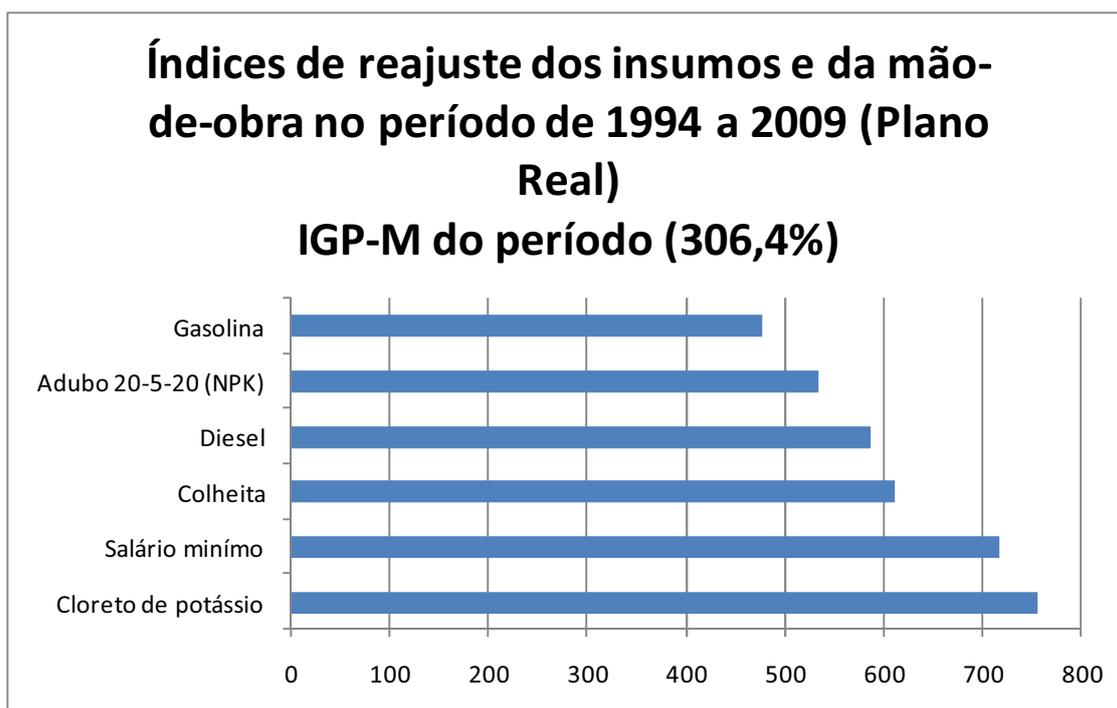
O gráfico 6 reproduz os índices de reajustes de alguns dos principais insumos utilizados pela cultura cafeeira e também da mão-de-obra. Percebe-se que os índices no período (1994 – 2009) ficaram bem acima do índice do IGP-M (306,4%), com determinados produtos, como o Cloreto de Potássio tendo subido mais que o dobro deste índice.

Já o gráfico 7, que representa o índice de reajuste de alguns produtos que são produzidos pelos produtores rurais brasileiros, demonstra que o único produto que quase se igualou ao IGP-M foi a soja. O gráfico releva ainda que o café foi o produto que teve o pior resultado entre os citados, corroborando as dificuldades expressas pelos cafeicultores em se manter na atividade.

O senhor O. B. relata ainda que se o preço do café chegasse a cinco reais o quilo, o que elevaria a R\$ 300,00 a saca, já estaria bom. Já os dados constantes na tabela 22 indicam que, se a saca de café fosse reajustada pelo preço médio de alguns produtos (milho, leite e carne de boi), o valor da saca tinha que estar custando R\$ 585,24, ou seja, quase R\$ 9,75 o quilo de café verde. Isso equivale quase ao dobro do preço que o produtor citado acredita ser compensador para continuar a produzir café.

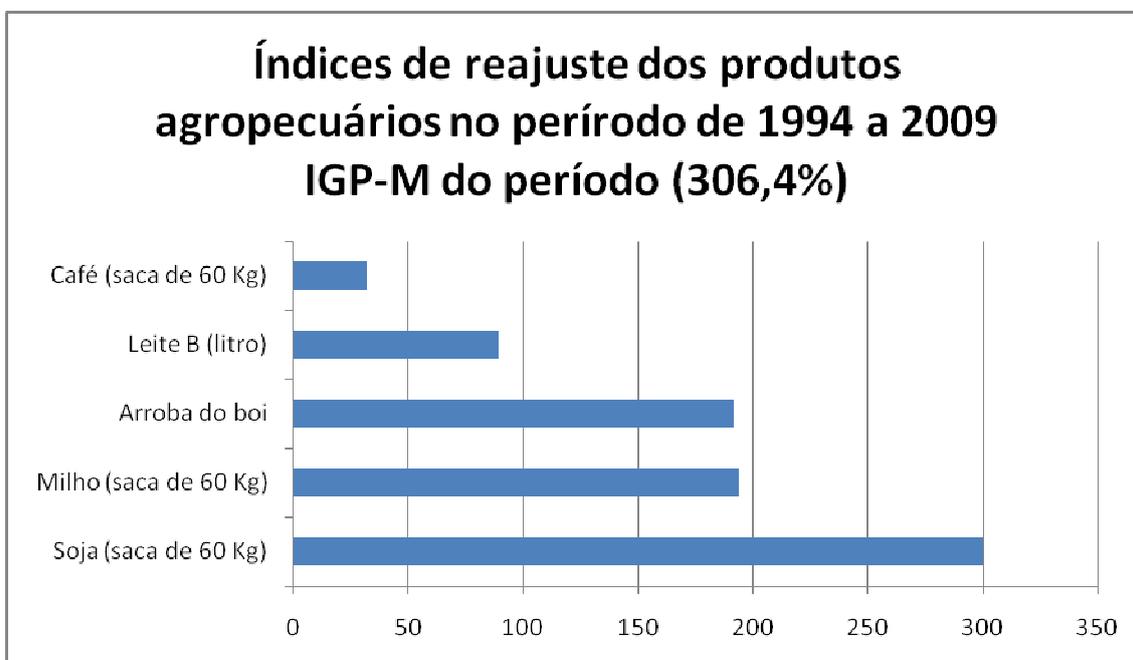
⁸³ IGP-M significa Índice Geral de Preço do Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. É o medidor de inflação e serve como base para reajuste de valores, normalmente repassados ao consumidor. O IGP-M consiste na soma de três outros índices: O IPA; Índice de Preços ao Atacado, que tem peso de 60%. O IPC; Índice de Preço ao Consumidor, que tem peso de 30% e o INCC; Índice Nacional de Construção Civil. A soma ponderada destes valores revela o percentual de inflação do mês anterior.

GRÁFICO 6



Fonte: Audiência Pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Brasília, (dezembro de 2008).

GRÁFICO 7



Fonte: Audiência Pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Brasília, (dezembro de 2008).

Já se o preço do café fosse reajustado pelo valor médio aplicado aos insumos necessários para sua produção, o preço do quilo de café verde chegaria a mais de R\$ 19,00, preço este fora dos padrões de consumo para a grande maioria da população brasileira. Deixando bem claro que nos dados da tabela não estão descontados os índices da inflação que no período do Plano Real foi de 306,4%.

No entanto, para que as indústrias produtoras de insumos agrícolas, em sua grande maioria transnacionais, mantenham seus níveis de lucro, os países importadores de café verde consigam processá-lo e revendê-lo com margem de lucro e a população consumidora consiga adquirir o produto, o grande prejudicado nesta cadeia produtiva é o produtor, especialmente o de pequeno porte.

Corroborando estas informações, a Revista do Instituto Observatório Social (2002, p. 5) afirma que “os cafeicultores ganham menos de 2% do preço final de uma xícara de café”, ou visto de outra maneira podemos dizer que dentre as atividades da cadeia produtiva do café a que menos agrega valor é a atividade realizada pelo homem rural.

Apenas para melhor quantificarmos estes dados, citamos o seguinte exemplo publicado no Jornal Folha de Londrina: “No mercado europeu, uma xícara de café custa em média, 2,5 euros. Um quilo do grão rende 143 xícaras, o que totaliza 375,5 euros ou R\$ 919,38. Neste caso, uma saca (60 quilos) na Europa, transformada em xícaras, chega a custar R\$ 55.162,80” (PEREIRA FILHO, 2008, p. 04).

É esta conjuntura econômica internacional que torna a vida dos cafeicultores cada dia mais difícil, pois, enquanto as transnacionais do café aumentam seus lucros com o produto, os sítiantes se esforçam para não abandonarem suas lavouras, sendo que a renda obtida nas últimas safras apenas empata ou perde para os custos.

Os cafeicultores que há muitos anos laboram na atividade, sejam proprietários ou parceiros na produção, sempre tiveram a esperança de superação nos momentos difíceis, fossem eles gerados por fatores climáticos como a geada ou econômicos, como o preço baixo do produto.

No entanto, a crise atual, além dos problemas estruturais que sempre existiram e que tinham um tempo relativamente curto, passaram também a gerar problemas conjunturais, que podem ser observados na tabela 23. Eles estão afetando diretamente a vida dos cafeicultores, causando dificuldades para a manutenção na atividade.

Dentre as dificuldades expressadas pelos cafeicultores, percebe-se, claramente, que há uma diferenciação das mesmas quando analisadas em relação à posse da terra.

Por possuírem melhores condições financeiras, os proprietários elencaram menos situações que acreditam estar dificultando sua condição de vida como cafeicultores. Os parceiros, por sua vez, apresentaram um leque maior de dificuldades.

A principal dificuldade levantada tanto pelos proprietários (37,70%) como pelos parceiros (33,33%) é em relação ao preço baixo do produto.

Enquanto que para os proprietários o preço alto dos insumos aparece em segundo lugar, com 29,50% das queixas; para os parceiros, que não precisam adquirí-los, tendo em vista que essa é uma obrigação do proprietário da terra, essa dificuldade acabou não sendo citada como muito importante para eles (9,52%). Para os parceiros, a geada é que aparece em segundo lugar em suas preocupações, com 14,29%, enquanto que os proprietários, devido ao momento delicado pelo qual estão passando, relacionado principalmente aos preços baixos do café e os altos preços dos insumos, nem citaram a geada como um fator de dificuldade no momento de realização das entrevistas, embora a mesma seja motivo de preocupação para todos.

Tabela 23 - Principais dificuldades declaradas pelos cafeicultores pesquisados.

	Proprietários	%	Parceiros	%
Preço baixo do café	23	37,70	14	33,33
Preço alto dos insumos	18	29,50	04	9,52
Mão-de-obra cara	08	13,12	04	9,52
Falta de mão-de-obra	07	11,48	03	7,14
Ser a cultura anual	01	1,64	02	4,76
Doença no cafezal	01	1,64	-	
Falta de assistência técnica	03	4,92	01	2,39
Geada	-		06	14,29
Falta de renda no ano de biennialidade negativa	-		01	2,39
Colheita	-		04	9,52
Ser muito trabalhoso	-		03	7,14
Total	61	100,00	42	100,00

Fonte: Pesquisa realizada nos meses de julho e agosto de 2008.

Para os proprietários, outro problema relevante diz respeito à mão-de-obra necessária para conduzir o processo produtivo do café. Somadas as preocupações referentes à falta da mesma e o seu elevado preço, os índices de dificuldade citados pelos mesmos chegam a 24,60%.

Para os parceiros, se somarmos os dados, esta falta de mão-de-obra acaba sendo uma das principais dificuldades, com 16,66%. Os que possuem apenas uma parte da produção, dificilmente contratam mão-de-obra, o que ocorre somente nos anos em que a produção é maior. Caso tenham que pagar para que outras pessoas os auxiliem, seus rendimentos acabam sendo reduzidos. Dentre os 40 parceiros que conduzem o processo produtivo, na pesquisa identificamos que 15% deles também contam somente com a mão-de-obra do casal para darem conta de todo o processo produtivo, tendo os filhos, assim como o filhos dos proprietários, buscado outras formas de emprego que os remunerem melhor.

A falta de assistência técnica é lembrada pelos proprietários (4,92%) e quase não aparece citada pelos parceiros (2,39%). Ouvimos de alguns parceiros que os proprietários das terras trazem agrônomos quando acham necessário fazer alguma análise ou interferência diretamente nos cafezais.

Outra dificuldade que foi citada com 9,52% entre os parceiros foi a colheita. Se, por um lado, podemos entender que esta dificuldade está relacionada ao fato da colheita ser muito trabalhosa e despende muito tempo para ser concluída, por outro precisa ser entendida segundo a fala de um parceiro, que a definiu como sendo o momento de maior dificuldade no trato com o café pelo fato de “não sobrar tempo para trabalhar para fora de diarista” (Senhor A. G. 48 anos, parceiro no bairro da Limeira).

Percebe-se, segundo o depoimento do parceiro, e neste caso específico ficou claro quando da realização do trabalho de campo que este produtor era o que, dentre os demais parceiros, apresentava a pior renda. O fato de possuir uma família numerosa, com filhos ainda pequenos e não possuir, ao contrário de muitos dos demais parceiros, nenhuma outra fonte de renda, não lhe possibilitava possuir alguns bens materiais, como uma motocicleta, por exemplo.

Fica claro o porquê de considerar a colheita como uma das principais dificuldades da cafeicultura, uma vez que ele precisa prestar serviço fora da cota de café sob sua responsabilidade para poder aumentar a renda familiar.

O fato é que a renda obtida com o café não tem sido suficiente para se manter um nível de vida que satisfaça os desejos das pessoas inseridas na cadeia produtiva do

café, principalmente os mais descapitalizados, representados pelos pequenos proprietários e pelos parceiros.

5.8 Algumas tendências para o futuro da atividade cafeeira.

Nas entrevistas que realizamos com os cafeicultores e também pelas conversas informais que fazíamos questão de manter com os mesmos durante o período no qual estivemos empenhados na elaboração deste trabalho, percebemos que se somente a vontade dos pais fosse levada em consideração, os mesmos continuariam na atividade, mesmo com todos os problemas enfrentados recentemente, sendo o principal deles a baixa remuneração propiciada pelo produto, pelo menos até conseguirem sua aposentadoria.

Como os pais precisam dos filhos para realizar as tarefas do processo produtivo, quando os filhos saem da propriedade e buscam outra forma de emprego que melhor os remunere, a tarefa de conduzirem sozinhos todas as etapas produtivas fica comprometida, uma vez que a crise não permite que trabalhadores sejam contratados.

Nesses casos não resta outra possibilidade a não ser deixar a atividade. Nas conversas com os cafeicultores, encontramos o caso de um sitiante que possui uma propriedade no bairro rural no Km 58, e nos relatou que na safra 2008/2009, como sua safra não era boa, “tentou dar o café ‘a meia’ para quem o quisesse o colher e não estava encontrando quem o fizesse”.

Nos bairros rurais pesquisados, durante o tempo de vigência de nossa pesquisa (segundo semestre de 2006 ao primeiro semestre de 2010), alterações ocorreram no que diz respeito ao uso do solo. A foto 22 representa a primeira propriedade em que seu proprietário, após todos os filhos terem de lá saído, num primeiro momento ter dado a mesma em parceria e se mudado para a cidade de Londrina. Em seguida, no ano de 2006, devido aos poucos rendimentos que o café estava proporcionando, resolveu vendê-la.

Quem a adquiriu já possuía terras no vizinho bairro rural da Laranja Azeda. Como este comprador já era um produtor de soja que utilizava-se da mecanização no processo produtivo, decidiu-se por arrancar o cafezal. Em seu lugar iniciou uma lavoura de trigo. Como pode ser observado na foto 22, em meio à plantação ficou a casa e as construções necessárias a antiga lavoura de café.

FOTO 22 – Os reflexos da crise denotada pela substituição de culturas.



A propriedade que no mapa 06 é representada pelo número 100, quando iniciamos a pesquisa, ainda era uma propriedade cafeicultora. Quando realizamos a trabalho de campo a mesma havia sido vendida pelo seu proprietário, sendo a cafeicultura rapidamente substituída por culturas como a soja e o trigo, restando apenas o local de moradia no meio da plantação de trigo.

Fonte: registro fotográfico realizado em 12/08/2008 por Ederval Everson Batista.

Após a colheita da safra 2008/2009, os preços do café não reagiram, ao contrário houve uma diminuição do preço provocada pelas fortes chuvas que caíram na região norte paranaense no mês de julho, principalmente na área de estudo. Estas chuvas fizeram com que os cafeicultores deixassem até mesmo de colher os frutos desta safra para não comprometer a safra seguinte, inclusive foi possível verificar cafeicultores arrancando seus cafezais.

A foto 23, que no mapa 06 (página 160) representa a propriedade número 93, foi outra, e com certeza não será a última dos bairros rurais a adotar tal medida. Nesta propriedade durante a aplicação do roteiro de entrevista encontramos duas famílias de parceiros que “tocavam” os 17 mil pés de café.

Com a decisão do proprietário de arrancar o cafezal e arrendar a terra para ser cultivada com soja, os dois parceiros tiveram que tomar rumos diferentes. Um tornou-se “campeiro”⁸⁴ em uma das partes da fazenda Santa Tereza. Outro buscou abrigo no sítio de seu pai, também cafeicultor no próprio bairro da Laranja Azeda.

Depois dos maus resultados obtidos com a safra 2008/2009, o desânimo era total entre os cafeicultores. Até mesmo entre os mais antigos na atividade demonstravam todo seu ceticismo em relação à viabilidade do produto que cultivaram por toda a vida.

Até mesmo o maior proprietário e também o maior cafeicultor dos bairros rurais (propriedade número 07, no apêndice 01) que sempre se mostrou um exímio defensor

⁸⁴ O mesmo que vaqueiro aquele que anda no campo a cavalo a procura ou tratando do gado (DICIONÁRIO BRASILEIRO GLOBO, 1997).

da cafeicultura, possuindo no ano de 2008, 50 mil pés de café que ainda não estavam em produção e também café armazenado da safra 2006/2007, após a safra de 2008/2009 demonstrava seu descontentamento com a atual situação em que se encontra a atividade.

FOTO 23: O solo antes ocupado pela cafeicultura sendo preparado para receber as sementes de soja.



Percebe-se ao fundo a propriedade vizinha ainda com a lavoura cafeeira. Esta foi mais uma propriedade dos bairros rurais a ter arrancados os seus cafezais. Se a crise permanecer por mais alguns anos, outros sitiantes não terão outra alternativa a não ser seguir o exemplo deste ex-cafeicultor.

Fonte: registro fotográfico realizado em 20/10/2009 por Ederval Everson Batista.

Segundo a Revista do Observatório Social (2002) os preços do café atingiram o patamar mais baixo dos últimos 30 anos, tendo o café brasileiro perdido metade de seu valor a partir do ano de 1997. A substituição do café por outras culturas é um sinal evidente de que a renda dos cafeicultores atingiu níveis insuportáveis.

Encontramos sitiantes cafeicultores, se bem que não pertencentes aos bairros rurais estudados, mas também no distrito de Lerroville, dispostos a arrancar seus cafezais e plantar eucalipto, uma atividade que não demanda muito trabalho e tinha mercado, pelo menos naquele momento mais favorável de que o café.

Caso a plantação de eucalipto realmente venha a acontecer, quer seja para servir como matéria prima para indústrias de celulose ou mesmo para ser usado pela construção civil, em substituição a lavoura cafeeira, isso será um retrocesso sem precedentes. A lavoura cafeeira é a que mais gera emprego na área escolhida para esta pesquisa, assim como em todo o país, uma vez que no café, há o predomínio da agricultura de base familiar com produção em pequena escala e a contratação de trabalhadores sazonais no período da colheita, conforme procuramos demonstrar ao longo da pesquisa, ainda que esteja difícil para contratá-los. Além disso, a área na qual

se encontra os bairros rurais tem o privilégio de localizar-se sobre a terra roxa, uma das mais produtivas do mundo e que tem que servir para produzir alimentos, quer seja para o povo brasileiro ou para abastecer o mercado externo. Este é um apontamento local dos desdobramentos que a crise na cafeicultura tem proporcionado em relação ao uso do solo e, principalmente, no que diz respeito às mudanças nas condições de vida das famílias dos cafeicultores.

Em outros países também produtores de café, a crise tem provocado efeitos terríveis. O principal efeito na África é a fome. Em países da América Central e no Brasil é o empobrecimento dos trabalhadores. Mas, o pior efeito foi o constatado em países como o Peru e a Colômbia, onde os produtores de café estão substituindo suas lavouras pela plantação de coca (GROSSER & TICKELL, 2002).

Outro fator que está rebaixando o preço do café pago aos produtores é o fortalecimento do real frente ao dólar. Indicadores apontam a queda da moeda americana. O dólar caiu de R\$ 2,80 em janeiro de 2005 para R\$ 2,40 em julho e para R\$ 2,15 em março de 2006, chegando mesmo a valer menos de R\$ 1,70 em outubro de 2009.

Conforme os dados da tabela 21, na página 308, a produção e o consumo estão em alta no mercado mundial. No entanto, os dados que podem servir de estímulo a médio prazo para os cafeicultores é o fato dos estoques terem atingido os menores índices da última década, 16%, segundo se constata-se na tabela.

Com índices tão baixos de estoques mundiais, eventuais geadas ou outros fatores que possam diminuir a produção nas regiões produtoras conduziriam a uma alta do preço da rubiácea. Aliás, interferências do clima, numa clara demonstração do determinismo geográfico no passado, foram fundamentais para que o mercado internacional de café fosse abalado, possibilitando que os produtores voltassem a vender sua produção com uma margem maior de lucro. Foi assim com as fortes geadas que atingiram as principais regiões produtoras no Brasil nos anos de 1918, 1953 e 1975.

No entanto, por questões relativas à localização geográfica, as geadas que podem elevar os preços do café terão os cafeicultores dos bairros rurais como os primeiros prejudicados. Devido às circunstâncias econômicas provocadas pela crise, a tendência é que os cafeicultores menos capitalizados arranquem de vez a rubiácea de suas terras, colocando-as à venda e migrando para os centros urbanos, onde os filhos esperam ansiosamente pelo dinheiro conseguido pela venda da propriedade rural para que uma casa seja adquirida, livrando-os do aluguel.

Não há como desvencilhar a história da região norte paranaense em sua concepção espaço-temporal sem abordar aquele que foi o seu principal produto, tanto como gerador de divisas ou como responsável pela ocupação desta importante faixa de terra. A cafeicultura continua ditando o ritmo de vida de muitas famílias envolvidas com seu cultivo em muitos estados brasileiros. Também no recorte espacial que foi escolhido como palco desta pesquisa, os bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira, no distrito de Lerroville em Londrina – PR, o café tem grande importância.

A alta produtividade obtida em solos paranaenses pela cultura cafeeira, graças em boa parte pela composição de seu solo, a conhecida “terra roxa”, fez deslocar para esta região uma grande quantidade de brasileiros e também de estrangeiros a partir, principalmente, do final da década de 40 do século passado.

O projeto de colonização que teve na pequena propriedade a base de sua estrutura fundiária tornou o acesso à terra mais fácil para os migrantes que para cá se dirigiram com o firme propósito de prosperar plantando a cultura cafeeira.

Desta maneira, a grande quantidade de café colhido na região ajudou o Brasil a bater recordes de produção, jogando para baixo o preço do principal produto de exportação do país até então.

A partir da segunda metade do século XX, importantes medidas foram colocadas em prática pelo governo federal, quer fosse o que tinha a legitimidade das urnas ou o governo autoritário. De um lado, a intenção era erradicar milhões de pés de café pouco produtivos e, de outro liberar as terras ocupadas para que outros produtos viessem a se tornar geradores de divisa, com destaque para a soja que tinha mercado garantido no exterior.

Assim como ocorreu em outras regiões do país, após a desestruturação da lavoura cafeeira, o município de Londrina passou a ter na pecuária de corte e nas monoculturas comerciais exploradas com tecnologia moderna (insumos químicos e maquinários) a base de sua economia agrícola. No entanto, o município não conseguiu industrializar estes produtos agregando valor e, principalmente, gerando empregos.

Os municípios da região é que, aproveitando a produção de grande quantidade de grãos, buscaram instalar grandes cooperativas para processá-los. Como exemplos, podemos citar a Cooperativa Agroindustrial de Rolândia, COROL, criada no ano de 1963, em Rolândia e a COCAMAR, Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá, em Maringá, criada também no ano de 1963. Londrina, a principal cidade do norte paranaense, ficou caracterizada pela prestação de serviços.

O Estado do Paraná que tinha se tornado o principal produtor de café durante a década de 1960, no ano de 2008 ocupava a quinta posição no cenário nacional com uma produção pouco expressiva, sendo que o município de Londrina deixou de ser o principal produtor do estado.

O pouco que sobrou da cultura cafeeira em terras londrinenses é cultivado em pequenas propriedades, principalmente nos distritos de São Luiz e de Lerroville. Essas pequenas propriedades produtoras de café desempenham um papel importante, não somente financeira, mas, acima de tudo, social, pois o café é um dos poucos produtos que propiciaram trabalho e renda para a parcela de pequenos sitiantes que insistem em permanecer no espaço rural, mesmo que em certos momentos a cultura não os remunere satisfatoriamente.

A cultura cafeeira propicia certo dinamismo às áreas rurais por ela ocupada. Isso foi claramente identificado no recorte espacial que selecionamos para objeto de análise.

Para explicar o processo histórico de formação de nosso recorte espacial optamos por trabalhar com os conceitos de bairro rural e de sitiantes. Isso se fez necessário não por querermos impor um modelo já bastante pesquisado, principalmente por autores que tinham como palco de pesquisa o estado de São Paulo. O fato é que os sujeitos desta pesquisa, os cafeicultores, se denominam sitiantes e pertencem a uma unidade espacial por eles denominada de bairro rural da Laranja Azeda e da Limeira.

A configuração espacial das propriedades produtoras de café dos bairros rurais, desde a sua origem até os dias atuais, mantém uma homogeneidade que as identificam, pois, a plantação de café ocupa nelas lugares determinados, bem como as construções necessárias para o processo produtivo da lavoura cafeeira, conferindo uma paisagem singular a estes bairros rurais.

Em se tratando das famílias dos sitiantes, percebemos também o forte laço de união que há entre elas em suas práticas cotidianas que ditam seus ritmos de vida, seus costumes, suas práticas religiosas e a organização social do bairro.

Percebemos entre os sitiantes algumas características que já se perderam em muitos outros locais e que os mesmos ainda conservam, como algumas relações de reciprocidade evidenciadas em situações corriqueiras do dia a dia, constatadas muitas vezes em laços de parentesco, de compadrio ou mesmo de amizade entre iguais.

Os depoimentos dos cafeicultores, ou linguisticamente falando, a análise do discurso, foi um instrumento muito utilizado para a interpretação dos fatos e acontecimentos que desenrolaram-se quando os primeiros sitiantes adquiriram suas

propriedades ou, mais recentemente, para explicar a dura realidade pela qual estão passando os cafeicultores com a crise que se abateu sobre a cafeicultura a partir do final da década de 1990.

Se até esta data, segundo nos relataram os cafeicultores, os mesmos conseguiam obter bons lucros com a cultura cafeeira e com eles adquirirem bens móveis e imóveis e, em alguns casos, mais terra onde era geralmente alocado um dos filhos, a partir do momento em que o Estado deixou de interferir no comércio do café, deixando o mercado agir livremente, o preço do café despencou e isso trouxe sérios e graves problemas para os cafeicultores, principalmente os pequenos, que são menos capitalizados.

Soma-se a isso a oferta abundante de café no mercado mundial, a estagnação do consumo mundial e o aumento dos estoques nas mãos dos importadores, representados principalmente pelas maiores empresas processadoras do produto.

Para o caso londrinense, outro fator também contribuiu para aumentar os problemas dos cafeicultores. Uma política pública colocada em prática pela prefeitura municipal no ano de 2000, que visava integrar os distritos rurais ao serviço de transporte coletivo, se por um lado ajudou as pessoas que residiam na sede dos distritos a buscarem outras alternativas de emprego na sede do município, para os sitiantes, principalmente os que cultivam o café, acabou por prejudicá-los indiretamente. Isso porque está cada vez mais difícil encontrar trabalhadores dispostos a realizarem a colheita do café, e os que aceitam inflacionam o preço pago pela saca de café colhido, sempre procurando os sitiantes que aceitam pagar os maiores valores.

No município de Londrina, a cafeicultura é um dos últimos ramos da agricultura que ainda utiliza mão-de-obra temporária. Contudo, devido à dificuldade em se contratar pessoal, ela caminha a passos largos para o processo de substituição do trabalho vivo, representado pelos trabalhadores contratados, pelo trabalho morto, representado pela incorporação de máquinas e equipamentos automáticos.

Percebemos que a dificuldade para se contratar trabalhadores volantes está levando os proprietários e também os parceiros a investirem na aquisição de equipamentos automáticos para auxiliarem na tarefa mais emblemática do processo produtivo que é a colheita do café, pois o atraso na retirada dos grãos de café dos pés pode resultar em prejuízos frente os investimentos realizados. Um produto de pior qualidade acaba resultando em um menor valor recebido pelos cafeicultores.

Os cafeicultores dos bairros rurais pesquisados, que compõem o recorte espacial desta pesquisa, não têm ficado inertes frente a estes problemas e buscaram soluções que propiciassem melhores condições de vida para suas famílias e, mais que isso, a permanência na terra, trabalhando com a cultura que faz parte de sua tradição.

Por serem os bairros rurais constituídos de pequenas propriedades, a distância que separa umas das outras é pequena. Somado ao fato de terem o café como cultura da qual dependem para sua reprodução social, uma das primeiras formas de superação da crise se deu por meio da constituição de associações de cafeicultores.

A união dos cafeicultores do distrito de Lerroville permitiu aos mesmos a fazerem parte do projeto intitulado “Café de Lerroville”. Este projeto foi proposto e desenvolvido por um grupo de “agentes interventores” representantes do Estado (governo municipal e estadual).

Os cafeicultores, bem com o os técnicos responsáveis, almejavam trabalhar seguindo as normas do comércio justo, e com isso vender a produção com uma margem de lucro 100% acima da que estavam acostumados. Era uma proposta tentadora, mesmo que para isso tivessem que deixar de lado a tradição, o conhecimento e a experiência adquirida em décadas de trabalho com o cafezal cultivado no sistema convencional.

Os mentores do projeto, com destaque para o técnico que ficou responsável pelo seu desenvolvimento, tentaram implantar seus princípios e convicções voltados para a agricultura agroecológica. Convenceram os cafeicultores a mudarem seu sistema de cultivo e de comercialização, implantando a agricultura orgânica, não somente com a cafeicultura, mas colocando toda a propriedade neste sistema de produção que não fazia parte da vida e dos conhecimentos dos cafeicultores. Embora a experiência dos cafeicultores indicasse que o correto seria fazer a conversão não de toda a área do cafezal e sim de parcelas, foram vozes vencidas pelo “autoritarismo” do técnico responsável.

Como o modelo do café orgânico começou mais como uma imposição bem elaborada por meio de estratégias, interesses e discursos convincente por parte do técnico, o projeto enfrentou dificuldades já no primeiro ano de sua implantação devido a pouca produção obtida e a não comercialização do produto para os consumidores franceses, já que a transição exigia um período de três anos.

Outro fator determinante levantado durante as entrevistas de campo foi a forma totalmente diferente que o sistema orgânico exigiu para sua condução, uma vez que o saber-fazer dos cafeicultores era desenvolvido com base no uso freqüente de

fertilizantes e agrotóxicos. A substituição dessa forma de produzir pelo modelo de conversão que iria tornar o cafezal orgânico, era estranha para os cafeicultores, uma vez que não podiam mais carpir o mato do cafezal e ainda tinham que plantar outras espécies para fazer a adubação verde, deixando o cafezal “sujo”, pratica que para eles não tinha sentido.

Com isso ficavam impossibilitados de plantar nas entrelinhas do cafezal muitos dos produtos que para eles são de fundamental importância, tanto para a própria alimentação ou dos animais existentes na propriedade. Vale ressaltar que, segundo os próprios sitiantes, o técnico responsável chegou a humilhar publicamente quem duvidasse que o modelo por ele proposto fosse inviável.

Além disso, a conversão impunha a aquisição no mercado dos insumos necessários para manter o cafezal produtivo. Isso deixou os cafeicultores no mesmo grau de dependência que estavam acostumados, sem, no entanto, dominarem as técnicas necessárias para manter a produtividade do cafezal.

Dessa forma, a cafeicultura orgânica para eles representou um “insucesso” pela maneira como foi implantada pelo técnico responsável pela conversão do cafezal. No entanto, percebemos que se o processo tivesse sido adotado em pequenas áreas para a partir de então atingir toda a lavoura, a possibilidade do projeto ter obtido resultados mais satisfatórios teria sido maior. Desta forma iria ocorrer a conversão por adesão e não por imposição aos sitiantes, uma vez que o resultado da produção e comercialização de um produto orgânico resultaria em maiores lucros.

Após desenvolver o processo de cooptação dos cafeicultores para que realizassem a conversão total de seus cafezais, os produtores foram, ou se deixaram ser induzidos, pelas promessas de melhores resultados econômicos e fundaram uma cooperativa, a COASOL, para que pudessem processar e comercializar o produto que ainda não estavam produzindo.

Como o projeto foi proposto e desenvolvido por representantes do Estado, técnicos da EMATER elaboraram um projeto para que os cafeicultores fossem contemplados com recursos públicos para que pudessem adquirir os equipamentos necessários para o início das atividades de processamento e torrefação do café e, com isso, colocar a cooperativa em funcionamento, passo importante para realizarem a comercialização do café, principalmente para o mercado externo.

Uma série de fatores de ordem burocrática e também a incompetência por parte dos representantes do Estado em gerir o destino dos recursos públicos, fizeram com que

o barracão, onde seriam instalados os equipamentos, não fosse concluído pela construtora, que alegou falência.

Para os sitiantes, o que representava ou o que concebia valor simbólico para a cooperativa era o barracão. Como ele não foi concluído, os sitiantes começaram a “deixar de ser cooperados”. Embora isso não seja tão simples assim. Para eles, o fato de não comparecerem mais às reuniões fez com que se sentissem como se não mais fizessem parte dela, criando entre os sitiantes a desilusão e a sensação de fracasso.

Em se tratando dos cafeicultores dos bairros rurais pesquisados, não se pode dizer que não houve ajuda por parte do “governo”, queixa esta que faz parte do cotidiano da grande maioria dos produtores rurais brasileiros. Como havia entre os mesmos o quesito principal para que recursos fossem pleiteados, ou seja, a união entre os cafeicultores, eles conseguiram um montante considerável de recursos (R\$ 370.000,00) do governo do Estado do Paraná por meio do projeto Paraná 12 meses, a fundo perdido.

As soluções baseadas em estratégias locais ou de algumas localidades, ou até mesmo as desenvolvidas pelo movimento do comércio justo ou de cafés especiais são importantes, mas somente para alguns produtores. O que os produtores e, por que não dizer, a cadeia produtiva do café precisa, são de soluções sistêmicas e não isoladas, onde possam voltar a ter resultados positivos com a cafeicultura. Na atual circunstância, os ricos, representados pelas grandes empresas que atuam e monopolizam o comércio mundial de café, ficam mais ricos e os pobres, representados pelos demais atores da cadeia produtiva, com maior destaque para os produtores, mais pobres.

A crise na cafeicultura precisa ser entendida em seus diferentes segmentos. Se não bastasse o preço do café em baixa, chegando ao seu menor valor do século, segundo fontes especializadas no assunto, e o aumento dos custos com a mão-de-obra propiciado pelos índices acima da inflação do salário mínimo nacional, também ocorreu no ano de 2008 um pico no preço do petróleo. O barril chegou a ser vendido a mais de US\$ 70,00. Isso teve reflexos negativos para a cafeicultura, uma vez que as principais matérias primas dos adubos químicos são derivadas do petróleo.

O valor da tonelada do principal adubo usado na cafeicultura local chegou a custar 100% a mais do que fora comercializado na safra 2007/2008. Como os cafeicultores tinham acabado de retornar para o sistema convencional, o solo precisava de uma grande quantidade de adubo para tornar o cafezal novamente produtivo.

Com o preço do principal adubo naquele patamar (R\$1.500,00 a tonelada), os cafeicultores não tiveram condições de fazer as aplicações que o cafezal exige. Este fator também serviu para fazer alguns cafeicultores desistirem da atividade, principalmente os absenteístas, desalojando de suas propriedades os parceiros e convertendo o uso do solo para a prática de culturas mecanizadas, com destaque para a soja, desenvolvida por arrendatários.

A conjuntura na qual se encontra a lavoura cafeeira tem afetado de diferentes maneiras os diferentes segmentos do Complexo Agroindustrial do café. Os cafeicultores, principalmente os pequenos, têm trabalhado muitas vezes numa situação em que os valores obtidos no final da colheita não cobrem sequer o custo da produção, causando o seu empobrecimento. Os trabalhadores que dependiam da cafeicultura já não encontram trabalho. Os países exportadores, principalmente aqueles que ainda têm no café seu principal produto de exportação, têm sua balança comercial afetada negativamente. Somente as grandes empresas que operam e, por que não dizer, monopolizam o comércio é que estão obtendo vantagens com o preço do café em baixa, uma vez que o preço não se reduziu para os consumidores.

A condição presente da cafeicultura encontrada nos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira evidencia que as famílias dos pequenos proprietários estão em processo de empobrecimento e a dos parceiros em processo de proletarização.

O que vem ocorrendo sistematicamente no caso da cafeicultura desenvolvida em pequenas propriedades no espaço rural, e no recorte espacial desta pesquisa não foi diferente, é o total desestímulo por parte dos filhos dos sitiantes em permanecer na propriedade trabalhando com os pais.

No passado, mesmo que alguns filhos abandonassem a propriedade, pelo menos um filho ali permanecia dando continuidade ao trabalho dos pais. Recentemente o que se verifica é que a possibilidade de melhores ganhos na cidade tem colocado em cheque esta continuidade. Esse fato explica o desânimo de alguns sitiantes em permanecer com a cultura cafeeira, e preferirem vender a propriedade e também mudar para a cidade.

Nos bairros rurais pesquisados, podemos afirmar que a atual geração tem a convicção de permanecer na terra trabalhando com o café. Já seus filhos esperam tão somente completar os dezoito anos para poderem buscar um emprego na cidade de Londrina onde, trabalhando como trabalhadores assalariados possam ter condições de adquirir sua autonomia financeira.

Ao término das atividades desta pesquisa, procuramos não somente extrair dos cafeicultores informações que fundamentaram este trabalho, mas também sentir suas angústias, dificuldades e as adversidades passadas enquanto produtores de café, onde procuramos inserir este estudo como representante de uma “*geografia da vida*” destes pequenos sítiantes.

Para eles, a cafeicultura não representa apenas uma cultura meramente econômica, mas, além disso, é, sobretudo, um traço cultural na vida social dos moradores dos bairros rurais. O café precisa ser entendido não apenas como uma riqueza, mas como uma atividade que dá sentido de vida para os cafeicultores, uma devoção que pode ser evidenciada na fala de um cafeicultor: “O café é como uma criança, que desde cedo tem que ser tratado com muito carinho. Somente se ocorrer uma preocupação constante é que ele poderá te dar bons frutos ou bons homens” (senhor J. C. 55 anos morador do bairro da Laranja Azeda).

O fato é que, ao iniciar esta pesquisa, apesar de ter encontrado um grupo de sítiantes abalados pela crise na cafeicultura, percebemos que havia uma preocupação por parte deles em encontrar alternativas para se manterem na atividade. Percorrido o tempo da elaboração do texto final, verificamos que os sítiantes ainda encontram-se desanimados, principalmente por não haver retorno financeiro suficiente para manterem suas famílias nas propriedades.

O desânimo é tanto que, os jovens migram na busca pelo emprego urbano, os proprietários absenteístas estão vendendo as propriedades ou substituindo a cultura cafeeira, principalmente pela soja, deixando os parceiros sem emprego. Os pequenos sítiantes estão somente à espera da aposentadoria para venderem os sítios e também tornarem-se moradores urbanos, uma vez que com o capital obtido esperam comprar duas ou três casas e, com isso, obterem uma renda final maior do que se continuassem trabalhando duro como cafeicultores. Esta é uma escolha que contraria seus princípios como pequenos sítiantes, mas visto pelo lado econômico, é uma opção lógica, infelizmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Campinas, editora Huctec, 2ª edição, 1998.

AGRIANUAL 2009. Anuário da Agricultura Brasileira. 14ª edição. FNP consultoria & Agro informativo, 497 p.

ALMEIDA, Ciliane Carla Sella de. **O processo de inserção das associações rurais ACAL e APRALA no Comércio Justo**. 2005. Dissertação de Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento – Universidade Estadual de Londrina.

ALVES, José. **As estratégias de reprodução social dos produtores familiares no município de Ortigueira (PR): Uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica**. Presidente Prudente, 2003. Relatório de Qualificação de mestrado

ANDROCIOLI FILHO, A, *et al.* Determinação da umidade de grão mais adequada para o início da amontoa do café no terreiro durante a noite. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISAS CEFEEIRAS**, 25. Franca, SP. 1999. Rio de Janeiro, MAPA/PROCAFE, 1999. p. 201-202.

_____. **Trabalhador no cultivo de plantas industriais – cafeeiro: processamento e secagem**. Curitiba: **SENAR-PR**, 2005.

ARAÚJO FILHO, J. R. O café, riqueza paulista. In: **Boletim Paulista de Geografia**, comemorativo 40 anos. Nº 68, São Paulo. p. 51-124. (s.a.p)

ASARI, Alice Yatiyo, TUMA, Magda Madalena. **Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do Município de Londrina**. Editora da Prefeitura Municipal de Londrina, 1978.

AVANSINI, Carolina. **Café de Lerroville vale o dobro na França**. Folha de Londrina, Londrina, 14 Mar. 2004. Caderno Economia, p. 5.

_____. **Lerroville ganha área para beneficiar café**. Folha de Londrina, Londrina, 26 Mar. 2004, p. 4.

BATISTA, Ederval Everson. **A questão da posse e uso do solo. O exemplo do Assentamento Pari-Paró**. 1996. Monografia (bacharel em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

_____. **Assentamento Pó de Serra em Londrina – PR: formação sócio-espacial e conquistas**. 2003. (Dissertação) – Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina.

- BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “frentes pioneiras” no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 15, n.3, jul./set. 1953.
- BERNARDES, N. Expansão do povoamento no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. Out./Dez., 1952 (p. 427- 451)
- BEZZI. Meri Lourdes. **Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Rio Claro – SP, 1996. (Tese) – Doutorado – Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP,
- BONI, Paulo Cesar. **A história de Londrina (década de 30) em textos e imagens**. – Londrina: Ed. do Autor, 2004.
- BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988**. Coleção de leis de direito administrativo. São Paulo: Manole, 2004.
- CAFÉ DO BRAZIL. O sabor amargo da crise. **Revista do Observatório Social**. São Paulo, 2002.
- CAFÉ e POBREZA. Sara Lee: Teoria e prática na responsabilidade social. Propostas dos agricultores familiares e assalariados rurais. **Revista do Observatório Social**. São Paulo, 2002.
- CAFÉ: VIDA, PRODUÇÃO E TRABALHO. Agricultores familiares e assalariados rurais. **Revista do Observatório Social**. São Paulo, 2004.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafecultura Paranaense – 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34. 2001.
- CARMO, Sônia Irene Silva. COUTO, Eliane Frossard Bittencourt. **História passado e presente**. – 2.ed. ver.e atual. – São Paulo: Atual, 1994
- CARVALHO, Márcia Siqueira. FRESCA, Tânia Maria. **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. (org). _ Londrina: Edições Humanidades, 2007.
- CHAUÍ, Marilena. Filosofia moderna. In: Chauí, Marilena *et alii*. **Primeira Filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CMNP - COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo: Edanee, 1975.

CONCAGH, Viviane Bosi. A Escola-Família Agrícola no Espírito Santo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.86, p. 89-98. Fev. 1989.

CORRÊA, Fernando Avelino. **História da Região “Três Bocas” no Norte do Paraná: suas grandes divisões judiciais e seus mais destacados “pioneiros”**. São Paulo, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 7ª edição. 2000.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**; tradução, prefácio e notas Sérgio de Holanda. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

DÉNIS, Pierre. A colonização no Paraná. Tradução de Lísia Maria Cavalcanti Bernardes. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, ano IX, N^o. 100, julho de 1951, p.. 346-356.

DICIONÁRIO BRASILEIRO GLOBO. Francisco Fernandes, Celso Pedro Luft, F Marques Guimarães. – 47. Ed. – São Paulo: Globo, 1997.

DUQUE, Hélio. **A luta pela modernização da economia cafeeira: assim agem as multinacionais**. São Paulo: Alfa - Omega, 1976.

_____. **A guerra do café solúvel**. 2ª. Edição. São Paulo: Gráficos Chesterman Ltda, 1970.

EMATER. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná. **Demonstrativo da renda do negócio do café**. Londrina, 2008.

ESTATUTO SOCIAL DA APRALA, Associação de Produtores Rurais da Água da Laranja Azeda , Lerroville, 2001.

ESTATUTO SOCIAL DA COASOL, Cooperativa Agroindustrial Solidária de Lerroville, Lerroville, 2004.

FACES DO BRASIL. Disponível em <<http://www.facesdobrasil.org.br>>. Acesso em 01 Out. 2004, em 28 Nov. 2004, em 10 e 29 Dez. 2004.

FAIR TRADE FEDERATION. Disponível em <<http://www.fairtradefederation.com>>. Acesso em 08 Out. 2008.

FERNANDO, André. A volta do tempo ao tempo real: projeto Arte Baniwa como prática local de comércio justo e solidário. In FRANÇA, Cássio Luiz (org). **Comércio Ético e Solidário**. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert, 2002.

FERREIRA, Ângela Duarte de. **Movimentos sociais no meio rural paranaense**. Curitiba: SEAG, 1982.

- FRANÇA, Cássio Luiz. Comércio Ético e Solidário. São Paulo, **Revista da Fundação Friedrich Ebert /ILDES**, 2002, 168 p.
- FUKUY, Lia Freitas Garcia. **Sertão e Bairro Rural**. – São Paulo: Ática, 1979.
- FURQUIM, Maria Célia de Araújo. **A cooperativa como alternativa de trabalho**. São Paulo: LTr, 2001.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **Terra de Trabalho**: Trabalho familiar de pequenos produtores. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GEADA**. Disponível em <http://www.climabrasileiro.hpg.ig.com.br/geada.htm>. Acesso em 25/08/2008.
- GRESSER, Claris, TICKELL, Sophia. **Pobreza em sua xícara**: o que há por trás da crise do café. Oxfam internacional, 2002.
- GUERIN, Mariana. Sucessão na agricultura familiar preocupa setor. **Folha de Londrina**. Caderno Folha Rural, 18/04/2009.
- HESPANHOL. A. N. A Formação Sócio-Espacial da Região de Campo Mourão e dos Municípios de Ubatuba, Campina da Lagoa e Nova Cantu- PR. **Boletim de Geografia** – UEM, Maringá, ano 11, n.1, p, 17-27, dez. 1993.
- HUBERMAN, Léo. **História da Riqueza do Homem**. 10ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.
- IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Paraná**: 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970
- _____. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- _____. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- _____. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- _____. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995/1996.
- _____. **Censo Demográfico do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. **Censo Demográfico do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2002. **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto**. Dados baseados no Censo Agropecuários do IBGE 1995/1996.
- JARRETA, Maria Helena. **Contribuição para uma Análise de um Espaço Norte Paranaense: A área Colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Londrina. Caracterização e Evolução da Região – 1930/1980**. Londrina, 1982. Monografia (*latu senso* em Paraná: Evolução Social e Econômica), Cesulon.

- JOFFILY, José. **Londres – Londrina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- KAGEYAMA, A. (coord) et al. **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Industriais**. Campinas, Unicamp, 1987, 112p.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Porto: Portucalense Editora, 1972.
- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- LIMA, Fausto C. de. **Londrina: Renovação Urbana**. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura, Universidade Mackenzie, São Paulo, 1978.
- LOPES, Ana Yara Damia Paulino. **Pioneiros do capital: a colonização do Norte do Paraná**. São Paulo: USP, 1982. (Dissertação) – Mestrado – Departamento de ciências Sociais da USP
- LONDRINA. Prefeitura Municipal. Companhia de Desenvolvimento de Londrina. **Perfil de Londrina** 1994. Londrina, 1994.
- _____. Companhia de Desenvolvimento de Londrina. **Perfil de Londrina** 2000. Londrina, 2000.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Terra, Família e Capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo**. Petrópolis: vozes, 1987.
- _____. **Parceria e capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2ª. Ed.- Rio de Janeiro, 1981.
- MARTINS, Araguaia Feitosa. **Mutirão Cafeeiro**. 3ª. Edição. São Paulo: Revista e Ampliada, 1962.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 4ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 1990.
- _____. **O cativo da terra**. 8ª. Edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.
- MAZZINI, Fernanda. Falta agregar valor ao café brasileiro. **Folha de Londrina**, Caderno Economia, 19/03/2008.
- MERCER, Edmundo Alberto. **Toca Mercer, um livro só para nós**. Edição comemorativa do seu aniversário, 1978.
- MONBEIG, Pierre. **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Divisão Européia do Livro, 1957.
- _____. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul A. Silva. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1998

- MORAES, Eliane Robert. **Revolta de Colonos Imigrantes**. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- MORAIS, Clodomir Santos. História das ligas camponesas do Brasil. STÉDILE, João Pedro (org). **História e natureza das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- MOREIRA, Rui. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. *In: etc, espaço, tempo e crítica*. Nº 1 (3), VOL. 1 1º de junho de 2007, p. 55-70.
- MORO, Dalton Áureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no Norte do Paraná**. Tese apresentada ao curso de doutorado em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.
- MOTTA SOBRINHO, Alves. **A civilização do café. (1820 – 1920)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª edição, 1978.
- MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural**. – São Paulo: HUCITEC, 1978.
- _____. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MÜLLER, N. L. **Sítios e sitiantes no estado de São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1951.
- _____. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, março, 1956.
- NAKAGAWARA, Yoshiya. **Evolução e Distribuição da População Paranaense**. Paraná, Mundo Rural. 1972. 60 p. (datilog.)
- NETO, Francisco Graziano. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- NETO, José Miguel Arias. **O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930 – 1975**. Londrina: editora da UEL, 1998.
- NETTO, Delfim. **O problema do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas; Ministério da Agricultura/ SUPLAN, 1979.
- OBERDIEK, Hermann Iark. **Fugindo da morte: imigração de judeus alemães para Rolândia/PR, na década de 1930**. Londrina; EDUEL, 2007. 2. Ed. rev.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4º Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A Geografia e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: Carlos, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. - São Paulo: Contexto, 1999. P. 63-110.

PACÍFICO, Daniela Aparecida. **Impasses na transição para uma agricultura de base ecológica: o Projeto Café de Lerroville**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria Cultural e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. – São Paulo: editora da UNESP, 2006.

PEREIRA FILHO, Edson. ‘Delivery café’ traz lucro para produtor. **Folha de Londrina**, 06/08/2008.

PUPO, Sylvio Lara. **Brasil ainda é café**. São Paulo: Editora Fulgor Limitada, 1968.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidade**. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1973.

SALLUM JR, Basílio. **Capitalismo e Cafeicultura: oeste paulista: 1888 – 1930**. – São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANTOS, Gilberto. **Três Bocas**. Folha de Londrina, Londrina, 14 Mar. 1996. Caderno Economia, p. 5.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005

_____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo; Hucitec, 1978, 113p. (Geografia: Teoria e Realidade)

_____. **Metamorfose dom Espaço Habitado**. 2º edição, São Paulo: Hucitec, 1991.

SCHWARTZ, W. e CUSTODIO, R. **Tiros e muito café na Londrinópolis**. Jornal de Londrina, Londrina, 13 Agos.1995, p. 8.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, 1991.

SERVIÇO NACIONAL DE AAPRENDIZAGEM RURAL. Trabalhador na agricultura orgânica: cultivo do cafeeiro, nível básico. Administração Regional do Paraná. – Curitiba: SENAR – PR, 2002.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa: A Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

_____. (coord). **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. 2ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre, editora da UFRS, 1999.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa - Omega, 1976.

SOBRINHO, Alves Motta. **A civilização do Café (1820-1920)**. 3ª. Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre Espaço e Poder, autonomia e Desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias. Et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. P. 77-116.

STECA, Lucinéia Cunha, FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: Ed. UEL, 2002.

STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. Tradução: Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: editora Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. 4ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1998

TAUNAY, Affonso de E. **Pequena História do café no Brasil (1727- 1937)**. Rio de Janeiro: Edição do Departamento Nacional do Café, 1945.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da companhia de terras Norte do Paraná**. Assis: UNESP, 1997. (Dissertação) – Mestrado – Departamento de História e psicologia da UNESP.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Histórias do Paraná**. - 7ª edição – Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1995.

WESTPHALEN, Cecília Maria. MACHADO, B. P. BALHANA, A. P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**. Departamento de história. Curitiba, n.º. 07, 1968, p. 02-19.

APÊNDICE 01: FORMA DE OCUPAÇÃO DOS SÍTIOS PRODUTORES DE CAFÉ NOS BAIRROS RURAIS.

Sitiantes pro/ de café	Propriedade no mapa 6	Área (ha)	Cafeeiros		Produção safra 2007/2008	Café	% da área total com café	Área com Pasto	Com Reserva	Outras culturas
			Produzindo	Não produzindo						
01	07	254,10	123.200	50.000	3300	65,34	25,71	152,46	24,20	12,10
02	04	9,68	2.800		20	4,84	50,00	2,42	1,21	1,21
03	05	7,26		15.000	-	3,63	50,00	-	-	3,63
04	08	50,82	50.000	5.000	1100	24,20	47,62	26,62	-	-
05	09	87,12	10.000		200	2,42	2,78	58,08	-	26,62
06	10	24,20	5.000		180	7,26	30,00	-	4,84	12,10
07	11	26,62	18.000		3000	21,78	81,82	4,84	-	-
08	12	16,94	10.000		500	16,94	100	-	-	-
09	13	14,52	10.000		1500	12,10	83,33	1,81	0,605	-
10	14	12,10	6.000		1100	9,68	80,00	1,21	1,21	-
11	15	12,10	3.800	5.000	500	9,68	80,00	1,21	-	1,21
12	16	6,05	3.000	5.000	250	4,84	80,00	1,21	-	-
13	17	6,05	8.000		450	4,84	80,00	0,605	0,605	-
14	18	9,68	6.000		150	7,26	75,00	1,21	1,21	-
15	19	12,10	13.100	3500	330	9,68	80,00	2,42	-	-
16	24	16,94	3.500		500	12,10	71,43	2,42	2,42	-
17	25	19,36	10.000		1100	14,52	75,00	-	2,42	2,42
18	26	33,88	15.000		1200	26,62	78,57	4,84	2,42	-
19	42	7,26	6.000		600	7,26	100	-	-	-
20	41	12,10	3.000	6.000	100	6,05	50,00	6,05	-	-
21	40	4,84	3.000		150	3,63	75,00	1,21		
22	38	12,10	18.000		350	3,63	30,00	8,47		
23	36	3,63		5.500	-	3,63	100			
24	35	14,52	3.000	7.000	130	4,84	33,33	7,27	-	2,42

25	34	4,84	5,000				2,42	50,00	2,42	-	-
26	32	9,68	10,000			400	4,84	50,00	3,63	1,21	-
27	31	19,36	9,500	13,900		1200	15,73	81,25	2,42	1,21	-
28	30	12,10	6500			850	9,68	80,00	1,21	1,21	-
29	29	26,62	12,500			1850	24,20	90,91	-	2,42	-
30	28	3,63	1,600			100	2,42	66,66	1,21	-	-
31	27	3,63	1,400			180	2,42	66,66	1,21		
Total		753,83	376900	115900		21290	348,48	46,23	296,45	47,18	61,71
32	45	14,52	20,000			450	9,68	66,66	-	1,21	3,63
33	46	7,26	4,800	3,000		50	6,05	83,33	1,21	-	-
34	47	12,10	35,000			250	8,47	70,00	1,21	2,42	-
35	50	8,47	7,000			300	4,84	57,14	3,63	-	-
36	51	6,05	5,000	2,000		200	4,84	80,00	0,605	0,605	-
37	52	4,84	3,000	2,000		22	3,63	75,00	1,21	-	-
38	53	4,84	11,000	1,000		200	3,63	75,00	1,21	-	-
39	54	16,94	12,000	18,000		300	7,26	42,86	-	2,42	7,26
40	55	21,78	20,000			600	16,94	77,77	4,84	-	-
41	56	12,10	5,000			80	7,26	60,00	1,21	1,21	2,42
42	57	12,10	12,000			450	8,47	70,00	2,42		1,21
43	58	9,68	5,000	8,000		220	6,05	62,50	1,21	1,21	1,21
44	59	6,05	4,000			150	2,42	40,00	-	-	3,63
45	60	12,10	5,000	6,000		150	4,84	40,00	3,63	-	3,63
46	61	7,26	6,300	6,880		240	6,05	83,33	0,605	0,605	-
47	62	14,52	6,500			120	4,84	33,33	2,42	1,21	6,05
48	65	12,10	5,000	1,000		200	9,68	80,00	-	1,21	1,21
49	66	4,84	4,000			450	3,63	75,00	1,21	-	-
50	67	4,84	4,600			500	3,63	75,00	1,21		
51	68	12,10	2,500			50	8,47	70,00		1,21	2,42
52	69	12,10	25,000			400	8,47	70,00		2,42	1,21

53	70	12,10	4.500	6.800	230	7,26	60,00	-	2,42	2,42	2,42
54	71	55,66	3.000		60	2,42	4,34	4,84	2,42	2,42	45,98
55	72	24,20	7.500		200	2,42	10,00	-	2,42	2,42	19,36
56	73	9,68	5.000		300	9,68	100	-	-	-	-
57	74	7,26	18.000		200	4,84	66,66	2,42	-	-	-
58	75	9,68	1.000		70	1,21	12,50	3,63	2,42	2,42	2,42
59	77	32,67	12.000		200	4,84	14,81	6,05	4,84	4,84	16,94
60	79	45,98	3.000		120	4,84	10,53	-	-	-	41,14
61	81	6,05	15.000		300	3,63	60,00	1,21	-	-	1,21
62	82	6,05	10.000		550	4,84	80,00	-	1,21	1,21	-
63	84	12,10		7.000	-	2,42	20,00	-	-	-	9,68
64	85	12,10	12.000		800	9,68	80,00	2,42	-	-	-
65	86	21,78		5.000	-	2,42	11,11	-	-	-	19,36
66	87	16,94	25.000		200	9,68	57,14	3,63	1,21	1,21	2,42
67	88	18,15	15.000		400	8,47	46,66	2,42	-	-	7,26
68	89	9,68	4.000		350	6,05	62,50	2,42	-	-	1,21
69	91	7,26	5.000		50	4,84	66,66	1,81	0,605	0,605	-
70	93	12,10	17.000		220	7,26	60,00	-	-	-	4,84
71	94	3,63	5.000		80	2,42	66,66	1,21	-	-	-
72	95	3,63	6.000		80	3,63	100	-	-	-	-
73	96	7,26	10.000		150	6,05	83,33	1,21	-	-	-
74	97	14,52	11.000	5.500	35	6,05	41,66	1,21	1,21	1,21	6,05
75	98	6,05	22.000		70	4,84	80,00	0,605	-	-	0,605
76	99	6,05	15.000		100	3,63	60,00	1,21	-	-	1,21
77	101	9,68	12.000		300	7,26	75,00	2,42	-	-	-
78	102	6,05	15.000		70	3,63	60,00	1,21	-	-	1,21
Total 1		592,90	455700	72180	10267	273,46	46,12	67,74	34,47	34,47	217,19
Total 2		1346,73	832600	188080	31587	621,94	46,18	364,19	81,65	81,65	278,90

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
 FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – FCT
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
 DISCENTE: EDERVAL EVERSON BATISTA
 PROF^a ORIENTADORA: DR^a ROSÂNGELA A. DE MEDEIROS HESPANHOL

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS SITIANTES

IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE NO MAPA
 BAIRRO RURAL

Nome: _____

Qual a religião da família _____

A) EM RELAÇÃO À PROPRIEDADE

Área da propriedade

Situação

Estrutura familiar

NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	PARENTESCO

1 - Adquiriu a propriedade da Fazenda Guairacá? () sim () não

2 - Caso a resposta seja sim, quanto pagou pela propriedade e como foi à forma de pagamento?

3 - Descreva como era esta região, principalmente o local de seu sítio.

4 - Quanto tempo possui ou mora na propriedade?

5 - Forma de aquisição: () compra () herança

6 - Caso possua a propriedade há mais de 30 anos, descreva como foram enfrentadas as dificuldades após a geada de 1975.

7 - Possui terreiro? Qual a metragem e a forma de construção?

8 - A propriedade possui tulha, caso afirmativo, quantos metros quadrados têm e qual a capacidade de armazenamento?

9 - Forma de ocupação da propriedade em alqueires ou hectare

Café (em n ^o de pés e área)	Pasto	Reserva Legal	Lavoura Branca

10 - Se a propriedade possui pasto, quantas cabeças de gado possui, quantos litros de leite tira diariamente, qual o destino e se os animais já adultos representam uma espécie de poupança para os momentos difíceis?

11 - Quais os principais produtos plantados além do café?

12 - Destes quais são exclusivamente para o mercado?

13 - A propriedade possui pomar e horta?

14 - Há chiqueiros para a criação de suínos? Quantos são criados e qual o destino?

15 - Situação da moradia:

Tipo de casa	Metragem	Cômodos	Situação

16 - Bens duráveis existentes na propriedade

Trator	Caminhão	Carro	Caminhonete

B) O PROCESSO PRODUTIVO DA LAVOURA CAFEIEIRA

17 - Já comprou a propriedade com café formado ou teve que formar o cafezal?

18 - Descreva como ocorreu a plantação do cafezal: em mudas ou sementes?

19 - Caso tenha sido em mudas, as mesmas foram produzidas ou adquiridas?

20 - Quantos pés de café a propriedade possui plantados, que área ocupam, e há quantos anos possui o cafezal?

21 - Todo o cafezal possui a mesma idade?

22 - Que espécie é ou são plantadas?

23 - Foram plantadas espécies diferentes a fim de possibilitar uma colheita planejada?

Em que mês é iniciada a colheita?

Quanto tempo leva para colher toda a produção?

24 - Na colheita, o café é colhido no pano ou diretamente no chão?

25 - É realizada a varreção a fim de se recolher o café que cai no chão antes de iniciar a colheita?

26 - Quais os equipamentos utilizados no processo produtivo?

27 - Qual a forma da plantação: () tradicional () adensado

28 - Descreva como ocorre o trato com a lavoura cafeeira, englobando todos os passos.

29 - Qual a periodicidade de adubação do café?

30 - Quais produtos são utilizados?

31 - Em relação aos pesticidas, de quanto em quanto tempo se faz necessária a aplicação, quais produtos são utilizados?

32 - Alguém na família já foi intoxicado por produtos tóxicos aplicados no café?

33 - Quais os equipamentos de segurança utilizados para fazer a aplicação dos pesticidas, fungicidas e herbicidas?

34 - Produção obtida em sacas beneficiadas de 60Kg

Produtos/safra	Café	Milho	Feijão	Arroz
2000/2001				
2001/2002				
2002/2003				
2003/2004				
2004/2005				
2005/2006				
2006/2007				
2007/2008				
2008/2009				

35 - Conseguiria lembrar o valor conseguido por saca do produto nas últimas três safras?

36 - Tendo em vista que o café é uma cultura bianual, ou seja, produz uma safra boa e outra ruim, o que é feito para compensar o ano ruim?

37 - Onde é beneficiado o café, por quem e quanto é pago por saca para fazer o beneficiamento?

38 - Costuma beneficiar toda a produção de uma só vez ou armazenar o produto em coco?

- 39 - Onde é comercializada a produção de café e de lavouras brancas?
- 40 - Costuma vender toda a produção de uma só vez ou ir vendendo aos poucos?
- 41 - As festas realizadas nos bairros rurais simbolizam o fim das colheitas?

MÃO-DE-OBRA

- 42 - A mão-de-obra familiar é suficiente para atender o manejo da propriedade?
- 43 - Contrata trabalhadores para efetivarem a colheita ou em outras etapas do processo produtivo?
- 44 - Se afirmativo, quanto é pago pela diária dos trabalhadores?
- 45 - Onde são contratados?
- 46 - Qual a forma de transporte utilizada para chegarem à propriedade?
- 47 - Nunca teve problemas em relação à Justiça do Trabalho?
- 48 - Em que mês começa a colheita, descreva como é realizada?
- 49 - Quais os equipamentos que são fornecidos pela propriedade para a colheita e quais são de responsabilidade dos trabalhadores contratados?
- 50 - Qual a forma de pagamento (por saca, qual valor)?
- 51 - Descreva como ocorre o processo de secagem do café e quem é responsável pelo processo?
- 52 - A propriedade possui equipamentos automáticos que auxiliam na colheita?
- 53 - Caso afirmativo, quais equipamentos?
- 54 - Já pensou em comprar as derriçadeiras automáticas?
- 55 - Dos filhos, quantos trabalham na propriedade?
- 56 - Quantos moram fora da propriedade, trabalham no que, onde?
- 57 - Possuem alguma fonte de renda oriunda de fora da propriedade, tipo aposentadoria, aluguel de imóveis, trator? Presta serviço para outros sítiantes, etc.?

C) MUDANÇAS OCORRIDAS APÓS A FUNDAÇÃO DA COOPERATIVA

- 58 - É associado da COASOL?
- 59 - Se negativo, por que não quis fazer parte da cooperativa?
- 60 - As reuniões promovidas pela cooperativa ocorrem com que frequência?

- 61 - Além dos encontros promovidos pela cooperativa, há outras formas de reunião nos bairros rurais?
- 62 - Chegou a trabalhar ou trabalha com o café orgânico?
- 63 - Caso afirmativo, descreva quais as mudanças que ocorreram no processo produtivo?
- 64 - Como são controladas as pragas e as ervas daninhas?
- 65 - Onde você acha que esteve ou está a falha no processo de produção do café orgânico?
- 66 - Por que desistiu de continuar como cooperado?
- 67 - É realizado algum controle para que se obtenha um café de melhor qualidade?
- 68 - É prestado algum tipo de assistência técnica, por quem e qual a periodicidade?
- 69 - Algum membro familiar já participou de algum curso de capacitação? Qual?
- 70 - Já teve acesso ao PRONAF ou a outra linha de crédito para aplicar na propriedade?
- 71 - Se afirmativo, no que foi investido?
- 72 - Se negativo, em quais critérios não se enquadrou?
- 73 - Quais são os principais problema enfrentados pelo cafeicultor nos dias atuais?
- 74 - Qual foi o pior momento vivido enquanto cafeicultor?
- 75 - Já pensou em abandonar a cultura cafeeira? Por quê?
- 76 - Já pensou em vender a propriedade e mudar-se para a cidade?
- 77 - Gostaria de acrescentar algo mais a este questionário?

Londrina, _____, _____ de 2008.

Autorizo o Senhor Ederval Everson Batista a utilizar as informações por mim prestadas na pesquisa: A importância da cafeicultura para a permanência dos sítiantes na terra: uma análise dos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira, em Lerroville, Londrina – PR.

Assinatura do entrevistado